

Cultura e Cidades

Cultura e Cidades

Organizadores:

Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Eugênia Maria Dantas
Iranilson Buriti de Oliveira
Joel Carlos de Souza Andrade

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes
Antônio Clarindo Barbosa de Souza
Eugênia Maria Dantas
Flávio Carreiro de Santana
Ione Rodrigues Diniz Morais
Iranilson Buriti de Oliveira
Jailma Maria de Lima
Joel Carlos de Souza Andrade
Juciene Batista Félix Andrade
Olívia Morais de Medeiros Neta
Regina Coelli Gomes Nascimento
Roseane Alves Britto
Severino Cabral Filho



Cultura e Cidades



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Cultura e Cidades

Autores

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes

Antônio Clarindo Barbosa de Souza

Eugênia Maria Dantas

Flávio Carreiro de Santana

Ione Rodrigues Diniz Moraes

Iranilson Buriti de Oliveira

Jailma Maria de Lima

Joel Carlos de Souza Andrade

Juciene Batista Félix Andrade

Olívia Moraes de Medeiros Neta

Regina Coelli Gomes Nascimento

Roseane Alves Britto

Severino Cabral Filho

1ª edição



Editora da Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande - 2009



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
EDITORA DA UFCG - EDUFCG

EXPEDIENTE

Prof. Thompson Fernandes Mariz
Reitor

Prof. Dr. José Edilson Amorim
Vice-Reitor

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
Diretor Administrativo da EDUFCG

Editoração Eletrônica e capa
Sara Cruz

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Benedito Antonio Luciano	CEEI
Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo	CTRN
Prof. ^a . Consuelo Padilha Vilar	CCBS
Prof. Edjane E. Dias da Silva	CCJS (Sousa)
Prof. José Helder Pinheiro	CH
Prof. Onaldo Guedes Rodrigues	CSTR (Patos)

ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia
Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio
Clarindo B. Souza (orgs.) Cultura e Cidades;
1^a edição; - Campina Grande;
EDUFCG; 2009;

288 p.

ISBN 987-85-89674- 64-5

1. - História 2. História do Rio Grande do Norte; 3.
História da Paraíba; 4. História do Maranhão; 5. Geografia I.

EDUFCG

Campina Grande – 2009

Todos os direitos reservados à EDUFCG

edufcg@reitoria.ufcg.edu.br

SUMÁRIO

PARTE I

DESEJOS DE CIDADE: culturas e sociabilidades urbanas na Paraíba

De passo em passos criando espaços: memória e oralidade sobre as transformações urbanas pombalenses (1930-1950)

Flávio Carreiro de Santana.....23

A cidade desejada: Campina Grande: imagens e histórias

Severino Cabral Filho.....40

Festejos, Folia e Saudade: Cartografias da Festa da Padroeira de Campina Grande-Pb

Regina Coelli Gomes nascimento.....55

Os Clubes Sociais em Campina Grande: Espaços de sociabilidade, lugares de exclusão

Antônio Clarindo Barbosa de Souza.....69

PARTE II

A CIDADE E SEUS DESEJOS: Escrituras de Caicó

Caicó-RN em escrituras urbanas (século XIX)

Olívia Morais de Medeiros Neta.....101

Espaço e memória na morfologia da cidade: um desafio do planejamento urbano

Eugênia Maria Dantas

Ione Rodrigues Diniz Morais.....119

Seduzindo pelas palavras e imagens: Caicó nos anos de 1920
Juciene Batista Félix Andrade.....139

Tempo festivo e formação dos partidos políticos no Rio Grande do Norte (1945)
Jailma Maria de Lima.....165

PARTE III

DESEJOS DE CURA: cultura e identidades nos cenários urbanos

Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940)
Iranilson Buriti de Oliveira.....191

Nas ondas da Canção: as metáforas de cura no discurso neopentecostal brasileiro
Roseane Alves Britto
Iranilson Buriti de Oliveira.....115

PARTE IV

ESPAÇOS DE DESEJO: cultura e sensibilidades nos mares e sertões

E assim se encontrou a vontade e o desejo: Uma história sobre o Rei Sebastião na ilha dos Lençóis - MA
Joel Carlos de Souza Andrade.....239

Nas veredas do Sertão de Piranhas (século XVIII)
Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes.....253

Apresentação

Pelos caminhos da experiência em tempos urbanos: uma apresentação da coletânea *Cultura e Cidades*

A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez que aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer.
(Ítalo Calvino)

Se a cidade é construção de sujeitos desejantes, então, podemos nos perguntar se existe uma para além daquela absolutamente real e concreta, e se múltiplas identidades cidadinas não se escondem naquela que atende por um nome inequívoco.

As cidades reais se concretizam na experiência subjetiva de seus habitantes, numa mutabilidade inscrita nos tempos de suas pedras, na formatação de suas espacialidades históricas. Assim, elas são múltiplas e mutantes, como os sujeitos que cruzam suas ruas e sonham suas esquinas ao longo do tempo que entrelaça e amalgama as histórias dos homens e das cidades. Parafraseando João do Rio, deve existir uma encantadora alma das cidades, e nelas circula um tipo especial, o *flanêur*, que se move fascinado pelo seu encanto, conforme o descreve o cronista carioca.¹

Obra de especialistas *flanêurs*, a Coletânea *Cultura e Cidades* presenteia o leitor, em suas quatro sessões, com a reflexão

¹ Como cronista do cotidiano citadino no Rio de Janeiro das duas primeiras décadas do século XX, João do Rio disserta sobre as reflexões que o *flanêur* tece, ao caminhar pelas ruas, escrutinando-lhes as “almas”, num texto emblemático intitulado *A alma encantadora das ruas*, ensaio que pode ser conferido na coletânea que carrega o mesmo nome, publicada pela Cia das Letras em 2007.

de pesquisadores apaixonados pelo cidadão, dispostos a cartografar os espaços reais e simbólicos nos quais, como sujeitos desejantes, buscam, quem sabe, compreender seus próprios percursos nas cidades que os habitam. Pois as cidades moram em nós, como paisagens interiores, tanto quanto nelas habitamos; seus mistérios e seus jogos de sedução nos encantam ao longo da vida: cidades da infância, dos grandes feitos, das derrotas flagrantes, cidades dos ancestrais, e tantas quantas possam ser incorporadas ao nosso desejo pela aventura urbana ao longo da vida.

Nascidos da relação entre cidades e desejos, os artigos que compõem esta coletânea articulam a multiplicidade de olhares sobre o urbano, em percursos de reflexão bastante pessoais, embora articulados pelas dimensões do conceito de cultura que atravessa a perspectiva geral de seus textos.

Na primeira parte, os “desejos de cidade” estabelecem a dinâmica do percurso dos autores pelos espaços urbanos da Paraíba, representados por Campina Grande e Pombal. Na segunda parte, é a “cidade e seus desejos” que dimensiona os escritos sobre o Rio Grande do Norte, especificamente voltados para a cidade de Caicó. Na terceira parte, a obra volta-se para os “desejos de cura” presentes no discurso médico-higienista urbano, tendo novamente como lócus de referência a cidade de Campina Grande e, finalmente, na quarta parte, circulamos pelos “espaços de desejo” entre o mar e o sertão em que se revelam sentidos identitários para a Ilha dos Lençóis, no Maranhão, e o Sertão de Piranhas, na Paraíba.

Os leitores que se aventurarem no percurso proposto pelos autores, sem dúvida, estarão diante da prazerosa viagem pelos tempos do urbano e do mutável. Para instigá-los, buscaremos apresentar um pouco do roteiro de viagem proposto nos textos, torcendo para que possa provocar-lhes o desejo de mergulharem

no fluxo das histórias, memórias, trajetos e discursividades que demarcam as especificidades desses lugares chamados cidades. A primeira parte, intitulada *Desejos de cidade – cultura e sociabilidades urbanas na Paraíba*, se compõe de quatro artigos, apresentados na sequência. O primeiro, de autoria de Flávio Carreiro de Santana, denomina-se *De passo em passo criando espaços: memória e oralidade sobre as transformações urbanas pombalenses (1930-1950)*. Nele o autor se debruça sobre o tema-título a partir da memória e das experiências vividas pelos habitantes de Pombal, revelando-nos aspectos da recepção das novidades modernizantes, inscritas nas normas e posturas urbanas, por vezes percebidas como grave intrusão em suas tradições e práticas cotidianas. E é nessa tensão entre os desejos de cidade moderna, das elites, e a cidade vivida e desejada pelos seus antigos habitantes, oriundos de zonas rurais, que Flávio Santana busca compreender a diversidade das experiências evocadas nas lembranças de seus depoentes. Eles rememoram, entre outras coisas, os antigos nomes das ruas e seu significado na vivência cidadina, em contraste com os objetivos políticos, motivação fundamental de suas renomeações. E eles relembram também, não sem crítica, o choque modernizante como momento de crise, pois envolto em clima de perseguição, base do enquadramento da população nos códigos de postura proibitivos da livre circulação de animais, por exemplo. Assim, o autor destaca, em suas análises, a diversidade das experiências frente às transformações materiais e às exigências de comportamentos assépticos desses novos tempos, e revela as possibilidades de constituição de representações também diversas, nas quais os agentes sociais contabilizam seus ganhos e perdas no processo de transformação urbana.

É de Severino Cabral Filho o artigo intitulado *A cidade desejada: Campina Grande, imagens e histórias*. Nele, o autor discute a mesma tensão entre os costumes tradicionais e as

inovações modernas, a partir da análise de uma imagem fotográfica e de uma matéria jornalística publicada em *Voz da Borborema*, ambas a propósito do Mercado Público da cidade, reveladores da distância entre a cidade vivida e a cidade desejada. Severino Cabral explora o contraste entre a matéria publicada, uma crônica de elogios ao recém construído equipamento público, e a imagem desse mesmo mercado, num flagrante fotográfico de seu funcionamento cotidiano. No texto do bacharel cronista, louros ao prefeito, responsável por colocar a cidade na rota da modernização, seguindo os princípios do sanitarismo e garantindo a Campina Grande seu lugar entre as cidades que buscavam se enquadrar nos modernos padrões urbanos. Garantia de salubridade, higiene e adequação estética, a construção do novo mercado tirava a cidade de um padrão arcaico e anti-higiênico no processo de comercialização de alimentos. No entanto, a fotografia analisada por Cabral Filho revela o contraponto ao discurso do cronista, ao deixar visível a persistência das práticas populares que denotam o aspecto caótico, as marcas de ruralidade e a subversão das regras de higiene na utilização cotidiana do novo mercado. Na imagem, analisada pelo autor, a cidade real resistia à desejada modernização, com suas premissas de assepsia e organização, por meio da permanência dos padrões de uma sociabilidade considerada inadequada às novas propostas de utilização dos espaços e equipamentos públicos.

O artigo seguinte é de Regina Coelli Gomes Nascimento e denomina-se *Festejos, folia e saudade: cartografias da Festa da Padroeira de Campina Grande –PB*. A autora volta-se para o percurso das festas religiosas, em especial aquelas dedicadas à Padroeira da cidade, na primeira metade do século XX. Em sua reflexão, percebe as comemorações festivas como lugares de sociabilidades tradicionais, e seguindo o rastro dos festejos sagrados (e seus elementos profanos), nos revela o movimento alegre das ruas, nas quais se explicitavam os desejos e sonhos de

seus moradores em suas vestimentas especialmente preparadas para a ocasião, circulando com seus melhores adereços festivos. O momento da festa aparecia também como o tempo da exposição de distinções sociais, reveladas em signos de riqueza e elegância como as jóias, e explicitavam um novo padrão de consumo urbano. Ao longo do século, ocorrem mudanças nos lugares e formas de comemoração e se estabelecem novas dinâmicas da festa em consonância com a mutabilidade dos novos padrões de divertimento urbano. Entretanto, Regina Coelli nos apresenta, através da rememoração dos antigos, as marcas de experiências do tempo das grandes festas religiosas, cujo eco ainda se faz ouvir nas memórias saudosas dos habitantes da cidade.

Em seguida, temos o texto intitulado *Os clubes sociais de Campina Grande*: espaços de sociabilidade, lugares de exclusão, da autoria de Antonio Clarindo Barbosa de Souza. Num outro olhar sobre a festa, o artigo de Clarindo Barbosa volta-se para um importante lócus da sociabilidade cidadina profana, os clubes sociais na Campina Grande nas décadas de 1940 a 1960, período em que ocorreu uma proliferação desses espaços de convivência, em sintonia com as transformações do lazer urbano, seguindo a tendência das grandes cidades em sua busca de modernidade. Além de espaços de novas sociabilidades, os clubes também se revelam, nessa análise, como lugares de clivagens e segmentações sociais com suas tensões e negociações. O autor nos apresenta os clubes em momentos-chave de suas atividades sociais e de lazer: o carnaval, os concursos de beleza feminina, o São João, as matinês e os grandes bailes cujo ápice ocorria no *Revéillon*. Os bailes propiciavam a apresentação de grandes orquestras nacionais e regionais, shows musicais de cantores famosos e espetáculos teatrais; também não esquece o autor a importância dos campeonatos esportivos que acirravam a disputa entre os grupos e revelavam, em sua diversidade, as clivagens sociais. Assim, percorrendo a cidade pela qual nos guia o autor, somos

apresentados ao Campinense, ao Paulistano, ao Clube dos Caçadores, ao Clube Aquático Campinense, ao Clube Médico Campestre, ao Grêmio Recreativo de Sargentos e Subtenentes do Exército, ao Clube do Trabalhador, entre outros. Acompanhando sua narrativa vivaz, temos a sensação de presenciar os bailes conduzidos pelas grandes orquestras e testemunhar o movimento dos brincantes na dança do tango, dos boleros, do *foxtrot*, do *rock'n roll*; e se tentarmos um pouco mais, veremos “que os ‘brotos’ se entupiam de Crush ou Coca-Cola e os ‘caras’ arriscavam uma Cuba Libre com Rum Barcardí ou Montila.”(p.75). Ao longo das páginas, o leitor se contagia com o clima *Hi-Fi* dos clubes festivos de uma cidade desejosa de brilho e luzes, onde a juventude agitava-se ao som dos ritmos frenéticos dos anos 50/60, como uma representação importante dos “anos dourados” em Campina Grande.

A segunda parte da coletânea, se intitula *A Cidade e seus desejos*: escrituras de Caicó, de modo que seguimos viagem para o Rio grande do Norte, guiados pelos caminhos de Caicó nos três primeiros artigos. O quarto texto, ainda que não verse especificamente sobre a cidade, discute o importante tema da cultura política no estado do Rio Grande do Norte em momento importante de nossa história republicana, ambientados principalmente na cidade de Natal. O primeiro artigo é de Olívia Moraes de Medeiros Neta, e tem como título *Caicó-RN em escrituras urbanas (século XIX)*. A autora encaminha suas reflexões partindo da constatação de que as cidades, além de desejantes, desejadas ou imaginadas, são inscritas, delimitadas e constituídas por regras institucionais. Partindo do olhar sobre essas escritas da cidade, escritas oficiais, documentos disciplinadores do espaço urbano da cidade de Caicó, Olívia Medeiros busca dimensionar a constituição das sociabilidades urbanas no século XIX, com ênfase nas leis e códigos de postura, cujo objetivo era remodelar, disciplinar e regular o espaço urbano e o uso de seus equipamentos, utilizando-

se dos discursos norteados pelos modernos padrões sanitários, cujo sentido era instaurar a cidade desejada, asséptica e esteticamente ordenada. A sociabilidade desejada implicava no atendimento aos códigos de postura que, se desobedecidos, provocavam sanções dos agentes públicos. Ruas limpas, ausência de animais, proibição dos palavrões, dos jogos e das habituais bebedeiras com suas potenciais arruaças, se constituíam em premissas fundamentais, garantia de salubridade, por um lado, e moralidade pública, por outro. Para a autora, na Caicó do século XIX, essas sociabilidades desejadas e as tentativas de sua implementação, inscritas nos documentos oficiais, sinalizam a importância constitutiva assumida pela família, pelas instituições religiosas e escolares e pela municipalidade, com seus preceitos e regras de controle social.

O artigo seguinte é assinado por Eugênia Maria Dantas e Ione Rodrigues Diniz Moraes, com o título *Espaço e memória na morfologia da cidade: um desafio do planejamento urbano*. Continuamos a seguir o percurso urbano da cidade de Caicó, aqui evocada como espaço de referência para a discussão sobre a espacialidade contemporânea, em permanente fluxo e transformação. Com esse pressuposto, somos conduzidos por uma cidade mutante, transformada, ao longo de sua trajetória histórica, em pólo aglutinador e disseminador de dinâmicas urbanas materiais e simbólicas. As autoras propõem um registro cartográfico e nos lançam em meio aos seus mapas urbanos, recheados de imagens e nos levam a perceber a dinâmica cidadina em suas negociações e embates, centrados no binômio permanecer/mudar, entre os anos 1970 e 2000. Vislumbramos, através dos “mosaicos” propostos, a cidade e seus habitantes a fazerem e refazerem, permanentemente, os contornos do novo e do antigo, negociando diferenças e testando estratégias de diversificação em sua convivência cotidiana. As autoras chegam a uma conclusão: “na combinação dos elementos urbanos o equilíbrio

não tem nada de estável.” (p.129). Isso torna o estudo desse espaço urbano o lócus privilegiado da diversidade, cujas possibilidades de interpretação dependem, em grande medida, da sensibilidade do pesquisador em relação às dinâmicas da multiplicidade.

O texto de Juciene Batista Felix Andrade tem como título *Seduzindo pelas palavras e imagens: Caicó nos anos de 1920*. Desse artigo emerge uma Caicó do início do século XX, observada a partir da sua imprensa, em especial a partir do olhar e da escrita dos cronistas, em cujos sonhos se desenhava a cidade almejada, impulsionadora do processo de modernização. No discurso dos cronistas, dois lugares de constituição das sociabilidades urbanas modernas se destacavam, os espaços da educação e do lazer: colégios, bibliotecas, cinema, teatro eram valorizados em seu papel pedagógico. Essas crônicas eram reforçadas pelos anúncios de automóveis, remédios, cigarros e outras mercadorias-símbolo do moderno consumo urbano que demarcavam o espaço de publicidade nas páginas dos jornais da época. A autora revela, nas páginas publicitárias dos periódicos locais, objeto de uma parte de suas reflexões, a importância da publicidade de produtos identificados com o consumo moderno, potencializadores da venda de mercadorias como o automóvel, símbolo de *status*, em sintonia com a velocidade dos novos tempos, e destaca, ainda, a publicidade de medicamentos, uma das mais presentes na imprensa do período, e seu papel na transformação da saúde em produto do mercado midiático.

O artigo na seqüência intitula-se *Tempo festivo e formação dos partidos políticos no Rio Grande do Norte*, e é de autoria de Jailma Maria de Lima. Em seu artigo, a autora busca compreender, com base no aporte da Nova História Política e do conceito de cultura política, os acontecimentos em torno do processo de redemocratização no Rio Grande do Norte. Ao trazer à luz os fatos políticos, os enfrentamentos entre os diversos grupos envolvidos no processo, e as novas alianças, importantes na formação dos

partidos na conjuntura de 1945, ela volta o seu olhar para as manifestações públicas e os comícios, signos de uma época de dinâmicas sociais profundamente marcadas pelo processo de ruptura com o Estado Novo, que ela denomina de “tempo festivo” e cujos sentidos pretende elucidar. Percebe, na politização dos comícios e atos públicos, transformados em verdadeiras festas, uma dinâmica dos tempos de então : “Portanto, era em meio a essas manifestações que se organizavam os partidos políticos no Rio Grande do Norte, e, provavelmente, em muitos outros estados do Brasil.” (p.177). Ao utilizar o conceito de cultura política, a autora nos lembra a necessidade de levar em conta a existência de novas práticas, escudadas na inversão de tradições que caracterizaram aquele momento político nacional.

A terceira parte do trabalho, denominada de *Desejos de Cura: cultura e identidades nos cenários urbanos*, é composta de dois artigos. O primeiro deles é de autoria de Iranilson Burity de Oliveira, intitulado *Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940)*. Ao longo das páginas de seu texto, o autor nos coloca em contato com os novos discursos vinculados ao campo da saúde e do higienismo cuja importância, na primeira metade do século XX, os colocou em interlocução privilegiada com as ciências humanas e com o campo da educação. A constituição de corpos saudáveis passava a ser uma tarefa do Estado na busca pelo melhoramento étnico, com objetivo de potencializar o desenvolvimento da nação no rumo do desejado progresso, cujas possibilidades estavam vinculadas ao investimento em corpos e mentes sãos. O discurso em prol dessa “educação dos sentidos” estabeleceu um diálogo entre os agentes do higienismo e a pedagogia escolar, indicando, como *loci* privilegiados da prevenção e recuperação da saúde física e mental, os lugares de educação formal das futuras gerações, o espaço escolar. Desse modo, seguindo as análises de Iranilson Oliveira, percebe-se nas práticas

discursivas a busca pelo estabelecimento de novas sociabilidades, em oposição àquelas baseadas nos saberes de base popular, tidos como anti-científicos e arcaicos, e instituir novos discursos e práticas, em prol da constituição dos corpos saudáveis, necessários ao desejado progresso da nação.

Em seguida, temos artigo de autoria do mesmo Iranilson Burity de Oliveira, em co-autoria com Roseane Alves Britto, nomeado *Nas ondas da canção: as metáforas de cura no discurso neopentecostal brasileiro*, em que os autores analisam o discurso médico incorporado às metáforas de cura da alma, presente na música *gospel*. Partindo de um pequeno histórico da presença do pentecostalismo no Brasil em seus três momentos históricos, ao longo do século XX, os autores concentram-se sobre a chamada “terceira onda”, que inaugurou a presença dos neopentecostais entre nós. Utilizando-se do conceito de recepção dos Estudos Culturais, Oliveira e Brito enveredam pelo debate a propósito da recepção do discurso religioso, considerando a utilização metafórica do vocabulário médico, cuja ressignificação passa por uma dimensão ancestral da relação entre religiosidade, cura do corpo físico e cura do espírito. Mesmo não sendo essa uma originalidade dos neopentecostais, vez que tais discursos estão presentes nas diversas vertentes do cristianismo, sendo a mais tradicional delas aquela que evoca o milagre da cura atribuído aos santos católicos, o texto abre a possibilidade de perceber os elementos envolvidos na composição das estratégias discursivas dos neopentecostais, veiculadas através de suas canções religiosas com forte apelo midiático.

A quarta e última parte da coletânea intitula-se *Espaços de Desejo: cultura e sensibilidades nos mares e sertões*. O primeiro texto é de Joel Carlos de Souza Andrade, intitulado *E assim se encontrou a vontade e o desejo: uma história sobre o Rei Sebastião na ilha dos Lençóis – MA*. O artigo, esclarece o autor, é fruto de trabalho desenvolvido na Ilha dos Lençóis, no Maranhão, com base

nos pressupostos da história oral. Joel Andrade investiga, nesse “espaço de desejos”, a persistência de uma mitologia sobre a presença de D. Sebastião na Ilha. No rastro da releitura original que a comunidade de Lençóis faz do mito, uma peculiaridade: D. Sebastião foi transformado em “Rei Sebastião”, morador do mundo subterrâneo, sob as águas em torno da ilha. Soberano de uma corte encantada, ele se dá a conhecer por privilegiados habitantes, que passaram a disseminar a narrativa de suas episódicas aparições, num clima de magia no qual se articulam outros mitos, entre eles o que envolve os albinos da comunidade, conhecidos como “filhos da lua”. O alto índice de albinismo entre os habitantes da localidade é atribuído, nesse imaginário mítico, à influência européia o que, de acordo com o autor, “reforça a idéia de mistério e da presença do Rei Sebastião dado às marcas de brancura em seus corpos.” (p. 249). As reflexões de Joel Andrade a propósito desse universo nos conduzem através da ilha em meio à mistura de elementos da religiosidade européia, africana e indígena. Nessa cosmogonia, o Rei Sebastião integra o panteão das divindades de proteção e provê a fartura nos mares, sustentando a principal atividade econômica dos habitantes da ilha, a pesca. Como “lugar de desejos”, a Ilha dos Lençóis incorpora, em suas tradições religiosas e seus mitos, uma identidade à qual se integram os elementos de uma medievalidade européia que deixam entrever a circularidade cultural na constituição de uma identidade permeada pelo sincretismo religioso.

O artigo que fecha a sessão e a coletânea tem como autora Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes e denomina-se *Nas veredas do Sertão de Piranhas (Séc. XVIII)*. No referido trabalho, a autora envereda pelo Sertão da Paraíba, na rota dos colonizadores e dos viajantes dessas paragens, discutindo, entre outras coisas, o cotidiano dos aventureiros que peregrinavam pelas cidades e sítios rurais dos sertões, na saga do desbravamento; também procura analisar, a partir das fontes documentais, o cotidiano dos

moradores. A autora tem um olhar atento sobre a importância econômica e estratégica dos sertões no processo de colonização e, ao debruçar-se sobre a documentação do período, traz à tona personagens da saga colonial, a exemplo dos agentes econômicos presentes no texto: portugueses e africanos escravizados. A autora nos apresenta aspectos da dinâmica e das relações complexas entre escravos e senhores e a permanente presença da Igreja no imaginário das populações sertanejas. Uma constatação da importância desses aspectos é realizada a partir de trechos do testamento de Manoel Ferreira Velho, um proprietário de terras e senhor de escravos, pois, ao revelar o teor dos desejos finais de seu proponente, o testamento confirmaria as proposições da autora sobre a importância da religiosidade e a complexidade desse universo social, e como indicativo da diversidade de situações implícitas na relação senhor - escravo.

Michel de Certeau, considerando a dinâmica dos lugares e dos homens em suas vivências cotidianas, volta-se para o caminhar citadino fazendo uma analogia entre a o caminhar como uma construção retórica com paralelos na construção discursiva, e os discursos como roteiros de caminhantes estabelecendo percursos em traçados de combinação de estilos². Com essa analogia, conclui a apresentação na certeza de que os leitores se sentirão estimulados a acompanhar o caminhar dos autores pelas trilhas culturais do urbano, através dessas narrativas, constituídas na singularidade de suas pesquisas e de suas escritas e, instigados a construir seus próprios percursos na leitura dos artigos, provavelmente refletirão sobre a riqueza e a diversidade que marcam a experiência humana nas cidades no tempo de suas

² Como cronista do cotidiano citadino no Rio de Janeiro das duas primeiras décadas do século XX, João do Rio disserta sobre as reflexões que o *flanêur* tece, ao caminhar pelas ruas, escrutinando-lhes as “almas”, num texto emblemático intitulado *A alma encantadora das ruas*, ensaio que pode ser conferido na coletânea que carrega o mesmo nome, publicada pela Cia das Letras em 2007.

histórias, assim como é possível refletir sobre a nossa própria experiência cidadina inscrita em nosso presente e em nossas memórias.

Regina Behar

PARTE I

DESEJOS DE CIDADE
culturas e sociabilidades urbanas na Paraíba

De passo em passos criando espaços: memória e oralidade sobre as transformações urbanas pombalenses (1930-1950)¹

Flávio Carreiro de Santana*

“A cidade é um lugar cheio de espaços...”, foi essa a assertiva que percebemos quando, de passo em passos, acabamos descobrindo uma cidade vivida e que não mais existe, a não ser na memória de muitos narradores e aqui entendida como representações de um passado vivido.²

Nossa visitação pretendeu compreender Pombal, uma cidade localizada no alto sertão paraibano, no momento de muitas transforma es materiais e simbólicas ali vividas, entre as décadas de 1930-1950.   certo que a cidade da memória e da oralidade se apresentou muito diferente daquilo que os poderes instituídos ou os documentos “oficiais” nos apresentavam.

¹ Esse texto constitui parte da minha disserta o de mestrado intitulada *Recriando espaços, inventando lugares: memória e oralidade sobre as transforma es urbanas em Pombal (1930-1950)*, apresentada em 2007 no Programa de P s-gradua o em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande.

* Mestre em Sociologia e professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Universidade Estadual do Vale do Acara  (UVA)

² Se as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, assim como não são naturalizadas as categorias intelectuais, as memórias - enquanto representa es - são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) e também constroem figuras (representa es) a partir das experiências compartilhadas. Para tanto, ver a discussão sobre representa o em CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representa es**. Lisboa: DIFEL, 1990. Sobre a memória como representa o do passado ver HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. 3  edic o, São Paulo: Edic es V rtice, 1990 e BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

Como diria CERTEAU (2004), a cidade vivida e narrada por seus antigos (reme)moradores foi descrita em meio a ocasiões da memória e enunciadas, dadas a “ver” pela fala, numa caçada de interesses e omissões dos seus caminhantes. Assim, passamos a conhecer, não uma cidade “idealizada”, pretendida por seus gestores públicos e saberes especializados em criar lugares, mas uma cidade escondida em espaços criados pelo ato de lembrar e que compõe um tecido de vivências cotidianas, onde o imperativo do moderno e todos os seus encantamentos parecia muitas vezes se confundir com outras práticas não muito novas.³

Novos eram os lugares da fala que, num esforço da memória, procuravam elucidar uma cidade imersa em intenções e provocações de seus habitantes, revelando os anseios de modernidade material e simbólica, e as contradições vividas num pequeno espaço urbano repleto de experiências da memória. Eis parte de uma cidade em transformação que agora apresentamos a você leitor...

“Foi serviço pra Pombal crescer. Deu trabalho como o Diabo.”⁴

Cidade moderna, fluida, organizada, bela, higiênica: assim rezavam os anseios em torno de Pombal desde a década de 1930 e que se estendem até a década de 1950, ao menos pelos documentos jurídicos municipais: nesses idos foi notória uma série de transformações materiais pelas quais a cidade passou, já marcadas desde o ano de 1927 pela chegada do primeiro motor

³ Para CERTEAU (2004, p.201-202) o nosso cotidiano na cidade é marcado pelos lugares e seus espaços: os lugares seriam uma configuração da ordem e dos poderes/saberes instituídos, enquanto os espaços seriam marcados pela mobilidade dos consumos dos seus caminhantes, que inventam percursos, trajetos, enfim, itinerários em cada prática cotidiana. Para tanto ver CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer**. Tomo I. 10ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

⁴ Frase proferida pela senhora Benta Carneiro, no dia 10 de outubro de 2006, em entrevista concedida ao autor.

de luz do sertão paraibano, sendo as mesmas decantadas como maravilhas do “progresso” local.

Nas décadas seguintes à instalação do motor de luz, poderíamos mesmo destacar um rol de transformações urbanas ali vividas, uma vez que foram concluídas a estação ferroviária e a linha férrea (1932), bem como dada a construção do primeiro prédio educacional do município denominado Grupo Escolar João da Mata (1932), a instalação da indústria Brasil Oitocica S/A (1932), a construção das praças Getúlio Vargas e Rio Branco e um coreto central nesta última, açougue municipal (ambos iniciados em 1936 e concluídas em 1940).

Foi ainda concluída a obra da Escola Normal Arruda Câmara (1949), construído um moderno hotel (chamado Grande Hotel, 1952), inaugurado o Cine Lux (1953). Iniciado o trabalho de calçamento público (1953), construído o primeiro Hospital e maternidade da cidade (chamado Sinhá Carneiro, 1959), para citar algumas das principais conquistas materiais da cidade.

O Código de Postura Municipal (1936) e alguns projetos de lei que executaram, ou mesmo os anteprojetos que apenas especulavam suas transformações, trazem correntemente as justificações e anseios dessas conquistas materiais, pondo grande carga valorativa de crença no progresso da cidade, durante as três décadas pesquisadas.⁵

Enquanto um documento arrojado, o Código de Postura pretendia “cuidar” da área urbana pombalense, observando os requisitos de organização, disciplinamento e embelezamento do

⁵ Notificamos a realização da pesquisa em arquivos da Câmara Municipal de Pombal para que pudéssemos colher evidências escritas das referidas transformações materiais. Contudo, existe um número muito limitado de documentos, posto que os mesmos “sumiram” ou foram jogados/queimados, principalmente em se tratando das décadas de 1930 e 1940.

espaço. Tais propósitos são diluídos em 21 capítulos, arrolando leis e obrigações que a partir do dia 23 de outubro de 1936, entraram em vigor.

Os capítulos versavam desde o planejamento das edificações urbanas, ações de limpeza, higiene e saúde pública, até mesmo aqueles problemas relacionados à “ofensa à moral e aos bons costumes”. Aos poucos a leitura do Código de Postura vai se mostrando não como uma realidade vivida pela cidade, mas uma idealização dos valores de progresso e civilização do espaço urbano.

Assim, é comum também encontrar nas descrições de (ante-projetos da Câmara Municipal), justificativas da execução de obras em torno da crença no progresso e suas correlatas qualidades, como os ideais de conforto e de higiene. Exemplo disso pode ser percebido quando da solicitação do Poder Público municipal para a construção do Grande Hotel de Pombal, sendo obrigado o proprietário a adaptar um antigo prédio que abrigava a prefeitura, a ser um “moderno hotel com amplas acomodações observados os requisitos de conforto e higiene(...)”.⁷

Não apenas um “moderno hotel” era aspirado pelo poder público local, pois outras tantas propostas pululavam no anedotário político dos vereadores na Câmara Municipal, na pretensão de torná-las exequíveis. Foi isso o que aconteceu, por exemplo, com (ante)projetos de lei que pretendiam para a cidade de Pombal a construção de um campo de aviação (1946), de um parque de diversões infantil (1955) e até mesmo da construção de mictórios públicos (1956).⁸

⁷ Ata do projeto lei nº. 02, de 21 de junho de 1950.

⁸ Registramos apenas que essas três propostas de obras referenciadas não foram realizadas, não passando apenas de projetos de lei, sem deferimento da Câmara Municipal.

A justificativa para tais realizações parecia ser de interesse coletivo, pois afirmava-se que, a exemplo de outros centros “mais adiantados, Pombal precisa de alguns desses aparelhos”.⁹

Assim, entre os documentos arrolados na Câmara Municipal, a modernidade é um valor desejado entre os políticos locais e a cidade estaria vivendo o seu progresso, muito embora os discursos oficiais dos políticos locais e suas propostas de obras para a cidade, não encontrem grande respaldo entre nosso público entrevistado.

Longe de afirmar abertamente a sua condição moderna, para nossos narradores que vivenciaram aquelas transformações, Pombal não passava de um centro urbano pequeno e acanhado em termo de progresso, com umas poucas dezenas de ruas, e descrita de forma muito singular: uma discrepância foi-nos então marcada pela cidade dos projetos escritos e a cidade das memórias enunciadas.

Por mais que se registre nos documentos oficiais da Câmara Municipal o crescimento econômico e o progresso da cidade - a exemplo do ano de 1937, que atingiu a cifra jamais alcançada, mediante incentivos fiscais, possivelmente ocasionada pelo vigor de inúmeros impostos registrados no Código de Postura municipal de 1936 - não são poucas as falas que indicam uma percepção diferente sobre a cidade.¹⁰

⁹ Trecho transcrito do livro de atas da Câmara Municipal de Pombal, projeto-lei nº 61 de 14 de dezembro de 1956.

¹⁰ Numa ata datada de 02 de julho de 1937, registra-se a arrecadação pela prefeitura no valor de 216.963,320 réis, “*cifra significativa jamais atingida em tempo algum*”. Na mesma ata são discriminadas as ações planejadas pela prefeitura para a

Nem mesmo houve, através das falas, um grande esforço em datar aquelas conquistas materiais da cidade. Antes de tudo, para os nossos narradores o progresso não apareceu como uma idealização perfeitamente realizada em Pombal. Como afirmou o senhor Manoel Virgulino Sucupira, “a cidade era muito atrasada. Nem parecia uma cidade. Parecia um troço”. E acrescenta: “em 32 era [a cidade] muito nojenta. Num tinha nada”.¹¹ Assim, as evidências (escritas e orais) pareciam não informar os mesmos acontecimentos, muito embora o tempo da memória não seja tão preciso como as informações daqueles documentos.

O atraso, encarado como o arquiinimigo do progresso, também foi afirmado por outros narradores¹² e o sentimento de que a cidade mais parecia um “troço” também pode ser sentida em outras falas. Nestas enunciações sobre o passado, identificamos inicialmente uma cidade desprovida até mesmo dos ares de um centro urbano, inexistindo uma definição clara sobre a sua configuração espacial.

A indefinição de Pombal, nem enquanto cidade do progresso, e nem mesmo enquanto centro urbano bem definido espacialmente, nos aparece a partir de uma justificativa comum levantada por nossos narradores: sua própria constituição espacial, cujas definições eram muito diferentes das que hoje se apresentam.

isenção de impostos para instalação de um cinema que traria “*muita vida econômica e social à cidade*”, bem como o arrendamento do coreto central localizado na praça Rio Branco em construção, para que nele fosse instalado uma “bar, café ou sorveteria”, o que também traria “*muita vida à cidade e incentivo à reunião pública*”.

¹¹ Entrevista concedida ao autor no dia 11 de outubro de 2006.

¹² Para o senhor José Arruda “*Pombal era atrasada, reduzida e pequena*”. Informações também repetidas pelos senhores Francisco Lopes de Sousa e Antônio Santana, e pelas senhoras Benta Carneiro dos Santos e Célia de Medeiros Hugulino.

Sempre referida enquanto “uma cidade pequena”, esforçaram-se nossos informantes para mapear a geografia do espaço urbano, cujas fronteiras próximas eram definidas por um único elemento: mato, capoeiras. É claro que, no exercício de volta ao passado, os narradores foram levados a fazer muitas comparações com o presente. Por exemplo, onde hoje há casas, antes era o lugar de matos, riachos e cacimbas, como bem notou o senhor Arlindo Ugulino:

[a cidade] era de porte muito pequeno, principalmente se comparada a de hoje, a gente nota diferença muito grande... aqui mesmo na minha casa, nessa rua aqui, denominada Leandro Gomes de Barros, que é próxima à rua do Rio, antigamente era só mato. Só tinha a rua de Baixo, que essa sempre existiu, a rua do Comércio, a rua Nova. Ali por trás da rua Nova não tinha nada, nada. Era só mato.¹³

Uma cidade envolta em mata, muito diferente da espacialização que hoje se apresenta, nos apareceu em relatos de forma muito corriqueira. Como por exemplo, tentando se recordar da cidade de outrora, o senhor Antônio Santana comenta, que “isso aqui era tudo mato. Isso eu sei dizer... eu me lembro que Joaquim de Codó criava uns jumentos pra carregar água pra cidade. Ele e os jumentos colocaram água, bem dizer, até um dia desses(...)”.¹⁴

Tal estranheza em nossos narradores em identificar em Pombal um espaço “tipicamente” urbano em seus imperativos

¹³ Entrevista concedida ao autor no dia 08 de outubro de 2006.

¹⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 11 de outubro de 2006.

modernos (organização, fluidez, higiene etc.), também é ocasionada pela relação muito estreita que ela (a cidade) mantém com o universo rural, não apenas em termos de espaço mas também de práticas cotidianas.

A própria citação acima denuncia a forma de como o espaço urbano era consumido, sendo comum a criação de animais para fins domésticos, como por exemplo, para o carregamento de água, na falta de uma distribuição feita por encanamento, problema esse só resolvido na cidade na década de 1960.

No entanto, mesmo que corrente tais práticas, a exemplo da criação de animais na zona urbana, viria a modernidade organizar o espaço, expurgando vivências que não condiziam com a idealização criada para a “nova” cidade. Aos poucos o Código de Posturas se encarregava de organizar a disposição dos elementos que espacializavam a cidade.

Segundo o artigo número 36 ficaria “absolutamente proibida, sobre pena de multa” a circulação de “qualquer animal bovino, cavallar, muar, azino, caprino, lanígero ou suíno encontrado no perímetro urbano, [que] será apreendido e posto em depósito, de onde só sahirá depois de paga pelo seu dono a multa consignada no orçamento respectivo”. A própria lei justificava por que pretendia entrar em vigor contra os animais: em ataque aos “danos causados à arborização urbana e a qualquer móvel ou imóvel público ou particular”.¹⁵

Focando as vivências da cidade, parece mesmo que a lei tenha pesado nas práticas de criação de animais em Pombal a partir de 1936, como comenta a senhora Maria Amélia de Sousa:

¹⁵ Código de Postura Municipal de Pombal. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1936, p.08.

Por que os bichos iam pras ruas, comiam as coisinhas na praça, fuçava as coisas que tinham no chão, lá na cidade, não é? Onde vendia esses negócios de arroz, feijão. Por que o povo tem muito medo por que a criação mete logo a bocona dentro das coisas. Não deixava por isso. Aí prendia. Aí a pessoa ia soltar e pagava um totalzinho, que era pra o povo ter cuidado, pra não deixar solto.

Na condição de criadora de animais, entendeu a nossa narradora em que se revertia a ação da lei: em benefício da cidade, dentro dos anseios de higiene e ordenamento. Por isso, a circulação de animais soltos na cidade deveria ser proibida, sendo o bicho apreendido e o seu dono responsabilizado por se tratar de sua propriedade.

Na mesma medida, corroborando com aquela narradora, a senhora Benta Carneiro afirmou que suas cabras eram perseguidas pelos prefeitos, posto que já se tornara proibida a circulação de animais na rua: “Bateu na rua, ia preso. Pra tirar era cinco mil réis. Porco, cabra, carneiro, cavalo. Foi animal, prendia tudo. Só não prendia galinha, mas o resto... Se soltasse eles prendia (sic). Era um povo perverso”.

Percebemos pelas falas da senhora Benta Carneiro que o ideal de organizar a cidade livre da circulação desses animais era uma ação de perversidade, induzidas pela administração municipal que cerceava a liberdade dos animais em também espacializarem a cidade: a cidade parecia ter “donos” sendo gerida por regras próprias e novas, um pouco difíceis de entender e, sobretudo, muito perversas para tolerar.

Contudo, percebemos que tais criações de animais não se davam fora da cidade, e sim no seu espaço, sendo esta mais uma prática combatida pelo Poder Público municipal, uma vez que era condenável de ali existir. Idealizações da cidade moderna que se chocavam com as práticas tidas por inapropriadas ao seu perímetro, devendo se manter vigiada e punida tal transgressão.

Também percebemos que o universo rural era transposto através de algumas práticas por seus habitantes, tais como criar animais ou simplesmente praticar o recolhimento de lenha nos arredores do perímetro urbano, como fica claro nas palavras impositivas da senhora Ana Pereira Damascena: “Nossa! Quanto tempo eu não fui apanhar lenha no mato? A gente descambava não sei pra onde, bem longe, num lugar que se chamava Cruz do homem. Trazia e vendia”.¹⁶

O simples hábito de apanhar lenha no mato pode ser encarado enquanto prática diária que parecia se confundir com a labuta dos moradores do campo, e que não foram vividas apenas pela senhora Ana Pereira Damascena, se estendendo a vivência de um trabalho, aparentemente, infantil.¹⁷

Além disso, tal fala revela que, encontrado morto num ponto já considerado perímetro urbano, o homem e sua fatalidade serviram para os habitantes espacializarem, ao seu modo, a cidade, trazendo referências comuns aos espaços praticados (para colher lenha), mesmo sem a anuência do controle e estratégias do Poder Público municipal.

¹⁶ Entrevista concedida ao autor no dia 15 de janeiro de 2007.

¹⁷ Comenta a senhora Maria de Lourdes Nery, em entrevista realizada no dia 16 de janeiro de 2007, que era muito comum que ela fosse buscar lenha nas terras de seu avô ou em serrotes distantes da cidade, juntamente com outras meninas. Também comenta a senhora Benta Carneiro que a mesma “*ia ver muita lenha no mato pra cozinhar*”, pois “*não tinha esse negócio de carvão não. Era tudo trempe aí do meio dos terreiro (sic)*”.

Em sua cotidianidade o próprio dia começava para algumas pessoas muito cedo, cujo trabalho em nada parecia ser característico às tarefas e afazeres urbanos, nem modernos, como comentou a senhora Maria Amélia de Sousa, na atividade de abastecer de água sua casa, no seu tempo de infância:

Eu era disposta e minha mãe abastecia pote, era tudo cheio de água. Era cabeça e cacimba. Eu mesmo tinha muito medo de cururu e passava mais de meia hora desgutando, desgutando, desgutando com um nojo! A gente começava 4 horas da manhã, enchia tudo pra dar até pra as criação (sic) porque a gente tinha galinha, porco.¹⁸

A prática cotidiana, bem como a espacialidade descrita, em nada denunciaria que a narradora morava na Rua dos Roques, lugar já urbanizado na década de 1930 em diante, e que abrigava a indústria de beneficiamento de óleos Brasil Oiticica S/A e a Estação ferroviária, com seus trilhos ligando as cidades aos homens.

Práticas cotidianas comuns entre os pombalenses como “carregar água na cabeça”, “desgotar cacimba”, “recolher lenha”, “acordar às quatro horas da manhã” e “criar animais”, enquanto afazeres domésticos diários, parecem mesmo distanciar nossos narradores sobre os sentidos do que deveria ser uma cidade moderna naqueles idos ou, no mínimo, torna turva a sua percepção de que o espaço pombalense estava no “caminho certo” para realizar tais ideais de progresso, como afirmava o Poder Público municipal.

¹⁸ Entrevista concedida ao autor no dia 09 de outubro de 2006.

Mas não que Pombal seja descrita apenas pelas representações de pequenez e espacializada sempre pelos limites da “mata”, indicando um cotidiano urbano semelhante ao espaço rural. Suas transformações materiais modernas, muito embora não fossem abertamente descritas, também habitavam a memória e as experiências dos narradores, bastando apenas ser despertadas.

Assim, aos poucos vamos entendendo como a modernidade pombalense foi vivida por seus antigos (me)moradores, sendo configurada a partir de outros parâmetros, obedecendo a suas peculiaridades locais, observadas em sua espacialização, o ritmo e o decantamento daquelas conquistas materiais, corroborando com as considerações de ARANHA (2001).¹⁹

Essa outra configuração da cidade pela memória foi agenciada por falas que a significaram diferentemente, como dado, por exemplo, nos nomes das ruas e outros espaços locais. Divergindo das atuais nomenclaturas urbanas, percebemos que ao evocar a cidade, a lembrança acabou espacializando uma cidade própria, cujos nomes das ruas pombalenses aparecem com outros significados e cujos registros, segundo SOUSA (2001)²⁰, foram marcados por uma sensibilidade peculiar cotidiana, contrastando com a marca da indiferença das formas modernas de nomear a cidade.

São diversos os enunciados que significam as ruas do antigo espaço urbano, cujo sentido passou pela escolha e identificação dos próprios moradores. Assim, temos citadas as ruas “do Rio”, “Nova”, “da Cruz”, “dos Roques”, “do Comércio”, “dos Pereiros”,

¹⁹ ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômica e práticas culturais (1880-1925)**. 2001. Tese (Doutorado em História)- UNICAMP, Campinas. Editoração eletrônica.

²⁰ SOUSA, Fábio Gutemberg B. **Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)**. Campinas. 2001. Tese (Doutorado em História) – UNICAMP. Editoração eletrônica.

“do Sol”, “Preta”, “Estreita”, nomes que contrastavam com as significações pretendidas pelo Poder Público Municipal.

Sintoma desse contraste, tomemos como exemplo a seguir a justificativa de uma das mudanças de nome de ruas ocorridas em Pombal, proposta pelo projeto de lei número 25, datado de 07 de abril de 1956, quando o vereador Hildo de Assis Arnaud solicita a autorização da Câmara Municipal para dar a uma das ruas da cidade o nome de Felemon Estevão de Sousa, justificando que:

Será sempre muito interessante reservar as vias públicas para servirem como homenagem àqueles que consagraram sua vida ao trabalho honesto e construtivo. Tantas ruas por aqui existem com nomes impróprios e sem nenhuma significação. Além de tudo, temos que considerar o progresso da nossa cidade, cortada por todos os lados de ruas já construídas ou em construção.

A justificativa acima compreendia que as antigas significações dadas às ruas da cidade não condiziam com o progresso vivido por ela naquele instante. Tais significações, nomeadas pela identificação social, ganham o sentido de “impróprios” e sem nenhum valor, sendo mais importante homenagear aqueles que trabalhavam honestamente para a construção da cidade. Uma homenagem não aos seus caminhantes comuns, pessoas ordinárias em Pombal, que também podiam ser honestos e trabalharem para o seu “crescimento”, mas apenas aos “mais importantes”, os filhos ilustres.

A cidade também ganhou significados próprios ao revelar seu cotidiano através das falas, principalmente a partir da associação das conquistas materiais urbanas às histórias de vida de cada

narrador, fazendo ver maneiras próprias de habitar e espacializar Pombal naqueles idos, cujas conquistas foram vividas diferentemente.

Quando interrogados sobre as conquistas materiais da cidade, a maioria não se furtou de aprovar as transformações e passou a buscar na memória as práticas que passaram a se realizar a partir de tais “novidades”. Aos poucos a cidade foi deixando de ser um território ermo, e passou a ter significados para a história de vida de cada narrador. Assim, a própria representação da cidade se modifica durante as entrevistas, deixando de ser uma espacialidade narrada por alguns como um espaço quase “sem nada”, para dar lugar a outras significações, principalmente quando interpelados sobre algumas conquistas materiais específicas.

No movimento de olhar para trás e perceber o passado, utilizando da memória e das experiências vividas, alguns relatos pareciam indicar os limites ou ausência do progresso no espaço urbano pombalense. Para estas representações, Pombal daqueles idos foi descrita como “uma cidade atrasada, reduzida e pequena”, “uma migalha de cidade”, “uma cidade sem futuro... uma cumbuca”, “uma cidade parada”, e mesmo “uma cagada”.²¹

No entanto, incitados a pensar sobre suas transformações urbanas e suas conquistas materiais, aos poucos outras representações são agenciadas, por outros narradores, para esta mesma cidade, aparecendo-nos de forma muito sutil e que careceu redobrada atenção.

Em se tratando de uma primeira observação notamos que, quando pontuadas tais conquistas materiais, essas não vieram discriminadas como obras públicas realizadas por tal ou qual

²¹ As afirmações foram feitas pelos narradores José Arruda, Maria Amélia de Sousa, Antônio Santana, Maria Adélia Felinto e Benta Carneiro, respectivamente.

político (deputado, prefeito ou vereador, por exemplo). Salvo algumas poucas exceções - quando dados alguns lampejos fortuitos da memória - a maioria dos nossos narradores mantiveram certo distanciamento ao associar as conquistas materiais aos personagens políticos locais.

Falamos de lampejos fortuitos da memória, pois percebemos que quando associadas às transformações materiais da cidade a tais personagens políticos, o sentido não parece ser o de evocar louros à sua personalidade. Quando associados às conquistas materiais, os seus nomes pareceram muito mais um esforço para marcar o tempo, ou seja, uma forma de situar a memória numa dada temporalidade, de organizá-la dentro de um passado remoto.

No decorrer das falas, as transformações materiais, em consonância com as experiências simbólicas, já aparecem em representações cujo sentido é de “algo bom”, pois trouxe “progresso para a cidade”, mesmo que elas tenham vindo “tarde e devagar”.²²

Para outros narradores, tais transformações materiais foram vistas de forma bastante cautelosa, pois o seu resultado foi em parte desagradável, pois acabou modificando o próprio sentido de habitar a cidade. A declaração de que “materialmente as transformações foram boas, mas moralmente elas foram muito ruins”, nutre certa saudade do tempo que não volta, de uma “vida que era melhor”, cuja relação social era “mais animada e unida”.²³

Mas apenas para a senhora Ana Pereira Damascena, as transformações urbanas pombalenses significaram algo negativo, pois a modernidade só trouxe para a cidade violência, quebrando

²² As afirmações foram feitas pelos colaboradores Maria Adélia Felinto, Maria de Lourdes Nóbrega e Francisco Lopes de Sousa, respectivamente.

²³ As afirmações foram feitas pelas narradoras Célia de Medeiros Hugulino, Bernardina Pereira do Nascimento e Maria de Lourdes Nery, respectivamente. Foi

o seu ritmo “calmo e inocente”, evocando um sentimento da saudade para a cidade que viveu e viu modificar-se.²⁴

Considerações finais

A cidade que ora apresentamos se constitui como um mosaico de representações, dados pelo ato de lembrar as vivências que passaram e que foram visibilizadas pela oralidade. Nem mais verdadeiras, nem mais falsas: elas apenas evocam no presente uma cidade que já foi.

Assim, as percepções em torno das transformações urbanas pombalenses não são representadas da mesma forma por quem às vivenciou, cujos sentidos se alegraram (ou não) com o seu progresso, se ressentindo pela saudade ou mesmo se chocando por seus conflitos.

Mas não podemos também deixar de perceber que através dos relatos de espaço acionados pelo exercício de lembrar as transformações urbanas pombalenses, aos poucos a cidade ganha outros ares e é composta por outras imagens, a partir da percepção de outras práticas e de outros lugares agora presentes em suas vidas.

Passeios na estação ferroviária, nas praças, no cinema, os benefícios da energia elétrica para alguns, a possibilidade de emprego, o crescimento espacial da cidade para outras áreas, as

possível perceber em algumas falas o tom de crítica por alguns problemas vividos pela cidade após essas transformações, tais como consumo de drogas, desrespeito aos costumes e aumento da violência e prostituição.

²⁴ Entrevista concedida ao autor no dia 15 de janeiro de 2007.

zonas proibidas e os atos que proibiam, foram temas pontuados por nossos narradores e merecem atenção cuidadosa. Mas essa já é uma outra história que carece de outros passos e espaços narrativos.

Severino Cabral Filho*

O presente artigo trata de um embate entre a tradição e o moderno, e o seu ponto de partida é, até certo ponto, peculiar. Estamos considerando duas imagens tratando de um mesmo objeto: por um lado, uma imagem discursiva emitida por um eminente advogado e intelectual campinense; por outro lado, uma imagem fotográfica cuja autoria, até o presente, nos é desconhecida. As duas imagens versam sobre as implicações da feira livre da cidade de Campina Grande, Paraíba, no decorrer das décadas de 1930 e 1940.

Quando consideramos que há entre essas duas imagens o estabelecimento de um conflito envolvendo a tradição e o moderno estamos nos reportando a determinadas práticas sociais populares arraigadas no seio de uma cidade com fortes traços rurais, cujos hábitos e formas de estar no mundo são o resultado de vivências herdadas e aprendidas. Na contramão desses hábitos e com o claro objetivo de desarticulá-los, procurou-se instituir, através de um discurso fundado na cientificidade e na idéia de progresso, novas práticas e hábitos sociais que, na visão dos emissores dessas premissas modernizantes, constituiriam o estabelecimento de uma vida moderna e civilizada em Campina Grande.

No dia 12 de junho de 1940, o jornal Voz da Borborema²⁵, publicou um artigo intitulado “O Mercado Público”, de autoria do

* Doutor em Sociologia e Professor de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal da Campina Grande.

²⁵ O jornal Voz da Borborema, criado na cidade de Campina Grande, circulou de 1937 a 1940 e pertencia à família do interventor federal no Estado da Paraíba Argemiro de Figueiredo. Os grifos são nossos.

bacharel em direito Carlos Alencar Agra, um dos mais importantes intelectuais de Campina Grande. Como veremos, esse texto está atravessado por muitas das categorias constitutivas do ideário moderno que tão forte influência exerceu sobre os homens de letras e sobre os reformadores urbanos europeus e brasileiros desde o século XIX, ideário que cimentou pensamentos e ações orientados para o estabelecimento e legitimação de uma nova ordem social fundada na racionalidade científica, promotora do progresso. O artigo elogia a moderna iniciativa do prefeito Bento Figueiredo que:

Numa larga visão de administrador moderno, apoiado nas observações pessoais no que tange à arquitetura, colhidas no sul do país, teve o acerto de, com o bom senso e sentimento estético que lhe são inerentes, engrandecer Campina com um mercado público, obra portentosa que se ergue no planalto das Pitombeiras desta cidade.

Carlos Agra recorre aos seus conhecimentos em História para justificar a edificação do Mercado Novo na cidade apresentando-o como “fator primacial do progresso”, progresso para o qual deveria concorrer toda a atenção dos poderes públicos.

A função social e a influência que exerceram os mercados na evolução dos povos, no desenvolvimento do comércio e da civilização cabe o justo título de fator primacial do progresso. Não foi sem fundamento que se erigiu em doutrina a “Interpretação Econômica da História”, de vez que, constatado ficou ser o fator econômico a pedra fundamental sobre que repousa todo

o edifício da sociedade. Condição de vida, sustentáculo da conservação de indivíduos e nações – o fator econômico, que continua imprimindo ao movimento social e a vida mesma do homem fisionomia e formas que são, positivamente, o reflexo da natureza, crescimento e evolução da produção e da troca – deve ser encarado pelos poderes públicos com a devida atenção que lhe é merecida.

O nosso letrado não deixa de valorizar a importância estratégica da contribuição fiscal da cidade para os cofres do Estado, ao mesmo tempo em que lhe atribui importância infra-estrutural e humaniza-a ao dotá-la de valores intelectuais próprios a homens como ele, valores inconciliáveis com a mácula que a feira representava para as suas ruas centrais. Essa abordagem em torno dos “tipos humanos” misturados em práticas puramente mercantilistas feita pelo bacharel Agra nos lança algumas luzes sobre o pensamento de pessoas como ele a respeito da condição humana ao mesmo tempo em que estabelece uma base científica respaldada na História e na Economia sobre a qual repousaria um insistente e recorrente discurso contra a prática das feiras livres no centro de Campina Grande.

Campina Grande, que é por excelência a fonte donde promana a mais valiosa contribuição econômica em prol do Estado, cuja veia arterial que é o comércio, se desdobra em múltiplas atividades – não podia continuar sem mercado. De outro lado, dotada de saneamento e culta que já é, se enxovalhava com a permanência das feiras no dorso de sua rua principal.

Em seguida, Carlos Agra recheia o seu texto com o discurso preconceituoso com o qual muitos daqueles homens de letras emitiam, indiscriminadamente, as suas impressões sobre determinados hábitos comuns às camadas sociais constitutivas daquela sociedade – a “justaposição heterogênea de tipos humanos” – e as suas práticas sócio-culturais, mas não sem basear-se nas recentes premissas alardeadas pelo saber médico, saber que buscava, com esforço titânico, introduzir novos hábitos no meio urbano condenando práticas tidas como anti-higiênicas e insalubres cujo corolário era a idéia de promiscuidade, incompatível com o progresso em sua cidade. O autor reconhece a praxe, o hábito arraigado das feiras livres naquela sociedade mas, ao decretar a sua incompatibilidade com o progresso, reivindica a sua morte.

As feiras constituídas por uma justaposição heterogênea de tipos humanos, nos quais se vê uma variedade infinita de raças, cor, idade, sexo, cultura, etc. e ainda por um estoque de mercadorias, inequivocadamente, representam a mais visível expressão de promiscuidade. Nesse ambiente, laços que unem pessoas e bens, outros não podem ser senão as relações mercantilistas, interesseiras, de fundo puramente biológico. A praxe das feiras já não se coadunava com o progresso de Campina Grande.

Por fim, amplia o leque de possibilidades do seu texto ao associar o novo mercado a padrões estéticos onde a funcionalidade implicaria uma noção de ordem cujo objetivo seria o de retirar de Campina Grande traços provincianos e sertanejos emblematizados

nessas “aglomerações humanas periódicas”. O que esse discurso deixa transparecer, a nosso juízo, é um desejo fervoroso de Carlos Agra – e daqueles que compartilhavam de suas idéias – de dotar a sua cidade de uma fisionomia urbana moderna, de acordo com os padrões urbanos planejados e desenvolvidos na Europa. Importava para isto a eliminação de todo e qualquer sinal de província e de sertão que Campina Grande ainda guardasse, sacrificando-lhe aspectos caros à sua constituição histórica.

O mercado novo em construção vem dar a Campina Grande um sentido de ordem na sua economia. Sob o ponto de vista estético, não é menos notável o valor que representa desde que, com o seu funcionamento se evitam essas aglomerações humanas periódicas que dão uma totalidade provinciana de cidade sertaneja.

Ao que parece nos colocamos diante de um discurso que exemplifica a projeção dos desejos dos seus letrados que, através dos canais oferecidos pela imprensa escrita, e conhecedores das transformações modernizantes que varriam não apenas a Europa desde a segunda metade do século XIX, mas também as principais cidades brasileiras desde as décadas iniciais do século XX, poderiam dar vazão aos seus devaneios modernos e com estes projetar mentalmente um modelo de modernização para Campina Grande.

Passemos agora a operar a tentativa de leitura da imagem fotográfica referida acima, buscando contextualizá-la com a mensagem de Carlos Agra, emitida três anos após a produção desta fotografia. Esta foto data do ano de 1937, e representa a feira da cidade, à rua Cardoso Vieira, centro de Campina Grande.



Fonte: Acervo do Museu Histórico de Campina Grande

Para proceder à leitura referida tomaremos como norte teórico o paradigma indiciário, que tem como base os vestígios dos quais as imagens fotográficas são fontes inesgotáveis, através do qual possamos chegar a uma aproximação deste período pela via da verossimilhança, procurando compreender as experiências cotidianas partilhadas neste universo. Isto nos permite pensar o verossímil como efeito ou possibilidade do real. Interessa-nos compreendermos existências humanas eternizadas nessas imagens e as suas relações com a sociedade da qual fizeram parte.

Contemplar essa imagem, analisando-a e confrontando-a com o artigo referencial do bacharel Carlos Alencar Agra poderá aproximarmo-nos razoavelmente da verossimilhança, do caráter plausível que essa mensagem expressa. Claro que não se trata de buscar, com esse procedimento, uma verdade cartesiana, absoluta da realidade social. Estamos certos que as imagens fotográfica e discursiva suscitam em nós sensações únicas e, assim sendo, não podemos desconsiderar o grau de subjetividade do qual a nossa análise estará plena.

Barthes²⁶ já nos ensinou que a imagem fotográfica não é o real, mas o seu análogo. O que uma fotografia pode atestar é uma determinada presença de algo ou alguém que esteve diante da objetiva em um dado momento. Portanto, estando diante de uma fotografia estamos diante de uma representação que se diferencia do mundo real mas, através de signos específicos desse real, conduz a uma representação orientada, fruto de uma opção.

Esta premissa nos conduz à dimensão epistêmica que as imagens em apreço podem reter, isto é, elas tornam-se um instrumento de conhecimento porque através das informações nelas contidas podemos vir a conhecer objetos, lugares, pessoas, desejos e projeções mentais que contribuem para a compreensão dos embates próprios de sua época, para uma certa visão e interpretação do mundo.

Campina Grande, como tantas outras cidades brasileiras, também serviu de palco para experiências modernizadoras bem ao estilo dos vitoriosos projetos arquitetônicos iniciados pelo Barão Haussman em Paris e que, no Brasil, teve nas reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, sob administração Pereira Passos, o seu exemplo maior.

Como vimos no artigo do bacharel Agra, a tradicional realização das feiras livres nas áreas centrais de Campina Grande foi um dos motes a partir dos quais os letrados locais reivindicaram a instituição do progresso e da civilidade na cidade, reclamaram por sua higienização, e um dos símbolos desta luta foram as recorrentes solicitações por uma área específica para a comercialização de produtos – sobretudo os gêneros alimentícios –, para um local seguro e, acima de tudo, salubre. Foi, portanto, nesse clima modernizante que se buscou, em nome de uma idéia de progresso, erradicar hábitos populares como, por exemplo,

²⁶ Veja-se *A Câmara Clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

comprar e comer as frutas na própria feira para logo em seguida atirar ao chão as suas cascas.²⁷

A esse preciosismo higiênico juntem-se as preocupações com a manipulação pouco cuidadosa dos alimentos por feirantes e consumidores e os possíveis riscos que esses descuidados procedimentos poderiam acarretar para a saúde do povo campinense. Tais preocupações revelam o medo de infecções e contágios que remontam aos tempos das teorias miasmáticas.

Para além das preocupações voltadas especificamente para a salubridade, tais apelos apresentaram também uma faceta moral: não foram poucas as vozes que clamaram contra a presença das prostitutas que passeavam pelas feiras, desafiando as zelosas e honradas donas de casa que para ali se dirigiam para realizar as suas compras.²⁸

Certamente estamos diante de uma imagem paradoxal, uma vez que um dos valores mais caros ao ideário moderno é o trabalho, uma categoria fundadora de uma determinada ética social que deveria ordenar valores, comportamentos e ações.

Olhando bem para essa imagem verificaremos que ela está plena de trabalho. O seu caráter paradoxal reside no fato de que, se atentarmos para o enquadramento da imagem vemos que a feira foi disposta de uma forma quase que caótica, em contraponto com a ordem geométrica das edificações e das pedras do calçamento que lhe servem de cenário. Vemos uma quantidade

²⁷ Essa discussão e a grita dos letrados em prol da construção de um novo mercado público para abrigar este tipo de comércio data do início dos anos 1930: veja-se a esse respeito o trabalho de Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa: *Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande – 1920-1945*. Tese de doutoramento em História. Campinas, São Paulo, Unicamp, 2001.

²⁸ *Idem*, p. 265.

considerável de pessoas aparentemente desordenadas num fluxo que sugere desordem, desleixo.

Essa imagem certamente justificaria a grita dos letrados campinenses contra a promiscuidade existente nesses locais de comércio: observemos as frutas expostas ao chão, ou mal acondicionadas em cestos e sacos aparentemente precários, em contato direto com as pedras do calçamento. É até possível que os cestos que acondicionam as frutas sejam os mesmos que também aportam nas cabeças dos carregadores, com as suas precárias e sujas vestimentas e os seus pés descalços.

Vemos algumas pessoas agachadas – provavelmente consumidores ou vendedores manuseando esses produtos. Atenemos para as proximidades dos cestos e veremos o que parece ser algum tipo de lixo ou cascas de frutas atiradas ao chão bem ao gosto da tradição popular, o que levou muita gente influente da cidade a reclamar contra os inevitáveis escorregões sofridos por aqueles que por ali se aventuravam.²⁹ As barracas retratadas dão-nos a impressão de que desmoronariam a qualquer momento o que, certamente, acarretaria perigo para quem por ali passasse.

Portanto, a chave para entender o paradoxo nessa fotografia é a idéia de ordem recorrentemente presente nos discursos e ideário dos letrados – tal como vimos no artigo do bacharel Carlos Agra. O trabalho realizado na feira é um trabalho pleno de desordem, é um trabalho anti-higiênico, inestético, sobre o qual talvez a autoridade institucional não tenha muito controle.

Poderíamos, através dessa breve leitura, julgar que essa foto teria se prestado às justificativas dos letrados campinenses nas suas reivindicações por um novo mercado para Campina Grande. Todavia, as imagens fotográficas para além de expressarem determinadas demandas do poder, determinados feitos do poder

²⁹ *Idem*, p. 264.

em toda a sua pretensa eficiência, prestam-se também para representar imageticamente os trabalhadores e, em conseqüência, permitem uma leitura que possibilita uma elaboração de sua existência social e, nesse sentido, uma leitura mais ampliada da cidade.

É necessário considerar a dimensão epistêmica dessa imagem, isto é, esta fotografia como instrumento de conhecimento na medida em que ela nos informa sobre objetos, lugares e pessoas, o que nos permite imaginarmos o passado que ela representa, considerando estilos de vida, hábitos sociais, estratégias de sobrevivência e, um dado importante, a presença ostensiva dos pobres na cena urbana, tomando-lhe o primeiro plano.

Percebamos a quantidade de crianças circulando nesse universo comercial, muitas delas em atividade de trabalho. Nesse sentido, podemos imaginar a feira no seu caráter pedagógico, contribuindo para a introjeção dos valores do trabalho numa sociedade na qual um dos mais caros sentidos na sua constituição imaginária foi exatamente a sua identificação com a atividade produtiva: estava-se, talvez, implementando os alicerces simbólicos da futura “Campina Grande, capital do trabalho”.³⁰

Como não vemos nessa imagem muito da tradição do comércio popular de Campina Grande? A maior parte das pessoas retratadas nessa imagem é constituída aparentemente por pobres. Atente-se para os pés descalços, os chapéus puídos, as roupas desgastadas ou rasgadas. A pobreza que essa imagem da tradição expressa fere o senso estético de sua ilustrada elite. Mas para além dos devaneios estéticos dessa elite que condenava os pobres

³⁰ A elite campinense sempre esteve atenta quanto à criação de epítetos grandiloquentes com os quais atribuíam e continuam atribuindo valores simbólicos e reais à Campina Grande: “Liverpool brasileira”; “Capital do trabalho”; “Rainha da Borborema”... Foram expressões que se prestaram a fixar no imaginário campinense uma valorização positiva de sua cidade.

na sua feiúra, é importante atentarmos para o que essa imagem pode nos revelar acerca das condições de sobrevivência desses homens e mulheres, comerciantes e consumidores aqui retratados.³¹

Essa fotografia revela que a feira em Campina Grande é um mundo a ser descortinado, para além de suas precípuas atividades comerciais. Percebamos também certos hábitos populares que apontam para a descontração: escorar-se às paredes para a conversa entre prováveis amigos indica este ambiente como um espaço de sociabilidade e enraizamento. Lugar de inocência: duas crianças caminham, abraçadas, pela calçada à esquerda, em aparente indiferença ao movimento à sua volta.

O contraponto à generalizada pobreza retratada nessa fotografia é o casal que se aproxima da feira, em trajes sóbrios. Observemos a sua vestimenta: o homem de sobrecasaca e chapéu escuros e a mulher, de vestido igualmente escuro, talvez preto. Parecem ser pessoas que não fazem parte do mundo propriamente dito das atividades feirantes. Pelos seus trajes podemos imaginar que não são feirantes, mas pessoas de um poder aquisitivo maior. De braços dados, aparentam estar observando o movimento, mas, talvez, sejam igualmente consumidores que recorriam às feiras livres para abastecer as suas mesas das frutas e demais mercadorias ali expostas, compondo o universo indistinto descrito pelo bacharel Agra como “uma justaposição heterogênea de tipos humanos, nos quais se vê uma variedade infinita de raças, cor, idade, sexo, cultura”, em pleno ato de promiscuidade.

Talvez seja prematuro afirmar que algumas dessas imagens tenham um caráter deliberadamente político, no sentido de denunciar a exclusão social, a pobreza, etc. O que queremos

³¹ Veja-se KOURY, Mauro G. P. Fotografia e cidade. In KOURY, Mauro G. P. (org.) *Imagens & Ciências Sociais*. João Pessoa, Editora da UFPB, 1998 (p. 109-117).

ênfatizar é que nesse esforço para uma produção imagética da cidade de Campina Grande nesse período, alguns fotógrafos tiveram a sensibilidade de registrar cenas urbanas que talvez não expressem as imagens desejadas pela sua elite letrada. São, certamente, imagens paradoxais e que nos permitem pensar que a mensagem fotográfica nos possibilita a identificação de conflitos e de contradições envolvendo os desejos que pretenderam instituir certo modelo de cidade e a presença opositora de pobres nas ruas centrais da cidade negando tal modelo.

Claro está que aqueles fotógrafos que as produziram tinham intenções bem claras ao apontarem as suas objetivas para determinados pontos da cidade: vislumbraram as suas edificações, as suas praças, o cotidiano de sua gente, as suas festas... E não se pode deixar de observar que certamente estes fotógrafos sofreram influências não apenas de determinados padrões fotográficos consagrados à época, das técnicas e da tecnologia fotográfica então em voga, mas, principalmente, de certo pensamento modernizador que estava na ordem do dia dos letrados campinenses que, por sua vez, os absorvia e alimentava no seu contato diário com o pensamento corrente no Ocidente, sobretudo com o pensamento de administradores e técnicos de cidades brasileiras que passavam por esse processo de profundas reformas. Não esqueçamos que o bacharel Carlos Agra louva o prefeito Bento Figueiredo pela sua iniciativa de administrador moderno e sensibilidade estética. Todavia, essas qualidades atribuídas ao prefeito apenas se justificam em função de suas observações pessoais, do seu contato com o sul do país (onde o prefeito fora observar in loco os modelos de arquitetura em voga), região que abrigava a fonte de onde emanavam todas as receitas de modernização para o Brasil.

Por estas razões, os fotógrafos que revelaram Campina Grande pretenderam mostrá-la como uma cidade moderna ou, pelo menos, desejaram fazê-lo através de sua produção. No entanto, não obstante toda a influência de natureza cultural e tecnológica que eles sofreram, as imagens que estes fotógrafos lograram deixar-nos como herança talvez não seja a cidade do desejo dos seus administradores à época porque, assim parece-nos, a produção dessas imagens não foi realizada para atender a demandas do poder público campinense.³²

Os acervos fotográficos transformados em fonte de pesquisa ativam uma forma peculiar de recepção. Agora o que prevalece é a ação do pesquisador sobre um material do qual ele deseja extrair significados que, a rigor, não estão necessariamente dados nas imagens examinadas. Claro está que o referente fotográfico é sempre o ponto de partida: ele nos permite a visualização de modos e modas, formas de trabalho, tipos de diversão, etc. Mas, de acordo com Bourdieu, “o que é fotografado e o leitor da fotografia apreende, não são propriamente os indivíduos, em sua particularidade singular, mas os papéis sociais...”³³. Na verdade o pesquisador busca o conflito, aquilo que não está explicitado ou, pelo menos, que não está evidente nas imagens; procura as razões e os significados dessas imagens, a que representações elas poderão conduzir.

Recorrer a imagens que não foram produzidas para o pesquisador, imagens que são apenas fragmentos de um

³² Há indícios que sugerem que grande parte da documentação fotográfica que temos é um produto do trabalho diletante de fotógrafos que viveram e trabalharam em Campina Grande, o que a diferencia de conhecidos centros urbanos brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife, cujas administrações municipais contrataram fotógrafos para documentar os seus processos de transformação urbana, o que resultou em álbuns fotográficos marcado por uma *intencionalidade* imagética que se prestou ao atendimento das demandas destas administrações.

³³ Apud. LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo, Edusp, 1993, p. 95.

determinado momento histórico, e a partir delas ousar significar o passado, implica para o pesquisador recorrer a um amplo jogo de construção no qual a imaginação desempenha um papel fundamental. A recepção que o historiador faz a tais imagens, buscando interpretá-las, passa necessariamente pelo filtro cultural no qual ele está inserido e, na busca da interpretação desse desconhecido, diante da possibilidade de atribuir-lhe novos significados, de aproximar-se desse passado pela via da verossimilhança, há a necessidade de explorar outros tipos de fontes de pesquisa – tal como estamos tentando fazer com fontes escritas deixadas por letrados campinenses. Assim, o trabalho de recepção às imagens fotográficas passa por um processo de ampliação.

Importa que em seus desejos de modernização, ao condenar e demonizar hábitos populares arraigados e, ao mesmo tempo, reivindicar para Campina Grande um modelo de cidade que lhe era estranho, a elite letrada campinense – aqui representada pelo artigo que herdamos do senhor Carlos Agra – nada mais fez que projetar imaginariamente um modelo de cidade que estava ainda longe de concretizar-se.

A Campina Grande dos anos 1930 e 1940 ainda estava impregnada de valores e hábitos sociais fundados na tradição e cuja maior parte da população sequer compreendia ou se importava com os reclames de setores de suas elites pela modernização da cidade. Conceitos como higienização profilática, saneamento e salubridade estavam distantes dos horizontes de pessoas que costumavam comer frutas na feira e, pelas ruas nas quais elas funcionavam, abandonarem as suas cascas.

Essas imagens nos permitem imaginar uma determinada realidade social que, em função da insistência dos cronistas e autoridades que desejavam um novo mercado para a cidade, pode

ser lida como um símbolo de resistência de uma população afeita a certas práticas culturais cuja liberdade era assegurada pelo espaço amplo e a céu aberto que algumas ruas do centro de Campina Grande asseguravam.

Festejos, folia e saudade – cartografias da festa da Padroeira de Campina Grande-PB

Regina Coelli Gomes Nascimento*

... Ah! Campina Grande de minha infância!
Como era agradável a tua brisa,
boa, bem boa a tua gente,
bons os teus homens,
honrados os teus comerciantes.
inocentes os teus brinquedos, bonita
poética e viva
a tua festa da Conceição
que hoje não vale mais nada...

(PIMENTEL, 1958, 126)

O poeta em sua fala demonstra seu saudosismo, desejo de voltar no tempo e preservar a inocência e acontecimentos que considera “bons”, como as festas em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. Esta era uma das festas mais esperadas na cidade na primeira metade do século XX, tinha início no dia 24 de dezembro e se estendia até o dia 1 de janeiro do ano seguinte. Comemorava-se o natal e o ano bom.³⁴ O cenário para a festividade era preparado com dias de antecedência. Os dirigentes da Igreja Católica organizavam os festejos religiosos e a população dividia-se em grupos para sair às ruas. Assim eram

* Doutora em História. Professora da Unidade Acadêmica de História e Geografia de Universidade Federal de Campina Grande - PB

³⁴ No Brasil, o culto em homenagem a “Nossa Senhora da Imaculada Conceição” teve início na Bahia em 1549, quando Tomé de Souza chegou a Salvador trazendo uma escultura da santa. Atualmente os festejos em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, da Diocese e da Catedral, acontecem no período de 29 de novembro a 08 de Dezembro. http://www.catedralcg.com.br/pastorais/hp_pastorais.php?cod_pastoral=01. Acesso em 15/04/2008.

organizadas as noites dos artistas, dos comerciantes, etc. (MORAIS, 1985, p. 43).

A festa era realizada na Avenida Floriano Peixoto, próximo à matriz onde os pavilhões, barracas e parques de diversão eram armados. Inicialmente ocorriam as cerimônias religiosas, geralmente no final da tarde, depois o povo se espalhava pelas ruas para se divertir e aproveitar as novidades. Os moradores e visitantes procuravam as barracas com prendas e sorteios, roletas de jogos com prêmios, os arraiás, procuravam assistir aos desfiles ritualizados, concursos de beleza, dentre outras atrações que enchiam os olhos dos expectadores.

Nesses dias, a rua perdia sua tranqüilidade habitual e se transformava num alegre e animado espetáculo que enfeitava seus participantes. Eram dias de regozijo e contentamento. As ruas próximas à Igreja Matriz tornavam-se palco de um espetáculo marcado pelo encanto dos transeuntes que passeavam embalados pelo gozo do consumo e pelas inquietações próprias de moradores de uma cidade interiorana que perdia momentaneamente sua calma e tranqüilidade e buscava o movimento, a música, o passeio e a alegria da festa-espetáculo próprias das cidades modernas.

Além das mudanças observadas nas ruas, as casas também eram alvo de cuidados especiais. Alguns dias antes do início dos festejos eram cuidadosamente limpas, adornadas com flores e adereços natalinos, prontas para receberem parentes e amigos que chegavam para a festa. Os melhores objetos e utensílios domésticos eram usados para impressionar os visitantes. As lojas e mercearias anunciavam aos compradores os diversos produtos que poderiam ser adquiridos no comércio local, a Casa Indiana, por exemplo, destacava-se por oferecer aos seus clientes “Grande estabelecimento de fazendas, ferragens, miudezas, chapéus e perfumarias. Depósito permanente de linha corrente, camas de

aramé, malas, óleos, etc. Completo sortimento para ferreiros, marceneiros, sapateiros, correeiros, fogueteiros, pintores, seleiros, etc.,” A Casa Indiana ao oferecer objetos de uso pessoal, doméstico e industrial buscava dar visibilidade aos produtos que legitimavam a necessidade da população em mostrar-se moderna e atualizada com os novos signos ligados a conceitos de eficiência, beleza e praticidade. (ANNUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1925)

O cardápio a ser servido também merecia atenção, aquecendo as vendas de alimentos e bebidas. Os comerciantes procuravam despertar a atenção dos compradores de última hora. Os produtos industrializados encantavam a população seduzida pelas novidades que invadiam o comércio. O Armazém de Molhados destacava-se ao oferecer aos clientes um “Grande sortimento de gêneros de estivas, bebidas finas, doces, queijos, biscoitos, manteigas, conservas, etc.” A propaganda apelava para a necessidade da utilização de produtos que apresentassem eficiência, higiene, diversidade e praticidade, exigências da sociedade moderna.

Nesse sentido, comprar produtos industrializados significava também um rompimento com o passado, na medida em que os doces caseiros, os cigarros de palha, as roupas feitas em casa, foram perdendo espaço no mercado. Os anúncios passam a valorizar a padronização e o consumo de signos que buscam legitimar verdades e sensibilidades da sociedade moderna. Elaborando novos estilos de comportamento no qual beleza, eficiência e praticidade passam a definir o que deve ser consumido. E nesse processo de subjetivação os produtos consumidos pela família tais como roupas, brinquedos, alimentos, etc. são investidos de saberes que funcionam para dar legitimidade a uma nova racionalidade que atua disciplinando e segregando pessoas e espaços. Em Campina Grande-PB na festa da Padroeira da cidade Nossa Senhora da Conceição, nas primeiras décadas do século

XX, percebe-se um investimento da sociedade para definir os espaços destinados à socialização e exibição dos signos modernos.

Uma nova espacialidade passa a ser construída na cidade para circulação das pessoas que buscavam adotar estilos de comportamentos e costumes diferenciados dos modelos antigos marcadas pelo isolamento nos sobrados. Nos novos espaços de sociabilidades instaurados adultos, jovens e crianças passam a definir suas formas de ver e sentir a cidade. A vida passa a se desenrolar no passeio público, onde a população desfilava, passeava subjetivando através de gestos e atitudes sua condição social e econômica. A esse respeito Severino Guedes em entrevista a Ronaldo Dinoá afirma:

Todos, com suas roupas novas, saíam às ruas de Campina Grande e iam à missa, desfilavam no antigo coreto da praça e nas festas de rua. Destacando-se mais naquele tempo para os afortunados ou não, a celebre Lagoa de Roça, que eram palhoças cobertas de coqueiros com dois ou três cômodos. (DINOÁ, 1994, p. 110)

À noite a animação aumentava: palmas, músicas foguetes pipocando no ar e o povo alegre no meio das ruas, onde tudo parecia carnaval. A iluminação pública era reforçada para garantir brilho e cor às noites de festa, tudo deveria ocorrer de forma organizada satisfazendo os gostos mais exigentes. Era o momento para a exibição das novidades que invadiam o comércio, quando as pessoas procuravam se enfeitar e se arrumar melhor. Estas também eram formas de diferenciação social, uma vez que a maioria da população pobre não tinha condições financeiras para exibir o brilho e a elegância da época. Cada uma a sua maneira,

buscava aproveitar a euforia daqueles dias. Acerca dos festejos na cidade a senhora, Esmeraldina Agra Ramos afirma que as cerimônias religiosas eram realizadas na Igreja Matriz:

Nesta se realizavam as comemorações religiosas. Todas as demais atividades paravam quando o sino convocava a população para a costumeira missa do galo. Respeitosos e cheios de fé, as famílias ingressavam na Matriz a fim de participarem da Missa do Natal, celebrada pelo nosso Monsenhor Sales, paramentado com indumentária bordada de fios de ouro. Os cânticos da Celebração eram interpretados pelas beatas da casa de Caridade, em conjunto com as senhoritas da Associação das Filhas de Maria. (ANUARIO de CAMPINA GRANDE, 1981, p. 74)

A senhora Esmeraldina Agra Ramos em seu discurso dá visibilidade à consolidação do espaço da festa para os segmentos que possuíam condições econômicas para desfilar nos dias de festas com roupas adornadas, demonstrando beleza e elegância. As famílias ricas, para diferenciarem-se das famílias pobres, esmeravam-se no vestuário. A Casa Royal, por exemplo, oferecia “completo sortimento de calçados e chapéus, para – homens, senhoras e crianças – perfumarias, sedas e outros artigos de luxo”. Os proprietários buscavam atender os interesses de compradores interessados em produtos modernos que dessem visibilidade ao status social da família, que se construía como moderna e requintada disciplinada pelos novos padrões estéticos. (ANNUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1925)

Algumas famílias aproveitavam as facilidades do transporte ferroviário e se dirigiam à capital pernambucana para comprar as novidades oferecidas nas lojas, O Recife era o centro de inspiração para todos que desejassem acompanhar as últimas tendências da moda e apresentar uma imagem moderna, da família bem vestida e bonita. Outros, apesar de ocuparem os últimos lugares na igreja, vestiam a melhor roupa, participavam das cerimônias religiosas e se dirigiam às barracas afastadas dos pavilhões centrais, para comprar produtos vendidos a preços inferiores aos vendidos nas barracas e pavilhões centrais.

Nos dias de festas as moças calçavam sapatos refinados e confortáveis, chapéus coloridos, luvas, jóias, meias e vestidos confeccionados com tecidos finos comprados na Casa Iracema “Especialista em tecidos finos, para senhoras, bordados, rendas, fitas, perfumarias e artigos para homens” localizada na Rua Maciel Pinheiro um dos espaços mais disputados pelos lojistas da cidade. Os homens ostentavam sapatos de “bico de anjo” e paletós cintados e disputavam entre si a preferência feminina. Para apresentar-se elegante buscavam as roupas produzidas na Alfaiataria Londres que oferecia “Completo sortimento de casemiras, palm-beachs, alpacas, brins brancos e de cores – elegância e perfeição”. Assim, elegantemente vestidas, as famílias se deslocavam para as ruas centrais da cidade onde estavam organizados os pavilhões centrais e onde era possível celebrar a diferença e o prestígio social. Havia uma subdivisão de espaços, onde cada grupo procurava se enquadrar nos ambientes criados, a partir de suas preferências. Essa subdivisão ocorria, possivelmente, em função da condição financeira, política, social e intelectual do participante.

Os organizadores distribuíam nos dias de festa jornaizinhos, a exemplo do Novenário, O Pirilampo e o Vésper informando sobre as novidades, destacando os participantes mais elegantes, os encontros e desencontros. Também promoviam concurso de beleza

e neles havia espaços para os leitores opinarem sobre os destaques da festa. Esse, certamente, era mais um atrativo às famílias, para apresentarem-se com requinte e elegância. “Desejamos que os nossos leitores elejam entre os milhares de habitantes da cidade a florzinha mais mimosa – a criança mais gentil, a rainha da beleza, a moça mais formosa de 1929, o cavalheiro mais elegante e o clube de foot-ball mais simpaticizado de Campina Grande.” (NOVENAL, 31/12/1328)

Os discursos que propagavam o consumo e o lazer definiam os espaços de sociabilidades, praças, ruas, parques, passeios públicos e lojas comerciais passaram a oferecer uma nova racionalidade para estabelecer estratégias para ocupação do espaço público. Os indivíduos buscavam se relacionar de formas variadas circulando entre esferas sociais e universos distintos que se aproximavam e se distanciavam de acordo com as lógicas sociais e culturais de aproximações e distanciamentos.

Embora apenas os homens tivessem liberdade para circular em todos os ambientes, para as mulheres pertencentes às famílias ricas e tradicionais, essa liberdade era controlada em virtude das pressões sociais que estabeleciam limites para suas aparições em público. Com relação ao comportamento da população do interior nessas festas, encontramos na descrição de Graciliano Ramos a seguinte afirmação:

Amigos, parentes e vizinhos juntam-se em magotes pelas ruas, andam segurando-se uns aos outros, receosos de que um membro se desgarre, admiram as tendas iluminadas, as lanternas de papel, os capacetes dos mateus, as exposições de miudezas e os foguetes. (RAMOS, 1980, p.13)

Os “matutos” que se dirigiam aos festejos natalinos de Campina Grande não fugiam à regra. Alguns trabalhavam o ano inteiro nas fazendas e sítios próximos à cidade e recebiam no final do ano, dos proprietários, cortes de chita e alpargatas para participarem da festa. Eles não se misturavam. Com suas roupas simples, não compartilhava das mesmas barracas e pavilhões dos “grã-finos”, ocupavam a Lagoa de Roça, espaço inferior e desprestigiado da festa.

As fronteiras entre os pavilhões centrais e a Lagoa de Roça eram imprecisas, plásticas, contextuais e estratégicas dependendo dos freqüentadores e das situações relacionadas com os indivíduos que estavam envolvidos nos processos de sociabilidade. Para Antonio Pereira de Moraes:

Findo o passeio, os pavilhões iam-se esvaziando, e ficavam desertos. Somente a bagaceira, como se chamava, ficava curtindo nas barracas de Lagos de Roça, até alta madrugada, onde os boêmios cantando suas serestas matavam a saudade dos amores, saboreando a cachaça com caju e abacaxi, cujo cheiro era característico do ambiente. (MORAES, 1985, p. 43)

Apesar das críticas e dos comentários pejorativos, todos os anos a Lagoa de Roça recebia seus freqüentadores com múltiplos interesses, buscando encontros com investimentos e significados diferentes e instáveis, tais como ficar até altas horas da noite cantando os amores perdidos e procurando consolo nos braços das mulheres que freqüentavam as barracas ali estabelecidas.

Na segunda metade do século XX os parques de diversões armados na cidade passam a complementar os festejos natalinos. As crianças se deliciavam ao vestirem as roupas novas, as chamadas na época “roupa do natal e do ano novo” e passear nos carrosséis e rodas gigantes dos Parques “Maia” e “Lima”, essas eram diversões garantidas na cidade. O Senhor Agripino Lima, em entrevista a Ronaldo Dinoá, ao ser questionado sobre os melhores lugares para funcionamento do Parque Lima afirmou:

Foram dois. O primeiro no Largo da Matriz, onde o faturamento das pessoas era muito maior, enfim, era realmente uma festa. O outro era na Praça da Bandeira, um ótimo lugar. Daí pra frente, fomos levados para o escanteio, armando, por ordem, no bairro de José Pinheiro, São José, Parque do Açude Novo e agora na Estação Velha, que é um Deus nos acuda. Quer dizer, cada ano que passa o parque vai entrando na periferia da cidade. (DINOÁ, 1994, p. 455)

As crianças que freqüentavam os parques se deliciavam com os brinquedos que convocavam os visitantes a vivenciarem sonhos, fantasias e embriagar-se com o rodopiar do carrossel iluminado. Risos, gritos, medo de faltar energia, essas emoções eram vivenciadas até o momento em que tudo parava. Quanta decepção era o fim da brincadeira! Era o momento de voltar pra casa e relembrar com familiares e amigos as brincadeiras e alegrias compartilhadas e esperar mais um ano para viver novas emoções no parque de ilusões.

Nos bairros, eram organizados grupos de crianças e jovens para representar o pastoril, um folguedo popular de origem européia. Era estruturado a partir de representação dramática, composta de

várias cenas (jornadas), durante as quais se sucediam cantos, danças, partes declamadas e louvações. Era realizado entre o Natal e a Festa de Reis (05 de janeiro). Segundo dicionário de Aurélio Buarque de Holanda:

É um folguedo popular dramático, que se representa em um tablado ao ar livre, e em que há uma personagem masculina, o Velho, que conta anedotas, pilheria com os espectadores, vende prendas em leilão, tudo entressachado com cantos e danças de uma meia dúzia de personagens femininas, as pastoras. (FERREIRA, 2000, p. 359)

Em Campina Grande o “Pastoril do Bairro de José Pinheiro” era um dos mais prestigiados. As apresentações ocorriam regularmente, enquanto outros pastoris eram realizados nos demais bairros da cidade apenas nas festas de final de ano. Segundo GURJÃO:

O pastoril iniciava por volta das 19 horas e se prolongava até o amanhecer. As pastoras disputavam a atenção dos expectadores cantando e dançando, divididas em dois cordões: o azul e o encarnado. Tocava-se fole, zabumba, pandeiro e pife. (GURJÃO, 2000, p. 135)

A população participava ativamente, com interferências apoiando os cordões “azul” e “vermelho”, disputando espaços fazendo interferências engraçadas e improvisações, promovendo formas diferentes e inesperadas de movimento e animação. Os grupos desfilavam pelas ruas com suas indumentárias representativas e se encontravam para cantar e dançar, fazendo

coreografias, buscando conquistar a atenção dos expectadores que julgavam e decidiam qual o grupo vencedor.

As pastorinhas enfeitavam seus pandeiros com adereços e tocavam acompanhando o ritmo das músicas selecionadas. Ao final das apresentações, os organizadores avaliavam itens relacionados às apresentações dos grupos para definir o vencedor da noite. Um dos itens observados no momento da avaliação era o valor arrecadado pelos cordões através dos leilões e doações recebidas. Era comum as famílias de maior poder aquisitivo fazerem doações aos organizadores dos cordões. Quando o vencedor era anunciado gritos e palmas soavam nas ruas era o momento de festejar a vitória do cordão vencedor.

Até a década de 1990, o sistema elétrico da cidade era desligado à meia noite e nos bairros próximos ao centro da cidade os moradores ouviam o barulho dos fogos de artifício, ninguém falava apenas observava as luzes no céu esperando o término para poder confraternizar-se com parentes e vizinhos celebrando a passagem do ano. Aquele momento de espera parecia uma eternidade, para alguns a ausência da energia elétrica suspendia por alguns instantes o tempo e ressignificava aquele desejo íntimo de parar o tempo para poder controlá-lo. Para Delfina Bernardo da Silva ³⁵

Era diferente de hoje em dia, no momento que as luzes apagam passava um filme em nossas vidas, tudo o que tinha acontecido naquele ano era lembrado. Da minha casa no bairro do Quarenta dava pra ouvir o barulho

³⁵ Delfina Bernardo da Silva da Silva 82 anos. Entrevista realizada pela autora em 04/02/2008

dos fogos o céu ficava iluminado. Era bonito, sinto saudade.

A escuridão, as pessoas nas ruas, os carros buzinando e o barulho dos fogos sinalizava não apenas a passagem de um ano para outro, mas, também a possibilidade de restaurar o caos e isto acontecia no momento em que a iluminação era restabelecida, o retorno da luz após instantes de trevas e espera simbolizava a vida, o recomeço uma chance de refazer o que não havia sido possível fazer no ano anterior. Após o fim dos festejos de ano novo a cidade voltava ao silêncio habitual, resguardando a euforia e o entusiasmo para reacendê-lo no carnaval, momento em que as ruas voltavam a se transformar em palco para os foliões extravasarem suas alegria.

Referências

ANNUÁRIO DE CAMPINA GRANDE. Recife: Gráfica do jornal do Comércio, 1925

GURJÃO, Eliete de Queiroz. (Org.) Imagens Multifacetadas de Campina Grande. João Pessoa: A União, 2000.

CÂMARA, Epaminondas. Datas Campinenses. 2ª edição. Campina Grande: Caravelas, 1998.

CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1990.

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense, 1996.

_____. A Invenção do cotidiano: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DINOÁ, Ronaldo. Memórias de Campina Grande. João Pessoa: A União, 1994. Vols I e II.

MORAES, Antônio Pereira. Vi, ouvi e senti. Crônicas da vida campinense e outras narrativas. Campina Grande: S/E, 1985.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Disciplina e Espaços. Construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX. Recife: UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PIMENTEL, Cristino. Pedços da História de Campina Grande. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1958.

SILVESTRE, Josué. Lutas de Vida e Morte. Fatos e personagem da História de Campina Grande (1945-1953). Brasília: Senado Federal, 1982.

SOUSA, Antônio Clarindo Barbosa de. Lazer Permitted, Prazeres Proibidos. Sociedade, Cultura e Lazer em Campina Grande (1945-1965). Recife: UFPE, 2002 (tese de Doutorado).

SOUZA, Fábio Gutemberg R. B. de. Territórios de Confrontos. Campina Grande (1920-1945). Campina Grande: EDUFCEG, 2007.

Os clubes sociais em Campina Grande: Espaços de sociabilidade, lugares de exclusão

Antonio Clarindo Barbosa de Souza*

Uma noite num Clube Social

Na noite de 19 de fevereiro de 1950, um grupo de rapazes que se postara na Praça Antonio Pessoa diante do Campinense Clube apreciava a entrada dos membros das elites locais que chegavam ostentando, além de belas fantasias, uma alegria e uma extroversão apropriadas àqueles dias de Carnaval. Enquanto admiravam as moças em seus trajes carnavalescos, os membros do grupo ouviram dizer que “havia atirado num rapaz, defronte ao Paulistano”. Talvez movidos pela mesma curiosidade que os levara até o “mais aristocrático”, os rapazes se dirigiram para o bairro do São José, onde funcionava o popular Paulistano Esporte Clube e lá colheram mais detalhes sobre o caso.

Naquela noite, por volta das 23 horas, o “Clube Patativa” (Paulistano) realizava mais um de seus empolgantes bailes carnavalescos no qual tomavam parte o fotógrafo Euclides Reinaldo e seus companheiros Yolando de Oliveira, Alonso Fialho e Simplício Clemente. Quando os rapazes se preparavam para sair, um grupo de moças adentrou o salão “com as mais variadas roupas carnavalescas”. Dentre elas “uma jovem de porte elegante, filha do árabe Deud Salomão,”¹ chamou a atenção do grupo de rapazes e

* Doutor em História pela UFPE e professor da Universidade Federal de Campina Grande.

¹ Do depoimento da testemunha João Fernandes das Neves, no dia 18.01.1951 (portanto quase um ano depois) nos autos da Ação Criminal nº 2838 - Maço 21.01 a 13.11.1950.

o fotógrafo teria dito: “é possível que nós saíamos agora e entrem essas meninas bacanas!”

Ao captar a beleza da moça com seus olhos treinados, o jovem fotógrafo não percebeu que outros olhos já miravam suas lentes sobre a jovem. A moça também havia chamado a atenção de um certo Raimundo (ou Ramiro) Lima da Silva, 29 anos, solteiro, pernambucano, motorista de caminhão, conhecido como “Dr. Estopa”, que naquele mesmo momento estava na entrada do clube, tentando conseguir junto a um conhecido “um ingresso porque não era sócio” e ao ouvir a brincadeira de Euclides, teria retrucado: “Mas é minha Euclides!”.

Estabelecido o conflito por causa da bela árabe, Euclides teria afirmado não haver dito nada de ofensivo e perguntado se o “Dr. Estopa” queria se estranhar com ele por uma simples brincadeira. Raimundo respondeu com um murro nas costas de Euclides que tornou a voltar-se para o motorista e pedir-lhe que não fizesse aquilo. Perguntou ainda se Raimundo estava lhe desconhecendo, que era seu amigo, respondendo o “Dr. Estopa” que não queria conversa, mostrando-lhe um revólver e mandando que Euclides fosse embora senão lhe daria um tiro.

Segundo testemunhas que presenciaram o conflito, quando Euclides já se retirava o “dr. Estopa lhe deu uma coronhada de revólver por cima do pescoço” e “com isso a vítima voltou-se e se atracou com o acusado, tendo este detonado o revólver”. Depois de atingir o fotógrafo por duas vezes, Raimundo fugiu em seu caminhão tomando rumo ignorado, enquanto Euclides era socorrido por seus amigos para o Hospital Pedro I.

Mesmo o Carnaval dos Clubes, que se pretendia mais organizado e policiado, tinha destas coisas. Música, mulheres, bebidas, brigas e, às vezes, mortes. Como as festas carnavalescas

pressupunham um maior controle das autoridades, a polícia deveria estar de plantão, bem como os hospitais e médicos. Infelizmente para Euclides não foi o que aconteceu naquela noite de sábado em que muitos brincavam nos clubes campinenses e os médicos e policiais pareciam também querer divertir-se ou descansar. Levado para o Hospital, Euclides não pôde ser atendido com a urgência que o caso requeria, pois ali não se encontrava nenhum médico de plantão e nem mesmo em suas casas. Em face disto, um de seus amigos “foi procurar um médico que socorresse a vítima, levando afinal, depois de muita procura, os drs. Benjamin Bezerra, Vanildo Pereira e Mata Ribeiro, que operaram o ferido.”²

Em geral, a noite de sábado era uma das mais animadas durante o período momesco. E não se poderia culpar os médicos por não estarem de plantão. Talvez, na hora do crime, alguns deles estivessem em um dos outros seis ou sete clubes da cidade ou mesmo “na frente do Campinense Clube, assistindo a entrada das pessoas que ali ingressavam”. Como a distância entre o Campinense e o Paulistano não era tão grande assim, o grupo de rapazes pôde ir rapidamente até lá e depois ao Hospital, onde encontraram Euclides “sangrando”. Não encontrando médico de plantão foram “até a casa do delegado, onde (este também) não se encontrava” e depois à “casa do médico Dr. Mata Ribeiro o qual se prontificou a ajudar.”³

² Do depoimento da testemunha Nivaldo Vieira Rique, no dia 18.01.1951 (portanto quase um ano depois) nos autos da Ação Criminal nº 2838 – Maço 21.01 a 13.11.1950.

³ Quanto ao “dr. Estopa”, até o final do processo, em 20 de junho de 1951, não havia sido encontrado, estando foragido. Uns diziam que estava homiziado na fazenda de um senhor chamado José Marques de Almeida Sobrinho, em Serra Redonda e que teria levado um tiro, não se sabendo onde, nem de quem. Além, das amizades com o industrial, José Marques de Almeida, Raimundo mantinha relações de amizade com políticos importantes na cidade como o sr. Veneziano Vital do Rego. Apesar de suas amizades e ter profissão definida, sendo motorista, era considerado por algumas testemunhas como “arruaceiro e desordeiro, já tendo processos por causa disto.” Dos depoimentos das testemunhas Iolando de Oliveira Passos e

Apesar dos médicos terem feito o possível para salvá-lo, Euclides veio a falecer dez dias depois. Não poderia mais fotografar o crescimento da cidade nos anos 50, as belas jovens fantasiadas de odaliscas, baianas ou espanholas, os bailes carnavalescos, os amigos Simplício, Yolando e Alonso. Aquele havia sido seu último Carnaval. E a última bela imagem que registrou com seus olhos treinados de fotógrafo foi a da bela Sherazade campinense, adentrando o salão do Paulistano. Sua vida começou a acabar-se ali, na segunda noite de Carnaval do ano de 1950.⁴

Este pequeno drama humano, que se desenrolou numa noite que deveria ser festiva, nos informa sobre alguns aspectos das festas realizadas nos Clubes Sociais de Campina Grande entre os anos de 1945 e 1965 e das diferenças sociais que marcavam alguns deles.

A Cidade e seus Clubes

Por ser Campina Grande uma cidade interiorana, desprovida dos atrativos representados pelo mar, os campinenses tiveram que desenvolver durante muito tempo nos clubes sociais parte de suas atividades de lazer, estando a constituição dos Clubes da cidade muito ligada à estrutura social da mesma. As principais datas do ano tinham nas dependências dos sodalícios comemorações específicas, sendo o Carnaval a mais importante delas, mas não a única.

Entre os anos 40 e 60 havia na cidade uma variação muito grande de grupos sociais, separados por enormes distâncias econômicas e projetos políticos. Um grupo formado por grandes

Alonso Fialho, no dia 14.06.1950, nos autos da Ação Criminal nº 2838 - Maço 21.01 a 13.11.1950.

⁴ Depoimento do sr. João Dantas, concedido ao autor no dia 04.08.2000.

comerciantes de algodão e fazendeiros, uma tênue classe média formada por funcionários, pequenos comerciantes e profissionais liberais, e uma quantidade enorme de operários, trabalhadores braçais, empregados no comércio e demais setores de serviço, além de uma imensa gama de desempregados e desocupados em geral.

Os fazendeiros, setor mais tradicional da cidade, procuravam dar um diploma aos filhos que, com esse aval, adentravam na política, onde passavam a defender os privilégios de seu respectivo grupo.

O movimento comercial baseado na exportação de algodão, que vinha se expandindo na cidade desde os anos 20, deixou sua marca na política. Os comerciantes, profissionais liberais, alguns bacharéis e/ou fazendeiros começaram a se interessar mais de perto ainda pela política, candidatando-se eles próprios aos cargos de prefeito e vereador, consagrando assim uma junção de atividades e interesses que ia tornar-se característica de toda a fase de desenvolvimento da cidade, tanto no seu aspecto econômico como social.

No final dos anos 40 e por toda a década de 50, o predomínio das famílias tradicionais, que tinha sua base na posse da terra e no comércio, foi cedendo terreno a uma invasão de duplo sentido representada, por um lado, pelos “forasteiros” adventícios que ao chegarem faziam fortuna com o comércio do algodão e, de outro, impelida por um processo geral de enriquecimento ligado à expansão das pequenas indústrias e dos estabelecimentos bancários.

Na década de 60 já podiam ser detectados quatro grupos sociais, subdivididos em camadas e subgrupos de menor importância, quando levados em conta critérios econômicos e de

prestígio social. A par das famílias tradicionais, começava a aparecer uma “sociedade” ou “society”, constituída de adventícios enriquecidos, caracterizada pela extroversão e exibicionismo. Por outro lado, nas camadas inferiores da pirâmide social, formava-se uma classe média urbana com hábitos, tendências e valores ainda vacilantes, mas que aos poucos se diferenciava do “povo” em geral.

Os chamados “cronistas sociais”, que começaram a proliferar no Brasil durante os anos 50, criaram através de seu discurso para os jornais e revistas, esta “sociedade” ou “high society” que se diferenciava das classes dominantes tradicionais, por saber se portar socialmente, tanto nos clubes como nos espaços abertos. No caso de Campina Grande, tanto os setores tradicionais como a “nova sociedade” enriquecida com o comércio, abrigavam comerciantes, industriais, profissionais liberais, militares e altos funcionários burocráticos. Aparentemente, os dois grupos eram iguais, porém, distinguíam-se pelo estilo de vida, cuja nota dominante na primeira era o hermetismo e na segunda a ostentação dos valores burgueses difundidos no país a partir do término da 2ª Guerra Mundial.

Na década de 60, os proprietários de terras, apesar de suas posses e tradições familiares, quase não freqüentavam os eventos sociais, a não ser aqueles mais tradicionais, como as novenas que se estendiam do Natal ao Ano Novo, as procissões e os comícios políticos. Já o grupo dos “novos ricos” endinheirados com o comércio as freqüentava assiduamente, participava da vida nos clubes e seus elementos se revezavam obrigatoriamente nas diretorias, figurando ainda nas colunas sociais ou nas de fofocas dos jornaizinhos de festas do final de ano. É esta nova classe abastada que vai importar para Campina Grande os valores de uma nova sensibilidade estética e “sociabilidade clubística”. A participação num clube tinha um sentido de ascensão e

reconhecimento social. Não era contudo qualquer clube que conferia esse status de “nouveau riche.”

A criação e o desenvolvimento de clubes sociais em Campina Grande tiveram seu momento de pico em “meados da década de 40, com a reconstitucionalização. O país passou a viver um momento político novo, representado pelo fim do Estado Novo. A partir de 1946, as coisas eclodiram, deslancharam mesmo,”⁵ embora alguns sodalícios já existissem desde os anos 20.

Entre as décadas de 40 e 50, destacavam-se como clubes de elite o Campinense Clube, o Clube dos Caçadores, o Clube Aquático Campinense e, posteriormente, o Clube Médico Campestre, que, já no começo da década de 60, promoveu mudanças em seus estatutos para poder receber outros sócios que não apenas aqueles usuários do jaleco branco.

O Campinense Clube, também conhecido como “o mais aristocrático” ou ainda “o mais elegante”, era o mais “selecionado” e seletivo dos clubes. Tradicional clube das elites, vinha conduzindo e empolgando a vida social das mesmas desde os anos 20. Nos anos 50 e 60 era freqüentado tanto pela sociedade tradicional, como pelo society. Seus sócios em geral freqüentavam os outros clubes, enquanto que o contrário quase não ocorria, a não ser em momentos especiais quando se associava a outros clubes ou instituições para alguma promoção beneficente. Em seus inícios “era um clube sério, onde todos os gestos eram estudados, onde reinava certa etiqueta”.⁶

⁵ Dados extraídos de Campina Grande – Um Centro Comercial do Nordeste; SESI, 1964; p.40 e ss.

⁶ O Campinense Clube, também conhecido como “o mais elegante” ou “o mais aristocrático” ainda existe, mas não sua sede social que ficava na praça Coronel Antonio Pessoa, hoje rua Miguel Couto. Funcionou ali até a década de 60, quando foi definitivamente transferido para o alto da Bela Vista. Ver fotos.

A participação da juventude no Clube era bastante intensa, tendo inclusive uma diretoria jovem somente para atendê-los em suas reivindicações e promoções. O número de solteiros (56%, em 1962) era maior que o de casados. Assim, o Clube oferecia oportunidades de convívio entre os sexos, possibilitando namoros e casamentos.

Como parecem demonstrar os jornaizinhos que circulavam nas festas natalinas, a preocupação em obter um bom casamento para as moças era bastante grande, pois passando dos trinta anos já eram consideradas “balzaquianas” e, conseqüentemente, descartadas como um “bom partido”. Pelo menos metade das moças não conseguia casamento, mesmo as de “boa família”. O casamento podia funcionar como mais uma forma de ascensão social. A moça que se casava com um rapaz de classe alta, passava a ser também daquela classe. Se o rapaz fosse de classe média ascendia não só às benesses financeiras da família dela, como também aos cargos políticos controlados por seus familiares.

As moças e rapazes, além de políticos e intelectuais, se encontravam na sede social que funcionava na praça Antonio Pessoa⁷ e todas as atrações que vinham cantar no Auditório da Rádio Borborema depois se apresentavam nos salões do Clube. Cantores como Orlando Silva, Augusto Calheiros, Cauby Peixoto, Altemar Dutra, Josephine Baker e outras atrações internacionais cantaram naqueles salões. Além disto, grandes orquestras locais e nacionais, como a de Severino Araújo, animavam os bailes, tocando desde os boleros dos anos 40, passando pelas músicas românticas americanas e brasileiras dos anos 50, para desaguar na Bossa Nova que invadiu o país nos anos 60, juntamente com o rock, o twist e o “iê-iê-iê”.

⁷ Cf.in: D.B – 11.04.1963;p.7

Os certames de beleza

Para além do Carnaval e das “tertúlias rubro-negras” promovidas pelo clube todas às quartas e domingos”, outro tipo de evento que empolgava os sócios do “mais aristocrático” e mobilizava amplos setores da sociedade eram os Concursos de “Miss” que se popularizaram no Brasil nos anos 50, numa promoção dos Diários Associados. Um clube como o Campinense não podia deixar de prestigiar aquele tipo de certame, por entender que o evento tinha um caráter educativo para as moças, além de divulgar as belezas e regras de etiqueta atribuídas à cidade, como se ela fosse uma entidade com vida própria. Era mais uma forma de mostrar ao mundo que Campina tinha, além de educação, beleza e glamour.

Os concursos que levavam em conta a beleza eram praticados na cidade desde as primeiras décadas do século XX, escolhendo-se entre as moças da “sociedade” as mais belas e as mais simpáticas que freqüentavam as nove noites das festas natalinas; a “Rainha do Milho”, quando das festas juninas ou ainda a “Rainha da Primavera”.

A partir dos anos 50, mais notadamente do ano de 1954, quando a “Miss” Brasil daquele ano, Martha Rocha obteve o segundo lugar no Concurso de “Miss” Universo, em Long Beach, nos EUA, este tipo de concurso ganhou dimensões épicas e estimulou as jovens paraibanas e campinenses a desfilarem a cada ano seus encantos pelas passarelas dos principais clubes da cidade, numa acirrada disputa de beleza e elegância.

Distanciadas de todas as injunções políticas e comerciais, o que as moças de todo o Brasil queriam era participar destes certames de beleza. E em Campina Grande não era diferente.

Os concursos de misses serviam também para afirmar alguns valores sociais e morais. Entre estes valores os que mais eram exigidos de uma “Miss” era a simpatia e a simplicidade, significando aqui a humildade de, mesmo sendo infinitamente superior aos outros mortais por sua beleza, não deixar de tratar a todos como iguais.

As moças da “sociedade” campinense que concorriam pelos clubes mais sofisticados da cidade disputavam o título de “Miss” Campina Grande entre si e depois o de “Miss” Paraíba com as da capital. Enquanto as campinenses representavam o Campinense Clube, o Aquático, o GRESSE e os Caçadores, as moças de João Pessoa representavam o Cabo Branco e o Astréia, clubes mais famosos e seletos daquela cidade. Em poucas oportunidades concorreram representantes do Ipiranga ou do Paulistano Esporte Clube. Houve oportunidades em que somente duas candidatas disputaram o título.

A escolha da “Miss” Campina Grande era quase sempre realizada nos salões do Campinense Clube ou do GRESSE (após 1960), sendo depois realizado também na AABB, quando, a partir de 1964, aquela agremiação começou a se destacar como o clube mais “moderno” de Campina Grande, com seu “palácio de vidro e alumínio”, localizado na rua Lino Gomes, no bairro do São José.

O lançamento das candidaturas das moças ocorria sempre em seus respectivos clubes e só depois é que elas podiam sair às ruas divulgando o Concurso. Em 1963, por exemplo, o GRESSE fez sua festa e os Caçadores, aproveitando o lançamento de seus títulos patrimoniais, realizou no dia sete de abril “um delicioso churrasco regado a vinho” ao qual compareceu a srta. Kalina Ligia, que foi apresentada aos presentes como sua candidata ao título de Miss Campina Grande, os sócios dos Caçadores aproveitaram aquela manhã de domingo ouvindo o Trio Cigano e os cantores

Armando Vilar e Creusa Barros. Segundo uma colunista social da época, o único “senão” da festa foi:

...a falta de civilidade de alguns presentes na hora do churrasco, que fugindo às normas, não esperaram ser servidos, ocasionando aborrecimentos à diretoria e demais sócios...(além) da pouca atenção que dispensaram aos artistas, quando os mesmos se apresentaram em agradável show. (Sendo) incrível que numa cidade civilizada de um nível social elevado ainda aconteça fatos tão desagradáveis.

Embora “alguns” ainda não soubessem ou não aceitassem as “normas” de um “bom convívio civilizado”, era para isto que existiam os jornais, os clubes e os concursos de “Miss”. Tudo isto servia para a criação e desenvolvimento de uma nova sensibilidade social que todos precisavam ter para se inserir no mundo de luxo e sofisticação representado pelas “Misses”. Não eram somente elas que precisavam se educar para a glória, mas todos os demais habitantes deveriam ajudá-la a representar bem a cidade. Como a moça escolhida poderia representar um povo tido como pouco educado ou incivilizado?

No contexto dos anos 50 e 60, com a ampliação dos meios de comunicação de massa como o rádio, revistas e televisão, novas sociabilidades e sensibilidades foram sendo constituídas e neste processo os concursos de “Miss” tiveram um papel importante na definição do papel da mulher brasileira.

Se por um lado as “misses” declaravam a sua necessidade de casar e ter filhos como “todas as moças”, outras jovens, principalmente das classes sociais menos abastadas, preferiram romper com o estereótipo da “simpatia”, que estava mais para “apatia” diante da vida e da dominação patriarcal. No final dos anos 60, os concursos começaram a perder a força de seu encanto, mas o que restou foi o desejo daquelas moças de serem amadas e de um dia poderem mostrar aos seus filhos e netos a foto de alguém “que um dia foi bonita”.⁹ Contudo, nem só de concursos de “misses” viviam os clubes de Campina Grande.

Bailes, bailinhos e bailados

Por todo o ano, desde o Reveillon de um ano até o Natal do outro, eram realizados bailes nos Clubes. Os do Campinense Clube eram os mais famosos, porque ele era desde os anos 20 o principal local de encontro e descontração das elites campinenses. Seus salões eram decorados com esmero e ali se apresentavam grandes orquestras vindas do Recife e do Rio de Janeiro. No ano de 1964, por exemplo, pelo menos 18 orquestras se apresentaram no Campinense Clube, além de cantores, rádio-atores, espetáculos de teatro e mesmo filmes de curta duração, em 16 mm, pouco convencionais na cidade e que eram chamados de filme de arte.

Os salões do Campinense receberam também várias reuniões políticas, banquetes para convidados ilustres – como Getúlio Vargas, em 1950; Leonel Brizola em 1962 e João Goulart em 1963 – reuniões de negócios, grupos de balé e danças dos mais variados tipos. “Ali aconteciam as famosas tertúlias, shows musicais com os artistas famosos do Rádio, cantores românticos.

⁹ Declaração da “Miss” Espírito Santo, Joselina Cypriano, eleita “Miss” Brasil em 1955, em São Paulo.

Para ali vinham cantores como Orlando Silva, Ângela Maria, Cauby Peixoto, muita gente...”¹⁰

Além destas atrações nacionais, eram as orquestras que mais animavam e chamavam a atenção dos frequentadores do Campinense. Já era tradição trazer grandes orquestras até mesmo internacionais para tocar no Clube: as de frevo, vindas de Recife para os bailes dos anos 40 e 50, e depois as do Rio de Janeiro e São Paulo, que traziam em seu repertório principalmente os sambas e boleros tão ao gosto da época. Em alguns anos da década de 60, a Orquestra do Maestro Cipó veio diretamente de São Paulo para animar os festejos de Carnaval.

Além das orquestras que se apresentavam ao vivo, quem animava os “bailinhos” que proliferaram nos Clubes e mesmos nas casas mais abastadas no início dos anos 50 eram os discos de 78 rotações das “big bands” ou “grandes orquestras” americanas, e tudo era motivo para mais um baile nos sábados à noite. Os rapazes com topete “brilhantinado”, de paletó e gravata ficavam de um lado do salão. As moças, com exuberantes penteados fixados com laquê, vestidos rodados e muitas anáguas (como nos musicais de Doris Day) esperavam ansiosas do outro lado. O “chá de cadeira” era uma grande humilhação. E nenhum “bailinho” durava mais do que algumas horas sem “a presença mágica” de Ray Conniff e sua Orquestra, tocando na vitrola “Besame Mucho” e outros boleros do mesmo estilo. Os pares dançavam de rostinho colado, deslizando ao sabor de “Autumm Leaves”, “An Affair to remember” ou “When I fall in Love”, na voz suave de Nat “King” Cole. Os rapazes tinham o cuidado de usar um lenço para evitar que a mão suada de tensão e, talvez, desejo, não enodoasse o vestido da moça.

¹⁰ Depoimento do sr. João Dantas concedido ao autor no dia 04.08.2000

De repente, por influência do Cinema e do Rádio, os “bailinhos” mudaram. As roupas ainda eram praticamente as mesmas, assim como os topetes e as saias, mas os corpos já se desequilibravam ao sabor de novos ritmos.

O Cinema, o Rádio e, posteriormente, a Televisão trouxeram novos ritmos ao cotidiano. Como meios de comunicação de massa ou produtos da indústria cultural, eles alteraram todos os sentidos humanos. As pessoas passaram a ouvir mais (rádio), ver mais (Cinema e TV), cantar, dançar, jogar, se excitar e exercitar com muito mais intensidade.

Todo o corpo do ser humano mudou em função destas novas experiências técnicas que invadiram o cotidiano dos anos 50 e 60. O corpo, usado antes de forma tão ereta para dançar o tango, o bolero e mesmo a valsa, agora se dobrava, se contorcia, se vergava, se alongava, corcoveava e voltava ao “normal” para dançar o fox-trote, o twsty e finalmente, ao som do grito “one, two, three four o’clock rock, five, six, seven, eight o’clock rock/ nine, ten, eleven, twelve o’clock, rock in go/ to rock tonight”¹¹, enlouquecer e transformar os comportados bailinhos nos “salões alucinantes”, movidos a rock and roll.

Não havia mais simetria no par de dançantes. Os casais dançavam separados, às vezes, uns de costas para os outros, como se encostar fosse pecado. Mas o desejo estava lá, mais latente do que nunca, nos jovens que agora moviam os ombros e os quadris, esticando os braços, jogando suas parceiras por entre suas pernas, passando uma delas por cima da cabeça da moça, segurando-lhes as mãos, jogando-as para cima e amparando-as ainda no ar.

No decorrer dos anos 60, muitos bailes “sérios” ainda eram animados também pelas orquestras locais, como as do Maestro

¹¹ “Rock Around the Clock”, de Bill Haley, fez muito sucesso no Brasil em 1956, depois do lançamento do filme “No balanço das horas”.

Nozinho, as de Ogírio e Arlindo, a de Arnaldo Leão e a de Boni, que depois de 1964 tornou-se presença obrigatória, principalmente no Carnaval. Mas nos meses que o movimento clubístico ficava mais fraco em virtude das viagens de veraneio que as elites campinenses faziam para as praias de Tambaú, Formosa e Ponta de Mato, vários grupos que estavam se iniciando no “Rock” ou em sua versão brasileira, o “Iê-iê-iê”, conseguiram os salões do Campinense para apresentar os seus números musicais. Os nomes das bandas eram inspirados nos acontecimentos nacionais e mesmo internacionais, como as tentativas do homem chegar à lua. Assim, em algumas festas “Os Espaciais” era um dos conjuntos que “mandavam brasa” animando a “brotolândia” nas tardes de domingo ou nas noites de quarta-feira.

As tertúlias rubro-negras do Campinense Clube ocorriam somente aos domingos e quartas, mas os sócios mais jovens que quisessem passar pela sede da Praça Antonio Pessoa, com seus carros DKW-Wemag, suas lambretas ou suas motos Harley Davidson durante a semana, poderiam “acontecer” ao som dos discos da turma da Jovem Guarda, que tocava na vitrola HI-FI (abreviatura para High-Fidelity) até uma certa hora da noite.

Era nestas festinhas “grau dez” que os “brotos” se entupiam de Crush ou Coca-Cola e os “caras” arriscavam uma Cuba Libre com Run Bacardí ou Montilla. Na maioria dos locais onde se ouvia e dançava-se o rock e o iê-iê-iê não havia orquestras, talvez porque estas não soubessem ou não quisessem aprender os novos ritmos, apenas a vitrola no canto do salão, tocando pilhas de LPs (long plays) que os rapazes mais ricos traziam do Rio, São Paulo ou Recife quando voltavam de suas viagens de férias ou de estudos.

Algumas vezes, em meio às saias plissés rodadas com bolinhas (poids) brancas sobre um fundo negro, vermelho ou verde, usadas com cintos largos e sapatos de verniz de duas cores,

combinando com a bolsa minúscula, era possível encontrar uma “garota papo-firme”, vestida com a moda “unissex” importada de Londres com calça comprida justa, camisa branca com mangas dobradas nos punhos e colete de lã fina por cima. Este era um tipo de moça que desrespeitava as regras convencionais e arriscava cair na boca do povo por causa de suas atitudes mais ousadas. Os rapazes as admiravam, mas ao mesmo tempo as temiam, pois elas eram muito “avançadas” e “gostavam de gíria e muito embalo”. Algumas andavam de minissaia e estavam “por dentro de tudo” só namorando se “o cara” fosse cabeludo.¹² Contudo, estas moças eram exceções à regra.

A juventude não tão transviada da década de 1950 e a “brotolândia” dos anos de 1960 podiam se encontrar também nos outros clubes da cidade. Embora nos anos 60 Campina já tivesse ultrapassado a cifra de 100 mil habitantes, ainda possuía muitas áreas rurais ou campestres, como preferiam os articulistas e cronistas da época. Assim, além do Campinense, outros clubes se destacaram entre os anos de 1945 e 1965, tentando se diferenciar dos outros por alguma atividade específica que só ele oferecesse, como por exemplo, a prática do tiro ao alvo.

O Clube dos Caçadores, também conhecido como “o mais querido”, foi fundado em 1946, no bairro de Santa Terezinha, por um grupo de caçadores que praticava a caça como diversão nas manhãs de domingos e feriados. Apesar de ser antigo, sua dinamização só ocorreu nos anos 60, promovida por elementos que saíram do Campinense. Posteriormente, os fundadores do Clube, que eram alguns homens “de cor” (negros), saíram, dando lugar à gente branca e “chique” de Campina Grande.

¹² “Papo-firme” – 1965, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos.

Os Caçadores, apesar de sua distância do Centro, pois estava localizado na saída da cidade, no caminho para João Pessoa, também promovia festas carnavalescas, embora o deslocamento dos foliões durante o Carnaval ficasse sensivelmente prejudicado, em virtude das chuvas que caíam nos meses de fevereiro e março, deixando a estrada quase intransitável. Outras festas, contudo, aconteciam durante todo o ano, como a “Festa da Fazenda”, espécie de prévia das festas juninas, que contava com decoração, trajes típicos nordestinos e a presença de músicos regionais e repentistas.

A partir de 1965, além das suas já tradicionais matinais domingueiras e festas de São João, o Clube passou a promover banhos à fantasia, pois somente entre 1963 e 1964, colocando a venda títulos para novos sócios e aproveitando-se das verbas que a Comissão do Centenário colocou à disposição dos Clubes, é que a diretoria pôde ampliar suas instalações e construir seu Parque Aquático, com duas piscinas e um Parque Infantil. As piscinas começaram a ser construídas em maio de 1963, e quando do Centenário da Cidade já estavam prontas para o uso.

Para além dos Carnavais, os Clubes precisavam desenvolver outras atividades visando o entretenimento de seus sócios. No caso dos Caçadores, até por sua origem, havia campeonatos de tiro ao alvo (prato) e numa certa época tentou-se formar também uma equipe de arco e flecha (1964). Todavia, eram as festas juninas e as manhãs de sol que sempre fizeram a diferença daquele Clube. Só tendo sido superado nesta especialidade quando o Clube Médico Campestre passou a desenvolver mais assiduamente este mesmo tipo de ação para seus sócios.

Esta repetição de oportunidades diversionais acabou por se constituir num problema para os clubes. As pessoas e os

recursos se dividiam em várias iniciativas e quase nenhuma delas chegava a uma concretização razoável. O resultado desta dispersão de recursos é que todos os clubes sociais de Campina Grande deixavam terrivelmente a desejar em matéria de instalações, inclusive com banheiros mal conservados e mal cheirosos, o que causava a indignação dos colonistas sociais. Os clubes “de primeira classe” possuíam praticamente os mesmos sócios, o que gerava o problema de carrear mais recursos para todos.

Este foi um dos problemas enfrentados pelo Campestre, também conhecido como “o mais encantador”, quando do seu surgimento em 23 de março de 1959, procurando rivalizar com o Campinense e com o Clube dos Caçadores. O novo clube possuía quase os mesmos sócios daqueles outros dois sodalícios e em seu início partiu de uma situação infra-estrutural inferior aos de seus competidores, porque aqueles já possuíam água e luz.

Aparentando ter um caráter “fechado” pela denominação que adotou, era na realidade uma agremiação aberta a pessoas de todas as profissões, sendo seus primeiros associados médicos, engenheiros, comerciantes, professores, industriais e outros profissionais liberais que pudessem pagar as cotas de sociedade.¹³

No início da década de 60, o Clube já começava a rivalizar com o Campinense Clube e com o Aquático, mas também com o Clube dos Caçadores, principalmente em suas atividades vespertinas. Alguns setores da sociedade tinham uma ânsia ou desejo muito grande pelas atividades clubísticas, pois tais setores

¹³ D.B – 08.05.1963; p.7 - O Campestre, apesar de sua nomenclatura, não era formado só por médicos. Em várias matérias são citados advogados, comerciantes, industriais e banqueiros, como Newton Rique. Lopes de Andrade, sociólogo e um dos primeiros sócios do Campestre, defendia a idéia do Clube ser o primeiro CountryClube do interior do Nordeste.

possuíam um alto poder de consumo e queriam deixar para trás o ar de cidade pacata e atrasada, “tornando mais atraentes as condições de vida do antigo burgo sertanejo”.¹⁴ Se por um lado havia um montante de recursos para aplicar nos Clubes, este era um tipo de investimento que não oferecia rendimentos ou uma rentabilidade imediata, por tratar-se de um tipo de privilégio quase que exclusivo dos pequenos grupos enriquecidos da cidade. Assim, os economistas sempre indicavam que a compra de um título de um clube era mais um ato de obrigação “cívica” do que de investimento econômico.

Até 1963, o Campestre não possuía energia elétrica, pois na época o bairro do Catolé parecia muito distante do Centro da cidade. Porém, no auge da campanha política para a Prefeitura e às vésperas do Centenário da Cidade, o prefeito, sr. Severino Cabral, prometeu que estenderia os postes de alta tensão até o Clube e a inauguração da nova iluminação realmente ocorreu no dia 10 de maio de 1963.¹⁵

Apesar do Clube Campestre querer diferenciar-se dos demais, mantendo um número permanente e reduzido de sócios (no máximo duzentos), quando das comemorações do Centenário buscou a todo custo subvenções da COMCENT para ampliar suas dependências, oferecendo as já existentes para sediar as festas ou bailes do Centenário, numa amigável disputa com o Campinense Clube, com os Caçadores e mesmo com a própria AAB, que começava a se destacar. O “mais encantador” sempre foi um clube que primou por reunir a elite campinense para suas manhãs de sol, carnavais e festas de São João.

¹⁴ D.B – 02.03.1962;p.2 – Coluna: “Homens e Fatos”, de Lopes de Andrade.

¹⁵ D.B – 28.04. e 11.05.1963.

Depois dos “áureos tempos dos saudosos carnavais” das quatro primeiras décadas do século XX, a festa foi sendo cada vez mais enclausurada nos clubes sociais que promoviam “bailes”, como se dizia na época. Os clubes chiques da cidade realizavam festas pré-carnavalescas desde quinta ou sexta-feira, antecipando-se mesmo ao sábado, quando a folia tomava conta das ruas.

Os clubes tinham uma preocupação muito grande em regulamentar a entrada e a participação dos foliões, não podendo entrar “qualquer um”. O Clube Aquático Campinense, também designado como “o mais romântico” esteve durante muito tempo situado às margens do Açude de Bodocongó e proporcionava aos seus associados, até o início dos anos 60, animados bailes de Carnaval, além de natação e a prática do esqui aquático.

Algumas normas, no entanto, precisavam ser respeitadas. No Carnaval de 1958, por exemplo, só foi permitida a entrada de senhoritas maiores de 15 anos, podendo ser a vestimenta o “macacão”, muito em moda na época, mas apenas para as festas carnavalescas. Além disto, o sócio-folião que estivesse portando uma máscara teria por obrigação se identificar à direção do Clube na entrada e o sócio que procurasse ludibriar a diretoria conduzindo “senhoritas de conduta não recomendável” seria sumariamente eliminado do quadro social daquele sodalício.¹⁶ Estas duas normas impostas pela diretoria do Aquático nos informam que apesar de estar perdendo seus sócios mais endinheirados, permitindo até a entrada de pessoas usando macacões, roupa geralmente associada aos trabalhadores e mesmo à “malandragem”, a diretoria ainda tentava resguardar seus associados da convivência com pessoas que ela considerava “de conduta não recomendável”.

Além dos clubes que serviam às elites existiam aqueles freqüentados mais intensamente pelas classes médias. Entre estes

¹⁶ D.B –12.02.1958.p.4/b

se destacavam o ALIANÇA CLUBE 31 e o GRESSE. O “31” era mais antigo, fundado em 1923 por um grupo dissidente do Campinense Clube. Antes da cisão, embora fossem todos sócios do Campinense, os seus membros tinham um “Bloco” que desfilava nas ruas e promovia as melhores festas de Carnaval desde 1921. Depois, por problemas internos, decidiram se separar e formaram uma outra agremiação. Como nos conta Epaminondas Câmara (1988)...

Movimentada foi a vida social de Campina Grande no ano de 1923, quando, por questões domésticas, um grupo constituído de trinta e um elementos, então membros dos quadros sociais do Campinense Clube resolveram se desligar, criando uma nova sociedade recreativa denominada mais tarde de Clube Renascença, mais conhecido na época por Bloco dos 31.¹⁷

Nos anos 50 tinha sua sede social na rua Maciel Pinheiro, mas na década de 60 tentava erguer uma nova às margens do Açude Velho (onde tempos depois funcionou a Polícia Federal). Sendo um dos blocos carnavalescos mais importantes e divertidos de Campina Grande, todos os anos saía com um estandarte diferente e carregava atrás de si uma pequena multidão, partindo sempre da rua Monsenhor Sales (antigo Beco do 31).

O Aliança Clube 31 deu sua última festa na sede antiga da Rua Maciel Pinheiro no dia 21 de janeiro de 1962 e no domingo seguinte promoveu uma festa pré-carnavalesca na nova, “bela e aprazível” sede, situada à rua 21 de abril às margens do Açude Velho.¹⁸ Ainda tentou usar o Açude Velho como atração para

¹⁷ D.B – 09.05.1963;p.8 – Vida social de Campina Grande em 1923 – Ismael Marinho

¹⁸ D.B – 16.01.1962;p.7

atividades aquáticas e ofereceu festas e coquetéis para os jornalistas que quisessem se associar sem pagar “a jóia”, espécie de contribuição inicial.¹⁹ Todavia, na nova sede não teve vida longa e extinguiu-se por volta do ano de 1965, depois de várias tentativas de se reerguer. O espírito carnavalesco, que animou o surgimento do Aliança, não pôde mais concorrer com os bailes do Campinense e do GRESSE.

O GRESSE (Grêmio Recreativo de Sargentos e Subtenentes do Exército) era um clube da Corporação Militar que se instalou na cidade desde a época da 2ª Guerra Mundial. “Até 1960, sua sede era num bairro pobre, prédio velho e feio, freqüentado por moças sem futuro (sic) e empregados de balcão”²⁰, mas depois da transferência para o alto do Jardim Lauritzen, foi construída uma nova sede, muito bem organizada, atraindo para si “até” os sócios do Campinense Clube, que costumavam passar por lá no Carnaval.

Também conhecido como “o mais atraente”, o GRESSE promoveu inúmeros carnavais na década de 60. Na quarta-feira de cinzas, os brincantes dos seus salões se dirigiam para a Praça da Bandeira onde se banhavam na fonte ali existente, mesmo contra a vontade da polícia.

O GRESSE também promovia bailes de debutantes, escolha de “Miss” e shows com cantores da Rádio Borborema e mesmo vindos do sul do país. Com o surgimento da Bossa Nova, esta passou a ser uma das atrações do Clube e seus sócios poderiam ouvir os sucessos de João Gilberto e seus seguidores, na voz de Ronaldo Soares, cantor do Conjunto de Ogírio Cavalcante.

¹⁹ D.B – 14.02.1962;p.8 – O Coquetel ocorreu no dia 17.02 e foi animado pelo Conjunto de Arnaldo Leão.

²⁰ Dados extraídos de CAMPINA GRANDE – Um Centro Comercial do Nordeste; SESI 1964;p.41.

Às vezes, por questões financeiras, ocorria de dois clubes se associarem para promover o Carnaval, como foi o caso do GRESSE e dos Caçadores em 1965, e do Campinense, do Aeroclube e do Clube de Paraquedistas de Campina Grande, que também se juntaram naquele ano para fazer face às despesas com a contratação de orquestras.

As raras informações existentes na cidade sobre os clubes populares são uma demonstração da pouca importância que era dada pelos intelectuais àquelas agremiações que reuniam os trabalhadores e a população pobre em geral. Nem cronistas, nem articulistas, nem memorialistas fazem referências àqueles sodalícios. Quase sempre, quando seus salões aparecem nos jornais ou nos processos crime, é como local de brigas, desavenças e mau comportamento de seus freqüentadores, o que, definitivamente, não era exclusividade daqueles clubes.

Os clubes freqüentados pelos trabalhadores, pelo menos até 64, eram basicamente o Paulistano e o Ipiranga. Seus sócios, em geral, eram operários, industriários e alguns comerciários que ganhavam menos do que o salário mínimo, além de funcionários públicos de menor escalão, como os da Limpeza Pública.

Estes dois clubes esportivos e outras agremiações populares promoviam “também suas tradicionais festas carnavalescas dedicadas aos seus associados e famílias, apresentando-se todos eles, com seus salões caracteristicamente ornamentados.”²¹

²¹ D.B – 15.02.1958; p.8

O Paulistano Esporte Clube, também conhecido como o “Clube Patativa” ou ainda “o mais simpático”, possuía o terceiro maior time de futebol da cidade e promovia desde os anos 40 animados bailes de Carnaval em sua sede social na Rua Major Belmiro, no bairro do São José. Moças e rapazes freqüentavam o Clube em busca de diversão nos bailes que eram amplamente divulgados pelos alto-falantes existentes nos bairros.

Além das festas de Carnaval, o clube Paulistano promovia o famoso “Baile da Primavera”, que ocorria desde o começo dos anos 50, sempre nos meses de setembro ou outubro. Durante a soírrée, havia a realização de brincadeiras e sorteios de brindes, com concurso destinado a premiar a melhor “toilette” das “senhorinhas” presentes. Neste aspecto, o Paulistano tentava se nivelar com os clubes societies, mostrando que a classe média e os trabalhadores também sabiam freqüentar os salões de um clube sem necessariamente se envolverem em arruaças. Esta era a forma de aparecer nos jornais sem ser apenas na página das matérias policiais.

Por vezes, o Paulistano também adentrava um pouco nas atividades dos outros clubes, pois promovia matinais dançantes, trazendo atrações nacionais do Rádio e da TV que se apresentavam antes no palco-auditório da Rádio Borborema, como o cantor Miltinho que esteve em Campina Grande em 1962. Noutras oportunidades cedia seus salões para certas categorias profissionais, como os Enfermeiros Práticos, realizarem suas festas. Era um clube realmente voltado para os trabalhadores e para as classes médias moradoras do bairro do São José e adjacências.

Se a partir de 1964 até os clubes chiques sentiram as pressões da alta inflação que existia no país, o Paulistano sentiu ainda mais. No ano seguinte, devido ao elevado preço cobrado

pelas orquestras musicais da cidade, só pôde contratar a Banda da Polícia Militar pela quantia de um milhão de cruzeiros. A banda deveria tocar nos seus quatro bailes noturnos e na matinal infantil oferecida aos filhos dos sócios na manhã de domingo. Enfraquecido pelas dívidas, no final da década de 60 o Paulistano abandonou suas atividades sociais e dedicou-se somente ao futebol.

O Ipiranga Clube, fundando em 1926, depois de ter sido muito importante para o Carnaval de rua de Campina Grande, levando seus sócios a desfilarem pelas ruas nos anos 50²², entrou numa fase de declínio, passando a ser considerado o clube das empregadas domésticas e dos comerciários. Em 1965, o Ipiranga pretendia reviver seus tempos de carnaval de rua, mas para tanto precisava da ajuda financeira do comércio local. A prefeitura ajudou com algumas subvenções, mas diante do fracasso geral das festas daquele ano, nem saiu às ruas nem promoveu bailes.

Além destes clubes outros surgiram a partir da metade dos anos 60, enquanto outros sumiram sem deixar muitos vestígios. As poucas informações elencadas aqui sobre eles servem apenas para demonstrar a importância que esta atividade ou tipo de espaço teve (e tem) para a sociabilização dos campinenses de todos os matizes.

A AABB (Associação Atlética do Banco do Brasil), embora já existisse como Associação beneficente dos funcionários do Banco do Brasil desde os anos 50, só teve sua sede construída entre os anos de 1962 e 1964, mas logo se destacou não só por sua arquitetura moderna, típica dos anos 60, com muito alumínio e vidro, como também porque começou a promover prévias carnavalescas, bailes de carnaval à fantasia (bal masqué), Reveillons e o Baile das Debutantes do Centenário que encheram

²² D.B – 02.03.1962;p.2 – Coluna: “Homens e Fatos”, de Lopes de Andrade.

seus salões com o que, segundo os cronistas sociais da época, “havia de melhor na sociedade campinense”.

Os bailes de debutantes passaram a ser a “menina dos olhos” da AABB, pois a partir de 1964 seus salões eram o que havia de mais moderno em Campina Grande, com uma visibilidade fantástica ajudada pela construção do mezanino superior que permitia a separação entre área de mesas e o dancing. Embora suas primeiras festas tenham sido feitas no Ginásio de Esportes, onde nas manhãs de domingo a juventude já praticava vôlei e basquete; logo que seus salões sociais foram concluídos, ficaram à disposição da “high society” campinense para a promoção de seus eventos, pois apesar do nome, o Clube não pertencia apenas aos bancários, tendo ampliado seu quadro de sócios com a vinda de outros profissionais.²⁴

Além do Carnaval, as festas que mais atraíam público para os salões da AABB eram os bailes de debutantes. Na década de 60, as senhoritas que completavam quinze anos eram apresentadas à “sociedade” numa grandiosa festa, quase sempre animada por um conjunto local. Com vestidos de soirées curtos e laços de fita nos cabelos, as adolescentes eram trazidas ao salão pelas “mãos competentes” das senhoras casadas ou das moças mais experientes para dançar a valsa da meia-noite. Depois da valsa, já vestindo um traje mais simples, elas poderiam dançar com seus primeiros pretendentes ao som de “Love me Tender”, “I can´t stop loving you” ou da italianíssima “Roberta”, músicas exaustivamente tocadas naquele tipo de evento.

²⁴ Até 1963 a AABB era mais voltada para os esportes e pertenciam aos seus quadros somente os bancários, mas logo seus estatutos também foram mudados para receber outros tipos de sócios. D.B – 02.03.1962;p.2 – Coluna: “Homens e Fatos”, de Lopes de Andrade.

O Clube do Trabalhador (SESI) deveria ter sido inaugurado durante os festejos do Centenário da Cidade, mas em virtude de alguns atrasos técnicos só pôde ser entregue a seus sócios em novembro de 1964. Logo em seu primeiro ano de existência, já promovia um dos melhores carnavais de Campina Grande. Nos quatro dias de festa a orquestra de Boni tocava até de manhã, levando os membros do clube a subir a rua Pedro II, chegando até a Praça da Bandeira, sempre saracoteando e dobrando-se ao ritmo do frevo, que ainda insistia em ter o seu espaço no Carnaval.

O Clube do Trabalhador era saudado pela imprensa local como mais um grande empreendimento do sistema SESI/SENAI. Porém, algumas vezes, os articulistas achavam um paradoxo um clube que possuía ginásio coberto, - nos moldes do Cabo Branco - piscinas e quadras de esportes ao ar livre, sede social com biblioteca, bar e playground, ser de uso exclusivo dos operários da indústria. Era como se os operários não pudessem ter um clube tão bom quanto os da elite.²⁵

O surgimento do Clube permitiu também o aparecimento de uma coluna no Jornal Diário da Borborema intitulada: “O Trabalhador em Evidência”, que circulava quase sempre aos sábados, trazendo informações sobre as diversões, mas também sobre os direitos dos trabalhadores.²⁶

²⁵ D.B – 14.11.1962;p.7 – Coluna: “Rosa dos Ventos”, de Stênio Lopes. Este colunista, embora fosse um dos maiores incentivadores dos clubes e um dos diretores do SENAC, deixava escapar em seu texto uma ponta de inveja ou preconceito quanto à construção do Clube dos Trabalhadores. Talvez já antevendo o preconceito que as elites devotariam ao novo clube, que só foi inaugurado em novembro de 1964, dizia ele: “Paradoxalmente, serão os operários da indústria de Campina Grande que terão a melhor sede do clube diversional e esportivo da cidade...” p.7.

²⁶ D.B – 15.01.1966.

O Clube do Trabalhador teve um papel importante na constituição de uma nova dinâmica de participação dos trabalhadores nos eventos e festas da cidade, pois apesar de ser uma instituição ligada ao SESI – Serviço Social da Indústria – que visava sobretudo enquadrar os trabalhadores dentro de uma lógica dócil e “civilizada” de entreter-se, transformando mais uma vez diversão em lazer, o clube foi, em seus anos iniciais, um espaço para os trabalhadores das indústrias discutirem suas reivindicações trabalhistas e mesmo organizarem alguns sindicatos.

Depois dos anos 60, as diretorias foram sendo indicadas pelos altos escalões do SESI e esta prática desapareceu dos jornais e, possivelmente, das reuniões do Clube. Não se poderia, contudo, esperar muita atividade política dos trabalhadores num momento de forte cerceamento das liberdades políticas, como foram os anos 70. O importante é que até hoje o Clube do Trabalhador existe e reúne um grande número de sócios destas categorias, chegando a rivalizar com alguns clubes das elites locais.

Outro clube que existiu em Campina Grande e que partiu de uma atividade esportiva para depois entrar pelo campo das festas e diversões para os seus sócios foi o Aero Clube de Campina Grande. O primeiro a formar uma equipe de paraquedistas no Brasil, depois de São Paulo.

Em certos momentos da década de 60, as festas do Aero-clube foram bastante animadas e as moças adoravam ir até lá porque os paraquedistas “permitiam” que elas dançassem o “twist”, que era uma dança pouco conhecida na cidade, vista apenas no cinema ou em fotos publicadas nas revistas de circulação nacional. Quando algum instrutor do sul do país ou mesmo do estrangeiro vinha ministrar cursos para os jovens paraquedistas campinenses, aproveitava para trazer discos de twist, uma espécie de dança que

se faz aos pares, mas sem ser de rosto colado.²⁷ O Aero-Clube que funcionava nas proximidades do Distrito dos Mecânicos, na avenida Assis Chateaubriand, era conhecido como “o mais intrépido” e promovia, a partir de 1964, matinées dançantes para divulgar o esporte do paraquedismo e os vôos turísticos.

De vida efêmera foi também o chamado Clube dos 200. Este Clube pretendia ser o supra-sumo da elegância e do glamour das elites locais. Uma espécie de clube “privé” que possuiria em seus quadros apenas duzentos sócios selecionados entre as pessoas tidas como mais “importantes” na cidade, nos diferentes setores econômicos e sociais. Não se sabe porque exatamente, o Clube não veio a funcionar. Depois de certo tempo, já no início dos anos 60, por pura ironia, suas dependências foram ocupadas por um grupo de desabrigados pelas chuvas. Em seguida, foi transformado em Ginásio Municipal, na administração de Severino Cabral, e ainda pensou-se em usá-lo como Faculdade Municipal, não vingando esta idéia porque a Faculdade nunca chegou a existir. Hoje abriga a sede da Faculdade de Direito da Universidade Estadual da Paraíba.

Além destes, existiram na cidade clubes mais simples ou que reuniam categorias profissionais específicas como o Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar, que funcionou na rua Padre Anchieta, 329, no bairro do Prado e que promovia coquetéis seguidos de “danças” para seus associados.

²⁷ D.B – 04.11.1962;p.4 – Neste dia há uma foto de um jantar em homenagem aos nove primeiros rapazes da (alta) sociedade campinense que receberam seu brevet de paraquedista e entraram para a reserva estratégica da Aeronáutica. Em meados da década de 50, surgiu o twist, dança oficial do rock in roll, “inventada”, por Ernest Evans, mais conhecido como Chubby Checker. Antes do twist os casais dançavam de rostinho colado. Chubby Checker mudou isto para sempre e fez do twist uma coreografia revolucionária, em que se podia dançar e rodopiar sozinho, expressando seus próprios sentimentos com total liberdade em seus movimentos corporais. O twist desfez a dupla dançante e transformou o conceito de dançar em divertir-se. Cf. in: A História do Rock; nº 2, Ed.Caras S.A/Time-Life; 2002.

Já o Flamengo Futebol Clube, fundado em 1956, em José Pinheiro, além das atividades esportivas, promovia apresentações de quadrilhas juninas em sua sede social situada no Largo do Estádio Plínio Lemos. Hoje funciona numa pequena sede na rua Arrojado Lisboa, com duas sinucas e uma pequena galeria de troféus, ganhos principalmente por seu time de futebol em campeonatos amadores.

O Clube dos Estudantes Universitários – C.E.U, também fundado na década de 60, continuou muito ativo até a década de 80, tornando-se um dos poucos locais de diversão e reuniões políticas para os estudantes durante os anos do regime militar.

Na sua relação direta com o Carnaval, muitas vezes, e de certa forma numa espécie de volta às origens, as paredes dos clubes não conseguiam conter a avassaladora euforia dos foliões e os bailes se espalhavam pelas ruas, rompendo a manhã com os primeiros raios de sol da quarta-feira de cinzas. Os foliões que conseguiam resistir até à alvorada desciam a ladeira da Floriano Peixoto, vindos do GRESSE ou subiam pela rua Irineu Joffily, saindo do Campinense, ou ainda se deslocavam do Clube do Trabalhador pelas margens do Açude Novo até alcançarem a Praça da Bandeira para ali encerrar a festa. Os últimos foliões que se negavam a “entregar os pontos” se banhavam na fonte luminosa da Praça Clementino Procópio ou caíam nos braços da Samaritana da Praça da Bandeira.²⁸

Num processo extremamente dinâmico, os clubes foram resguardando em si parte do público que antes brincava nas ruas, deixando as mesmas para os populares, seja para as suas comemorações seja para as suas algazarras. O projeto que pretendia levar os populares de volta às suas casas ou para brincar nos bairros acabou por isolar as próprias elites em seus sodalícios, enquanto os clubes populares continuaram a oferecer aos seus associados festas que poderiam até não rivalizar em ostentação e glamour com os clubes chiques da cidade, mas que certamente serviam de opção para um grande número de trabalhadores.

²⁸ Depoimento do sr. João Dantas, concedido ao autor no dia 04.08.2000.

PARTE II

**A CIDADE E SEUS DESEJOS:
Escrituras de Caicó**

Caicó-RN em escrituras urbanas (século XIX)

Olívia Morais de Medeiros Neta*

A cidade é, por excelência, um lugar onde a história se faz e, com isso, as transformações, as perdas e as memórias da urbe são mais do que nunca, matéria e objeto da história hoje. Sendo esta história de cidades reais, concretas, consumidas e usadas no dia-a-dia ou de cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem que para portar um ethos urbano, ser cidadão implicou em formas sempre renovadas ao longo do tempo. (PESAVENTO, 2007).

Nesta perspectiva, a experiência urbana parece estar, relacionada definitivamente a um certo voyeurismo, sendo uma experiência de múltiplas dimensões, pois muitas são as práticas humanas que conformam e lhes conferem sentido. E, compreendendo a cidade como uma materialidade erigida pelo homem, esta é também uma ação humana sobre a natureza.

É a partir de tal entendimento que objetivamos estudar as escrituras para a cidade de Caicó³⁶ (RN) no século XIX. Para tanto ressaltamos que a urbe é também sociabilidade que comporta

* Doutoranda em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. olivianeta@yahoo.com.br

³⁶ Esta pesquisa toma como recorte espacial a cidade de Caicó, entendendo que sua territorialidade no século XIX, compreendia os limites da Freguesia da Senhora Sant'Ana, modificando-se ao longo dos tempos. Quanto a denominação de Caicó para a cidade, também ressaltamos que esta começa a ser esboçada em 1700 com a instalação do Arraial do Queiquó que foi elevado a Povoação de Caicó em 1735, posteriormente à Vila do Príncipe, em 1868, e denominada de Caicó em 1890. Optamos por nos referir sempre a cidade com o termo Caicó, para maior sistematização. (ARAÚJO; MEDEIROS, 2001).

atores, relações sócias, personagens, grupos, classes, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Enfim, marcas que,

[...] registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo. A cidade é concentração populacional, tem um pulsar de vida e cumpre plenamente o sentido da noção de 'habitar', e essas características a tornam indissociavelmente ligada ao sentido do 'humano'. (PESAVENTO, 2007, p. 14).

A cidade com o pulsar de vida pode ser visibilizada a partir de fontes como constituições, leis, decretos e posturas que regulam os vínculos entre a urbe e a vida societária. O corpus documental pesquisado no Instituto Histórico e Geográfico e no Laboratório de Documentação Histórica do Campus de Caicó (RN), da Universidade Federal do Rio Grande Norte, compreende especificamente a legislação e as posturas referentes a Caicó no século XIX.

A cidade e suas instituições são produtoras de sociabilidades formativas aos habitantes da urbe e ao perscrutar a regulação do espaço urbano, com destaque aos usos sociais da cidade e suas formas urbanas, destacamos os agentes produtores e normativos do espaço e de sociabilidades dentro do que consideramos campo político.

Cidade se constitui enquanto temática de estudo, sendo articulada a partir do entendimento de que a cidade não é apenas um conjunto de edifícios dispostos numa malha urbana, mas tem seus nexos com os desejos, com as práticas daqueles que pensam e praticam a urbe. Neste sentido, nos questionamos quanto à constituição da cidade iluminada pelos posturas municipais e como estas projetavam os sujeitos como um ser cidadão abordando uma

narrativa que, pensando a cidade pela norma, a produz como educativa.

A cidade de Caicó localiza-se, atualmente, conforme a delimitação física do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na microrregião do Seridó,³⁷ constituindo-se, hoje, como pólo econômico do Seridó Ocidental. A municipalidade de Caicó fora a primeira a se constituir no recorte que hoje compreende o Seridó.

Caicó, segundo Moraes (1999), teve sua colonização e povoamento ligados à pecuária e a agricultura. Destacando-se, em meados do século XIX, pela cotonicultura. Macêdo (2005) atenta a construção histórica do Seridó, demonstrando que não é um dado a priori da natureza, mas um espaço produzido histórico e culturalmente por meio das tessituras de praticas discursivas num dado tempo social.

A cidade de Caicó, à época Príncipe, no século XIX estava assistida por instituições de natureza política, representada pela Câmara Municipal que foi instituída pela Lei de 01 de outubro de 1828; de natureza militar, representada pela Guarda Nacional que foi criada em 1831 em substituição as antigas Milícias e Ordenanças (ARAÚJO; MEDEIROS, 2001); mas também por instituições de natureza religiosa, expressa pela Freguesia da Senhora Santa Ana e na organização das irmandades religiosas cujos Compromissos foram aprovados pela Assembléia Provincial em 1836.

³⁷ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, (BRASIL, 1989) a microrregião do Seridó situa-se na porção centro-meridional do Rio Grande do Norte e, atualmente, é representado pelos territórios de 17 (dezessete) municípios que são: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, Serra Negra do Norte e Timbaúba dos Batistas. Estes municípios estão dispostos em uma divisão interna: Seridó Ocidental e Seridó Oriental.

Quanto às instituições de natureza educacional, podemos citar as escolas domésticas e as públicas, estas últimas reguladas pela Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836, que aprovou os estatutos para as aulas de primeiras letras da Província. Caicó foi contemplada com uma Aula de Primeiras Letras para o sexo masculino (1836) e uma Aula de Primeiras Letras para o sexo feminino (1860). Antes, em 1803, por iniciativa do Padre Francisco de Brito Guerra foi instalada, em sua residência, uma Cadeira de Gramática Latina (tornada pública por um projeto de resolução apresentado à Assembléia Geral Legislativa, em 1832). (ARAÚJO; MEDEIROS, 2001).

Dantas ([1961], p. 141) trás um relato de Frei Caneca ao chegar na então Vila do Príncipe, atual Caicó, no ano de 1824 que cartografa e apresenta a vila como tendo “[...] uma igreja não pequena, nova e bem paramentada. A casa do Vigário é de sobrado e boa. Todas as casas são novas de pedra e cal e fazendo um círculo em diâmetro de tresentos passos em uma chã [...]”.

Conforme Le Goff (1998, p. 119) “[...] o urbano é feito da imbricação entre a cidade real e a cidade imaginada, sonhada por seus habitantes e por aqueles que a trazem à luz, detentores do poder e artistas.” Para melhor compreendermos estas dimensões quanto a Caicó no século XIX, torna-se indispensável a apresentação da lei de 1º de outubro de 1828, que subordinava as câmaras municipais aos conselhos provinciais, ao presidente da província e ao governo central, reduzindo-as a corporações meramente administrativas. Pois, como ressalta Arrais (2004), as posturas elaboradas pelas Câmaras Municipais eram submetidas à aprovação da assembleia provincial e, em seqüência levadas a sanção do presidente da província.

As Câmaras Municipais como corporações meramente administrativas, achar-se-iam dispostas em vilas e cidades.

Conforme o artigo 29 (COLEÇÃO..., 1830, p. 78) as sessões seriam assim dispostas:

No dia marcado para princípio de cada uma das sessões ordinárias se reunirão os Vereadores às 9 horas da manhã na casa da Câmara, e ahi, a portas abertas havendo assuntos para os expectadores [...], o Presidente assentado no topo da mesa, tendo aos lados os Vereadores assentados sem distincção, nem precedência, dará princípio a sessão pelas palavras – Abre-se a sessão –.

Podemos inferir que, desta forma se deu início a sessão ordinária que aprovou as posturas municipais da Vila do Príncipe que, em 1835, no paço da Assembléia Legislativa Provincial foram aprovadas pela referida assembléia no dia vinte de março. Assim, como propôs a lei de 1º de outubro de 1828.

Nestas posturas, as disposições versavam principalmente acerca dos cuidados com o gado e seu corte, com as terras de plantar e de criar, das proibições de se criar em quaisquer partes do município animais soltos e, principalmente disposições sobre pesos e medidas, vejamos o artigo 22:

Qualquer cidadão que nesta Vila e povoações do Município tiver taberna ao público aberta deverá ter hum termo de medidas de flandres para molhados, hum de pão para seccos de quarta a quarteirão, assim como hum termo de pesos de libra a meia quarta de bronse ou ferro, sob pena de quatro mil reis pela falta de termo e cinco tostões pela falta de alguma peça dos termos

e na falta da moeda prisão a mil reis por dia.
(POSTURAS..., 1835, f. 5).

Este artigo, como os demais expressa o papel das Câmaras Municipais quanto ao governo econômico e municipal das cidades e vilas, remetendo à legislação complementar o detalhamento das funções e competências municipais. (ROLNIK, 1999, p. 18).

Essas funções e competências municipais passavam pelas ações dos Vereadores que “Terão a seu cargo tudo quanto diz respeito à polícia, e economia das povoações, e seus termos, pelo que tomarão deliberações, e proverão por suas posturas” (COLEÇÃO..., 1830, p. 83): o alinhamento, a iluminação, a limpeza das ruas e praças, construção, reparo e conservação de estradas e ordem pública dentre diversas outras atribuições.

Tais atribuições versariam sobre o estilo de vida urbano. Velho (1995) considera que este é a expressão mais radical dos processos de individualização da modernidade, sendo fundamental perceber como os indivíduos lidam e se deslocam entre códigos e mundos diferenciados quanto aos valores, orientações e sistemas classificatórios.

Ainda na expressão das funções e competências municipais, os Vereadores, eleitos pelos votos dos que tivessem renda líquida anual de duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego, deveriam dispor acerca da comodidade das feiras e mercados, dos espetáculos, da segurança, da saúde, da regularidade externa dos edifícios e da inspeção das escolas de primeiras letras.

Pela resolução de número 235, de 19 de setembro de 1851, foi aprovado pela Assembléia Legislativa da Província do Rio

Grande do Norte, artigos das posturas municipais da Vila do Príncipe, estes estavam em conformidade com a lei de 1º de outubro de 1828. Deliberavam a respeito das edificações e seus padrões. Vejamos suas disposições:

Art. 30. Todos os proprietários das casas d'esta Vila serão obrigados dentro do espaço de dous annos da data d'esta, a rebocar, caiar, e fazer calçadas nas frentes de suas casas, com a largura de cinco palmos, derribando os telheiros ou alpendres que nellas houverem. [...]

Art. 31. Toda a pessoa, que d'ora em diante construir casas nesta Villa, o deverá fazer no alinhamento das ruas existentes, e havendo de começar-se alguma rua nova se requererá à Câmara o seu consento, e o ordenamento necessário.

Art. 32. Todos os proprietários de casas de taipa nesta Villa serão obrigados a apresentar dentro do tempo aprazado as frentes das mesmas de tijolo, ou pedra, [...]. caial-as, reboca-las e fazer calçadas [...]. (COLEÇÃO..., 1857, p. 34).

Com premissas estéticas, instrutivas e sanitárias, a Câmara Municipal de Caicó competia regular a legalidade e as dimensões da estrutura urbana. Desta forma estaria na pauta das matérias de regulação os bens urbanos – *bona civitatis* – que dividem-se em: “[...] os destinados ao uso público de todos os habitantes (praças, pontes, vias e ruas, jardins e campos); os conceituados como propriedade pública (pastagens comuns, chafarizes e edifícios

públicos); e aqueles arrendados em proveito da municipalidade (os mercados).” (ROLNIK, 1999, p. 26).

Pois bem, estes bens públicos deveriam estar associados ao direito de servidão comum e, de forma mais específica, as regulamentações dos edifícios urbanos se davam pela busca de construções permanentes e sólidas, com direito a aeração aos cômodos e vista à paisagem.

Na sessão ordinária de 15 de outubro de 1864, aberta ao público, no Paço da Câmara Municipal da Vila do Príncipe, reuniram-se Manoel Basílio de Araújo, secretário, Joaquim Gomes Monteiro, vice-presidente, Silvestre Garcia Dantas, Joaquim Baptista de Araújo, Eduardo Garcia de Medeiros e Manoel Baptista de Araújo. Nesta sessão resolveram que “Ninguém poderá vender aguardente a retalho nesta Villa e Povoações do Município, sem que preceda licença da Câmara [...]” e mais,

Os proprietários das casas desta villa de 2 em 2 annos no princípio do mez de julho lhes mandarão cair as frentes e concertar as calçadas; os que assim não o fizerem, pagarão multa de 4:000 reis, na reincidência o duplo, e na falta da moeda prisão por 4 dias. (CÂMARA..., 1864, f. 01).

Com estas duas resoluções a Câmara Municipal estava mostrando suas competências e preocupações com a legislação urbana. Atentava para a rua e para os habitantes da urbe que nela transitava, pois compreendia que a ordem pública deveria ser prezada pois, era “[...] na rua – e não dentro de casa – que a família se socializava: os homens, no dia-a-dia dos largos e praças; as mulheres, nas procissões e festas públicas.” (ROLNIK, 1999, p. 29).

Voltemos a deliberação que, os proprietários das casas da Vila do Príncipe de 2 em 2 anos, no princípio do mês de julho deveriam cair as frentes das casas e concertar as calçadas. Por que tais ações nos inícios dos meses de julho? Julho é o mês da Festa da Gloriosa Senhora Sant’Ana de Caicó e, como lembram Araújo e Medeiros (2001, p. 57) a devoção a Sant’Ana “[...] é reveladora de como foi elaborada a interseção entre a dimensão religiosa e as práticas culturais, bem como entre a cidade, a igreja e a festa, cristalizada na escrituração sobre o lugar Caicó.” E, a Festa de Sant’Ana,

[...] é considerada a o maior acontecimentos sócio-religioso desses sertões, desde o seu primeiro ato que, segundo Dantas ([1961], p. 17), aconteceu no ano de 1748. Entretanto, este marco não é aceito pela maioria dos estudiosos da história local, que levanta a possibilidade de a festa já ser realizada lá pelos idos de 1700, com a formação do arraial Queiquó. (ARAÚJO; MEDEIROS, 2001, p. 58).

As festas instauram um novo tempo dentro do cotidiano da cidade. É o tempo da celebração, da devoção e dos congraçamentos que possuem uma pedagogia católica, definida como um conjunto de preceitos doutrinários e um sistema de normas codificado em constituições, leis, decretos, bulas, encíclicas e cartas pastorais que regulam os vínculos entre a práxis da igreja e a vida societária. (ARAÚJO; MEDEIROS, 2004).

Assim, o zelo com as casas no mês de julho reforça o entendimento que no Caicó antigo estruturou-se, em torno do religioso, uma vida comunitária que prescrevia modos de sociabilidades e práticas específicas.

A Vila do Príncipe tinha na Câmara Municipal uma instituição de natureza política, sendo indispensável à condição de vila. Macedo (2005, p. 74) ressalta que a “[...] necessidade de instituir-se uma vila era demanda do controle fiscal (a cobrança do dízimo) e do disciplinamento das populações por meio dos instrumentos da justiça, da sacramentação dos homens bons [...].”

Esta condição de vila seria alterada no ano de 1868, quando a Vila Nova do Príncipe seria elevada a cidade, passando a chamar-se Cidade do Príncipe. Mas, como ressalta Morais (2005, p. 111), “[...] a evolução político-administrativa dos municípios brasileiros foi empreendida a través da elevação do predicamento de vila à cidade, mesmo que esta passagem não se traduzisse em mudanças efetivas.” Ainda acerca da constituição da vila em Cidade do Príncipe, Morais (2005) enfatiza que os principais atributos para a constituição da cidade seria o fato de sediar a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana e a Comarca do Seridó.

Já com o título de cidade, embora este “[...] puramente honorífico, e não trazia privilégio algum” (PRADO JÚNIOR, 1977, p. 306), no dia 23 de setembro de 1871, Manoel Basílio de Araújo (Presidente), José Bernardo de Medeiros, José Baptista de Mello, Joaquim Thomaz de Araújo Pereira e Manoel Baptista dos Santos aprovam e remetem os novos artigos das posturas para a Cidade do Príncipe para a aprovação por parte da Assembléia Legislativa Provincial, sua aprovação nesta dar-se-ia em 26 de outubro de 1871.

Estas posturas municipais são constituídas por 61 artigos que deliberam, principalmente sobre o espaço urbano e práticas sociais e culturais, sobre o comércio e as criações de gado. No artigo 39, o texto é explícito quanto as bases econômicas do município, destacando que “Todo território d’este Município é destinado especialmente para a criação [...]”. (POSTURAS..., 1871,

f. 02). Em função deste entendimento seguem-se disposições a respeito dos cuidados com os cães que mutilam as criações, a salubridade das águas das cacimbas e poços destinados aos bebedouros dos animais. Outros cuidados eram previstos, tais como:

Art. 47° - Todo aquelle que derribar angicos, maniçobas ou carrapateiras, com prejuízo dos gados, e não queimar immediatamente as folhas, será multado [...] além de indenizar o damno causado.

Art. 48° - Todos os criadores d'este Município serão obrigados a registrar na Secretaria da Câmara em livros para este fim destinado, os ferros e signaes de que usão [...]. (POSTURAS..., 1871, f. 02).

A preservação dos rebanhos era também a das bases econômicas do município que, de forma mais expressiva dimensionava nestas posturas um número maior de artigos voltados ao urbano, com e temáticas como edificações, salubridade e sociabilidades.

Pelo Censo Imperial de 1792, a Cidade do Príncipe contava com 21.305 almas, destas 168 foram registradas como artistas, cujas apresentações públicas mereceram destaque pelas posturas municipais que ditou: “Ninguém poderá dar espetáculos públicos, danças de corda, mágicas, comédias ou outro qualquer divertimento, que chame a atenção popular nesta cidade e povoações do Município, sem obter da Câmara uma licença [...]” (POSTURAS..., 1871, f. 02). No tocante as práticas sociais e as sociabilidades na cidade, lembramos das atribuições reservadas as lojas e tabernas que, seria “[...] proibido expressamente conservar abertas [...] das 10 horas da noite em diante [...],

excetuando-se as noites de Festas de Sant'Anna, ou festa do Natal.” (POSTURAS..., 1871, f. 02).

Anteriormente, escrevemos que a salubridade pública ganha espaço nas prescrições das posturas municipais, pois bem, a preocupação com a fluidez no trânsito das ruas e o impedimento de outros usos como porcos ou cabras soltos no perímetro urbano, correrias de cavalo, escavações nas ruas e praças e tiros constituíam desejos de práticas urbanas dos habitantes da urbe.

Para o habitante da urbe era indispensável a salubridade. Rolnik (1999) aborda que, diante do alastramento das epidemias, a medicina elaborou a teoria do contágio e, conforme a teoria dos fluidos, que dominava principalmente o pensamento médico na França no século XVIII, o ar e a água eram considerados veículos mórbidos. Para evitar que as vias urbanas fossem veias de contágio, as posturas indicavam que:

Os proprietários e inquilinos das casas desta cidade e povoações do Município não poderão lançar nas ruas e becos, lixo ou outra qualquer imundícia, que possa danificar a salubridade pública, devendo o fiscal de signar os logares apropriados para tal depósito.

O fiscal desta cidade mandará por editaes, que seus moradores, no prazo de 3 mezes, contados das datas dos mesmos editaes, tirem entulhos, que estiverem nos fundos de seus quintaes, com que possam prejudicar a saúde pública, ou concorrer de qualquer forma para o desfavorecimento da cidade [...]. (POSTURAS..., 1871, f. 01).

Prezando a saúde salubridade urbana, os legisladores municipais estavam também prezando a vida familiar saudável e equilibrada, bem como definindo uma forma específica de utilização dos espaços públicos, mas também privados, pois o corpo urbano era também o familiar e cidadão. Nesta perspectiva, espaços públicos eram mirados e cuidados.

Um exemplo, fora o Poço de Sant'Ana que passava a ser "considerado um recreio público" onde era estritamente proibido a "[...] pesca de tarrafa, lavar roupa, fatos, e nem cercal-os sob pena de 8\$000 réis de multa, ou 8 dias de prisão." (POSTURAS..., 1871, f. 01).

Este corpo cidadão clamava por olhares e cuidados constantes. Era necessário livra-lo dos vícios como o da jogatina, das armas que ameaçassem a vida e a ordem do habitante na cidade. É, neste sentido que a Câmara Municipal da Cidade do Príncipe propõe, em 27 de abril de 1872, a proibição de jogos como o "[...] lasquinêt, trinta e hum, pacaú, marimba, frexa e todos aqueles que forem de parada. (A CÂMARA..., 1872, f. 01).

As pessoas que fossem encontradas pelo fiscal municipal jogando quaisquer dos jogos citados seriam multadas, bem como os proprietários das casas em que estivesse a mesa de jogo. Outra proibição, passível de cobrança de multas aos contraventores era o porte de armas, no perímetro urbano, como: "[...] pistola, bacamarte, faca de ponta, revolver, punhal, estoque, canivete de molla e todo instrumento perfurante." (A CÂMARA..., 1872, f. 01). Limpar a cidade da jogatina e da presença das armas seria zelar pela ordem pública, pelo bem estar dos cidadãos.

Desta forma, a Cidade do Príncipe se construía como fruto de planos, cálculos, desejos e sonhos. Enfim, traços que aos poucos foram delineando o espaço urbano e posturas aos seus habitantes. E, como escreveu Andrade (2007) a cidade é um espaço histórico

sempre em transformação, em movimento, enquanto uma dimensão representativa de inúmeros projetos de mudanças, mas também de permanências. A cidade consiste em um lugar de práticas e, por isto, de investimentos tanto no plano do privado como do público.

E mais, a cidade é composta por ações humanas sob as mais diversas formas, mas de forma estrita e ampla por ações dos governantes, dos transeuntes e dos seus cotidianos. Podendo a cidade ser apreendida a partir de experiências históricas específicas.

A deliberação sobre leis e posturas municipais diversas era a forma própria para que a Câmara, por meio dos seus legisladores, projetassem escritas à legalidade urbana e às práticas sociais e culturais dos moradores, fossem da sede do município ou vila ou das povoações diversas que estivessem sob a jurisdição municipal.

Os bens urbanos – *bona civitatis* – que podem ser arrendados em proveito da municipalidade, como os mercados, também requeriam regulamentações municipais, até que fosse produzido um regulamento específico. Na Cidade do Príncipe, com a instalação de uma Casa de Açougue, a Câmara deliberou sobre sua função e funcionamento, determinando: “O empresário da casa do açougue público desta cidade será obrigado a conserval-a decentemente limpa, e preparada para o corte e venda de todas as carnes verdes e seccas, que houverem de ser vendidas para o consumo da população.” (POSTURAS, 1877, f. 01).

Nas posturas de 1872 a jogatina e o porte de armas ficavam proibidos, sendo estas mesmas deliberações expressas nas posturas de 1884. Havia a necessidade de higienizar os hábitos dos cidadãos, de afastá-los de práticas danosas a moral. E, ainda dentre as resoluções das posturas municipais de 19 de janeiro de

1884 estava a proibição dos sambas, das batucadas e das bebedeiras e, terminantemente condenado a multa “Proferir palavras obscenas ou cometer actos e acções indecentes em logar público pena de cinco mil reis de multa ou três dias de prisão.” (POSTURAS..., 1884, f. 4).

Se o corpo urbano e o corpo cidadão deveriam ser asseados, para que estes se refletissem as posturas zelavam pelos hábitos dos cidadãos, cujas sociabilidades formativas eram constituídas na famílias, na igreja e suas cerimônias, na municipalidade e suas escrituras, na escola e sua pedagogia.

Estas sociabilidades desejavam uma formação moral, sob a qual o princípio do respeito deveria perpassar as ações individuais e coletivas. Assim, não eram permitidas ao habitante da urbe latrinas com escoário para fora, a vulgarização de pasquins que ofendam a religião e a moralidade pública, escrever nas paredes, portas, janelas e muros de prédios públicos ou particulares. (POSTURAS..., 1884).

Assim como a Casa do Açougue, regulamentada em posturas de 1877, a Casa de Mercado da Cidade do Príncipe recebeu suas posturas por meio da Câmara Municipal. Nelas, era expressa a finalidade da Casa de Mercado: “A Casa do mercado público desta Cidade será franqueada ao uso do commercio das 6 horas da manhã às 9 horas da noite [...]” (REGULAMENTO..., 1884, f. 01). Na Casa do Mercado haveria compartimentos alugados anualmente para que fossem assentados bancos de fazendas, de miudezas, de cargas como café, açúcar, fumo, frutas.

Após a leitura de posturas construídas à cidade de Caicó no século XIX, percebemos que a formação do espaço da cidade, dos habitantes da urbe e suas sociabilidades decorre não apenas do resultado das ações dos poderes constituídos, no caso em análise da Câmara Municipal. Embora compreendamos que ao

construir posturas e resoluções à urbe, a Câmara estava projetando posturas, condutas e referências ao cidadão e, escriturando o espaço urbano.

A Cidade do Príncipe, pelo decreto de número 12, de 1º de fevereiro de 1890, passaria a chamar-se Seridó, permanecendo com esta denominação até julho de 1890, quando recebe a denominação de Caicó. E, como enfatiza Calvino (1990) as cidades não contam o seu passado, mas elas o contêm como linhas da mão, escrito no traçado das ruas, nas casas, templos e praças, sendo o urbano passível de leituras seja acerca de sua disposição cartográfica, dos agentes produtores do espaço e de sociabilidades, das segregações dos sujeitos e outros temas possíveis. Nesta perspectiva, múltiplos podem ser os olhares às cidades, sendo este um dos possíveis.

Referências

A CÂMARA Municipal do Príncipe propõe, 27 de abr. 1872.

CÂMARA Municipal da Villa do Príncipe, 15 out. 1864.

ANDRADE, Juciene Batista Felix. Caicó: uma cidade entre a recusa e a sedução. 2007. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

ARAÚJO, Marta Maria de; MEDEIROS, Maria das Dôres. Investigando a história da festa da Senhora Sant'Ana de Caicó (1695-1968). In: Encontro Regional da ANPUH-RN, 1., 2004, Natal. Anais... Natal: ANPUH/RN, 2004. 1. CD-ROM.

ARAÚJO, Marta Maria; MEDEIROS, Maria das Dôres. A Cidade, a Igreja e a Festa de Sant^a Ana de Caicó-RN: séculos XVIII e XIX. Sociedade e Território, Natal, v. 15, n. 2, p. 53-61, jul../dez. 2001.

ARRAIS, Raimundo. O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1828. Leis e Decisões – Livro 4. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1830.

COLEÇÃO das Leis Provinciais do RN - 1849 a 1857. Ano de 1851 – Tomo XIV. Natal: Typografia de J. M. Navarro, [1857].

DANTAS, Dom José Adelino Dantas. Homens e fatos do Seridó antigo. Garanhuns: Gráfica do “O Monitor,” [1961].

LE GOFF, Jacques. Por amor as cidades: conversações com Jean Lebrum. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Primas).

MACÊDO, Muirakytan Kennedy de. A Penúltima versão do Seridó – Uma história do regionalismo seridoense. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2005.

MONTEIRO, Pe. Eymard L'E. Caicó. (Subsídios para a história completa do município). Recife: Escola Salesiana de Artes Gráficas, 1945.

MORAIS, Ione Rodrigues Diniz. Desvendando a Cidade: Caicó em sua Dinâmica Espacial. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. Seridó Norte-rio-grandense: Uma Geografia da Resistência. Caicó: Ed. do Autor, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, História e Cidade: Lugares no Tempo, Momentos no Espaço. Artcultura. Uberlândia: EDUFU, v. 4, n. 4, p. 23-35, jun. 2002.

_____. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 27, n 53, jan./jun. 2007.

POSTURAS da Câmara Municipal da Cidade do Príncipe, 19 jan. 1884.

POSTURAS da Câmara Municipal da Cidade do Príncipe, 7 ago. 1877.

POSTURAS da Câmara Municipal da Villa do Príncipe e de Angicos, 20 mar.1835.

POSTURAS da Câmara Municipal do Príncipe, 23 set. 1871.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

REGULAMENTO da Casa do Mercado Público da Cidade do Príncipe, 12 mar. 1884.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

VELHO, Gilberto. Estilo de vida urbano e Modernidade. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. v. 8, n. 16, 1995, p. 227-234.

Espaço e memória na morfologia da cidade: Um desafio do planejamento urbano

Eugênia Maria Dantas*
Ione Rodrigues Diniz Morais**

Introdução

A organização do espaço, na contemporaneidade, desafia pesquisadores de diversas áreas. As mudanças que ocorrem em diferentes estruturas podem ser percebidas nas esferas íntimas, como a casa, ou em aglomerados mais extensos como a rua, o bairro, a cidade. A sucessão rápida de eventos modifica o cotidiano em um caleidoscópio de experiências para o qual convergem o fluxo, a rapidez e a transformação dos espaços, das idéias, dos valores, dos desejos, entre outros. De uma sociedade do repouso alicerçada na convivência do lugar, na repetição do gesto, na familiaridade da vizinhança passamos a vivenciar a mobilidade como invólucro dos homens, das palavras e das coisas.

O espaço, tal como nos sugere Milton Santos (1996), não é apenas o receptáculo das ações e desejos humanos; ele é também uma imposição à própria ação. Interpretá-lo, supõe a incursão sobre a natureza inerte e dinâmica que o estrutura, sendo a cidade a forma superlativa reveladora dessa condição. Caminhar por suas avenidas é encontrar as sucessivas reorganizações que alicerçam

* Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da UFRN, Campus de Caicó.

e-mail: eugeniadantas@yahoo.com.br

**Doutora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professora da UFRN, Campus de Caicó.

e-mail: ionerdm@yahoo.com.br

o ser e o acontecer na morfologia urbana, que se forma ao longo do tempo. Assim, é a partir dela que o sujeito “busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento ainda que fragmentário” (SANTOS, 1996, p. 263). A nova situação “opera como uma espécie de detonador” que desperta o indivíduo da inércia e o submete a querer encontrar a dialógica que emana do espaço. Como proceder? Em que medida o passado é mais importante do que a efemeridade do presente? Qual a relação entre espaço, memória e planejamento? Seria a interpretação da paisagem o código secreto capaz de revelar a natureza da inércia dinâmica no contexto urbano?

Adentrar na organização espacial da cidade é fazer aflorar o seu cotidiano a partir das informações e imagens que a fazem vibrar. O desafio é grande e não envolve uma só disciplina, uma fonte, um caminho. Mas exige a observação meticulosa, a articulação de idéias, o levantamento de dados, informações e documentos que permitam compreender a sua natureza complexa.

Para problematizarmos as questões colocadas privilegiamos a imagem como meio que nos permite acessar os códigos da paisagem, na medida em que expõe a forma hipertextual e polifônica de sua organização. Como referência espacial selecionamos a cidade de Caicó-RN, localizada na porção centro-meridional do Estado do Rio Grande do Norte, mais especificamente na região do Seridó Ocidental. Tal escolha decorre da cidade ocupar um lugar de destaque no interior do Estado, seja pela sua trajetória política, econômica e cultural em tempos remotos; seja pela posição de centro polarizador regional para os fluxos de pessoas, mercadorias e idéias. Pretendemos com esse trabalho contribuir para a ampliação dos estudos urbanos em uma perspectiva cultural e interdisciplinar.

Polifonia, Hipertexto e a Flânerie na Trama Urbana

O tecido imagético, que compõe a geomorfologia urbana, se configura semelhante a uma imensa “colcha de retalhos”. São pedaços que se combinam para ganhar formas e tons variados. Como ler essa composição pressupõe uma escolha metodológica, que para nós se pauta a partir das idéias de hipertexto, polifonia e a prática da flânerie.

Pierre Lévy (1993) nos instiga a trabalhar a leitura de um dado aspecto da realidade a partir da multiplicidade de elementos que se encontram dispersos e aparentemente desconectados. A estratégia de conectar o diverso por meio de nós, configurando uma rede de pontos articulados, mas ao mesmo tempo autônomos, ele denomina de hipertexto.

O hipertexto possibilita, na conexão entre pontos distintos, a circulação da informação, favorecendo para que a composição hipertextual se complete. A cidade como uma estrutura que comporta a existência de trocas informacionais distintas constitui-se uma expressão viva dessa condição. As peças que a compõe, ao serem manuseadas inserem-se em novas situações, configurando-se um jogo dialógico, cujas mensagens atuam no sentido de “precisar, ajustar, transformar o contexto compartilhado pelos parceiros” (LÉVY, 1993, p. 22), em campos de experimentação, vivências e aprendizagens urbanas.

A comunicação se constrói em rede, cujos elementos criam uma teia de relações, que se apóiam nos mais variados aspectos (físico, afetivo, emocional, imagético), selecionados a partir das trocas complexas que envolvem os sujeitos na tessitura do ter, do ser e do fazer cotidiano.

Na condução hipertextual, a reflexão sobre a cidade as idéias de Canevacci (1993) são indicações metodológicas importantes. Para ele, na urbanidade, os pressupostos epistemológicos contemplam o estatuto do estranhamento e do desenraizamento que levam o indivíduo “[...] a querer perder-se, a ter prazer nisso, a aceitar ser estrangeiro, desenraizado e isolado, antes de se poder reconstituir uma nova identidade [...]”. O desenraizamento e o estranhamento são momentos fundamentais que - mais sofridos que predeterminados – “permitem atingir novas possibilidades cognitivas, através de um resultado ‘sujo’, de misturas imprevisíveis e causais entre níveis racionais, perceptivos e emotivos, como unicamente a forma-cidade sabe conjugar” (CANEVACCI, 1993. p. 16).

A lente de compreensão, a partir do olhar estrangeiro, conforma uma ambigüidade sadia na interpretação urbana. Trata-se de fazer a confluência entre universos objetivos e subjetivos como faces de uma mesma moeda. O intérprete observa as formas e vai encontrando os pressupostos que o guiam para revelar os fenômenos, articulando familiaridade e estranhamento. No percurso enxerga e sente as fraturas morfológicas, a força de um certo “intemperismo humano” modelando e dilatando a paisagem. Na morfologia urbana, a ação do homem se conjuga a ação do vento, do calor, do frio, da chuva, confirmando o espaço como uma estrutura complexa e dinâmica.

Desta perspectiva, a trilha urbana é feita da polifonia que impregna a força da física da Terra ao espírito desbravador do homem, fazendo nas formas espaciais ressoarem sons como se fosse “um coro de vozes que canta uma multiplicidade de vozes autônomas, que se cruzam, relacionam-se, sobrepõe-se uma as outras, isolam-se ou se contrastam”. Ou ainda “A cidade se caracteriza pela sobreposição de melodias, harmonias, ruídos e sons, regras e imprevisões, cujas soma total, simultânea ou

fragmentária, comunica o sentido da obra”. (CANEVACCI, 1993, p. 18).

Os dispositivos de análise como aproximação, reformatação, superposição, analogia, colagem, são estratégicos para a “montagem” de “mosaicos urbanos”. Nessa direção, importantes argumentos advindos de Walter Benjamin se aproximam das proposições sugeridas por Pierre Lévy e Massimo Canevacci.

O flâneur e a flânerie são abordados por Walter Benjamin (apud ROUANET, 1993), para descrever as mudanças que se processavam em Paris, no Século XIX. Para o flâneur, tudo lhe é muito familiar na mesma medida em que provoca sensações de estranheza. “Ao mesmo tempo em que está em casa na cidade, o flâneur se aliena dela” (ROUANET, 1993, p.23). Ele consegue vislumbrar as mudanças que vão ocorrendo em Paris, com o sentimento de que elas são novas, apesar de lhe provocar recordações de um passado ainda recente. O que ele faz é compreender a morfologia urbana como uma colagem hipertextual e polifônica, capaz de operar, simultaneamente, uma atualização do passado e uma decodificação simbólica de sua transformação. Tais modificações, contêm, na verdade, uma articulação do velho com o novo. Elas são como que “um cenário de sonho, em que o amarelo trêmulo do gás se junta à frigidez da faísca elétrica” (ROUANET, 1993, p. 57).

Por meio da flânerie, o flâneur caminha em Paris e reconhece as alterações implementadas pela dinâmica do capital, atualizando o significado que a cidade toma para os seus habitantes e para si. Ele não perde o detalhe, aliás, esta é a sua característica maior. Montar o quebra-cabeça de significados é um desafio que se impõe aos passos desse caminhante urbano. Os fragmentos encontrados são aproximados a partir da “[...] embriaguez

anestésica com que o flâneur passeia pela cidade”, e que “não se nutre apenas do que está sensorialmente sob seus olhos, mas se apropria também do saber contido nos dados mortos, como se eles fossem algo do experimentado vivido” (ROUANET, 1993, p. 22).

A cidade se revela, inicialmente, pela disposição das peças no tabuleiro urbano. Por isso a montagem é o método através do qual as formas espaciais, embaralhadas diante dos seus olhos, passam a exigir dele saber encontrar os pontos de conexão para que tenham significado. Como fragmento ou detalhe, os desenhos possuem contornos que são elos entre as partes e o todo encaixados em uma montagem atenta de quem manuseia o jogo da totalização. Assim, o espaço citadino tem sentidos diversos, que conformam uma interação entre habitantes e estruturas, concretas ou imaginárias. A sua diversidade é resultado das imagens que se formam, fruto dessa relação estreita que provoca distintas reorganizações transversais os tempo.

A flânerie exhibe um certo estatuto do pesquisador e nos reforça a pista de que a cidade é um grande campo de significados fragmentados que, se têm uma dimensão própria e autônoma, ao mesmo tempo se relacionam. É a partir daí que se pode perceber o sentido ambíguo e dialógico de cada fragmento e de sua composição na constituição do todo, móvel, aberto e igualmente ambíguo.

A urbe é um misto de informações em que os conectivos ligam o campo de imagens às memórias e significações que, mesmo tentando obedecer a um traçado geométrico, seja ele linear, circular ou reticular, é subvertido a todo instante pelo emaranhado do dispositivo simbolizante que fundamenta a existência humana. O seu espaço é da interação entre o ser que a habita e a estrutura que o circunda. Assim, o sujeito se inteira da sua “fisionomia e ao

mesmo tempo de si mesmo, em que rosto e corpo se assemelham mimeticamente à cidade que ele habita, como se fosse a constelação que define sua identidade, a estrela de sua vida inteira” (BOLLE, 1994, p. 43/4).

De uma perspectiva universalista, não há como operar disjunções radicais entre os espaços citadinos, mas antes, perceber as suas especificidades e complementaridades. Tal observação abre mão do estabelecimento de demarcações intransponíveis, para investir na decodificação dos elos, que fazem de cada cidade uma expressão variante da matriz polifônica, que qualifica a urbanidade contemporânea. O próprio desenvolvimento da sociedade atual não permite mais as separações rígidas que tornam ímpar cada lugar. Estamos do nosso local de morada, a todo instante, em contato com o mundo. Tal fato só é possível, pelo avanço técnico que caracteriza a nossa época. Esse processo tem como característica a instauração de um social telemático-midiático, que se espalha, dificultando o estabelecimento de disjunções e separações fundamentais a respeito do que seja cidade grande ou pequena, rural ou urbano, haja vista as conexões desejantes que tornam os sujeitos partícipes de ideais e vivências cada vez mais comuns.

A capacidade de armazenar informações e de ressignificá-las - o que se constitui hoje, numa idéia ampliada de cultura - implica a possibilidade de entender que a cidade não pode ser observada de forma disjuntiva, separando passado e presente, novo e velho, fantasia e realidade. A percepção da forma complexa e articulada de seu espaço remete ao campo multiforme, polifônico e universalista que a institui.

Os trajetos urbanos estão marcados pela dupla condição de mudar e resistir. Em todas as cidades existem aqueles espaços que se configuram como núcleos de expressão histórica, roteiro

obrigatório para o passante. Em algumas, esses núcleos são exuberantes; em outros, mais discretos. Porém, eles estão em todas as cidades, independente do tamanho populacional ou da extensão territorial. A sua fisionomia é variável e está em sintonia com o ritmo urbano. Pode estar bem caracterizado ou disperso, mas sempre há as marcas do passado a borrar a velocidade estonteante do presente.

A relação espaço e memória é dada pelo olhar que se voltar para trás. Quem estabelece o passado, o histórico, o que deve ser memorável não é a geração presente, mas sempre uma sucessora. Temos a tendência para valorizar o antigo, sem perceber que o novo é o antigo de amanhã. Assim, toda a determinação ou seleção do que deve ser preservado é uma arbitrariedade com o tempo. É uma elaboração pautada na previsibilidade, na permanência, na imutabilidade. Desejamos preservar para nos mantermos prisioneiros do passado porque temos a tendência de acharmos mais exuberantes as formas que não foram por nós produzidas.

O planejamento urbano tem o desafio de compreender como os indivíduos olham, recriam, decodificam e deformam os seus espaços e os dos outros, compondo uma dimensão totalizadora e ao mesmo tempo singular da urbe. As formas servem para aprendermos sobre a época, a técnica ou um *modus vivendi*. E como podemos aprender em um espaço em mutação? Que registros devem ser preservados? A geografia urbana é um lastro de perdas, recomposições e composições. Temos a tendência para esquecer esta última condição. A sociedade se alimenta de um exercício cotidiano que coloca em diálogo as condições naturais e as habilidades que o homem desenvolveu para sobreviver em um ambiente hostil a sua presença. As feições urbanas retratam esse processo sofisticado de sobrevivência, de forma múltipla. Ela é mosaico, bricolagem modelizada por mãos e mentes que têm interesses e atuações diversificadas. No mosaico

urbano, estamos sempre em contato com “restos”, que submetidos à estrutura racionalizante e hierarquizante de pensarmos, terminam por ditar o que deve ser preservado e o que pode ser modificado. Nesse jogo, a natureza nunca esteve no centro da preservação, mas sim no da apropriação. Por isso, as cidades encobriram, artificializaram a geomorfologia, sobrepondo outras morfologias.

Nessa geomorfologia, a física da Terra se mistura a ação humana fazendo emergir paisagem e a memória. É nela e por meio dela que o planejamento pode intervir para manter a polifonia e o hipertexto urbanos.

Caicó, Imagens e Mosaicos

Imbuída das idéias anteriormente tratadas, percorremos Caicó, localizada no Estado do Rio Grande do Norte, na região do Seridó Ocidental. É importante destacar que esta cidade ocupa uma posição relevante no cenário estadual, seja pela sua trajetória política, econômica e cultural em tempos remotos; seja pela posição de centro polarizador regional para os fluxos de pessoas, mercadorias e idéias. Além desse fato, é perceptível o seu crescimento urbano nos últimos vinte anos e a discreta sistematização a respeito de como se estrutura a sua geografia, no contexto dos últimos anos. Assim, nesta parte do trabalho adentramos em um cenário espacial para desenhar uma “cartografia”, utilizando como meio o pouso e o movimento do olhar sobre a morfologia urbana. O encontro com a paisagem permite perceber na trama urbana o homem como o último agente geomorfológico, conforme expressão de Carl O Sauer.

Como se estivéssemos como uma máquina fotográfica na mão, caminhamos pela cidade e registramos as formas urbanas,

criando um mapa mental, para depois cotejar, desse mapa ampliado, as imagens que comporiam as peças do mosaico citadino. O traçado não é retilíneo, mas obedece a irregularidade do encontro entre a forma e o conteúdo, o reconhecimento e o estranhamento, o prazer e a perdição. Transformar imagem mental em registro fotográfico foi o passo seguinte. A partir das imagens, navegamos pelo tecido urbano e encontramos as faces de uma “Caicó arcaica que tudo deseja e quer”, conforme nos sugere o cantor Chico César. A partir dos fragmentos encontrados, construímos “mosaicos urbanos”, uma montagem que propõe colocar em evidência o paradoxo em que se pauta a relação entre permanecer e mudar, reconhecer e estranhar, no cotidiano citadino.

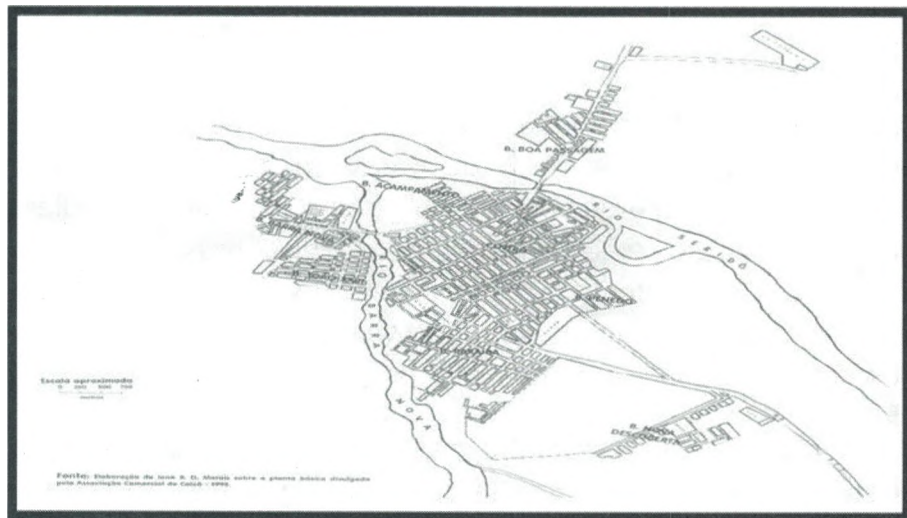
Enredada na história da pecuária e do algodão, que tingiram as cercanias dos sertões do Seridó Potiguar, “a Povoação de Caicó” foi designada no século XVIII, passando essa formação pelos estágios que constituem a evolução urbana, quais sejam, povoado, vila e cidade. Essa evolução é densamente elaborada por histórias e feitos que repercutem no imaginário individual e coletivo de seus habitantes. Identificamos na sua organização espacial o núcleo de formação pretérita e as veias de sua expansão mais recente. A morfologia urbana revela paisagens que bricolam inércia e dinâmica, bem como as agruras de uma expansão pautada na espontaneidade e na ausência de intervenções públicas mais consistentes.

Diagnosticamos a existência de 23 bairros, configurando o perímetro urbano, e uma população de 50.624 habitantes, segundo o censo demográfico de 2000. Podemos ainda dizer que a ocupação do solo se dá de forma irregular, estando no sítio urbano aproximadamente 70% dos imóveis sem registro em cartório. É importante salientar também que a partir do ano de 2006 a cidade passou a ter um Plano Diretor, elaborado a partir da legislação

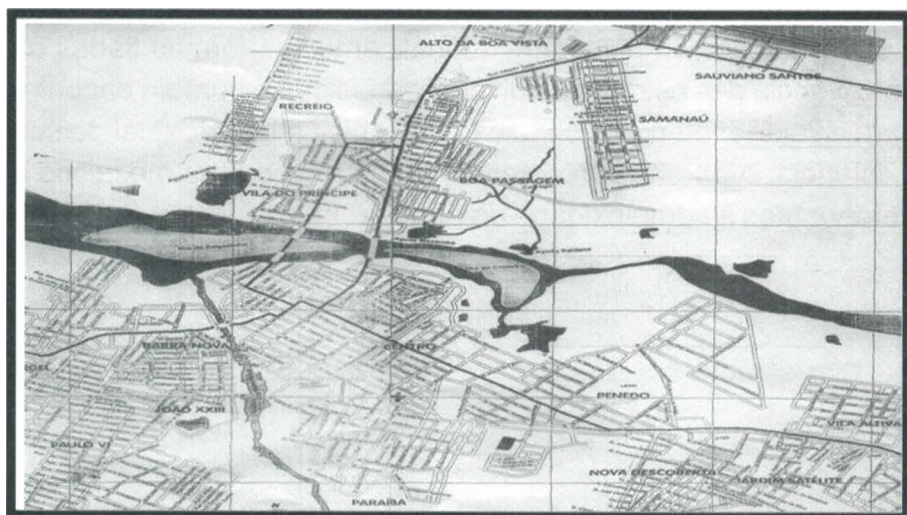
vigente, mas que encontra dificuldades quanto à divulgação e a participação da população para a sua implantação.

Nas imagens a seguir podemos ter uma aproximação dos contornos urbanos, por volta dos anos 1970 e 2000.

Mosaico 01



Mosaico 02



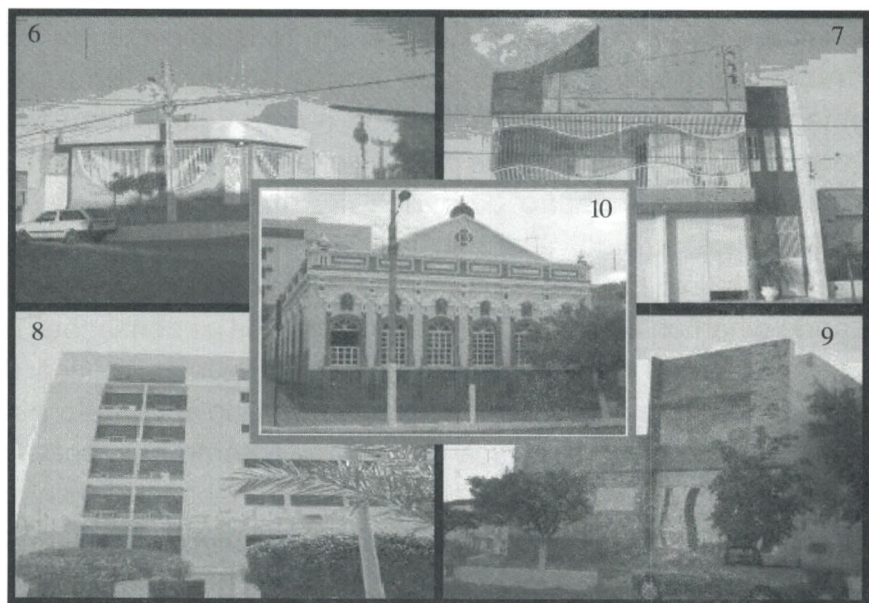
De forma panorâmica, os dois mosaicos nos fazem enxergar e sentir a força da geografia marcando a estruturação do lugar. Cortada pelo rio Seridó no sentido Norte-Oeste e o Barra Nova na direção Sul-Oeste, percebemos, no primeiro mosaico, que o adensamento urbano se rende as rugosidades do espaço e pouco ultrapassa as fronteiras dos rios, estando, a maior parte da população, estabelecida em zonas intra-flúvios. A partir da década de 70, acompanhando a dinâmica da urbanização brasileira, a cidade passou por alterações significativas que podemos aventar como paradoxais, posto que temos uma crise econômica local alicerçada na perda de produtividade do algodão, e o reflorescimento da urbe com a ampliação do seu sítio para além das fronteiras, até então existentes. As explicações para esse fato já se encontram sistematizadas e passam por análises de cunho local, regional e nacional, com a problematização de variáveis econômicas e a migração campo-cidade.

Para além dessa vertente, mas sem negar a sua importância, seguimos um outro percurso. A partir dos mosaicos anteriores, adentramos pelas ruas e encontramos a multiplicidade de formas compondo a paisagem. Verificamos na geomorfologia os tempos e as técnicas tecendo a estruturação de um espaço em transformação. Na paisagem, identificamos as formas fiadas na convivência das estratégias diversificadas que o homem encontra para viver, denotando a condição polifônica e hipertextual de sua existência. A partir de fotografias, montamos outros mosaicos e percebemos a complexidade do ritmo urbano.

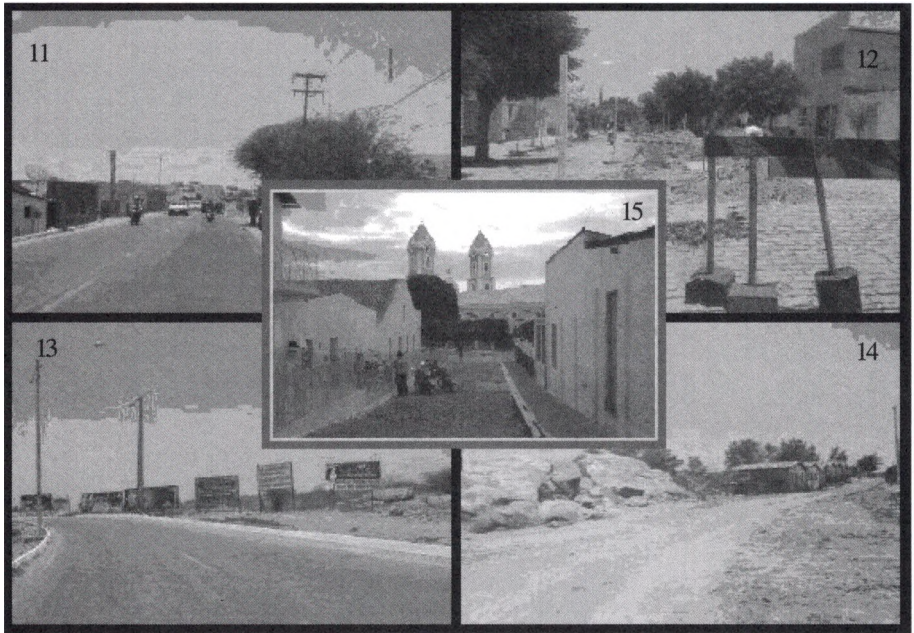
Mosaico 03



Mosaico 04



Mosaico 05



Nos mosaicos 03, 04 e 05 a combinação das formas espaciais revela a organização urbana saturada de começos. São manchas antigas e novas que negociam estratégias de conhecimento e vivências pertinentes a gerações e interesses diversos. As descontinuidades proporcionadas pela permanência da forma e modificação da função; a mistura de padrões arquitetônicos; ou ainda a tendência para novos perfis imobiliários atizam as reflexões sobre a memória tecendo o hipertexto urbano. Quando olhamos as imagens, experimentamos as sensações de estranhamento e familiaridade que caracterizam a prática da flânerie. Encontramos o quebra-cabeça urbano recortado pelo tempo que contém a dialógica entre o movimento e o repouso. Verificamos a necessidade de pensarmos a respeito do espaço e do tempo no que ele denota da relação entre passado e presente.

Os mosaicos revelam que na paisagem o ritmo temporal negligencia a linearidade entre o que é passado e o que é presente, mostrando a inflexão para a separação, e a contundência para variação como condição primordial das estratégias cotidianas, que modelam a morfologia citadina. Assim, olhando as imagens, voltamos no tempo e reencontramos na fixidez a mobilidade que guia a composição e recomposição das formas espaciais. Reencontramos, também, no espaço um tempo, que saturado de origens, nega a existência de um ponto que conduza a explicações definitivas.

A cidade é um mosaico, estejamos visualizando o fluxo estonteante das metrópoles ou o bucolismo que tende a marcar os cenários das pequenas cidades. Por meio deles, vamos encontrar os resíduos de uma época, de uma estrutura de pensar e atuar, confirmando o sentido plástico da paisagem.

Neste sentido, algo merece ser refletido: o conjunto de estruturas urbanas são paisagens que encenam a condição do perecimento e do resíduo, do envelhecimento e da novidade. Implicada nela está a escolha, a decisão e o acordo entre os habitantes da cidade sobre a sua preservação. Assim, os caminhos da preservação estão entrecortados, talvez, pela sensação expressa pelo personagem de Guimarães Rosa, no Romance “Grandes Sertões Veredas”.

A lembrança da vida da gente se guarda em trechos diversos, cada um com seu signo e sentimento, uns com os outros, acho nem não se misturam. Contar seguido, alinhavado só mesmo sendo as coisas de rasa importância. De cada vivimento que em real tive, de alegria forte ou pesar, cada vez daquela, hoje vejo que era como se fosse diferente pessoa. Sucedido, desgovernado. Assim, eu acho,

assim é que eu conto. O senhor bondoso é de me ouvir. Tem horas antigas que ficaram muito mais perto do que outras em recente data. O senhor nem sabe. (apud REZENDE, 1997, p. 9)

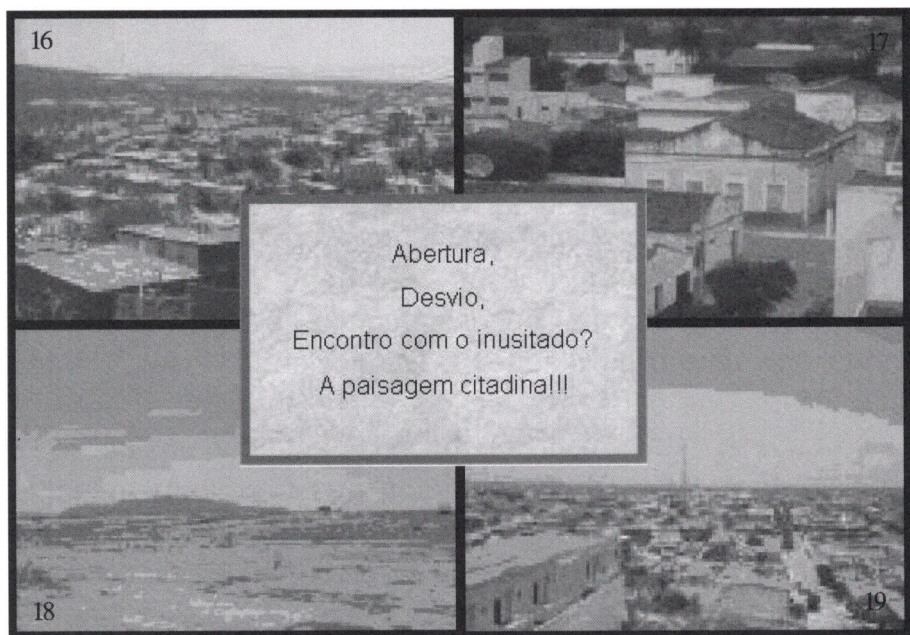
Se podemos comungar com os “vivimentos” do personagem, podemos imaginar que a paisagem urbana é marcada por eles. Mais do que formas e estruturas, são os sentimentos que estão ali impregnados que a sustentam, que dão sentido às morfologias, que movem as águas dos rios, que entoam o canto dos pássaros. O tempo pode estar longe, e ser mais próximo do que aquelas horas vividas há poucos instantes. Assim, podemos entender a memória e a cidade: como um conjunto de tempos vividos, que, sem começo ou fim, subsiste do meio.

O planejamento como estratégia é móvel, comove e envolve os indivíduos nas suas vivências e convivências. Requer do planejador a perspicácia para selecionar de um universo saturado de dados, informações e significados, aqueles que merecem ser preservados. Nesse sentido, a escolha deve privilegiar a natureza como face que duplica a condição humana, que se reverbera em uma bio-antropo-geografia, cenário dos acontecimentos que filtram os tráfegos de informações, conhecimentos, linguagens e práticas geo-históricas. Para um planejamento urbano mais equânime, cabe refletirmos sobre duas afirmativas de Edgar Morin. A primeira advoga que “a cultura é 100% natureza, a natureza é 100% cultura”. Tal afirmação não se constitui em trocadilhos de palavras, mas reflete a interdependência entre o sentido da humanidade, do meio e da cultura. A partir dessa assertiva devemos acionar dispositivos que levem em consideração os interesses, simultaneamente, culturais e naturais da sociedade. Essa condição reverbera na segunda assertiva que diz respeito a uma reforma do pensamento. Não se trata de uma reforma programática, mas paradigmática, que requer um exercício cotidiano de auto-exo-reflexão, que envolve

redefinições nas estruturas de pensar, alicerçadas no paradigma cartesiano, tradicionalmente afeito às análises disjuntivas entre a natureza e a cultura, o sujeito e o objeto, a realidade e a idealidade.

A reforma paradigmática proposta por Morin supõe estruturas de pensar e agir como um complexo em que as ordens da natureza estão impressas nas ordens humanas e vice-versa. Desta feita, a memória pode ser compreendida como uma composição de ordens implicadas, que se revelam em ritmos e tons variados, tingindo nossos “vivimentos”. O desafio do planejamento urbano é reconhecer que, nesses “vivimentos”, as linhas que tecem os sujeitos e atizam seus desejos estão mergulhadas na complexa rede de significados que regem a memória e a vida. Se é impossível identificar um ponto, é necessário estabelecer estratégias que permitam religar o habitante à cidade, o planejamento ao desejo, a ação à utopia. Preservar a cidade é, antes de tudo, preservar a vida em suas variadas formas de expressão.

Dessas idéias, extrairmos a lição de que na combinação dos elementos urbanos o equilíbrio não tem nada de estável, mas está à mercê de modificações, cuja diversidade de fatores ampliam as margens de interpretação. Quanto mais podemos dialogar, mais alargamos e expandimos a nossa capacidade interpretativa, alimentando as artérias da bacia semântica urbana. Quanto mais restringimos a interpretação a um ponto, uma via, uma artéria, mais sobrecarregamos o caminho, impedindo o fluxo, o encontro da vida com as idéias. Viver na cidade é procurar esse encontro. A flânerie indica a geografia urbana uma perspectiva para planejar, ver e viver na cidade. Por meio dela, o olhar encontra no repouso o movimento na paisagem, revelado por pontos que, apresentando contextos autônomos, sobrevive das sobras e reservas legadas no tempo.



A cidade, neste último mosaico, assume a forma panorâmica, uma volta ao emaranhado de telhas, cal e tijolos que indicam as distintas formas de habitar. Agregado às construções sinalizamos para o que ainda está por vir. O terreno limpo e arado esperando homens e máquina é um texto a ser decifrado, padece da incompletude que habita a condição de interpretar. Assim, é o tecido urbano, longe das determinações, se constitui a abertura para reorganizações e para os desvios que fazem emergir o inusitado da paisagem. Na urbe, a memória e a morfologia o espaço e cotidiano e a informação não são repetições do mesmo, mas reorganização que se realizam no limite das encruzilhadas que submetem os sujeitos a dinâmica do ser, do ter e do querer em escalas distintas.

Na cidade navegar é preciso! O passante tem dificuldade para encontrar as passagens. Mas persiste, e por meio de trilhas vai revelando as linhas finas e densas que dão forma e intensidade às imagens que alimentam o espetáculo da vida, tramado na comunhão complexa que alimenta a morfologia urbana.

Informações iconográficas

Mosaico 01 – Adaptação da carta urbana de Caicó, RN.

Mosiaco 02 - Adaptação da carta urbana de Caicó, RN.

Mosaicos 03, 04, 05, 06 – Composições a partir das fotografias da cidade de Caicó-RN, feitas por Jucicléa Azevedo em 2007.

Referências

BOLLE, Willi. Fisiognomia da metrópole moderna: São Paulo: Edusp, 1994.

CANEVACCI, Massimo. Cidade polifônica: um ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Stúdio Nobel, 1993.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.. São Paulo: Editora 34, 1993.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

REZENDE, Antônio Paulo. Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte. Recife: FUNDARPE, 1997.

ROUANET, Sérgio Paulo. É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela? Revista USP. N. 15, set/out/nov, 1992. (Dossiê Walter Benjamin).

_____. Geografia Cultural: um século (2). Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SAUER, Carl Otto. Geografia cultural. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia Cultural: um século (1). Rio de Janeiro: Eduerj, 2000.

Juciene Batista Félix Andrade*

[...] os bens são algo mais além de um mero

sinal diacrítico da cultura. Fazem mais do que apenas exibi-la. Eles são, de fato, muito semelhantes a um anúncio. Buscam não somente descrever, mas também persuadir. Quando a cultura transparece nos objetos, busca se fazer aparentar inevitável, surgindo como os únicos termos nos quais qualquer um pode constituir seu mundo. A cultura usa os objetos para convencer.

(Grant McCracken)¹

Entre fins da década de 1920 e início de 1930, a cidade de Caicó, assim como outras cidades brasileiras, passou a dar visibilidade aos anseios de modernidade utilizando-se da imprensa como principal meio de difusão. Naquela cidade, além do *Jornal das Moças* e d' *O Binóculo*, outros como o *Jornal do Seridó*, *Jornal*

*Mestre em História pela UFRN

¹ McCracken, Grant. *Cultura e Consumo. Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 166.

de Caicó e *O Seridoense*² apresentaram-se como veículos difusores do espetáculo da modernidade.

A modernização, que designa uma grande quantidade de mudanças tecnológicas e sociais, tomou forma nos últimos dois séculos e alcançou um volume crítico perto do fim do século XIX, pode ser visualizada através da industrialização, urbanização e crescimento populacional rápidos; proliferação de novas tecnologias e meios de transporte; explosão de uma cultura de consumo e assim por diante.³ De acordo com Nicolau Sevcenko,

A moderna sociedade de massas só se tornou possível, operacionável, graças aos recursos das novas tecnologias. E essas tecnologias atuam para muito além dos limites da escola, da força e da percepção humanas.⁴

Grant McCracken, em seu estudo sobre cultura e consumo, demonstrou que o mercado consumidor que se iniciou no século XVI se expandiu no século XVIII e tornou-se, por volta do século XIX, um fato social permanente. O trabalho do autor, investigando essa relação, nos forneceu alguns subsídios para avaliarmos como a expansão dos bens culturais na modernização afetou o cotidiano das pessoas em Caicó em inícios do século XX.

² Cabe ressaltar que, excetuando-se o *Jornal das Moças* e *O Binóculo*, o que foi preservado dos demais periódicos consistiu de fragmentos anexados aos processos-crime pesquisados no Laboratório de Documentação Histórica (LABORDOC), do CERES, UFRN.

³ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso; A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: *A História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 582.

Entretanto, em grande medida, notamos que o ato de consumir as mercadorias, seja pela própria compra do bem, ou através da relação estabelecida nas leituras dos anúncios publicitários dos jornais, nos permite pensar a relação entre consumo e status, considerando-se que os bens materiais constituem elementos informadores dos papéis sociais dos indivíduos. Portanto, como afirma McCracken, temos na cultura material a habilidade de carregar mensagens de status.⁵ Essa problemática também é discutida por Lipovetsky quando desmistifica a ideologia de consumo como comportamento utilitarista de um sujeito individual, finalizado pelo gozo e satisfação dos desejos e aponta na direção do consumo uma estrutura social de segregação e de estratificação.⁶

Segundo Antônio Paulo Rezende, um vasto império de seduções vai transformando o panorama da sociedade moderna de modo avassalador, na medida em que a ciência e a técnica aliam-se às ambições do capital e transformam o espaço citadino por excelência no espaço do efêmero.⁷ Neste sentido, a emergência de uma sociedade de consumo tem como espaço privilegiado a cidade que é bombardeada por uma miríade de propagandas nos jornais.

Essas propagandas buscavam criar e internalizar novos comportamentos e práticas de consumo associadas às idéias que se tinha de progresso. Sendo polissêmico e histórico, torna-se interessante perceber como esse conceito de progresso era interpretado pela sociedade e destacadamente pelos cronistas

⁵ McCracken, Grant. *Cultura e Consumo. Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 40-43.

⁶ LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: A moda e seu destino nas sociedades modernas*. 9ª Reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 170-171.

⁷ REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997.

caicoenses. Eles enxergavam a cidade como o espaço privilegiado para as novas práticas com a onda modernizadora e avanços do capitalismo: invenção e difusão da eletricidade; do telégrafo; da fotografia; do cinema; do automóvel; das vacinas e remédios, etc. Enfim, um grande progresso técnico que transformou a vida das pessoas e gerou um crescimento do mercado consumidor.

Neste sentido, a problemática do consumo na sociedade contemporânea, analisada por Gilles Lipovetsky, pareceu-nos inspiradora por permitir entender como se expandiu um mercado consumidor nas primeiras décadas do século XX, marcados pela inserção da idéia de “economia moda” ou “forma moda” das mercadorias.⁸ Isto quer dizer que a volatilidade da moda foi inspiradora para os produtores industriais inserirem, na produção de suas mercadorias, uma lógica permanentemente inovadora e renovadora.

Em meados da década de 1920, o processo de renovação das mercadorias ficou mais intenso com o crescente e exigente mercado de consumo, ou seja, tratava-se de substituir a unicidade pela diversidade, “[...] a similitude pelas nuances e pequenas variantes, compatível com a individualização crescente dos gostos.”⁹ A estética das mercadorias passou ser um ponto importante, pois o mundo dos objetos estava sob o julgo do estilismo e das aparências que buscavam aguçar os sentidos dos prováveis consumidores.

Os produtores industriais descobriram o valor do aspecto externo dos bens de consumo. As modificações empregadas na estética dos objetos são um correlato do novo lugar atribuído à sedução das mercadorias. Nessa medida, vale ressaltar o cenário

⁸ LIPOVETSKY, Gilles. *op. cit.*

⁹ Idem, *ibidem*, p. 162.

das exposições universais com seu caráter de celebração das efemérides nacionais ou internacionais. No Brasil, as exposições nacionais, que vinham sendo realizadas desde meados do século XIX, possibilitaram, da mesma forma que em outros países, um esboço do panorama extenso da produção de mercadorias, das relações técnicas e do trabalho no país.¹⁰

Nos anos de 1920, o número de novidades trazidas pela moderna indústria transformou o cotidiano das cidades brasileiras e começou a influir diretamente no comportamento das pessoas. Em Caicó, as propagandas dos jornais abordaram esse progresso técnico e material e demonstraram a preocupação com uma cidade “sintonizada” com os novos tempos.

Fazendo uma cartografia espacial da cidade, que na época possuía um centro comercial localizado ao longo da Avenida Seridó, e nas suas proximidades o Mercado Central, Marta Maria Araújo e Maria das Dores Medeiros traçam um panorama da cidade de Caicó:

A paisagem urbana apresentava um conjunto de casarios com calçadas altas, antigos sobrados, praças ajardinadas, alinhadas vivendas e elegantes edifícios públicos de linhas arquitetônicas modernas. Dentre os prédios públicos, destaque para a prefeitura Municipal (1890), o Mercado Público (1918), o Grupo Escolar Senador Guerra (1925), a Mesa de Rendas (1925) e o Hospital do Seridó (1926). As ruas avançavam em novas

¹⁰ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: A ferrovia Madeira – Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Cf. Caps. II e III.

direções espaciais alargando a área urbana da cidade.¹¹

Junto a estes referenciais de espaço, foi possível ampliar, através da pesquisa nos fragmentos dos jornais *Caicó* e *Seridó*, a cartografia da cidade a partir do universo das propagandas. Além de uma área urbana em expansão, Caicó possuía um comércio bem desenvolvido, composto por lojas de tecidos, miudezas como *A Loja Avenida* de E. Gurgel de Araújo na Avenida Seridó, nº. 69; ou *A loja de Fazendas* de Pedro Militão, completo sortimento de fazendas grossas e finas, chapéus, meias, toalhas, colchas, redes, etc.; papelarias como a *Casa Lebarre, livraria e papelaria*; farmácias como a *Pharmacia e Drogeria Gurgel, na Avenida Seridó nº. 17 e 61*; casas de ferragens como *J. Severiano & Filhos*, com grande sortimento de ferragens, estivas e miudezas; e, hotéis e hospedarias como *o Hotel Avenida: um grande e confortável hotel* situado a Avenida Seridó, nº. 80; cafés, cigarros, bares, etc. que propunham facilitar a vida das pessoas que buscavam o comércio de Caicó.¹²

Na cidade de Caicó destacam-se, também, as instituições e órgãos culturais que atuavam como agentes educativos e de lazer. Dentre eles podemos citar a Escola Estadual Senador Brito Guerra; o Colégio Santa Terezinha do Menino Jesus; a Biblioteca Olegário Vale, que em 1919 possuía um acervo de quase 2.000 volumes; a Banda de Música Recreio Caicoense, criada em 1909; o cinema

¹¹ ARAÚJO, Marta Maria de, MEDEIROS, Maria das Dores. As Celebrações da Festa da Gloriosa Senhora Sant' Ana de 1930. Caicó–RN. In: DANTAS, Eugênia Maria; MORAIS, Grinaura Medeiros de (orgs.) *Livro de Memórias*. João Pessoa: Idéia, 2006. p. 134.

¹² ARAÚJO, Marta Maria de; MEDEIROS, Maria das Dores. *op. cit.* p. 134.

Avenida, em 1925; o Teatro Avenida, em 1925, os dois últimos tendo um papel fundamental na vida da sociedade.¹³

Portanto, como pudemos perceber nas referências acima, os signos da modernidade em Caicó não ficaram circunscritos às tímidas reformas e políticas de infra-estruturas urbanas, pois a emergência de novas sensibilidades perpassa o plano material e circunscrevem-se no plano mais íntimo de cada um. Por isso, devemos pensar como o consumo de diversas mercadorias esteve relacionado à idéia de progresso e adiantamento e serviu como um redefinidor de comportamentos da sociedade.

De acordo com Antônio Paulo Rezende, a fonte jornalística permite ao historiador, além dos discursos informativos, trabalhar com os anúncios de produtos publicados que buscam seduzir e encantar os leitores.¹⁴ Em nosso eixo problemático, a veiculação desses anúncios nos jornais na cidade de Caicó nas décadas 1920-1930 enuncia novas lógicas de percepção e investimentos econômicos.

Tempo e consumo

A noção de tempo é redefinida e inserida no novo ciclo de mudanças e passa por um longo processo de dessacralização na modernidade. Em Caicó, uma das questões debatidas pelas crônicas girava em torno da adaptação do cotidiano da cidade ao horário do relógio mecânico - o horário oficial, e que fosse deixado de lado o horário externalizado pelas badaladas do sino da igreja.

¹³ Idem, *ibidem*. p.134.

¹⁴ REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997. p. 62.

Dessa forma, em crônica de 31 de outubro de 1926, publicada no *Jornal das Moças*, Flor de Liz, pseudônimo do farmacêutico José Gurgel de Araújo, conclamava a população da cidade ao ajustar dos relógios à hora oficial:

Há por toda cidade natal um vivo desejo de levarmos os nossos relógios para a hora official. Ninguém mais ignora que o “carrilhão” da Matriz, ao meio dia nos manda as suas doze badaladas, despresando a hora solar, isto é, com quarenta minutos de diferença. O nosso “Senador Guerra”, importante templo de educação da infância e da mocidade da nossa terra; o Telegrapho Nacional; a Igreja Matriz; diversas residências familiares e algumas casas commerciaes já adoptaram a hora official e por que todos não accertam os seus relógios a fim de termos uma hora certa? ¹⁵

De acordo com o ilustre cronista, alguns espaços já haviam adotado o horário oficial, mais exato e adequado aos novos tempos. Por isso, Flor de Liz reforça o seu pedido:

Procuremos, portanto, dar aos nossos agradáveis companheiros de existência de hoje em diante a verdadeira expressão de sua significação, isto é, marcar as horas com a exaptidão determinada por uma commissao especial que estudou o

¹⁵ Flor de Liz . A Nota. *Jornal das Moças*, Caicó, 31 de outubro de 1926. p. 01.

assumpto com a competência cientificamente exigida.¹⁶

Nessa crônica, Flor de Liz evocou a hora oficial devidamente estudada pelos métodos científicos, que deveria substituir as badaladas do sino da Igreja que no carrilhão da matriz da Igreja de Santana ainda insistentemente regiam o tempo e o cotidiano dos caicoenses. As famílias, as casas comerciais e outros locais deveriam abandonar em definitivo as horas dadas pelas badaladas do sino da Igreja.

A hora oficial passou a ser adotada pelos principais estabelecimentos da cidade. Faltava apenas os seus habitantes se colocarem em reciprocidade com a exatidão da hora oficial, pois aquela era respaldada por estudos científicos. O tempo da igreja, excetuando-se a dimensão religiosa (principalmente em momentos ritualísticos), já havia passado e os indivíduos precisavam se sintonizar com um novo tempo onde o cotidiano fosse regido pelo horário mecânico.

De acordo com Anthony Giddens, a reelaboração da concepção de tempo pautado pelo relógio mecânico remonta-nos a um longo processo cujo aceleração se deu no século XIX:

A invenção do relógio mecânico e sua difusão virtualmente entre todos os membros da população (um fenômeno que data em seus primórdios do final do século XVIII) foram de significação - chave na separação entre o tempo e o espaço.¹⁷

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 26.

A separação entre o tempo e espaço na modernidade foi fundamental para alguns. O tempo se acelerava a cada dia, impulsionado por novas criações tecnológicas, novas normas e desafios cujos discursos convergiam para uma hegemonia dos discursos técnicos e da confiança no progresso. O espaço encolhe, as horas encurtam, uma atmosfera de pressa envolvia as pessoas. O novo tempo exigia um ritmo incessante das atividades e atingia os hábitos arraigados da sociabilidade cotidiana da sociedade.

A adaptação a este novo tempo tornou-se uma questão importante. Para o cronista, o relógio da Igreja Matriz tinha os seus dias contados e só deveria tocar novamente para anunciar as comemorações e festividades da Festa de Sant'Ana, ocorrida anualmente na última semana do mês de julho.

Esse novo tempo trouxe consigo o consumo de novidades e os jornais foram os instrumentos utilizados para comunicar a consonância com os novos símbolos de uma vida confortável. Eram os sonhos de uma elite letrada que ganhava espaço através das propagandas.

O advento da publicidade moderna trouxe consigo uma nova forma de inserir o consumo no cotidiano do indivíduo, ao associar jornal e anúncio. Essa nova definição de publicidade fez com que nomes de produtos fossem associados à idéia de satisfação humana, dirigindo-se diretamente à imaginação e à sensação de bem-estar.

A associação entre consumo e propaganda se estendeu à saúde e higiene (medicina, remédios), moda, educação, etc. A veiculação dessas propagandas nos jornais tornava o público leitor atualizado sobre com a emergência de novas sensibilidades e dos bens materiais trazidos com o desenvolvimento da moderna indústria. Além disso, era um meio de alterar a base

comportamental de uma sociedade, estimulando os indivíduos ao consumo através de inúmeras promessas de satisfação. Os anúncios passaram a ser sugestão; dirigiam-se aos sentimentos.¹⁸

Nas propagandas, notamos que os anúncios das mercadorias estavam associados diretamente à satisfação dos desejos ou à resolução dos problemas cotidianos dos indivíduos. De acordo com Antônio Paulo Rezende,

O fetiche da mercadoria presente nas sociedades modernas transforma a dimensão dos objetos, redefine ou esconde o seu valor de uso. A sociedade vai tornando-se um vasto império de seduções, avassalador na medida em que a ciência e a técnica alinham-se à ambições quase incontroláveis do capital. A sociedade de consumo pede passagem ao sonho e ao desejo na grande moradia dos homens.¹⁹

Numa sociedade de consumo, os bens materiais estão associados à idéia de fetiche. No caso dos jornais, os anúncios atribuíam um poder superdimensionado à mercadoria; um valor que não era palpável, mas que estava destilado nas frases de efeito que prometiam a solução dos problemas ou a sensação de bem-estar quando da aquisição de determinado produto.

Segundo Peter Stallybrass²⁰, a idéia de mercadoria fetichizada é muito criticada por Marx no *Capital*, pois este concebia a

¹⁸ Essa discussão encontra-se em: ORTIZ, Renato. *Cultura e Modernidade: a França do século XIX*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1991. p. 176.

¹⁹ REZENDE, Antônio Paulo. *op. cit.* p. 62.

²⁰ STALLYBRAS, Peter. *O Casaco de Marx. Roupas, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica: 2004. p. 53-63.

associação entre mercadoria e fetiche como uma dupla negativa que retirava do produto seu valor de uso e de troca, tornando-o um produto transcendental, um objeto descartável. Distanciando-se dessa idéia de Marx, assumimos o risco de associar as mercadorias anunciadas nos jornais à idéia de fetiche e de sedução surgidas nos primeiros trinta anos do século XX. Empiricamente, a sociedade de consumo pode ser caracterizada por diferentes traços: elevação do nível de vida, abundância das mercadorias e dos serviços, culto dos objetos e dos lazeres, moral hedonista e materialista. Como afirma Gilles Lipovetsky, a sociedade centrada na expansão das necessidades é, antes de tudo, aquela que reordena a produção e o consumo de massa sob a lei da obsolescência, da sedução e da diversificação.²¹

Os jornais, com suas propagandas, assemelhavam-se aos catálogos de vendas por correspondência, incorporando as mercadorias a um sistema de representação de dupla face. Por um lado, as propagandas significavam a mercadoria ausente, mantendo o desejo por meio da representação do objeto. Por outro, os anúncios funcionavam como literatura e entretenimento que permitia uma atualização permanente por parte dos leitores; estes eram inicialmente construídos como espectadores, depois se tornavam consumidores. Em grande medida, “Os anunciantes profissionais já confiavam na força persuasiva do apelo visual”.²²

Nessa medida, encontramos nos jornais de Caicó anúncios de alfaiatarias, ferragens, fábrica de móveis, lojas de miudezas onde se anunciavam chapéus, calçados, chitas, *zephyrs*, algodões e tecidos, fotógrafos experientes oferecendo seus trabalhos, carros da marca Ford à venda com a promessa de conforto e encurtamento

²¹ LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero - a moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.159.

²² CHARNEY, Leo e SCHWARTZ, R. Vanessa. *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. p. 195.

das distâncias, tabacarias, cinema com sua programação, livrarias que anunciavam um grande sortimento de obras, dicionários, guias para futuras mães, papelarias, farmácias e inúmeros anúncios de remédios que curariam crises de nervos, saúde da mulher, dores de cabeça, dentre muitos outros males.

Essas propagandas traziam um universo em ebulição, num momento marcado pelo que David Harvey chama de compressão do espaço e tempo, caracterizado pela emergência de novas tecnologias que facilitaram a vida das pessoas. Conforme sucedia num grande centro como Recife, segundo escreve Antônio Paulo Rezende,

Nada como anúncios de propaganda para revelar o poder do consumo. Há um cuidado especial em produzi-los, em envolver os leitores com as vantagens das novas invenções ou mesmo a tradição garantida de tantas outras. Nas revistas e jornais, é bastante expressiva a quantidade de anúncios. Eles aparecem e tentam seduzir com os possíveis encantos de seus produtos, usando não só palavras, mas também ilustrações interessantes. A imprensa reserva parte significativa de suas páginas para destacá-los, mostrando como são importantes para o financiamento de suas atividades.²³

O autor enfatiza o poder que a propaganda possuía no universo imagético das pessoas. Ao focar o debate sobre a

²³ REZENDE, Antonio Paulo. *(Des) encantos Modernos: historias da cidade do Recife na década de vinte*. Recife: FUNDARPE, 1997. p. 62.

modernidade e suas conseqüências na cidade do Recife dos anos de 1920, Rezende discute como a cidade é o espaço por excelência das novidades advindas do progresso material e das novas tecnologias: é o que ele chama de “Império das Seduções”, ou seja, as novidades reconfiguravam o cotidiano dos que estavam ligados às notícias da modernidade, dando importância aos veículos de comunicação em massa como jornais e revistas, que em suas páginas, representavam uma nova economia de massa estruturada no consumo desses gêneros.

Na paisagem da cidade, vários objetos desses novos tempos foram incorporados ao cotidiano das pessoas: uns provocando o fascínio e outros, a recusa. Um desses signos, o automóvel, chegou à cidade de Caicó em 1919, trazido por Coriolano de Medeiros, e segundo Valério Alfredo Mesquita provocou espanto nas pessoas que apelidaram o auto de “Pé Duro”.²⁴ Os moradores de Caicó saíam de suas casas para ver os “olhos acesos” do “Pé Duro” e muitos o temiam; pensavam ser a besta fera.

Em 1927, no *Jornal do Seridó*, as propagandas eram responsáveis por diversos assuntos, dentre eles destacam-se os de vendas de automóveis, que prometiam rapidez e economia no transporte das pessoas, principalmente de negociantes, de corretores, enfim, daqueles para quem o tempo era dinheiro. Para ser mais incisivo e enfático, o anúncio do carro apelava diretamente para os encantos sedutores da imagem, juntamente com a marca do carro à venda, um *Ford*, e um texto que dava ênfase aos seus componentes: “arranco automatico e pneus balão”, apontando as inúmeras vantagens de se possuir um bem como aquele; além desse, também encontramos anúncios de pneus e câmaras de ar da “afamada marca *Goodyear*” que prometiam ser os mais

²⁴ *Caicó: história de seu município*. Natal: Fundação José Augusto Centro de Pesquisas “Juvenal Lamartine”, 1982. p. 179.

resistentes e duradouros, assim como o *Kerosene Estrella e a gasolina 400 – Productos da Texas Company*; também oficinas para carros que anunciavam serviços de vulcanização e pneumático de câmara de ar para os donos de carros e *chauffeurs*, um outro segmento que tinha no automóvel seu meio de trabalho e um público a quem interessava esse tipo de anúncio.²⁵

Apesar do espanto inicial, o carro foi sendo incorporado ao cotidiano das pessoas, pois prometia perfazer distâncias em tempos menores. Observamos que na década de 1920 os automóveis ganham as páginas dos jornais de Caicó e anunciando seus benefícios para quem os adquirisse. Contudo, aquele produto ainda era pouco consumido pelas pessoas em virtude do baixíssimo poder aquisitivo da maioria.



Anúncio de carro em Caicó

Fotografia nº. 04

FONTE: *Jornal do Seridó* [s. d.]

²⁵ *Jornal do Seridó*, Caicó, 2 de novembro de 1929, [s.p.]. Sobre a questão do *choffeurs* ver interessante discussão em: SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. *Territórios de Confrontos: Campina Grande – 1920-1945*. Campina Grande: EDUFCG, 2006.

Na figura acima, a relação entre imagem e discurso compõem o universo representativo sobre o qual estamos refletindo. A associação de palavras como rapidez, tempo, dinheiro e progresso era utilizada como fetiche que seduzia o consumidor, mais pela imaterialidade do bem que anunciavam.

Como se tratava de um equipamento capaz de deslocar uma estrutura pesada de ferro a uma velocidade inédita no espaço urbano, o carro tornou-se um instrumento de poder e de terror, pois os autos começaram a afluir para as cidades do interior, a exemplo de Caicó, antes da existência de uma organização estrutural viária que permitisse a sua adequada locomoção, com sinalização e códigos de trânsito. Essas limitações geraram situações calamitosas, agravadas pelos atropelamentos, alguns seguidos de morte das vítimas.

De acordo com Richard Sennet, a velocidade exprime uma experiência frenética; o cidadão urbano, homem ou mulher, vive apressado, quase histérico. “Realmente, no século XIX, a rapidez assumiu uma característica diferente em virtude das inovações técnicas introduzidas nos transportes, a fim de dar maior conforto ao viajante.”²⁶ Os efeitos da velocidade sobre a percepção espaço-temporal, o deslocamento rápido propiciado pela força do mecanismo, alteram a visão da paisagem e dos passantes...

Além dos carros de passeio, os caminhões foram adotados para trabalho de transporte de víveres alimentícios, de pessoas, material de construção, etc. e tiveram uma presença marcante na construção do Açude Itans e no escoamento da produção algodoeira para cidades como Campina Grande e Natal. Neste

²⁶ SENNET, Richard. Individualismo Urbano. In: *Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record. 2003. p. 273.

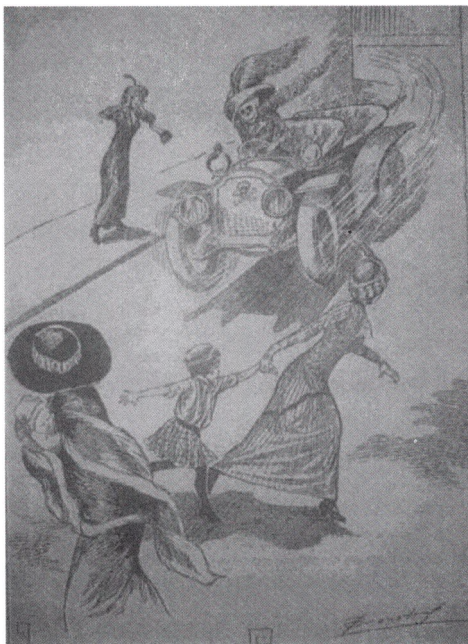
sentido, de acordo com seu lugar de produção, as fontes permitem diferentes leituras a respeito do impacto daquele meio de transporte no cotidiano caicoense: no discurso jornalístico enfocavam-se um conjunto de benesses propiciadas pelo automóvel, já nos processos-crime, podemos encontrar os transtornos advindos com o uso do carro, como alguns casos de atropelamentos seguidos de morte.

No dia 05 de março de 1935, um processo-crime registrou um acidente grave nos arredores de Caicó:

[...] um caso ocorrido no lugar “Açude Itans”, deste município, que ocasionou a morte de Moacy Chagas de vinte anos de idade vítima de atropelamento por um caminhão que transportava barro no Açude Itans. Foi constatado por exame pericial no transporte, que este faltava freio [...].²⁷

Eram freqüentes casos de atropelamentos e desastres de rua em Caicó. Os prejuízos eram trazidos pela nova civilização que reunia uma dupla sedutora e perigosa: o progresso e a morte. Assim, com o advento dessas novas tecnologias, deu-se um aumento no número de mortes e acidentes, devido ao fator velocidade.

²⁷ Processo-crime, *Fundo da Comarca de Caicó* (LABORDOC-CERES-UFRN), março de 1935. Réu: Pedro Guedes (Chauffeur).



FONTE: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, R. Vanessa. *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*, p. 129.

A imagem ilustra uma crítica à modernidade fazendo uma denúncia dos perigos e sobressaltos do tráfego de automóveis, elementos constituidores de uma nova trama urbana: o trânsito adquiriu paulatinamente uma alta periculosidade à medida que as frotas de carros e a velocidade foram aumentando; houve uma diminuição do uso da força animal como meio de transporte. Enfim, os autos simbolizavam os tipos de choques e sobressaltos nervosos aos quais os indivíduos estavam expostos a uma hipervulnerabilidade física no ambiente moderno.

Percebemos ainda que as novas tecnologias, a exemplo dos automóveis, influíram diretamente na concepção de tempo e de espaço que as pessoas tinham quando submetidas às alterações do seu cotidiano. A demora em ir de Caicó à Natal, quando o único

meio de transporte era o lombo do cavalo, foi reduzida de vários para um único dia com “as sopas”.²⁸

Palavras de Cura: saúde e remédios nos jornais

No espaço da publicidade, outro segmento poderoso na indústria publicitária eram os freqüentes anúncios de remédios que prometiam melhorar a saúde dos leitores. A saúde, nesse sentido, também era uma mercadoria amplamente comercializada nos anúncios jornalísticos, imprimindo uma conotação de auto-estima, autoconfiança e combatividade às doenças. Desta forma, eram comuns anúncios de emulsões, elixires, vacinas e xaropes com o intuito de curar doenças, numa associação entre saúde e mercadoria. A saúde assume, portanto, ares de produto que pode ser vendido e comprado e os remédios um seguro contra as fraquezas e vulnerabilidade do corpo.

Os farmacêuticos, dentistas e profissionais da saúde, bem como os remédios, apareciam nas propagandas como item de consumo. A propaganda daquele item funcionava como um discurso de educação dos sentidos, para a domesticação e a pedagogização sanitaria do povo.²⁹ Abaixo um anúncio de um novo remédio para combate de várias doenças,

²⁸ “Sopas” era a nomeação dada pela população ao ônibus que fazia o percurso Caicó-Natal.

²⁹ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Fora da Higiene não há Salvação: a disciplinarização do corpo pelo discurso médico no Brasil Republicano. In: *MNEME – Revista de Humanidades*. V.4, n. 7, Caicó: UFRN/CERES, 2003. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme/>. Acesso em: 16/11/2005. p.9.

DESITIN

Uma extraordinária maravilha Alemã
Licenciado pelo Departamento Nacional da
Saúde Pública, sob o nº... e aconselhado por
notabilidade medicas.

É o unguento infallivel na cura de feridas em
geral, mesmo as cancerosas, cortes,
quemaduras de qualquer gráo, rachaduras,
assaduras de creanças e pessoas gordas,
frieiras seccas ou humidas, fissuras annaes,
hemorroidas agudas ou chronicas, assim
como na cicatrização de espinhos e tumores
abertos, bem como essencial na cura de
azemas, empingens (cobreiros)... humidos e
especialmente para fechar immediatamente
o cancro mole.

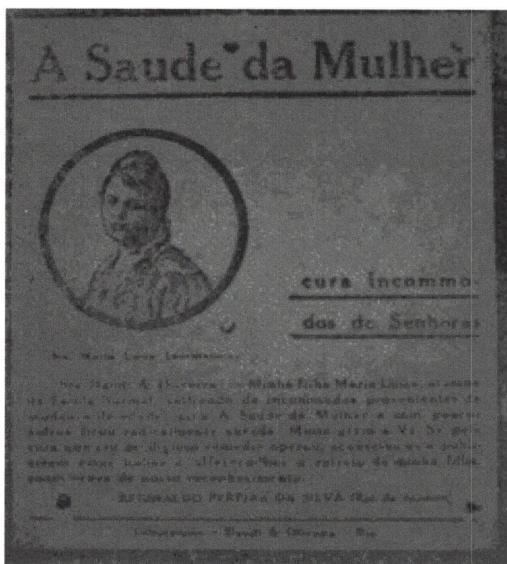
É o remedio que toda pessoa deve ter em
casa e que esta ao alcance de toda bolsa.³⁰

Os novos tempos colocam em voga o consumo de todas as novidades, dentre elas os remédios que eram anunciados em propagandas de jornais prometendo a cura desejada. As propagandas nos jornais passaram a ser as mais variadas, não se restringiam apenas aos objetos. Também focalizavam os serviços de saúde através das farmácias, que passaram a oferecer ao público remédios produzidos industrialmente em larga escala, diagnóstico e receituário médico. A saúde e a doença começaram a receber tratamento privilegiado e especializado, com diversidade de produtos farmacêuticos que visavam atender a um público cada vez mais amplo e que podia consumir essas mercadorias.

³⁰*Jornal do Seridó*, Caicó, 27 de agosto de 1927, p. 2.

Estas novas dinâmicas da saúde passaram a exigir pessoas credenciadas pelo saber médico, implicando num processo de marginalização das práticas populares de cura. Com o advento da medicina e da figura do médico como detentor de um saber-poder sobre o corpo e suas doenças. Portanto, foram marginalizando-se os tradicionais métodos de cura, como as ervas e infusões, sendo essas práticas condenadas pela sociedade que via com maus olhos quem as praticava e quem as consumia, obrigando as pessoas que viviam dessa “arte” a trabalhar na clandestinidade.

O almanaque *A Saude da Mulher*, publicação que circulava em Caicó também nas décadas de 1920 e 1930, é outro exemplo de propagandas que prometiam a cura aos males femininos.



Propaganda sobre *A Saúde da Mulher*.

Fotografia nº. 06.

FONTE: *Jornal do Seridó*, 1931.

No anúncio notamos a presença de relatos de senhoras que teriam utilizado o medicamento e ficado curadas de seus males. Numa dessas propagandas, a mãe de uma usuária dava um depoimento afirmando que sua filha havia se curado graças ao uso do remédio anunciado em *A Saude da Mulher*. O depoimento foi utilizado para impulsionar suas vendas.

Outras propagandas estimulavam o uso regular de remédios que combatiam a canseira, a dor de cabeça, como o *xarope São João*, que curaria a tosse e poderia fazer passar a dor no peito,



Gripes e resfriados curados com o *Xarope São João*
Fotografia nº. 07

FONTE: *Jornal do Seridó*, 1931.

Nessa imagem acima, o anúncio do *Xarope São João* seria um tônico libertador. O rosto sofrido e a mordança na boca do senhor indicam o sofrimento pelo qual ele estava passando. Um dos pontos

que mais nos chamaram atenção é a ilustração e o texto que acompanham a propaganda: a função deles foi dar ênfase aos efeitos de cura e alívio a partir de seu consumo. Isso não nos surpreende, uma vez que a imprensa tinha nítido interesse em retratar o mundo com um tom drástico.³¹

O Xarope São João prometia os seguintes benefícios: 1- *A tosse cessa rapidamente*; 2 – *As gripes, constipações ou defluxos cedem e com elles as dores do peito e das costas*; 3 – *Alliviam-se promptamente as crises (aflições) dos [...] e os acessos da coqueluche tornando-se mais ampla e suave a respiração*; 4 – *As bronchites cedem suavemente, assim como as inflamações na garganta*; 5- *A febre e os suores noturnos desaparecem* e 6 – *Acentuam-se as forças e normalisam-se as funções dos órgãos respiratórios*.³²

À medida que as propagandas enfatizavam o consumo de mais remédios, como o *Elixir de Nogueira*, grande depurativo; o *Vinho Creosato*, poderoso fortificante, um reconstituente de primeira ordem; *Tifobil*, vacina preventiva contra a febre tífica em comprimidos, vinha acompanhado do texto que dizia que era melhor prevenir do que curar, evitando-se grandes despesas quando a doença já estava instalada.

Os anúncios e as propagandas eram elaborados para atingir um público grande: todos os gêneros e idades. Quem morava nas cidades ia sendo inserido na lógica que consistia em procurar o profissional da medicina com o intuito de resolver seus problemas de saúde. Estas pessoas começavam a deixar de lado as práticas tradicionais de cura. O desenvolvimento dos laboratórios químicos e farmácias vieram dar conta da nova situação, produzindo

³¹ CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, R. Vanessa. *O Cinema e a Invenção da Vida Moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001. p. 133.

³² *Jornal do Seridó*, Caicó, 27 de agosto de 1927, [s.p.].

remédios em maior volume e com maior eficácia. Nas cidades que estavam em pleno processo de urbanização, muitas pessoas que procuravam melhoria de vida na mudança do campo para a cidade iam deixando de lado a cadeia de transmissão do conhecimento de ervas, dos tratamentos e processos tradicionais de curas.

Portanto, além do dinamismo cultural representado pelas modernas revistas ilustradas, jornais, cinemas e a introdução do país nos novos padrões de comportamento e consumo, instigaram uma nascente e já agressiva onda publicitária, contribuíram para o cotidiano da sociedade brasileira um *boom* no mercado consumidor.

A avalanche propagandística tem uma função que aparentemente pode se apresentar neutra, mas indubitavelmente, sorrateiramente vai mudando o perfil do consumidor a partir do apelo ao que é mais volátil no ser humano: o ego. A divulgação propagandística e o consumo exaltam idéias e inserem os indivíduos em uma nova trama urbana. Fumar cigarros fazia parte do cultivo de hábitos modernos: *FUMEM CIGARROS DA LAFAYETTE*³³, o anúncio ainda informava o representante do cigarro na cidade. Os cigarros ou charutos eram presenças recentes na vida urbana e se distinguiam dos hábitos de fumar ou mascar fumo, sobretudo relacionados ao ambiente rural. O ato de fumar era entendido como um laço de sociabilidade e os cigarros ainda possuíam uma conotação europeizada.³⁴

Passamos a entender a cidade como um projeto sonhado por aqueles que a compunham, seja nas linhas de jornais, nas

³³ *Idem. ibidem.*

³⁴ SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio Republicano, Astúcias da Ordem e Ilusões do Progresso; A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) *A História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 528-529.

reformas urbanas ou na remodelação de hábitos sociais. Os *clubs*, os carros, a arquitetura e a higiene eram novos desejos de uma cidade que estava sintonizada com os discursos de progresso, seguindo o caminho de tantas outras, mas que, para tanto, precisava lidar com tantos outros dilemas.

Tempo festivo e formação dos partidos políticos no Rio Grande do Norte (1945)

Jailma Maria de Lima*

As transformações ocorridas na sociedade brasileira e norterriograndense nos anos 1930 e 1940 são complexas e merecem investigações que contemplem as dimensões políticas necessárias para se pensar o contexto de redemocratização. No caso do Rio Grande do Norte, é preciso considerar a censura e a propaganda política, relacionando-as com a expansão dos meios de comunicação. Além disso, a regulamentação do mercado de trabalho e a presença de sindicatos no cenário político, mesmo sob a tutela estatal, necessitam ser observados. É preciso compreender ainda que, o deslocamento da população do campo para a cidade de Natal soma-se ao aumento considerável do número de habitantes, decorrente da presença dos americanos.

No entanto, essa ausência de pesquisas que considerem as dimensões citadas acima, faz com que a bibliografia que aborda a formação de partidos no estado afirme, com base quase sempre em um único livro de memórias (*Vertentes*, de João Maria Furtado) que o PSD e a UDN resultaram da bipartição do antigo Partido Popular (PP), extinto com os demais, quando da decretação do Estado Novo. O PP foi criado em 1933 pelo grupo político ligado à família Bezerra de Medeiros que governava o Rio Grande do Norte quando da Revolução de 1930. A versão que se consolidou foi a de que, em 1945, as lideranças do PP teriam optado por um ou outro dos novos partidos, em função do apoio ou não ao Presidente

*Professora da UFRN. Mestre em História. Pesquisa financiada pela Capes/ Doutoranda em História pela UFF.

Vargas. Tais partidos seriam, simplesmente, fruto de uma divisão oligárquica, no dizer do autor da obra,"no esforço de galgar ao poder." (FURTADO, 1989, p. 223).

Pensamos que a formação dos partidos no Rio Grande do Norte, em 1945, deve ser entendida, por um lado, como vinculada às transformações mais amplas elencadas acima. De outro lado, precisa ser relacionada às divergências ocorridas nas eleições de 1933-1934, bem como ao jogo político existente, ao longo do Estado Novo. Portanto, não era só o apoio ou não, ao governo Vargas que estava em jogo, no momento da formação dos partidos no estado. As articulações, no início de 1945, ocorreram de forma muito rápida, com as lideranças políticas da década anterior passando a ocupar a cena pública e os espaços permitidos pela ditadura. Mas, tais articulações tinham um passado e um novo contexto para se manifestarem.

Nesse sentido, o texto objetiva discutir aspectos do início do processo de democratização política no estado do Rio Grande do Norte em 1945: as festas políticas e a formação das agremiações partidárias. O trabalho dialoga com as abordagens da Nova História Política e da Nova História Cultural, utilizando-se de um conceito discutido na confluência dos dois campos: Cultura Política. Para Cefai, do ponto de vista político, o conceito refere-se às:

“operações de alinhamento das maneiras de perceber, de agir e de julgar heterogêneas, de articulações de modalidades do viver junto nas representações da coletividade, da justificação ou da denúncia de intervenções no espaço público, de legitimação ou de crítica de regras e usos de direito, das trocas de argumentos sobre o sentido de eventos,

de decisões ou de ações, de confecção de bens comuns e de bens públicos.” (CEFAÍ, 2001, p.99)

Vivia-se na capital do estado do Rio Grande do Norte, no início de 1945, entre inquietações e apreensões com as notícias sobre os rumos da Segunda Guerra Mundial e a “tranqüilidade” política, ocorrida após a implantação do Estado Novo, em 1937. A acomodação de pessoas, pertencentes ao extinto Partido Popular, ao qual pertencia o interventor Rafael Fernandes Gurjão (1935-1943), em várias prefeituras e em cargos da administração direta e indireta, ocorreu “naturalmente”. Durante o Estado Novo foi criado um “tempo festivo”, caracterizado pela intensificação de comemorações a algumas datas, como o aniversário do presidente Vargas, em 19 de abril, o dia do trabalhador, em primeiro de maio e o aniversário do Estado Novo, em 10 de novembro. Outras comemorações foram acrescentadas, ao longo do Estado Novo, como o Dia da Pátria e o Natal e Ano Novo. (GOMES, 2005: 216-218) Em Natal ganhou destaque também, o 27 de novembro, dia em que se comemorava a derrota dos comunistas, em 1935. Tais datas eram festejadas com vários eventos, como desfiles, palestras e comícios, organizados principalmente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939. (LIMA, 2001: 82-102)

A conjuntura de guerra, a partir de 1942, modificou as comemorações e a própria situação política no estado, com novas demandas e características se apresentando. A mudança do interventor Rafael Fernandes em julho de 1943, pelo General Antonio Fernandes Dantas (1943-1945), ocorreu em função de uma conspiração militar⁷³, e estava relacionada diretamente com a nova conjuntura e com as mudanças que ocorriam na cidade. Mas, nem

⁷³ A substituição do interventor teria sido gestada pelo General Gustavo Cordeiro de

a substituição na interventoria foi motivo para maior instabilidade política.

No entanto, à medida que os avanços dos aliados sobre o nazi-fascismo ocorriam, os ares da redemocratização sopravam mais fortes no Brasil e traziam de volta as turbulências políticas próprias ao retorno da competição eleitoral, inexistente desde 1937. Assim, foram intensas as negociações, conciliações e cisões, para a formação das agremiações partidárias que concorreriam às futuras eleições anunciadas já nos primeiros meses de 1945, quando o presidente Vargas anunciou a realização de futuras eleições, e foi composta uma comissão que definiria as regras eleitorais. Emergiram, então, no cenário público, os confrontos e as divergências até então, aparentemente, conciliadas. Era em torno do interventor o General Fernandes Dantas, responsável no Estado pela condução do processo de redemocratização, que não se sabia bem como seria realizado, que as questões políticas circulavam.

Confrontos e articulações político-partidárias ocorriam, ao mesmo tempo em que diversas e variadas manifestações públicas eram organizadas por motivos diferentes, indo desde comemorações em função das vitórias dos aliados em batalhas, até manifestações pró-anistia, passando ainda pelas que já ocorriam, há alguns anos, como o aniversário do Presidente Vargas e o Dia do Trabalhador. Em todas elas ocorriam comícios, desfiles, discursos e, em alguns casos, exibições de filmes. Em todas era grande a participação popular. Assim, é importante observar como essas manifestações políticas, ainda integradas no “espírito” do

Farias, que então, comandava as forças brasileiras sediadas em Natal. O interesse seria sua própria indicação para a interventoria. Vargas, no entanto optou pela nomeação do General Antônio Fernandes Dantas; (FURTADO, op. cit.: 207-215),

Estado Novo propiciaram o início da primeira campanha política eleitoral da futura Terceira República.

No Rio Grande do Norte, tal campanha mudou de rumo em vários momentos, tendo as lideranças políticas tendo que se adaptar a algumas circunstâncias, como a condução do processo pelo Presidente Vargas, a uma intensa manifestação popular pela permanência do Presidente, ora ao controle do processo pela Justiça Eleitoral, na tentativa de garantir disputas menos desiguais.

Desde outubro de 1944, o Brigadeiro Eduardo Gomes era cogitado como candidato opositorista à Presidência da República. Em fevereiro de 1945, quando ocorreu a famosa entrevista de José Américo de Almeida a Carlos Lacerda, clamando por eleições livres e exaltando a candidatura de Eduardo Gomes, percebeu-se, com mais clareza, o esgotamento da ditadura e a diminuição da censura aos jornais pelo DIP. Esse fato foi aproveitado pela imprensa opositorista, que passou a publicar diversos artigos com críticas ao governo Vargas. Este tentava, desde 1943, conduzir o processo de redemocratização e mandara elaborar um documento sobre um possível encaminhamento do problema constitucional-eleitoral, intitulado “*Plano B*”. Este documento evidenciava que as iniciativas do Ministério do Trabalho faziam parte de um grande projeto político, que visava à manutenção de Vargas no poder. A execução do projeto “fundava-se, primordialmente, na utilização da nova máquina sindical previdenciária, alimentada com recursos e acarinhada com palavras durante os anos 40.” (GOMES, 2005: 272).

Somavam-se a esses aspectos, as medidas relacionadas à propaganda eleitoral, com suporte no Ministério do Trabalho. Mas, o lançamento da candidatura de Eduardo Gomes pela oposição dera novos rumos ao encaminhamento previsto com a oposição ganhando espaço na imprensa, e obrigando o governo a cogitar a escolha de outro nome como candidato situacionista. Ainda assim,

em 1944 o governo conduziu o processo, anunciando à futura reforma da Constituição, nomeando o interventor pernambucano, Agamenon Magalhães, para o Ministério da Justiça, convocando uma comissão para a elaboração de um novo Código Eleitoral. Em fevereiro de 1945, as primeiras notícias previam que, em noventa dias, seriam publicadas as regras eleitorais e a convocação para as eleições.⁷⁴ Contudo, de fevereiro a dezembro do mesmo ano decorreram nove meses, de muitas idas e vindas nos embates políticos.

No Rio Grande do Norte, os primeiros meses de 1945 foram como uma avalanche, com mudanças em várias prefeituras e órgãos da administração direta. Em fevereiro, dias depois da entrevista de José Américo, uma das principais lideranças políticas do estado, o ex-governador José Augusto Bezerra de Medeiros⁷⁵, um dos componentes do grupo oposicionista atuante na capital federal, apareceu na imprensa carioca declarando apoio à entrevista de José Américo. Imediatamente depois, viajou para o Rio Grande do Norte com o intuito de organizar a oposição política do estado, rearticulando seus antigos liderados. Descartou de imediato qualquer possibilidade de apoio ao então interventor Fernandes Dantas, afirmando seu compromisso com a democracia. Criticava ainda as tentativas de Vargas de apenas reformar a Constituição que, para ele, era fascista e das mais antidemocráticas que existiram em qualquer país do mundo.⁷⁶

⁷⁴ Como o presidente Getúlio Vargas falou aos jornalistas sobre a reforma da Constituição de 37. *A República*, Natal, p. 4 e 5, 4 mar. 1945.

⁷⁵ José Augusto, em 1945, exercia no Rio de Janeiro as funções de advogado, vice-presidente da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e de vice-presidente do Instituto Nacional do Sal. Este fora criado em 1940, como autarquia vinculada a Presidência da República.

⁷⁶ Momento político nacional. *A República*, Natal, p. 1, 3 mar 1945.

A afirmação de José Augusto de não ter compromissos políticos, a não ser com a democracia, era uma forma explícita de negar apoio ao interventor, pois além de fazer parte do grupo oposicionista que articulava a UDN no Rio de Janeiro, em poucos dias, em torno dele se reorganizou parte significativa do antigo Partido Popular, incluindo-se vários prefeitos e ocupantes de cargos de confiança do governo estadual, que pediram exoneração. Buscou-se, naquele momento, nos discursos políticos do grupo, ressaltar uma histórica oposição ao interventor e ao presidente Vargas, que até então, na verdade, não existia. Ou seja, “inventase”, em 1945, uma tradição de oposição a Vargas que, para se fortalecer, criava para si um passado que recuava aos anos 1930, ao Partido Popular e às campanhas de 1933 e 1934.

O próprio interventor Fernandes Dantas em 1945, denunciava, em seus discursos, ao se referir aos pedidos de exoneração em massa, de que havia sido traído. O argumento utilizado para a demissão dos prefeitos foi uma circular publicada no *Diário Oficial* lançada pelo Diretor do Departamento das Municipalidades, Joaquim Coutinho, que teria sido compreendida pelos prefeitos como uma obrigação de apoio político ao interventor.

A circular, bem ao estilo do DIP, do governo Vargas e do interventor, assegurava a “liberdade de propaganda política”, desde que se mantivesse dentro de normas que não “perturbassem a ordem pública e o respeito às autoridades constituídas”. Os prefeitos, “delegados” de confiança do interventor, deveriam evitar discussões políticas e trabalhar “em prol do município; exercer com isenção a condução das formações partidárias”; bem como evitar o “espírito de exaltação partidária sempre contra produtor e que, oposicionistas ou não”, soubessem “colocar acima das paixões o dever que assiste a todos os brasileiros.”⁷⁷ O documento foi

⁷⁷ O Momento político. *A República*. Natal, p. 4, 15 mar 1945.

publicado no momento em que já circulavam os boatos sobre os pedidos de exoneração. O interventor visava sondar quais os prefeitos que permaneceriam ao lado do governo e o resultado não foi lhe muito favorável, pois a maioria optou pelo seu antigo líder, o ex-governador José Augusto. O clima tenso estabelecia-se pelos municípios.

Mas, a situação de tensão não era privilégio do Rio Grande do Norte. A saída de Agamenon Magalhães, substituído por Etelvino Lins, da interventoria de Pernambuco depois de mais de sete anos ocupando o cargo, para assumir o Ministério da Justiça, também desencadeou ao acirramento da oposição pernambucana, com forte atuação na Faculdade de Direito de Recife. Tal disputa causou uma série de conflitos, culminando nos acontecimentos de 03 de março de 1945, quando foram assassinados o estudante Demócrito de Souza Filho, transformado no mártir da redemocratização, e Manoel Elias, o “carvoeiro anônimo”, como denominou o jornal pernambucano *Folha da Manhã*.⁷⁸

O episódio despertou a ira dos antigetulistas e ganhou voz e vez através das emissoras de rádio e dos jornais oposicionistas, chegando a se traduzir em manifestações de associações de classe. Além disso, despertou os grupos que apoiavam o governo, que se manifestaram em sentido contrário. Os episódios ocorridos em Pernambuco, e divulgados em todo o Brasil, repercutiram de forma muito intensa no Rio Grande do Norte, até porque, os bacharéis em Direito do Rio Grande do Norte, em sua maioria, haviam sido formados pela Faculdade de Direito do Recife.

A oposição política, que comporia a futura UDN, já se agrupara e parte dos seus integrantes, estava à frente da sessão local da OAB. Esta, logo após os acontecimentos de Pernambuco,

⁷⁸ Agitação em Pernambuco. *A República*, Natal, p, 4, 10 abr 1945.

com repercussão nacional, convocou os advogados para a reorganização da instituição. Nessa reunião, os dirigentes aprovaram moções de repúdio que incluíam “repulsa formal à ditadura; à Constituição de 10 de novembro e ao Ato Adicional; de apoio à Faculdade de Direito do Recife, denunciando a polícia política de Pernambuco como responsável pelo assassinato de Demócrito de Souza Filho; do protesto contra o fechamento do *Diário de Pernambuco*; de apoio ao movimento nacional em favor da anistia ampla aos presos políticos.” As moções, por si só, já eram demonstrativas da opção política realizada, mas os advogados à frente da OAB foram além. O Presidente João Medeiros Filho declarou apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes, criando-se uma comissão para, em termo utilizado, “vigiar” a redemocratização, bem na perspectiva do que seria a futura campanha brigadeirista e udenista de que “o preço da liberdade é a eterna vigilância.”⁷⁹

No entanto, os sindicatos do estado, motivados também pelos acontecimentos de Pernambuco, se manifestavam favoráveis ao governo do Presidente Vargas. Assim, vários deles, dentre os quais, dos estivadores, do comércio, dos bancários, da indústria do curtimento de couros e peles, decidiram por convocar reuniões semanais extraordinárias nas suas sedes, para discutirem os rumos da política brasileira. Estabeleceram também que não permitiriam a utilização dos nomes dos sindicatos para demonstrações com caráter político contrárias a Vargas, ao interventor e a outras autoridades. Em manifesto, os sindicalistas demonstraram publicamente sua irrestrita e leal solidariedade ao governo Vargas e a “sua perfeita harmonização espiritual com a atitude assumida pelos sindicatos, federações e confederações representativas das

⁷⁹ Importante reunião do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil – secção RN. O *Diário*, Natal, p. 8, 5 abr 1945.

classes trabalhistas.” A solidariedade era extensiva aos trabalhadores pernambucanos pelos atos públicos de profunda estima e respeito a Vargas. Além disso, aconselhavam os trabalhadores que se mantivessem “calmos, confiantes e surdos às intrigas e boatos, demonstrando a mesma educação social, a mesma cordialidade que constituem predicados da família proletária nacional.”⁸⁰

Se, por um lado, o clima político era tenso, indefinido, quanto aos rumos partidários, além de repleto de divergências que vieram ao público, por outro, as ruas foram tomadas com comícios e manifestações políticas variadas. O “tempo festivo” foi ressignificado. Houve comícios, desfiles, exibições de filmes, dentre outras atividades, organizadas por grupos diferentes. Esses grupos possuíam, muitas vezes, pontos de vista que refletiam divergências, mas disputavam a atenção da população com demonstrações coletivas festivas. Nesse sentido, as comemorações cívicas e políticas, comuns em Natal desde 1936, foram intensificadas em 1941/1942, mas arrefecidas com a conjuntura de guerra. Em 1945, essas manifestações, ganharam novo vigor e roupagem, em função quer da iminente redemocratização, quer das possibilidades de vitória dos aliados sobre o nazi-fascismo.

Efetivamente, iniciavam-se outros tipos de manifestações políticas. Em abril e maio, quando os partidos estavam se articulando, as cidades ganharam mais sons, vozes e cores. As posses dos novos prefeitos eram imensamente comemoradas e se constituíam em festas políticas, com presença bandas de músicas, discursos e público. Mas, a oposição política também organizava manifestações. Nesses eventos, ou Vargas, Dutra e o

⁸⁰ Os sindicatos e os trabalhadores northeriogrândenses reafirmam sua solidariedade ao governo do presidente Vargas. *A República, Natal*, p. 12, 10 mar 1945.

interventor Fernandes Dantas eram homenageados, ou o Brigadeiro Eduardo Gomes, José Augusto e seus correligionários eram os escolhidos. Muitos desses comícios inclusive eram transmitidos pela Rádio Educadora de Natal (REN). Na cidade de Assu, localizada na região oeste do estado, a Divulgadora Assuense também realizava propaganda da candidatura de Dutra, com a criação de um jornal político cujo objetivo, segundo o jornal *A República*, consistia em “leitura dos tópicos e artigos da imprensa, relativos ao continuador (da) grande obra do presidente Vargas.”⁸¹

O iminente fim da guerra na Europa era acompanhado pelo noticiário local, eram organizadas comemorações pelas vitórias dos aliados nas batalhas. Os estudantes, através da União Norteriograndense de Estudantes (UNE), que desde 1942 vinham realizando manifestações, inicialmente favoráveis a entrada do Brasil na Guerra, organizaram, em 1945, alguns eventos. Um deles, que contou com a participação de várias escolas, públicas e privadas, homenageava a Força Expedicionária Brasileira (FEB), em função das vitórias nas batalhas de Monte Castelo e Castelo Nuovo. Esse comício foi transmitido pela Rádio Educadora de Natal (REN), para a capital e algumas cidades do interior. Os discursos, eminentemente patrióticos, saudavam os soldados brasileiros e exaltavam sua bravura e patriotismo, como fator de redemocratização do País. Tal comício chama a atenção pela diversidade do grupo, incluindo comunistas, pessedistas, operários, estudantes e, pelo fato de, aparentemente, não ter havido conflitos nos discursos.⁸² Aliás, a participação dos comunistas em homenagens à FEB, em nível nacional, foi intensa estando eles presentes em manifestações organizadas por vários órgãos, como

⁸¹ Como está sendo propagada no interior a candidatura do General Gaspar Dutra. *A República*, Natal, p. 1, 16 maio 1945.

a Associação Brasileira de Imprensa (AIB) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

Porém, a mesma tranqüilidade não ocorreu poucos dias depois, em comício pró-anistia aos presos e exilados políticos, também organizado pela UNE, e que foi realizado no Grande Ponto, centro de Natal. O teor dos discursos não agradou a alguns estudantes e, em nome dos alunos do Colégio Atheneu, maior e mais importante escola pública da capital, publicou-se uma nota, no jornal *A República*, que protestava contra o “comício de propaganda comunista”. Para esses alunos, os adeptos do comunismo serviram-se do prestígio da UNE.⁸³ Àquele momento, as pressões políticas vinham de todas as partes, inclusive de partidários de Vargas, que já mandara preparar o decreto de anistia, publicado em 18 de abril de 1945.

Uma das grandes questões que preocupava os situacionistas, naquele momento, em articulações para a composição do PSD, era conseguir unir os sindicatos em torno do nome de Dutra. Isto porque, os comícios contavam com a participação ativa dos trabalhadores, que sempre prestavam reverências ao Presidente Vargas e não a Dutra.⁸⁴ Para tanto, inclusive um comício programado para ser realizado na Praça Pio X, em Natal, faria propaganda da candidatura de Dutra e homenagearia Getúlio Vargas.⁸⁵ No entanto, o luto oficial decretado

⁸⁴ Grande concentração operária no próximo domingo, dia 15. *A República*. Natal, p. 1, 13 abr 1945.

⁸² O comício de amanhã na Praça Sete de Setembro. *A República*. Natal, p. 11, 8 abr 1945; A Homenagem de ontem à Força Expedicionária Brasileira. *A República*, Natal, p. 4, 10 abr 1945. Os oradores, dentre outros, foram: o Presidente da UNE Eider Furtado, o advogado Francisco Ivo Cavalcanti, o professor Acrísio Freire, o operário Joel Paulista, os estudantes Darc Costa, José Bezerra de Lima, Roberto Ribeiro Dantas, Luiz Gonzaga e Luiz Maranhão Filho.

⁸³ Os estudantes que assinam a nota são João Vilar Ribeiro Dantas e Wellington Xavier Bezerra, ambos militaram na juventude do PSD. O comício de ontem e um protesto dos estudantes. *A República*, Natal, p. 6, 15 abr 1945.

pela morte do presidente americano Franklin Roosevelt, ocorrida em 12 de abril de 1945, motivou o adiamento da referida homenagem.⁸⁶ As atividades dos organizadores da manifestação operária, voltaram-se para a realização de homenagens ao presidente americano, que incluíram palestras no colégio Atheneu e na Base Aérea, além da celebração de missas em várias igrejas.

Das homenagens à Roosevelt, passou-se às já conhecidas comemorações ao aniversário do Presidente Vargas. No dia 19 de abril, em Natal, ocorreram várias homenagens, dentre elas palestras sobre a personalidade do presidente, no Sindicato dos Empregados no Comércio e na recém-criada Associação dos Servidores Cíveis, que nesse dia, aclamou o presidente Vargas como seu patrono⁸⁷. Em primeira página do jornal *A República*, o sindicalista Cícero Mendonça, publicou um texto estimulando os trabalhadores a procurarem o sindicato da sua categoria profissional. Para ele, naquele momento, o trabalhador encontraria as portas dos sindicatos abertas e funcionando sob a “sábua orientação do governo do estado, do qual é parte integrante, elegendo seus próprios dirigentes não no corredor do Ministério do Trabalho como se fazia há até pouco tempo, mas sim na sua própria sede mediante voto livre e secreto.”⁸⁸ O 19 de abril, ainda era, apesar das vozes oposicionistas, uma data para se lembrar a clarividência do chefe da nação e das obras que realizou. Este

⁸⁵ Entre os oradores estavam operários, advogados e professores. Estava previsto a exibição de um filme sobre a FEB, no momento do seu embarque e chegada a Nápoles.

⁸⁶ Faleceu, ontem, o Presidente Roosevelt. *A República*, Natal, p. 1, 13 abr 1945.

⁸⁷ A Associação dos Servidores Cíveis foi criada no Rio Grande do Norte em 08 de abril de 1945, por funcionários do Estado, da União e do Município, e tinha finalidades culturais, cívicas, esportivas e de previdência. Ao longo de 1945 realizaram várias reuniões e homenagens ao presidente Vargas. *A República*. Natal, p. 16, 15 abr 1945 e outros.

⁸⁸ MENDONÇA, Cícero. Trabalhador! Procura teu sindicato! *A República*, Natal, p. 1, 19 abr 1945.

aspecto, muito explorado ao longo de todas as comemorações do Estado Novo, foi lembrado também em 1945, em matérias jornalísticas, como a melhor forma “de confundir a má fé dos detratores impenitentes é, ainda pura e simplesmente, referir o vulto das realizações que devemos a capacidade e ao patriotismo clarividente e esclarecido do chefe da nação”.⁸⁹

No município de Baixa Verde, a comemoração do aniversário de Getúlio Vargas, foi promovida pelo Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com missa em ação de Graças, *sessão solene*, com a presença do prefeito e uma hora esportiva. Artigos publicados nos jornais, nesse dia, sempre exaltavam as conquistas da legislação trabalhista.

O mês de abril de 1945, ainda teria uma grande solenidade em Natal, dessa vez, militar já que a capital vivia também sob o clima da guerra. Tratou-se do juramento à bandeira dos novos soldados incorporados ao Exército, que foi realizado na Praça Pedro Velho e do qual participaram autoridades civis e militares. Os dois mil soldados incorporados, somados aos das corporações que desfilarão, garantiram o clima emocionante e um grande público, composto também pelas famílias que assistiriam à solenidade.⁹⁰

Para o primeiro de maio, a programação foi organizada pelos sindicatos de forma que ocorressem manifestações em horários diferentes, ao longo de todo o dia. Houve várias sessões solenes: no Sindicato dos Empregados em Empresas de Carris Urbanos, Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil. No Teatro Carlos Gomes, a sessão contou com a participação

⁸⁹ Uma data e uma individualidade. *A República*, Natal, p. 3, 21 abr 1945.

⁹⁰ Dois mil conscritos jurarão à bandeira hoje nesta capital. *A República*, Natal, p. 8, 21 abr 1945.

do interventor e irradiação de discurso do presidente Vargas. Nos dias seguintes às solenidades, vários sindicatos enviaram telegramas a Vargas parabenizando-o pelo brilhante discurso e declarando inteira e irrestrita solidariedade ao seu governo.⁹¹

A semana seguinte ao primeiro de maio foi de festas em várias cidades do estado em função da conquista de Berlim pelos aliados. As vitórias eram acompanhadas pelos jornais locais e pela Rádio Educadora de Natal, que cotidianamente informavam sobre as batalhas, ao mesmo tempo em que anunciavam a programação a ser realizada após a tomada de Berlim. As comemorações tiveram início à medida que os exércitos aliados se aproximavam da capital alemã. Assim, do “comício-monstro” realizado em 23 de abril⁹², passou-se à promoção de reuniões para organização de três dias de festas, quando fosse anunciada, oficialmente, a tomada da capital alemã. É importante observar que a conquista de Berlim ocorreu em 02 de maio de 1945 e a semana seguinte foi de festas. A organização ficou a cargo da Liga de Defesa Nacional (LDN), presidida pelo Monsenhor João da Matha Paiva, que compôs uma comissão híbrida, contando com políticos, comunistas, militares e operários.

Assim, em Natal, a programação constou de passeatas, cartazes, além de outros comícios em várias praças; bandas de músicas; festas dançantes, bailes públicos com orquestras. A LDN encerrou suas comemorações com missa campal, sobrevôos de aviões, lançando boletins alusivos à vitória e à memória dos soldados mortos. Também se organizou uma visita aos túmulos dos soldados norte-americanos no cemitério do Alecrim e uma

⁹¹ Os trabalhadores do Rio Grande do Norte e o Dia do trabalho. *A República*, Natal, p. 6, 5 maio 1945.

⁹² Oradores que iriam militar em correntes políticas distintas. Em 23 de abril, por exemplo, discursaram: Luiz Maranhão, João da Matha Paiva, Sílvio de Souza, Américo de Oliveira Costa e Cícero Mendonça. *A República*. Natal, p. 12, 24 abr 1945.

reunião solene no Teatro Carlos Gomes. A interventoria também patrocinou uma programação com vários desfiles das forças militares, de escolas, de associações esportivas, escoteiros e trabalhadores.

Mas, as festas não se foram restritas à Natal. Em Mossoró, a concentração popular foi em frente à Amplificadora, com sinos anunciando a *“liberdade na Europa”*. O comício contou com grande participação popular e com vários oradores. O comércio foi fechado, houve hasteamento de bandeira e, mais uma vez, desfile de militares, escoteiros, ginastas, alunos de escolas primárias e associações classistas. Aviões do Aero Clube sobrevoaram a cidade, jogando bandeiras brasileiras e flores. À noite ocorreu um baile no clube Ipiranga.⁹³

A emergência do regime democrático implicava estabelecimento de relações políticas diferentes de regimes autoritários. Estes, de modo geral, são mais eficientes na produção de imagens e na emissão de propagandas, em função do monopólio dos meios de comunicação. No entanto, é preciso remarcar que os regimes democráticos também necessitam desenvolver estratégias de legitimidade e atratividade, sobretudo quando a democracia ainda está em fase inicial, porque nesses momentos está ocorrendo um aprendizado político das práticas de representação do voto. (CAPELATO, 1998: 36) Balandier considera que a força ou a razão, unicamente, não sustentam o poder. Sob a força, o poder estaria constantemente ameaçado e sob a justificação racional não teria suficiente credibilidade. A dimensão simbólica do poder é, assim, fundamental “Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de

⁹³ Solenizada festivamente em Mossoró a vitória das Nações Unidas. *A República*, Natal, p. 3, 15 maio 1945.

imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em quadro cerimonial” (1982: 07).

Portanto, era em meio a essas manifestações que se organizavam os partidos políticos no Rio Grande do Norte, e, provavelmente, em muitos estados do Brasil. Essa dinâmica seguia, de um lado, os rumos da política nacional, e de outro, buscava identificações nas tradições políticas regionais. Por isso, os partidos se organizavam, inicialmente, nos municípios em que os grupos já existentes tinham maior força política. Desse modo, “embora constituídos como agremiações nacionais, os partidos políticos tiveram, desde suas origens, que se adaptar à poderosa lógica da política estadual. Assim, questões locais e regionais tiveram considerável peso na definição das filiações a uma ou outra legenda.” (HIPÓLITO, 2005: 157)

Do lado governista, o PSD foi fundado nacionalmente em 17 de julho de 1945, mas nos estados foi organizado antes. Assim, em 23 de maio de 1945, o PSD foi fundado no Rio Grande do Norte. As articulações políticas do partido na capital federal e no estado foram lideradas, por Georgino Avelino, que dirigia o Setor de Turismo da Prefeitura do Distrito Federal e por Dioclécio Duarte, delegado do estado junto ao Instituto Nacional do Sal, além de Presidente do Banco Central Mercantil. Estes foram os maiores responsáveis pela organização dos diretórios municipais do PSD no estado e grandes articuladores da campanha política de 1945, chegando a assumirem os cargos, respectivamente, de interventor e de secretário geral do estado no período de agosto a novembro de 1945.

Fundada oficialmente em nível nacional em 7 de abril de 1945, a União Democrática Nacional, congregava forças diversas e até antagônicas, em uma ampla frente de oposição ao Governo Vargas. De fato, somente a conjuntura de 1944 e 1945 pode

explicar tal junção: oligarquias destronadas em 1930; antigos aliados de Getúlio, marginalizados em 30 e em 37; ex-participantes do Estado Novo que se afastaram antes de 1945; grupos liberais com forte identificação regional; e as esquerdas em geral. Nesse caso, composta por três grupos, a Esquerda Democrática, formada por políticos e intelectuais de tendências socialistas; comunistas dissidentes da linha oficial do partido, que naquele momento optara pelo apoio ao governo de Getúlio Vargas e estudantes recém-egressos do movimento estudantil, de tendências socialistas. A Esquerda Democrática não era ala ou facção da UDN, apenas compôs com ela uma frente de oposição, em 1945. A candidatura de Eduardo Gomes passara por muitas indefinições até ser assumida publicamente pelas oposições coligadas como o candidato ideal, com *alto posto militar, legenda de herói, tradição de lutas democráticas e um nome limpo*. (BENEVIDES, 1981: 24-31)

Apesar dos partidários do ex-governador José Augusto Bezerra de Medeiros se agruparem em torno de sua liderança ainda no início de março e de anunciarem o apoio a Eduardo Gomes, a organização do diretório da UDN no Rio Grande do Norte, somente ocorreu no início de julho. Ou seja, após o retorno do então empresário Dinarte Mariz ao estado, depois de uma temporada de sete meses no Rio, dirigindo os escritórios de suas empresas e fazendo articulações políticas. Os contatos com lideranças políticas do interior do Estado eram intensos, através de telegramas. Dinarte Mariz e José Augusto haviam negociado com Assis Chateaubriand uma página no jornal *O Diário* para propaganda política do partido que passou a ser publicada a partir de julho. Antes disto, as estratégias baseavam-se, principalmente, em denúncias de violências ocorridas no Rio Grande do Norte, em jornais que faziam oposição a Vargas na capital federal.⁹⁴

O Partido Comunista do Brasil também foi reorganizado no estado e passou a ocupar a cena pública em 1945, com seus membros organizando e participando de várias manifestações. A inauguração da sua sede e a instalação do Comitê Estadual foi feita em 14 de julho, em homenagem a “*queda da bastilha*”. Porém, mesmo antes movimentos preparatórios à solenidade foram realizados, com comícios nos bairros das Rocas e Alecrim e convocações à população para se fazer presente. A solenidade, como a dos outros partidos, foi realizada no Teatro Carlos Gomes e, após sua realização, saíram em passeata para a sede do partido que ficava a poucos metros dali, também no bairro da Ribeira.⁹⁵ A partir daí, organizaram vários comícios, tanto na capital como no interior. Um dos principais líderes do partido no estado e em nível nacional, em 1945, era um jovem estudante universitário de Direito, Luiz Ignácio Maranhão Filho.

Nesse mesmo contexto de mobilização política das forças populares, organizou-se no Rio Grande do Norte, em maio de 1945, o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT) que se identificava como independente de credo partidário e visava defender os interesses da *classe proletária brasileira*. A sua frente estavam antigos presidentes de sindicatos e líderes populares⁹⁶ que, sob a hegemonia dos comunistas, preconizavam “*a manutenção da ordem, luta contra o nazi-fascismo, aliança com outras correntes sindicais, aumento da produção, apoio a Vargas, aperfeiçoamento das leis trabalhistas e reforma sindical, sem questionar o imposto e a unicidade sindicais.*” (CARONE apud NEGRO, 2003: 54)

⁹⁴ o regime de violências no RN. *A República*. Natal, p. 4, 15 maio 1945.

⁹⁵ Comissão Francisco Moreira, José costa, Luiz Maranhão, João Anastácio Bezerra e Miguel Moreira.

⁹⁶ Movimento Unificador dos Trabalhadores será organizada a seção RN. *O Diário*, Natal, p. 8, 12 maio 1945.

Café Filho, ex-deputado federal cassado desde a decretação do Estado Novo, também atuante na capital federal rearticulou no estado seus antigos liderados afirmando sua intenção de fundar um partido político, com convenção marcada para 2 de junho de 1945. Em manifesto assinado por vários ex-prefeitos, deputados e integrantes da antiga Aliança Social, defenderam medidas no plano internacional, como o combate ao nazi-fascismo e o apoio a FEB. Em âmbito nacional, postularam a reorganização democrática do Brasil, com anistia ampla e irrestrita, livre manifestação de pensamento e eleições livres e manutenção das conquistas trabalhistas. Finalmente, em âmbito local, medidas econômicas para amparar os produtos do estado e o desenvolvimento da indústria; medidas sociais como *melhoria das condições de vida das classes menos favorecidas através do barateamento de utilidades de consumo com sua maior produção e combate a economia da especulação*, melhoria das condições econômicas do funcionalismo público, ampliação dos serviços de assistência e saúde públicas, criação de serviço de proteção a maternidade e a infância, difusão da instrução pública.⁹⁷

Em 1945, o partido foi registrado com a legenda Partido Republicano Progressista (PRP). Em 1946, o PRP se uniu aos partidos Agrário Nacional (PAN) e Popular Sindicalista (PPS), passando a adotar a denominação Partido Social Progressista (PSP) (SAMPAIO, 1982, P. 49-50).

O Queremismo foi um movimento popular ocorrido em várias cidades brasileiras, entre os meses de abril a outubro de 1945, que reivindicava a permanência de Getúlio Vargas na Presidência

⁹⁷ O manifesto da antiga oposição do Rio Grande do Norte. *A República*, Natal, p. 4, 8 abr 1945. Assinaram o manifesto, além de Café Filho e do ex-interventor Mário Câmara, os deputados estaduais e federais eleitos pela Aliança Social em 1934 e vários ex-prefeitos. Parte significativa desses signatários comporia o PRP depois transformado em PSP, concorrendo a cargos públicos nas eleições seguintes.

da República. No Rio Grande do Norte, o movimento ganhou às ruas e foi composto por presidentes de sindicatos, funcionários públicos, principalmente, do Ministério do Trabalho, e pelos comunistas. Diversas manifestações foram realizadas e faixas e panfletos afixados e distribuídos em locais públicos. Parte significativa das lideranças do movimento queremista no estado, fundaram o Partido Trabalhista Brasileiro. Este, em nível nacional, foi fundado em 15 de maio de 1945. No Rio Grande do Norte, somente foi instalado em caráter definitivo em 18 de outubro de 1945 e sua sede provisória situava-se no prédio do Centro Operário Natalense.⁹⁸ Apesar da intensa participação dos sindicatos em manifestações políticas em 1945, o PTB não ganhou expressividade junto aos mesmos, já que a maioria dos presidentes e integrantes mais ativos estava em 1945-1946 ao lado do Partido Comunista. O apoio ao Presidente Vargas era unificador dos diversos grupos que se organizavam.

...

O início do processo de redemocratização no Rio Grande do Norte foi bastante movimentado e houve efetivamente uma ampliação do espaço público. Pensar a formação dos partidos e as festas políticas nesse contexto implica em questionar as opções teóricas, por um lado, com a utilização do conceito de populismo, quase hegemônico na historiografia local para explicar o período, e por outro, afirmativas que analisam a formação dos partidos como sendo fruto exclusivo de uma divisão oligárquica. Pensamos, que teórica e empiricamente, tais análises não tem sustentabilidade, por isto, optamos pela categoria Cultura Política, por ser uma das

⁹⁸ O diretório estadual era formado por: Carlos Serrano (presidente); Cícero Mendonça (secretário); Severino Manoel de Miranda (tesoureiro); diretório municipal: José Aurino (presidente); Aderson Jocelin (secretário); Antonio Felix da Silva (tesoureiro). *A República*, p.12, Natal, 3 nov. 1945.

mais fecundas para a análise da história política e cultural. Estudos têm considerado que o sistema político, ao ser experimentado e vivido pelos eleitores, é transformado a partir de determinadas questões e demandas que lhes são mais próximas. Assim, deixa de prevalecer uma concepção de cidadão ideal, bem informado e que “*sabe votar*”, para se tentar perceber como ocorrem determinadas experiências, práticas e apropriações no cotidiano da política. A história política renovada remete, pois, a mobilização do cultural, comporta redes de sociabilidades, normas, valores, procedimentos e práticas eleitorais, como comícios, cartazes, construção de figuras e memórias políticas.

Referências

BALANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Ed. da UnB, 1982.

BENEVIDES, Maria Victória. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

CEFAÏ, Daniel. Expêrience, culture e politique. In: CEFAÏ, Daniel. *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001, p. 93-116.

FURTADO, João Maria. *Vertentes*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005

HIPÓLITO, Lúcia.Vargas e a gênese do sistema partidário. *Plenarium*. Ano II, n. 02 (Nov. 2005) – Brasília: Coordenação do Centro de Documentação e Informação, Câmara dos Deputados, 2005. p.156- 174.

LIMA, Jailma M. *Imagens e vozes: imprensa, radiodifusão e propaganda política no Rio Grande do Norte (1935-1943)*. UFPE: 2001. Dissertação de Mestrado.

NEGRI, Antônio L; SILVA, Fernando T. Trabalhadores, sindicatos e política. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. *o Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAMPAIO, Regina. Adhemar de Barros e o PSP. São Paulo: Global, 1982.

PARTE III

**DESEJOS DE CURA:
cultura e identidades nos cenários urbanos**

Alfabetizando a Rainha com o bisturi do progresso: práticas médico-higienistas e educação primária em Campina Grande (1920-1940)⁹⁹

Iranilson Buriti *

“É aos senhores paes que cabe zelar melhor pela hygiene dos educandos, fazendo-lhes advertências que os incite a por em prática os deveres que dizem respeito à conservação e melhora das condições phisicas do organismo”.

(GOMES, Mario. A Escola e o lar. Jornal O Século, Campina Grande, 25- 8- 1928, p. 3, n.6)

Atenção senhores pais! É hora de cuidar da higiene física e mental de vossos filhos, incentivando-os na prática de exercícios físicos e mentais, deixando de lado os miasmas que podem prejudicar a vossa saúde espiritual. Esta era a tônica de várias reportagens dos jornais campinenses a partir da emergência do século XX, momento em que recepcionavam cada vez o discurso do progresso, da modernidade e da ordem. Se apropriando de categorias, conceitos e discursos positivistas, muitos articulistas, professores e médicos de Campina Grande, na Paraíba, procuravam tornar o corpo urbano uma vitrine para as demais cidades da região. Para os governantes desta urbs, era urgente

* Doutor em História. Professor da Universidade Federal de Campina Grande.

⁹⁹ Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq.

retirar de circulação os emblemas que lembravam o atraso, tais como mendigos nas calçadas, prostitutas, monturos nos ambientes públicos, animais que circulavam na cidade, dentre outros. Para tanto, uma das estratégias do governo e das elites locais era alfabetizar a Rainha da Borborema (termo pelo qual ficou conhecida a cidade), tirando-a do atraso, da cegueira intelectual e do vírus incontestado da falta de instrução pública. O articulista Mário Gomes, do jornal O Século, era um fervoroso defensor da aliança entre pais e escola, objetivando melhorar o organismo das crianças e o da pátria. Reclamava da falta de interesse dos pais pela educação dos filhos:

Há, entretanto, entre alguns Paes de familia, a errônea concepção de que cabe exclusivamente ao professor a disciplina tarefa pedagogica. Engano. O professor completa apenas as lacunas deixadas pela educação domestica, melhor orientando as creanças e proporcionando-lhes methodicamente conhecimentos que as induzem a aplicar no lar e na sociedade o que na escola lhes é ministrado (GOMES. Jornal O Século, Campina Grande, 25- 8- 1928, p. 3, n.6)

Portanto, este artigo procura problematizar como a intelectualidade de Campina Grande, particularmente aquela que escrevia nos jornais locais, recepcionava o discurso médico, particularmente o higienista, e como relacionavam esses referenciais com a educação primária. Com quem dialogavam esses intelectuais? Como se apropriavam de categorias e narrativas vindas da Europa e de outras cartografias? Como eram

(e se eram) empregadas no cotidiano escolar? Que continuidades e discontinuidades podem ser vistas em Campina Grande com relação a outros lugares? Que identidades institucionais essa elite estava procurando instituir? Quais são as diferenças e especificidades do espaço escolar da Rainha da Borborema em relação a outras cidades paraibanas? Estas são algumas indagações iniciais que norteiam a problemática desta pesquisa, embora nem todas sejam respondidas neste texto.

Como deixou claro o jornal *O Século*, em citação que abre este artigo, a educação da criança, no que diz respeito à prática higiênica, não é obra exclusiva dos professores. Os pais são responsáveis pela higienização dos corpos e pela “salubridade” mental dos filhos, cuidando e limpando do seu organismo, do seu bem-estar. Mas como nasceu essa responsabilidade de sanear a família? Que práticas discursivas foram gestadas nesse contexto histórico-educacional para (re)remodelar a configuração familiar? Para responder as indagações que norteiam esta pesquisa, é preciso voltar um pouco no tempo...

Virada do século. Quando os últimos suspiros do século XIX ainda eram ouvidos, a imprensa registrou uma série de discursos que foram gestados ainda no oitocentos. No período compreendido entre 1888 e 1940, vários eventos foram fundamentais para a formação e consolidação de uma identidade nacional brasileira: A abolição da escravidão (1888), a proclamação da República (1889), a aprovação do Código Civil (1916), as reformas educacionais a partir dos anos 30, dentre outros. Ao lado dessas narrativas que celebravam um “tempo novo” para o Brasil, ganhou visibilidade o discurso médico e sua inserção no âmbito das instituições públicas, sendo a escola uma das cartografias que em muito recepcionou a narrativa médica, escrita, em grande medida, pelo véis positivista. A intelectualidade que no início do século XX refletiu sobre o Brasil, objetivou “abarcá-la sua especificidade. Desse

esforço resultou um amplo conjunto de representações que instituíam problemas, imaginavam soluções e acalentavam diferentes sonhos e projetos de futuro” (LUCA, 1999, p.15). Esse conjunto de representações elaborado por parte da intelectualidade brasileira são “regimes de verdade” que possuem forças na construção de novos comportamentos, formando um tipo de governo dos homens que provoca descontinuidades com os padrões antigos de sociabilidade. O futuro era imaginado num contexto de louvação à modernidade, vista e dita como o desejo de emancipação do obscurantismo e dos preconceitos. O futuro era entendido, ainda, como um território envolvido pela valorização do capital e do progresso, pela busca incessante do novo e pelo impulso de esquecer o passado, de sociabilizar-se com as normas atuais rompendo com as antigas, criando aversão a quase tudo que estivesse relacionado com o atrasado, o anti-higiênico e o anti-científico.

Elaborado a partir da lógica da identidade, o discurso moderno criará figuras do outro, calcado na sua negatividade: o atraso como o inimigo a ser combatido pela ordem e pelo progresso. A ordem e o progresso, conceitos tão valorizados pelo Positivismo, eram constantemente (re)visitados pela intelectualidade, conforme mostra o dr. Pedro de Alcântara: É urgente “esclarecer os paes sobre a necessidade de serem animados de um espírito progressista, de amor ao moderno, ao científico e ao certo, afim de poderem reagir ao peso formidável da rotina” (1936, p.27).

“Animados de um espírito progressista” e possuídos pelo “amor ao moderno” e ao científico, era hora da intelectualidade limpar o Brasil das “mazelas do passado”, sanitará-lo, inspecionar seus filhos desde a mais tenra idade, proclamar uma “cruzada de limpeza das manchas do atraso”, das “doenças da ignorância”.

Emerge nesse contexto, no cenário nacional, um discurso que apontava o abandono sanitário e educacional do povo brasileiro como fatores de sua pretensa ignorância e degeneração. Sua situação ignorante e precária era vista como uma consequência do descaso das autoridades públicas com suas condições gerais de vida. Sobre a ignorância enquanto uma doença degenerativa do corpo nacional brasileiro, o médico Miguel Couto assim se reporta:

A ignorância é uma calamidade pública como a guerra, a peste, os cataclismos, e não só uma calamidade, como a maior de todas, porque as outras devastam e passam, como tempestades seguidas de céu bonança; mas a ignorância é qual o câncer, que tem a volúpia da tortura no corroer célula a célula, fibra por fibra, inexoravelmente o organismo; dos cataclismos, das pestes e das guerras se erguem os povos para as bênçãos da paz e do trabalho: na ignorância se afundam cada vez mais para a subalternidade e a degenerescência. Imaginemos - quod Deos avertat - que somos surpreendidos um dia por uma irrupção inimiga. Que faremos? Do nada tudo até eliminá-la do solo sagrado. Por que pois a passividade ante as tremendas consequências da ignorância? Ou o Brasil a

encara como uma calamidade nacional e lhe acode com o socorro imediato ou estará irremediavelmente batido na concorrência com as nações cultas (...)No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo.¹⁰⁰

Metáforas bélicas eram constantemente utilizadas para mostrar ao governo que uma guerra deveria ser travada contra os inimigos do progresso. O discurso de Miguel Couto se reveste de uma linguagem carregada de alegorias bélicas advertindo o front no qual a educação brasileira se encontrava: “A ignorância é uma calamidade pública como a guerra” que fere a família, marca a nação com o estigma do atraso, degenera o povo, mina o progresso. Em defesa da sociedade educada, a temática da guerra contra o atraso e a ignorância adentra nos interstícios da sociedade normalizadora. Da educação viria a libertação das doenças e das mazelas que atingem o corpo. Para tanto, estabelecem-se estratégias de combate, dentre as quais espalhar cartazes, publicizar informativos, noticiar a população a partir do púlpito, do consultório e da sala de aula. Conforme pode ser visto em várias campanhas sanitárias, principalmente empreendidas por Belisário Penna, a educação é vista e dita como uma via de acesso à saúde.

¹⁰⁰ COUTO, Miguel. Textos Escolhidos. Disponível em <http://www.academia.org.br/importantais/cads/40/couto2>. Acesso em 01 de maio 2006. Miguel Couto era médico, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e presidiu a Academia Nacional de Medicina durante 21 anos. Faleceu no Rio de Janeiro em 1934.

“... é indispensável uma propaganda contínua, intensa, tenaz, por todos os meios escritos ou falados, pela imprensa, por prospectos e folhetos; por cartazes em todos os lugares públicos, gravuras e explicações claras, precisas e concisas; por conferências; por intermédio dos professores públicos, dos padres, dos médicos, dos funcionários de certa categoria”.

Outras providências, depois de bem estabelecidas as que indicamos, irão sendo tomadas, e a educação do povo irá sendo feita racionalmente...” (PENNA, 1921, p. 87-88 – grifos nossos)

Corroborando com o pensamento de Belisário Penna, Almeida Barreto exclama: “A Escola ha de salvar o Brasil; meus vinte e quatro annos de mestre- escola não serão jamais inuteis ao lado de outros que não deixam se apagar o fogo sagrado da lareira da Patria”. (BARRETO, 1931, p. 1). Com o aumento do número de escolas e a divulgação cada vez maior dos preceitos de saúde e higiene, o conceito de saúde estava sendo ampliado para muito além da desinfecção. Limpar e desinfetar continuavam sendo cobrados pelas autoridades, mas a saúde não se resumia a isso. Este conceito era (e é) mais amplo e, dessa forma, a educação médico-sanitarista era fundamental para que o sujeito compreendesse e incorporasse a prática sanitária em seu cotidiano.

A educação dos sentidos da população de Campina Grande através da mudança de um comportamento sanitário almejava, por parte das autoridades públicas, muito mais que a interdição

compulsória dos “maus costumes”, mas a produção de dispositivos pedagógicos que possibilitassem uma nova leitura sobre si mesmo, levando os estudantes e membros das famílias a constituírem uma hermenêutica de si, prestando atenção ao seu corpo, cultivando um jeito de assear-se, um modo de viver, produzindo-se e conhecendo-se como sujeito saudável. Por essa razão, a extensão de uma higiene física sim, mas também do vestuário, trocando as roupas impróprias por outras mais leves que permitissem a circulação do vento sobre o corpo; a higiene sexual, dietética, mental e, sobretudo, moral, e a insistência dos médicos em incorporarem esses saberes no cotidiano familiar, utilizando, para esse fim, os jornais e revistas como espaços divulgadores dessas novas verdades.

A preponderância do enfoque médico para a abordagem dos “fenômenos sociais” foi, conforme Anca (2005), resultado da progressiva convergência de projetos sustentados em diferentes áreas do Estado, tais como a criminologia e o direito penal, a normalização da população infantil, a saúde pública e o dispositivo psiquiátrico. Dessa maneira, narrativa médica e poder médico se conjugaram para institucionalizar práticas no seio da população, sendo as cartografias familiar e escolar os lugares nos quais o Estado deveria investir, visando a construção de uma nação saudável. As metáforas médicas atuaram como discursos legitimadores, disciplinadores e interpretativos da sociedade. O Estado era recorrentemente “convidado” a unir-se em prol da defesa da “raça” nacional, principalmente à assistência à infância: “Que bem seria, para a saúde do futuro cidadão, fosse criada, por uma lei do Estado ou da União – a quem cabe o dever inadiável, - a assistência médica, com o seu corpo de inspecção sanitária, para a hygiene preventiva da creança”. (M. de Almeida Barreto. Em defesa da Criança. Jornal Brasil Novo. Campina Grande, 14-3-1931, n.10, p.1).

Nesse embate, a escola era vista e dita como um cenário propício no qual o médico-professor (ou o professor-médico) deveria atuar, legislar, dar aulas de vida e sobre a vida, destilar a química do seu conhecimento, a história da vida e da morte, a ciência do corpo e da mente, a sociologia dos direitos e deveres do cidadão, a semiologia das palavras e das coisas. Na frente dos alunos, o mestre deveria portar-se como um sábio detetive, inspecionando os corpos em busca de vestígios de sujeira nas unhas, na pele, no pelo, nos pés. Como Zadig, esse professor deveria investigar, procurar os rastros de doença, os piolhos que desfilavam no corpo dos pequenos campinenses, irritando a sua cabeça, preocupando as autoridades sanitárias, assustando as vítimas. Seu procedimento era, portanto, reunir o maior número de pistas para salvar a criança das doenças do corpo, da alma e do intelecto. Para tanto, necessitava reunir vários conhecimentos para desenhar uma anatomia do educando, da escola, da família e da sociedade. Essa medicina de matriz positivista auscultou a sociedade brasileira, e paraibana em particular, como um corpo enfermo que precisava de cirurgia. A Paraíba era descrita como um território doente, habitado por uma raça frágil, debilitada, ignorante que não compreende os novos métodos de ensino: “A ignorância neste ponto culmina. Somos acoitados de inovadores e só vemos quotidianamente destruído todo o nosso esforço pela reversão no lar dos métodos modernos pelo antiquado systema do B-A-BA”. (A Escola e o lar. Jornal O Século, Campina Grande, 25- 8- 1928, p. 3 n.6).

A escola foi influenciada pelas metáforas médicas e os médicos passaram a intervir diretamente na cartografia escolar, modificando currículos e a própria prática pedagógica. Com o objetivo de modelar as crianças mediante as características defendidas por um dado padrão de normalidade, o conceito de saúde tornou-se um jargão que ultrapassou os limites e fronteiras

de instituições médicas, adentrando os espaços privados da família e ganhando legitimidade na cartografia escolar, nas salas de aula, nos livros de ciências, nos discursos ditados e interditados dos professores, propiciando um alargamento significativo do seu campo de ação em direção a inúmeras instâncias do social, a exemplo da família, do trabalho, da escola e da igreja. Uma criança normal seria, por excelência, uma criança saudável, e esta preocupação não dizia respeito apenas aos médicos, mas aos pais, educadores e governantes da pátria. Estado, Família, Igreja e Medicina foram assumindo a busca dessa normalidade, instituindo formas de construir uma mente e um corpo sãos. Espaços público e privado passam a ser colonizados pela racionalidade médica. A recepção do discurso médico-escolar foi notória nos jornais campinenses, a exemplo do Brasil Novo, que saudou a Reforma Francisco Campos como um momento singular para higienizar e controlar os corpos dos educandos. Diz o articulista:

Já eu estou pensando o que ha de sahir do cerebro illuminado do Ministro Francisco Campos, quando fizer a reforma da instrucção nacional. Cada reforma que se faz no Brasil é um phenomeno mundial em programmas a competir com os altos estudos da sabia Allemanha. O de que se precisa não é de ver os últimos modelos dessas sumidades européas. Nada disso. Faça-se uma obra modesta, uma reforma exequível, sem ensanchas. Meus patrícios, educação e hygiene rigorosamente effectuada, demanda muito ouro. (M. de Almeida Barreto. E' preciso alphetizar o Brasil. Jornal Brasil Novo. 21-02-1931, n. 7, p.1. grifos nossos)

O padre e professor Manuel de Almeida Barreto, recepcionando as metáforas médico-religiosas, via a salvação do Brasil no eixo higiene e educação. A cruz da ignorância deveria ser vencida não mais pelo sacrifício de Cristo, mas pelo sacrifício de médicos e pedagogos que, sem dúvidas, deveriam ir ao martírio pela salvação nacional, caminhando na via crucis rumo ao combate dos males que aniquilavam a criança e tornavam nanica a República brasileira. Como Cristo salvou a humanidade através do seu sangue, professores e médicos poderiam salvar Campina doando seu sangue, suor e trabalho. Para Manuel de Almeida Barreto, o povo perecia porque lhe faltava o conhecimento, o pão da (cons)ciência e o pão da palavra soletrada, decifrada, decodificada:

Mas antes de tudo, é preciso educar o povo, distribuir com elle o pão da sciencia para que tenha a sua personalidade em todos os ramos das actividades humanas. Os que temos já algumas luzes, arregalemos bem os olhos para que se dê ao povo o que é ainda do povo: a educação republicana, para que assim a Republica seja do povo, para o povo e, o que mais é , pelo povo. (Educação Republicana. Jornal Brasil Novo. Campina Grande, 10-01-1931, n.1, p.3. grifos nossos)

É importante destacar que em muitos discursos, as noções de debilidade, ignorância, inferioridade racial, anormalidade e atraso são constantemente revisitadas para mostrar a hierarquia entre os povos e a relação entre herança cultural e o setor educacional: “O Brasil não pode ter luxo dos paizes avançados, mas terá meios de dar uma educação media e generalizada” (É preciso alfabetizar o Brasil. Jornal Brasil Novo. 21-02-1931, n. 7,

p. 1.). Os sujeitos campinenses são descritos como ignorantes, mas que podem superar essa fase mediante o apostolado da educação e da higienização: “A nossa triste situação é a de povos que habitam regiões ínvias da Ásia e África: - não temos escolas porque não somos ricos e opulentos porque não temos escolas” (idem). Era urgente cuidar das crianças, daí a necessidade de articular profissionais dos mais diferentes campos do saber para escriturar uma lição para a infância brasileira, dando-lhe um rosto, um nome, um corpo sanitizado. Dessa forma, na voz do padre-professor Almeida Barreto, educação se faz sinônimo de agência de civilização, de veículo catalisador do progresso e da prosperidade.

Conforme podemos verificar no discurso de Almeida Barreto, a educação é vista com uma pluralidade de funções, ancorada em matrizes interpretativas provenientes do campo da medicina: a educação é cura, é salvação, é remédio para a burrice, xarope para a nação debilitada, pílula para combater o enfraquecimento intelectual, tônico para fortalecer os músculos da nação, biotônico para energizar os organismos enfermos da infância brasileira: “A creança à porta de uma escola é um ser que precisa ser estudado no seu valor fisiológico, somático e físico” (M. de Almeida Barreto. Em defesa da Criança. Jornal Brasil Novo. Campina Grande, 14-3-1931, n.10, p.1). À porta da escola, a criança espera o braço do médico-professor, com o estetoscópio da educação, com o bisturi do progresso, auscultando sua burrice, sua falta de tato, ouvindo suas asneiras, sua matutice braba. Escuta os poucos sons que saem dos lábios anêmicos dos meninos que chegam com as suas cartilhas de A B C debaixo do braço, com os seus lápis comuns¹⁰¹ cuja extremidade possui as famosas borrachas “apaga-borrões”. Chegam desnutridos tanto intelecto quanto

¹⁰¹ Referência aos lápis grafites.

fisicamente. Mas chegam! Vêm de vários bairros de Campina: Prata, Palmeira, Conceição, José Pinheiro, São José para desasnarem. Alguns são de vilas e cidades próximas da Rainha da Borborema: Queimadas, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Ingá, Riachão do Bacamarte, Esperança, Maçaranduba, Serra Redonda. No seu corpo, marcas do atraso “fisiológico, somático e físico” que precisam ser corrigidas, anuladas com os apaga-borrões da higiene, redesenhadas pelo lápis da ciência médica na palheta do saber pedagógico. Em várias crianças, marcas da sujeira que precisam de limpeza: catarrentas, unhas sujas, pés empoeirados, roupas encardidas, amassadas, lavadas, muitas vezes, com as águas barrentas do açude de Bodocongó. Um corpo nacional chega à porta da escola e precisa muito mais que um mestre-escola, necessita de “um corpo médico para recepcioná-la, como os magnos do Oriente, ante a creche de Belém”. Precisa, também, de mulheres que lhe auxiliem, como mães que cuidam dos filhos dos outros, como enfermeiras-pedagogas ou pedagogas-enfermeiras: “O sr. Anthenor Navarro, Interventor Federal, em o nosso Estado, teve uma idéia feliz cuidando da assistência à infância, organizando o corpo de enfermeiras junto à maternidade. (idem, p.1). Médicos, enfermeiras e professores deveriam, na narrativa de Almeida Barreto, dividirem as responsabilidades para civilizarem o caráter e preservarem a saúde dos alunos. O apoio técnico de outras pessoas, como as enfermeiras, era fundamental para o sucesso da inspetoria, desde que estivessem sob a tutela e controle dos médicos. A relação estabelecida entre alfabetização e higiene, cultura escolar e saúde, era visível e dizível nos discursos desse educador e de muitos articulistas locais, um apelo feito para que os responsáveis ensinem os conhecimentos vinculados ao corpo e à saúde, carregado de um forte sentido normativo e moralizador. Para os profissionais da educação, era preciso e urgente medir, avaliar, corrigir, prescrever os meninos e meninas que chegavam à porta da escola, senão

eles, logo logo, se tornarão como tantos outros desvalidos e deseducados:

“a maioria dos casos, os que não morrem acabam em deficit psicologico que agrupam em longa serie de retardatarios, nervropathas, adenopathicos, lymphaticos, que vão engrossando a triste caravana dos fatigados da vida accumula de diatheses hereditários. (idem, p.1)

E desvalorizados, conforme o “Almanack do Laboratório Nutrotherapico” (1932, p.1), respaldado no discurso do médico-literato Afrânio Peixoto:

“...Em todos os paizes adiantados têm sido feitos calculos de modo a se saber ao certo quanto vale um cidadão. Assim, na America do Norte foi verificado que um norte-americano vale cerca de 10.000 dollars, ou sejam 140 contos em nossa moeda.

Em nossa pátria o sábio hygienista Dr. Afranio Peixoto calculou o valor do brasileiro em 42 contos de réis no seu livro “Noções de Hygiene”.

Porque valem menos que o norte-americano, o inglez, o francez, ou o cidadão de outra terra?

Não é porque nós sejamos menos inteligentes ou menos activos e emprehendedores, mas é porque nós cuidamos menos de nossa saúde...”

E atrasados, na concepção de Almeida Barreto, referendando Alfred Binet:

O exame individual da creança nas escolas está nos moldes systematico da boa pedagogia – para se conhecer as aptidões phisicas dos escolares. Genaro Sisto, o organizador do Corpo-medico-escolar, na Argentina, assim conclue a sua conferencia realizada em o 2. Congresso de Medicina latino-Americano: - Após um exame na creança, á porta da escola, poderemos saber o grau de acuidade visual, seu poder dynamometrico, estado de seus dentes, dimensões do craneo, capacidade respiratoria, estado ganglionario, debilidade phisica, em summa, “seu capital fisiologico e o futuro phisico do futuro cidadão”.

No conceito de Binet, a maioria dos escolares se compõem de duas classes de crianças: os atrasados, sob o ponto de vista pedagogico e medico. (M. de Almeida Barreto. Em defesa da Criança. Jornal Brasil Novo. Campina Grande, 14-3-1931, n.10, p.1)

É importante destacar a estratégia discursiva de Almeida Barreto, revestindo a sua palavra de autoridade e de poder de enunciação, legitimando-a socialmente ao citar dois personagens: Genaro Sisto¹⁰² e Alfred Binet¹⁰³: o primeiro, organizador do corpo médico-escolar argentino e o segundo, um pedagogo e psicólogo francês que desenvolveu estudos sobre a anormalidade psíquica e os testes psicológicos. Assim, ao definir a “importância” de o brasileiro ser inspecionado, indica-se a fonte: Genaro Sisto e Binet. Dessa maneira, Almeida Barreto estabelece um diálogo com os leitores mais esclarecidos do jornal Brasil Novo, que também tinham acesso a outras fontes de informação e conheciam, talvez, os dois médicos acima citados. Estrategicamente, o professor campinense lança mão de outras vozes, mostrando como hierarquias nacionais (França, Argentina, Brasil), relações de poder, diferenças culturais, dispositivos de cura e inspeção médica aparecem reorganizados em uma trama discursiva que põe como eixo central de discussão a educação médico-escolar, a fusão entre o saber científico e a narrativa moral, naturalizando as fronteiras estabelecidas entre o comportamento social aceitável e o condenado, o curado e o patologizado. O psíquico, como é possível verificar em Almeida Barreto, se relaciona com uma preocupação crescente de neuropatias, produto do ambiente e da herança genética.

Os exames que deveriam ser feitos, ainda na porta da escola, representam o que significava ter uma vida saudável e higienizada conforme o discurso médico-escolar, destacando o saber pedagógico como uma terapêutica de hábitos e valores,

¹⁰² **Genaro Sisto** Gradou-se na Faculdade de Medicina em 1895. Em 1908 se incluiu como jurado do concurso de Puericultura de Liga Argentina contra a Tuberculose. Preparou o Congresso de medicina e Higiene de Buenos Aires. Higienista de prestígio, foi autor de numerosos trabalhos publicados em livros, folhetos e revistas.

¹⁰³ **Alfred Binet** (8 de julho de 1857, Nice - 28 de outubro de 1911, Paris) foi um pedagogo e psicólogo francês que ficou conhecido por sua contribuição à psicométrica, a saber, foi o inventor do primeiro teste de inteligência, a base dos atuais testes de QI.

controlando o corpo escolar mediante o auscultamento, sucessão de toques e retoques, buscando a máxima funcionalidade do soldado-cidadão. Referendar sua palavra citando Genaro Sisto possibilita-nos uma interpretação de como Almeida Barreto desejava ver instalado em Campina Grande uma instituição aos moldes do Corpo Médico Escolar argentino, que consistia na realização de exames psicofísicos nos alunos das escolas primárias, além de formar o quadro docente com conhecimentos sobre psicologia e psiquiatria infantil. O exame somatológico era descrito como fundamental. Conforme Almeida Barreto:

“Após um exame na criança, à porta da escola, poderemos saber o grau de acuidade visual, seu poder dynamometrico, estado de seus dentes, dimensões do craneo, capacidade respiratoria, estado ganglionario, debilidade phisica, em summa, seu capital physiologico e o futuro phisico do futuro cidadão”. (M. de Almeida Barreto. Em defesa da Criança. Jornal Brasil Novo. Campina Grande, 14-3-1931, n.10, p.1).

Barreto descreve os mais diferentes métodos para o desenvolvimento dos educandos, perscrutando cada centímetro do corpo do sujeito. Tal como nos hospitais e cárceres, no ambiente escolar o sujeito é medido, tem a sua arcada dentária inspecionada, seu diâmetro craniano estudado, sua capacidade respiratória observada, seus gânglios medicalizados, a circunferência do tórax e sua estrutura física avaliadas, enfim, seu “capital fisiológico” é posto à prova, preocupando-se com a normalidade do “soldado da nação”. Examinar a capacidade respiratória da criança era um dispositivo médico-pedagógico para

evitar o contágio de enfermidades, a exemplo da tuberculose, construindo um espaço saudável para os demais alunos. Para tanto, um arsenal de instrumentos positivistas poderiam ser acionados: báscula ou balança decimal, pneumômetro, trenas para medir. Mas todas as escolas possuíam? As escolas públicas tinham verbas para comprar tais instrumentos? Que sistema de instrução pública podia dispor de toda essa parafernália para transformar esse “outro” infantil num “nosso” cidadão? Lançar mão de todos esses métodos avaliativos não poderia, também, está contribuindo para gerar, na criança, o medo e a rebeldia ao sistema escolar?

A despeito dessas questões, as medidas higiênicas eram ditas necessárias, conforme a pedagogia médica, para preservar o bem-estar físico dos educandos, formando hábitos higiênicos, desde a educação corporal ao asseio pessoal. O médico era um educador de sentidos, de posturas, de maneiras de ser e de estar no mundo, o ator principal de um rigor científico legitimado social e culturalmente, controlando as normas adotadas e as divulgando no seio social. Além de receitar remédios, o médico educava o corpo e prescrevia regras de comportamento moral, social e sanitário. Os professores recepcionavam esse discurso e o aplicavam, grosso modo, em seu cotidiano escolar. Ao descrever o Instituto Pedagógico de Campina Grande, Almeida Barreto o classifica como aquele “que cumpre rigorosamente os métodos de ensino mais modernos”, pois, depois de reformado, “seus vastos salões em número de dez, são bem arejados, iluminados e suficientemente mobiliados”. E acrescenta o articulista: “O externato remodelado a capricho e com todos os requisitos da higiene escolar, oferece aos alumnos e professores, todo conforto necessário”. (Jornal O Brasil Novo, Campina Grande, 7- 3-1931, n. 9, p.6).

A referência ao asseio, ao conforto e à higiene escolar de alunos e professores, apresenta a higiene não apenas como um

problema individual, mas fundamentalmente social, articulando o corpo do sujeito (aluno, professor, diretor) ao corpo coletivo, mas necessariamente ao corpo nacional. Para o Instituto Pedagógico de Campina Grande, cumprir os “requisitos da hygiene escolar” expressa a necessidade de conservar sarado o corpo da nação, isento de micróbios e bactérias, expressando a defesa social de um povo ameaçado por enfermidades exóticas, pelos venenos sociais do comunismo, do anarquismo e da rebeldia; dos vícios sociais (fumar, ingerir bebida alcoolizada, dentre outros) e da sífilis. Cumprindo os requisitos da hygiene escolar”, a escola cumpria, também, seus compromissos para com a vida social e o trabalho produtivo. Além disso, cumpria, ainda, a sua função médico-pedagógica, qual seja, preparar os soldados, os militares que defenderão aguerridos o solo patriótico:

“O curso militar, destinado a preparar os jovens para a defesa da Pátria, muito útil tem sido aos campinenses, pois, centenas de moços têm obtido a caderneta militar de reservista, ficando assim aptos para exercerem empregos federaes e isentos do sorteio militar.” (Jornal O Brasil Novo, Campina Grande, 7- 3-1931, n. 9, p.6)

O curso militar era uma medida “terapêutica” destinada a “preparar os jovens para a defesa da pátria”, aumentando as potencialidades, construindo o soldado a partir dos mais “modernos métodos” da ginástica e da educação física, pois o Instituto foi equipado com uma série de espaços adequados para esse fim:

Entre os pavilhões que compõem o prédio existe um grande pateo destinado ao recreio

e aulas de instrução physica. Nelle estão localizados os campos de Volleyball, Basketball e peteca, caixão de pulo, barra fixa e outros aparelhos de gymnastica. O Volley-ball é treinado com entusiasmo pelas normalistas e alumnos de outros cursos. (Jornal Brasil Novo, Campina Grande, 7- 3-1931, n. 9, p.6)

Assim, categorias como fragilidade, debilidade e atraso, por um lado e, por outro, recuperação, salvação e cuidado preconizam uma intervenção educativa centrada no físico e na moral, de modo a produzir potenciais transformações intelectuais. Oferecer aulas de educação física, jogar voleibol, mas também cuidar da dentição, dos gânglios e de outros órgãos dos estudantes representam, para o Estado e para a escola, uma intervenção educativa moldada nos preceitos médico-higienistas. Como se pode observar, “a educação não escapou imune à assepsia higienista. As condições legais, materiais e institucionais para o cumprimento da ordem higienista são dadas pelo Estado, que a legitima em consonância com as exigências do capital e do trabalho” (HORA, 2007, p.6). Ao construir pavilhões e pátios para as atividades de educação física, o Instituto Pedagógico estava “aderindo” aos procedimentos higiênicos. Segundo Hora,

Garantir adesão aos procedimentos higiênicos pela via da educação é uma possibilidade de obtê-los pela persuasão, sem aplicação da força, ou seja, pelo convencimento. A adesão, o convencimento, se faz pela via da justificativa calcada no conhecimento científico, empregando uma faceta mais próxima dos indivíduos – a faceta médica –, na qual a figura

do médico está diretamente relacionada com a vida e a morte. (2007, p.7)

O professor Fernando de Azevedo¹⁰⁴ acreditava que a “raça brasileira” ainda estava sendo definida no início do século XX. Dessa forma, se o povo tivesse melhores condições de vida, adquirindo hábitos salutares, estas características adquiridas poderiam ser transmitidas geneticamente a gerações posteriores. A prática do exercício físico, ou da cultura física, é constantemente citada pelo referido professor como um hábito que deve fazer parte do cotidiano do brasileiro para “depurar” a raça, “afinar” as gentes, gerar indivíduos robustos, “apurar” as gerações vindouras, aumentar o patrimônio biológico hereditário, “eliminar” as pessoas fracas e eugenicamente degenerescentes. Diz Azevedo:

“Uma vez introduzida pela educação nos hábitos do país, a prática desta cultura física sustentada durante uma larga série de gerações, depuraria a nossa raça de diatheses morbidas, locupletando-a, progressivamente, pela criação incessante de indivíduos robustos. Os mortos governam os vivos. As gerações de amanhã apuradas, por systema, pela educação física – afinadora da raça e colaboradora do progresso – imprimiriam assim, nas que lhes succedessem, o cunho de seu carácter, para que pudessem, com o augmento do patrimonio

¹⁰⁴ Fernando Azevedo foi um dos precursores da escolarização da ginástica no Brasil. Seu projeto era o da democratização da educação e saúde. Para isto, o seu melhor instrumento pedagógico era a educação física.

biológico hereditário, aperfeiçoar ainda mais a natureza humana” (apud GÓIS JÚNIOR, p.325).

Somando voz ao coro de Azevedo, Artur Neiva apresenta a cultura física como fundamental para o melhoramento genético, não como uma arte de preceitos incertos, mas como uma ciência filiada à anátomo-biologia, possuidora de importância capital para a construção de uma nação forte, de um povo viril, resistente e produtivo. Indaga Neiva: “Sabem onde reside grande parte do segredo britânico? No uso do esporte. Cada geração que nasce é em todos os sentidos melhor que a precedente. Homens e mulheres são mais robustos e a prole condensa os valores somáticos dos genitores. Em tais condições o aperfeiçoamento é fatal”. (NEIVA, A. apud LUCA, 1995, p.231)

Através da lente da higiene, se articula a enunciação dos fins educativos. São narrativas que se cruzam, olhares que se interpenetram, vozes plurais que se misturam para “salvar a infância”, cirurgiar o corpo da Rainha, examinar a cidade que precisa ser civilizada, possuidora de uma população, se não homogênea, pelo menos classificada e normatizada pela pedagogia da higiene. Construía-se uma nova cidade, esteticamente cirurgiada pelo bisturi do progresso e pelo estetoscópio da educação.

Referências

ALCÂNTARA, Pedro de. Higiene na primeira infância. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1936.

BARRETO, Almeida. É preciso alfabetizar o Brasil. *Jornal Brasil Novo*. Campina Grande, 21-02-1931, N.7 –P.1

BRITES, O. Infância, higiene e saúde na propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). In: *Revista Brasileira de História*. V. 20, n. 39. São Paulo, 2000, p. 17.

BURITI, Iranilson. Façamos a família à nossa imagem. A construção de conceitos de família no Recife Moderno (décadas de 20 e 30). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro. Do leitor ao navegador*. São Paulo: Unesp, 2004.

COUTO, Miguel. *Textos Escolhidos*. Disponível em <http://www.academia.org.br/imortais/cads/40/couto2>. Acesso em 01 de fev. 2008.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. Lovisolo, Hugo. A educação física e concepções higienistas sobre raça: uma reinterpretação histórica da educação física brasileira dos anos de 1930. *Rev. Port Cien Desp* 3(V) 322–328.

GUATARRI, F., ROLNIK, S. *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1998.

HORA, Dayse Martins. *Medicalização, Escola Nova e Modernização da Nação: 1930-1945*. Disponível em: <http://>

www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_034.html. Acesso em 12 jul.2008.

KUHLMANN JR. Moisés. Assistência e Panamericanismo. In: DAYRELL, Eliane; IOKOI, Zilda. América Latina Contemporânea. Desafios e perspectivas. São Paulo: Edusp, 1996.

DE LUCA, Tania Regina. A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

REIS, José Roberto Franco. De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. Revista História, Ciências, Saúde. Vol. 17, n. 01. Rio de Janeiro, mar/jun 2000.

SILVA, Ana M. Elementos para compreender a modernidade do corpo numa sociedade racional. Cadernos CEDES, Campinas, ano XIX, n, 48, p. 07-29, Ago. 1999.

SILVA, Mozart Linhares da (org.) História, medicina e sociedade no Brasil. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

STEPHANOU, Maria. Formar o cidadão física e moralmente: médicos, mestres e crianças na escola elementar. Educação, Subjetividade e Poder. Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 59-66, jan/jun. 1996.

WADSWORTH, James. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. Revista Brasileira de História. vol. 19, n. 37, São Paulo, set. 1999.

Nas Ondas da Canção: as metáforas de cura no discurso neopentecostal brasileiro

Roseane Alves Britto*
Iranilson Buriti de Oliveira**

As feridas do passado
Estão tentando me roubar
Mas eu olho pra tua cruz
E tenho forças pra lutar
Não importa a minha dor
Hoje podes me curar
O meu coração anseia
Pela cura
(Roberto Costa - Geração de
Conquistadores.)

A letra da música gospel acima representa um pouco do que iremos discutir neste texto, a saber, as apropriações pelos grupos (neo)pentecostais das metáforas de cura em suas ministrações e louvor. Como recorte para este artigo, tomaremos como fonte principalmente as canções dos grupos (neo)pentecostais, cuja narrativa está pautada por códigos e conceitos vindos do discurso médico, algo cada vez mais presente nos ambientes evangélicos, em seus cultos de pregação, em avanços missionários, em acampamentos e encontros das igrejas e noutros espaços nos quais

* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal de Campina Grande.

** Doutor em História. Professor da Universidade Federal de Campina Grande.

se reúnem. A letra das músicas será analisada como um discurso possuidor de óticas particulares, um ato histórico fundador de sentidos e instaurador de verdades. Segundo Michel de Certeau, “o discurso, hoje, não pode ser desligado de sua produção, tampouco o pode ser a práxis política, econômica ou religiosa, que muda as sociedades” (2000, p. 41). Apesar da ênfase da cura não ser algo novo, pois desde o Antigo Testamento a nação judaica lança mão da cura divina, foi no século XX, principalmente a partir da emergência dos pentecostais, que o vocabulário dos pregadores e compositores passou a enfatizar, cada vez mais, a cura do corpo e, com o advento do neopentecostalismo, a cura das emoções ganhou estatuto de verdade.

Com as Missões Modernas, no século XIX, o Brasil passou a ser um território bastante promissor para os protestantes. Várias denominações evangélicas vieram para cá, a exemplo da Congregacional, Presbiteriana e outras. Mas foi a partir de 1910 que o protestantismo no Brasil se renovou, com a criação da Assembléia de Deus, uma denominação que rompe com doutrinas tradicionais fortemente defendidas por igrejas históricas (Congregacional, Presbiteriana, Metodista, Batista, Episcopal, Luterana, etc) e insere novos pontos doutrinários, dentre os quais o batismo no Espírito Santo e a glossolalia¹⁰⁵. É o início de uma história em que o próprio vocabulário dos evangélicos irá mudar.

Essas mudanças no meio protestante passaram a ser chamadas, conforme Freston (1993) de “Ondas”, metáfora oriunda da física a fim de periodizar o acontecimento religioso. A periodização e classificação do crescimento dessa nova performance pentecostal são importantes para entendermos como se dá a organização doutrinária do protestantismo.

¹⁰⁵Sinal do Espírito Santo sobre os apóstolos no dia de Pentecostes. Confira Atos 2:1

A Primeira Onda, chamada Pentecostal ou Pentecostalismo Clássico como apresentaram Souza e Magalhães (2002, p.87), possuía característica “extravagante” dando ênfase total à terceira pessoa da Trindade - O Espírito Santo. Isso iniciou, no Brasil, a partir de 1909 com a vinda dos imigrantes italianos pertencentes à Congregação Cristã do Brasil, instalando-se no Bairro do Braz, em São Paulo, mas se espalhou rapidamente por todas as demais regiões com o crescimento da Assembléia de Deus, obra dos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, que chegaram em Belém do Pará em 1910.

Nos anos 50, algo inesperado acontece na comunidade evangélica brasileira, causando impacto não só aos tradicionais, mas agora, também, aos pentecostais: a chegada de Harold Edwin Williams que, sendo também estrangeiro, consegue despontar seu ministério em terras brasileiras depois de “tentativas missionárias fracassadas pelo interior de São Paulo” (Mafra, 2003), submetendo-se a um jejum de 40 dias a fim de que um “milagre acontecesse”. É o nascimento da Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular, com estilo diferente das demais, desde a adoção de roupas modernas para o pastor, aos cultos ao ar livre animados por canções curtas e vibrantes. É o que podemos denominar de “Segunda Onda”, cuja ênfase, além do dom de curar, recorria na simplicidade e informalidade da pregação da Bíblia, no evangelismo através de cruzadas debaixo de tendas de lona e na divulgação através da mídia, principalmente o rádio.

Por fim, segundo Souza e Magalhães (2002, p.88) surge a Terceira Onda ou Neopentecostalismo durante a segunda metade da década de 70, mais especificamente com o surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus, em 1977. Uma das principais características das igrejas da Terceira Onda, diferente das outras, são as fundações das denominações por brasileiros, facilitando ainda mais a divulgação das doutrinas por eles defendidas.

Somado as pregações de cura, prosperidade, libertação e inovações na liturgia de culto, destacamos, na Terceira Onda, o uso intenso da mídia eletrônica (que também é denominada de televangelismo), e a consolidação do pentecostalismo como força social e política. (SOUZA e MAGALHÃES, 2002, p.88)

As três ondas, embora distintas, não são excludentes e ajudam a representar como o movimento carismático evangélico alcançou visibilidade e expansão na América Latina. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no censo de 2000, que os evangélicos atingiram 15% da população brasileira, ou seja, cerca de 25 milhões de pessoas (Conrado, 2006). O grupo dos Neopentecostais foi o que mais cresceu, isto possivelmente pelo uso de recursos que alcançaram popularidade. O rádio, a televisão, o jornal e a internet auxiliaram na divulgação das suas doutrinas. Seja cristão histórico, pentecostal ou neopentecostal, é importante salientar que as diferenças entre saberes tornam-se decisivas em cada denominação evangélica. O corpus doutrinário fornece à comunidade seu modo de identificação e distinção. Em cada denominação protestante as normas e práticas mudam, são alteradas e reelaboradas.

Essa configuração sócio-histórica tem promovido vários estudos acadêmicos, problematizando as redes sócio-culturais, as identidades e identificações de cada um dos grandes grupos (históricos, pentecostais e neopentecostais), dando visibilidade à geografia desses “grupos ocultos” na historiografia, no dizer de Certeau, estudando traços e pontos de ressurgência das idéias religiosas. Campos, (1997) em seu livro “Teatro, Templo e Mercado: Organização e Marketing de um Empreendimento Neopentecostal” fruto de uma de suas pesquisas no campo das Ciências da Religião, assinala o trabalho de Paul Freston (1993) que se empenhou em analisar as transformações evidenciadas no cotidiano político dos

protestantes brasileiros; como também a ênfase que Ricardo Mariano (1995) deu às mudanças que o próprio pentecostalismo¹⁰⁶ tem experimentado, sem deixar de mencionar os escritos de André Corten (1995), que focaliza o crescimento do pentecostalismo e do movimento carismático em relação ao esvaziamento da “teologia da libertação” e colocações de Cecília Mariz e Maria das Dores Machado (1994a e 1994b) no que diz respeito à relação entre o pentecostalismo e a questão da pobreza, feminismo e exclusão social. Dessa forma, a academia tem se voltado, nas duas últimas décadas, a visitar o (neo)pentecostalismo como objeto de pesquisa. Embora muitos historiadores ainda estejam fechados ao assunto, cercados por preconceitos temáticos¹⁰⁷, o que se percebe é que antropólogos, sociólogos, psicólogos, comunicólogos e cientistas da religião tentam mergulhar nesse cenário.

Michel de Certeau, estudando a relação entre história e teologia, enfatiza que o estudo da religião e das religiosidades foi posto, pelos Iluministas, sob o signo das superstições, “um folklore abandonado na rota do progresso” estranho “aos cortes intelectuais ou sociais” (2000, p.35). É dessa forma que, para Certeau, quando

¹⁰⁷ Sobre os preconceitos dos historiadores e de outros intelectuais em relação a realidades religiosas, verifique CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio: Forense, 2000. Nesta obra, Certeau faz uma crítica sutil a Michel Foucault sobre a ausência de referência à literatura religiosa na interpretação que este filósofo faz da *epistème clássica*.

¹⁰⁶ O pentecostalismo no Brasil é um evento religioso que tem seu nascimento nos primeiros anos do século XX. Em seu início, o movimento pentecostal brasileiro possuía uma forte ligação com seu similar norte-americano, devido ao fato que os primeiros missionários que aqui aportaram, apesar da nacionalidade européia, eram imigrantes naquele país. Ambos pentecostalismos se tornaram independentes um do outro, guardando suas próprias especificidades. Porém, é claro que houve influências ovenientes dos primeiros missionários suecos que chegaram ao Brasil e que possuíam uma cosmovisão forjada no meio pentecostal de Chicago, EUA. Confira GUIMARÃES, Robson Franco. Os últimos dias: os pentecostais e o imaginário do fim dos tempos. *Revista de pós-graduação em Ciências das Religiões*. São Paulo: PUC. 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br>

o estudo sobre o mundo religioso é posto tão somente no reino da “mística” ou do “folklore”, assume “a imagem do marginal e do atemporal”. (2000, p. 35).

Rompendo com essa concepção, vários estudiosos emergem, no Brasil, estudando esse campo temático, dentre os quais citamos os trabalhos de: Magali do Nascimento Cunha (Vinho Novo em Odres Velhos: um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil)¹⁰⁸, Márcia Leitão Pinheiro (Na ‘Pista’ da Fé: música, festa e outros encontros culturais entre os evangélicos do Rio de Janeiro)¹⁰⁹, Carlos Tadeu Siepieski (“De bem com a Vida”: o sagrado num mundo em transformação. Um estudo sobre a Igreja Renascer em Cristo e a presença evangélica na sociedade brasileira contemporânea)¹¹⁰, Luiz Cândido (O culto como representação, exercício e atualização da memória religiosa)¹¹¹, Fábio Henrique Pereira (O Novo Canto da Terra. Estudo sobre sua contribuição à renovação litúrgico-musical das igrejas Evangélicas)¹¹², dentre outros.

Além desses pesquisadores, o próprio Campos, juntamente com Alberto Antoniazzi e Benjamin Gutierrez, se dedicaram a produzir coletâneas e artigos incluindo a publicação em português de uma obra coletiva, que reúne textos de 15 pesquisadores latino-americanos, na qual foram analisadas as reações do protestantismo histórico continental diante do “fenômeno” pentecostal. No tempo presente, muitos intelectuais têm se voltado para essa problemática, levando em consideração as práticas

¹⁰⁸ Tese de Doutorado em Comunicação – ECA – USP, 2004.

¹⁰⁹ Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

¹¹⁰ Tese de Doutorado em Antropologia – USP, 2001.

¹¹¹ Mestrado em Ciências da Religião – UMESP, 2001.

¹¹² Doutorado em Ciências da Religião – UMESP, 2001.

culturais, porque estas “representam uma realidade social”. (Certeau 2000, p.37).

Mediante essas novas possibilidades de leituras e interpretações historiográficas, este trabalho visa iniciar uma reflexão tendo como enfoque as metáforas de cura presentes no discurso dos (neo)pentecostais. A semelhança, ou mais precisamente, a recepção e apropriação de palavras e expressões do vocabulário médico neste ambiente tanto através dos sermões como das canções que aí circulam, despertam a curiosidade desta análise. Pretendemos seguir a hipótese de que o processo receptivo dos (neo)pentecostais ao discurso de cura, tende a enriquecer a nossa problemática de pesquisa se levarmos em consideração os paradigmas dos Estudos Culturais, principalmente o conceito de recepção formulado por Stuart Hall nos idos dos anos 70, quando procurou entender a questão da Codificação/decodificação do discurso. Tomar o conceito de recepção ou ato receptivo a partir dos pressupostos conceituais dos estudos culturais pode iluminar nosso problema de pesquisa.

Dessa forma, identidades será um conceito utilizado neste sempre no plural, pois concordamos que a identidade não é fechada em si mesma e que os neopentecostais ressignificam esse conceito em seu cotidiano. De acordo com Stuart Hall (2003, p.13), “O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”. Evidentemente, esse processo estaria, segundo o autor, intimamente relacionado ao caráter da mudança na modernidade tardia, sobretudo aquela que se conhece, de modo genérico, pelo nome de globalização, fenômeno relacionado à própria essência da sociedade, uma vez que ela não é um todo unificado e bem delimitado, sendo constantemente descentrada ou deslocada por forças que lhe são exteriores. Esse conceito plural de identidade aplica-se metodologicamente ao nosso objeto de pesquisa, pois

somos sabedores das constantes redefinições porque passaram os neopentecostais, desde a saída de um grupo mais conservador – o pentecostal – à adoção de um estilo de vida mais fluido, ou como diz Zigmunt Bauman, uma identidade líquida, adaptável à modernidade e aos novos estímulos da cultura capitalista ou, ao que o autor denomina de modernidade “leve”, muito mais dinâmica que a modernidade “sólida” que suplantou. A passagem de uma a outra acarretou profundas mudanças em todos os aspectos da vida humana, inclusive no pensamento religioso.

Uma dessas mudanças no cenário religioso diz respeito à música. A primeira mudança significativa em termos musicais no campo protestante no Brasil, desde a inserção da hinologia pelos missionários no século XIX, foi a popularização dos “corinhos” a partir dos anos 60. Inspirados nas composições populares, de melodia e letra simples e forte tom emocionalista (...) Os pentecostais desenvolviam composições populares mais ligados às raízes nacionais (a música sertaneja). (CUNHA, 2004, p. 124)

Outra mudança concerne à linguagem. Desde o início dos anos 70, podemos identificar as modificações nos recursos de linguagem, quando a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) causou uma ruptura no seio evangélico introduzindo novas expressões, até então muito comuns no cenário médico. As dificuldades de recepção encontradas no início da IURD foram aos poucos sendo superadas, pois o “culto-receptor” acostumou-se com as novas linguagens. Ainda que dirigidas por pastores que vinham de outras searas protestantes (Assembléia de Deus, Congregacional, Presbiteriana e Batista), essas novas cartografias evangélicas provocaram uma ruptura ao implantar uma certa modificação no estilo de ser evangélico, tanto em termos estruturais quanto comportamentais. O surgimento das transmissões por satélite e das emissoras em rede possibilitaram a afirmação de

uma linguagem mais “harmônica” e muitas expressões do discurso médico passaram a ser utilizadas no cotidiano das igrejas.

A pretensão de ser um recurso de pregação nacional, a ênfase em possibilitar o maior acesso possível dos cidadãos brasileiros e o momento político de seu surgimento farão emergir uma cultura protestante menos austera e mais tolerante com práticas até então vistas e ditas como transgressoras. É a emergência de uma nova cultura protestante no Brasil. Conforme Hefner (2007), a religião interpreta o processo da cultura. A religião expressa aquilo que é importante no processo cultural - no caso, a empatia com um discurso que já não está mais territorializado apenas nos consultórios médicos. Dessa ênfase na “importância”, podem emergir idéias sobre “deve” e “não deve”, “certo” e “errado”, “pode” e “não pode”. Uma “dieta” espiritual é muitas vezes prescrita. Um diagnóstico é elaborado para os fiéis alcançarem saúde no corpo e na alma. Pode-se argumentar que esse processo que vai do ritual à práxis, que identifica o que é importante para o “dever” ser, representa a entrada da religião na medicina e da medicina na religião. Na verdade, é um reencontro da religião com as artes de curar, já que, na Antiguidade, quem estava responsável pela cura das pessoas era o sacerdote.

Mirando a alma pelo estetoscópio

Por que esse diálogo tão intenso com as metáforas de cura? Por que ganhou dizibilidade, entre os pentecostais, a partir dos anos 70, esse vocabulário médico-religioso? O que explica a emergência de tais expressões no cotidiano dos fiéis dessas igrejas? Entre as necessidades do ser humano, uma delas é estar bem fisicamente, ter saúde, e então possivelmente se poderão realizar quase todos os outros sonhos pessoais. Um ditado popular

comunica bem o que pensam a maioria das pessoas: “Se tenho saúde, o resto corro atrás.”

Segundo Jurandir Freire Costa, (2006, p.140) em seu texto A medicina como projeto social, “existe um compromisso com a saúde, com o bem-estar, com a vitalidade, com a manutenção da vida e com a diminuição do sofrimento”. Para ele, os médicos e todos os que fazem parte da área de saúde deveriam cuidar dos seres humanos procurando atenuar seus sofrimentos, e dentro do possível tentar prolongar suas vidas e isso por que a vida é um bem em si.

Na tradição judaico-cristã, e, sobretudo com o advento do cristianismo, desenvolveu-se a idéia de que a integridade física do outro tem que ser respeitada. Ainda de acordo com Costa, parte do equipamento científico na medicina é posto a serviço dessa idéia. É importante perceber que uma série de versos bíblicos são usados para referendar o discurso de cura no seio neopentecostal. O estar doente passou a ser um incômodo não apenas para o sujeito em si, mas para toda a congregação. Dessa forma, os pastores e pregadores lançam mãos de referências diversas, tais como: Mateus 10:1¹¹³, Lucas 8:43¹¹⁴, Lucas 9:2¹¹⁵, I Coríntios 12:9¹¹⁶, dentre outras, para enfatizarem a posse da cura.

É, portanto, nesse contexto que se entrelaçam as palavras metafóricas de cura nas igrejas evangélicas, principalmente as da Terceira Onda ou neopentecostais que, nestas últimas décadas,

¹¹³ E, CHAMANDO os seus doze discípulos, deu-lhes poder sobre os espíritos imundos, para os expulsarem, e para curarem toda a enfermidade e todo o mal.

¹¹⁴ E uma mulher, que tinha um fluxo de sangue, havia doze anos, e gastara com os médicos todos os seus haveres, e por nenhum pudera ser curada.

¹¹⁵ E enviou-os a pregar o reino de Deus, e a curar os enfermos.

¹¹⁶ E a outro, pelo mesmo Espírito, a fé; e a outro, pelo mesmo Espírito, os dons de curar;

têm arrebanhado um número grande de integrantes. Essas igrejas vêm atuando, consideravelmente, no “campo da saúde”. Prometem curas e amparo emocional baseando-se nas escrituras, assim como interferem na maneira como os fiéis encaram, elaboram e aceitam esse discurso.

Baseando-se em Isaías, 53:3-4¹¹⁷ e em muitas outras referências, os (neo)pentecostais acreditam que toda enfermidade, toda doença, sem importar sua ramificação, seu tamanho ou gravidade que tenha, ficou “cancelada nas costas de Jesus”. A ênfase dada às frases “Jesus te Sara” e “Jesus te Cura” tão usadas entre os (neo)pentecostais fundamenta-se basicamente nesta doutrina. Na letra desta canção percebemos essa ênfase:

Cura-me Senhor, sara-me Senhor
Quero Ser livre pra te adorar
Limpa-me Senhor, lava-me Senhor
Quero ser santo pra te encontrar

As feridas do passado
Estão tentando me roubar
Mas eu olho pra tua cruz
E tenho forças pra lutar
Não importa a minha dor
Hoje podes me curar
O meu coração anseia
Pela cura

¹¹⁷ Mas Ele foi traspassado pelas nossas transgressões e moído pelas nossas iniquidades; o castigo que nos traz a paz estava sobre Ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados

Cura-me, sara-me
Quero ser livre pra adorar
Ver tua face e te beijar
Cura-me, sara-me
Cumpra em mim o teu querer
Pois eu nasci para viver

Livre (CD- Geração de conquistadores, 2007. Grifos nossos)

Aqui o conceito de apropriação, tomado de empréstimo a Michel de Certeau (1994), nos possibilita compreender como o uso de palavras e expressões do vocabulário médico ganham visibilidade no discurso neopentecostal. Esse ato de apropriar-se é compreendido como tática que subverte dispositivos de modelização e normatização que, segundo Certeau, está ligado também ao conceito de estratégia que remete a práticas cujo exercício pressupõe um lugar de poder. A distinção analítica entre os conceitos de estratégia e de apropriação visa destacar a posição dessas práticas relativamente a um lugar de poder determinado: enquanto a estratégia é prática cujo exercício se dá a partir de um lugar de poder, as práticas de apropriação dão-se sempre em um território que não é o seu, que é o caso das relações entre o discurso neopentecostal e a linguagem médica.

Entre os neopentecostais, orar ou cantar uma canção suplicando cura proporciona fé que os fazem entregar-se para o cumprimento dos mandamentos apresentados na Bíblia. Esses mandamentos são vistos e ditos como princípios de vida que norteiam procedimentos de conduta na família e na sociedade. Apropriar-se da saúde espiritual é por eles tão importante que possibilita a convivência com a presença divina e a proximidade de um relacionamento de Deus com o ser humano.

Abrir mão das “feridas do passado”, expressão utilizada na música apresentada acima, é desejo ardente que sentem alguns membros deste grupo de perdoar mágoas familiares que, às vezes, estão gravadas na memória porque ocorreram na infância. Conforme a composição, as feridas e as dores são curadas e saradas pela obediência a Deus e às Escrituras. Tomar posse ou, como diz Certeau, se apropriar de determinadas expressões de cura, são estratégias utilizadas para aumentar a fé dos que cantam e dos que ouvem tais músicas e pregações.

Além da cura física, os neopentecostais anunciam a saúde da alma. Os discípulos desta corrente pentecostal vêem Jesus como a figura do médico dos médicos que pode curar não só os males do corpo, mas as feridas da emoção: “Mas volta pra casa. Te empresto meu ombro. Rasga do peito a vergonha e a dor. Cristo te chama, mesmo ferido, e o amor que cura te faz vencedor” (Fernanda Brum. *O Amor que Cura*, 2004). O remédio prescrito é o perdão que extrai a amargura que, segundo eles, pode remeter a doenças ósseas. O perdão, “rasgar o coração” é, assim, uma tática utilizada para receber a cura da alma. Para referendar essa prática, os pastores e ministros citam Mateus 5:24, quando Jesus ordena que, antes de ofertar, cada um deve se reconciliar com aquele que o feriu ou que foi ferido por ele.

Se apropriando da cura do coração

“O espírito firme sustem o homem na sua doença,
mas o espírito abatido, quem o pode suportar?”
(Provérbios 18:14)

Para Castellanos (2003), as feridas mais profundas que o ser humano pode padecer centralizam-se na alma. Tais feridas

possivelmente foram produzidas mesmo antes do nascimento. Ele diz que quando uma pessoa é gerada, passa a ser como a extensão dos seus pais, tanto no caráter quanto em seus princípios. Tudo o que ocorreu durante a gestação, tais como: abuso, seja verbal, físico, sexual ou social afetará de alguma forma as emoções da criança e marcará sua vida para sempre, ocasionando feridas psicológicas.

É na infância, diz Milhomens (2000), que muitas feridas são produzidas no ambiente familiar, na escola, gerando falta de afeto, de estímulo e de reconhecimento. Estas marcas deixam um grande vazio no coração e, embora passem os anos, essa sensação de carência persiste. Conforme Milhomens, as feridas do coração são tão profundas que nem o tempo pode apagá-las. Em geral, estão tão arraigadas no mais íntimo do coração que em muitas ocasiões a memória não as percebe. São mais fortes, diz Castellanos (2003), que as feridas físicas. Deva ser por isso se ouvir tão comumente a expressão: “Doeu-me mais o que me disse que se tivesse me batido”.

É, portanto, necessário para os líderes carismáticos a pregação enfática da possibilidade de cura através “do amor de Deus derramado aos homens na pessoa de Jesus Cristo”. Os recursos usados por eles para a cura emocional são semelhantes à cura física que, no seio do discurso religioso, seguem as instruções médicas, porém, de cunho metafórico. Quando se fala em restaurar a alma, os líderes espirituais que “assumem” o papel de “médicos”, receitam aos fiéis não andarem ansiosos por coisa alguma, antes falarem ao Espírito Santo todas as dores e necessidades. A arte de ouvir e de dialogar não só com Deus, mas também com o próximo, potencializa até mesmo os efeitos dos antidepressivos.

Mesmo parecendo passos de auto-ajuda são, na verdade, uma dieta prescrita pelos (neo)pentecostais que, semelhante à

receitada por um médico para desintoxicar partes do corpo humano, serve para aliviar as “artérias” da alma. Muitos compositores, recepcionando estes e outros discursos, a exemplo do Salmo 139, pedem a Deus para colocar uma sonda em seu interior. Esta sonda, claro, não é a mesma utilizada nos hospitais para drenar resíduos infecciosos, mas uma metáfora que aponta para o alívio das emoções enfermas pelas situações de um cotidiano perturbado. Na canção de Aline Barros, o sondar de Deus cria a transformação de seu dia-a-dia, o que inclui um coração quebrantado, a ponto do sujeito tornar-se como um farol, uma ponte, um abrigo no deserto, uma flecha:

“Sonda-me, Senhor, e me conhece, quebranta
o meu coração
Transforma-me conforme a tua palavra
E enche-me até que em mim se ache só a ti
Então, usa-me, senhor, usa-me
Como um farol que brilha à noite
Como ponte sobre as águas
Como abrigo no deserto
Como flecha que acerta o alvo
Eu quero ser usado, da maneira que te agrada
Em qualquer hora e em qualquer lugar, eis aqui
a minha vida” (Barros, 2004)

A idéia de limpeza e higienização permeia toda essa atmosfera discursiva, visíveis nas letras de músicas evangélicas como um arquivo de imagens e enunciados que parecem um diagnóstico prescrito em um consultório médico ou, muitas vezes, um tratado de higienização, muito semelhante aos analisados por George Vigarello em sua obra *O limpo e o Sujo*. Analisemos a música: “Purifica-me”:

Purifica-me, limpa-me, Senhor
E livra-me do mal que me impede de louvar a Ti
Purifica-me, limpa-me, Senhor
E livra-me do mal que me impede de louvar a Ti, oh,
Senhor
(Banda Doxa, s/d)

Conforme a melodia acima, estar sujo é estar em pecado e a doença é vista como consequência da desobediência. Limpar-se é, portanto, abandonar todo pensamento de maldade, seja contra o próximo ou contra si mesmo; é livrar-se dos males que o impedem de apresentar um louvor agradável a Deus; é purificar-se das impurezas e resíduos que mancham a alma. É higienizar a alma, sanitizar o interior.

No âmbito social, a instauração do termo higiene ocupou lugar inédito, de acordo com Vigarello (1985), no início do século XIX. A partir de então, os manuais de saúde sofrem mudança, saindo da concentração em termos de manutenção ou conservação da saúde para serem manuais ou tratados de higiene.

Do grego *hygeinos*, a palavra higiene significa aquilo que é sã e já não é o adjetivo que qualifica a saúde, mas o conjunto dos dispositivos e dos saberes que favorecem a sua conservação. É necessário, segundo Vigarello (1985), que outros campos do saber compartilhem deste empreendimento como a fisiologia, a química, a história natural e o próprio cristianismo que, desde o século XIX, contribuía com o assunto em sua revista dominical.

A mudança deste saber traduz-se pelo aparecimento de novas instituições, tais como as comissões de salubridade, criadas no tempo do Império e encarregadas de inspecionar localmente manufaturas, oficinas, estabelecimentos produtores de sujeiras

diversas. Traduz-se, ainda, pela brusca “descoberta” feita pela revista *La Dominicale* de um cristianismo desde sempre ligado às normas “eruditas” da higiene. (VIGARELLO, 1985, p. 134)

A influência da igreja no que diz respeito à higiene tinha todo um interesse pedagógico, qual seja, levar os seguidores da Bíblia a cuidarem tão bem da sua alma como cuidariam do seu corpo. Como para a limpeza do corpo se fazia necessário disciplina e continuidade, ou seja, tomar banho, escovar dentes, etc... um ato diário e permanente, assim, a leitura da Palavra e a oração também deveriam seguir a mesma dinâmica.

Para explicar os cuidados com a alma, a igreja acabava contribuindo com informações sobre normas higiênicas e, ainda hoje, se percebe esta relação quando os “irmãos” são orientados a limpar bem olhos e ouvidos, simbolizando, assim, manter uma vida de oração e leitura da Bíblia a fim de “receber de Deus” as orientações para o cotidiano. Percebe-se uma ligação íntima entre a higienização do corpo na época clássica e moderna e a higienização da alma, conforme pregada no seio (neo)pentecostal. É, também, no início do século XIX, que surge o sabão como instrumento de limpeza e é proclamado como o cosmético por excelência, pois dissolve a sujidade, trazendo saúde ao sujeito e à população. O sabão não é um acessório requintado, mas um utensílio básico. Nas reuniões evangélicas, desde bem pequeno a criança aprende a relação entre a sujeira interior e o “sabão espiritual”. Há uma música para crianças que enfatiza: “o sabão lava seu rostinho, lava seus pezinhos e lava suas mãos, mas Jesus pra lhe deixar limpinho quer lavar seu coração” (Bozo, s/d). Conforme a canção escrita pelo Palhaço Bozo, o ensino sobre higiene corporal trás toda uma mensagem paralela à limpeza do coração que simboliza para os crentes o lugar das emoções. É a construção, desde a mais tenra idade, de uma pedagogia da higienização dos

olhos espirituais, para que a “sujeira do pecado” não manche as “vestes espirituais” do pequeno protestante.

Certamente, o sabão ocupa um papel importante na segurança da saúde humana, pois além de limpar a superfície cutânea das matérias gordas, está ao serviço das fisiologias como um dos elementos mais importantes da cosmética. (Vigarello, 1985)

Os textos de higiene, por seu lado, insistem, no início do século XIX, na renovação de certas práticas, a exemplo da promoção do sabão. Este apaga e dissolve a sujidade. “Purifica”. (...) O cosmético por excelência, o instrumento de limpeza, é o sabão. (VIGARELLO, 1985, p. 134)

Em linguagem metafórica, a canção de Bozo aponta para um outro tipo de sabão usado por Deus para a limpeza espiritual, removendo as escórias da alma humana, pois como é enfatizada na canção, “Jesus, pra me deixar limpinho, quer lavar meu coração”. Dessa forma, a higienização da alma proporciona saúde ao sujeito. Quando este se suja, há um sabão para limpá-lo, conforme escrito na canção:

“Quando o mal faz uma manchinha
Eu sei muito bem, quem pode me limpar
É Jesus, se eu não estou com nada
Tudo ele pode apagar” (Bozo, Chuveiro, s/d)

Essa linguagem de higiene e saúde no discurso neopentecostal possivelmente atrai novos seguidores a cada dia. Estas operações de apropriação são marcadas pelo uso de estratégias que são organizadas pelo postulado de um lugar de poder, e táticas, que é determinada pela ausência de poder. As estratégias são, portanto, ações que fundamentadas no poder elaboram lugares teóricos que são, na verdade, sistemas e

discursos totalizantes, capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem.

É, então, através deste discurso imbuído de promessas de cura comprometido com um jogo de palavras que suscitam esperanças no campo da saúde, que os líderes (neo)pentecostais exercem domínio sobre os ouvintes. O cumprimento de normas e a fidelidade aos dogmas resultam da “maneira de falar” que, de acordo com Certeau, são indicadores de consumo ou de jogo de forças. O produto apresentado é o bem estar, a saúde, a cura física e emocional que poderá ser consumido por todos aqueles que crêem no poder do evangelho. O convite é que todos venham, voltem à casa e recebam a cura, “rasguem do peito a vergonha e a dor”, conforme enfatiza a canção de Fernanda Brum:

“Volta pra casa
Volta pra igreja
Rasga do peito a vergonha
E a dor
Cristo te chama vem sem reservas
Esqueça o passado, Ele apagou
Mas volta pra casa
Te empresto meu ombro
Rasga do peito a vergonha
E a dor
Cristo te chama mesmo ferido
E o amor que cura
Te faz vencedor”
(BRUM, O Amor que Cura)

Nas ondas da canção neopentecostal, o discurso médico é ressignificado, apropriado por pastores, compositores, intérpretes

e membros das igrejas com a finalidade de divulgar cada vez mais que “Cristo te chama mesmo ferido. E o amor que cura te faz vencedor”.

Referências

A Bíblia Anotada. Editora Mundo Cristão, São Paulo: 1991

BAUMAN, Z. Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos. Jorge Zahar

_____. Modernidade líquida. Jorge Zahar Editores. Rio de Janeiro, 2000.

_____. Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR, 2005.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. 2 volume. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLANOS, César. A Revelação da Cruz. São Paulo: Palavra da Fé, 2003.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Teatro, templo e mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

CAMPOS, Leonildo S., GUTIERREZ, Benjamin (org.). Na força do espírito - os pentecostais na América Latina, um desafio às igrejas históricas. São Paulo: Pendão Real, 1996.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CHARTIER, Roger. História cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CONRADO, Flávio. A reinvenção da fé protestante. Revista Nossa História, n. 38, dez. 2006.

COSTA, Freire. A medicina como projeto social: controle dos corpos e sexos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CUNHA, Magali do Nascimento. Vinho Novo em Odres Velhos: um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil. São Paulo, 2004. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br Acesso em 04 fev.2008.

FRESTON, Paul. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas: Tese de doutorado em Sociologia – UNICAMP, 1993.

GIOIELLI, Rafael. A Identidade Líquida. A experiência identitária na contemporaneidade dinâmica. Dissertação (Mestrado em Comunicações e Artes). São Paulo: USP, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. DP&A Editora, Rio de Janeiro, 2003.

MAFRA, Clara. Os evangélicos. Rio de Janeiro, 2001.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1999.

MACHADO, M. D. C. *Carismáticos e pentecostais: adesão religiosa na esfera familiar*. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Anpocs, 1996.

MARIANO, R. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.

MILHOMENS, Valnice. *Personalidades Restauradas*. São Paulo: Palavra da Fé, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.), Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, Etiane Caloy Bovkalovski e MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. Os pentecostais: entre a fé e a política. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n. 43. 2002.

VIGARELLO, Georges. *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1985

PARTE IV

**ESPAÇOS DE DESEJO:
cultura e sensibilidades nos mares e sertões**

E assim se encontrou a vontade e o desejo: Uma história sobre o Rei Sebastião na ilha dos Lençóis - MA

Joel Carlos de Souza Andrade*

Nessa ilha há um mistério!

Dona Romana

O presente texto discute o sebastianismo no Maranhão com um enfoque na Ilha dos Lençóis. Começa baseado numa narrativa que marca um encontro entre um morador da ilha e o Rei Sebastião. Depois faz uma discussão sobre o imaginário do sagrado no Maranhão onde diversas figuras (reis, fidalgos) são incorporados aos rituais religiosos da pajelança e do tambor de Mina. Daí, a ênfase é dada nas especificidades na Ilha dos Lençóis que se encontra, imaginariamente, dividida entre dois mundos: o de cima (ou riba) onde vive a população e o do fundo onde habitam os encantados liderados pelo Rei Sebastião.²

*Bolsista do Instituto de Investigação Interdisciplinar – Universidade de Coimbra; aluno no Programa de Doutorado em Altos Estudos Contemporâneos e professor de História no Departamento de História e Geografia – CERES – UFRN.

² Este texto é baseado na pesquisa de campo, realizada junto à comunidade da Ilha dos Lençóis, município de Cururupu, Estado do Maranhão, entre os anos 2000 e 2001, com vistas à atender aos objetivos do trabalho de dissertação de mestrado intitulado “Os Filhos da Lua: poéticas sebastianistas na Ilha dos Lençóis”, desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará.

A relação entre os dois mundos neste cenário é marcada por mistérios: albinismo, visões, relatos diversos que dão um sentido bem específico a esta apropriação do Rei Sebastião. Ele também está associado à noção de proteção e de melhoria de vida para os que habitam o mundo de cima. Na atualidade, alguns moradores começaram a se preocupar com as mudanças que tem havido na ilha e chegam a suspeitar que o Rei não mais mora ali. Entretanto, outras narrativas vão mostrar que o Rei não abandonará os seus filhos, os “filhos do mestre” enquanto ali se encontrar a “vontade e o desejo”, o Rei e os moradores da Ilha.³

Pelos idos de 1950, na pequena ilha dos Lençóis, arquipélago de Maiaú, município de Cururupu, litoral noroeste do Maranhão, um jovem saiu para pescar. Inusitadamente se depara com um desconhecido que o convida a seguir. A história que seguirá começa com o encontro entre dois personagens distintos: o senhor Francisco Torres e o Rei Sebastião, um habitante de “riba” e outro do “fundo”.

Eu morava na ponta, quando foi uma noite, eu vinha fazer uma viagem por Bate-Vento numa canoa. Na ponta do morro tinha uma barreira que fazia uns poços. Então, eu encostei a canoa e saltei para beber água. Quando cheguei no poço, uma visão me apareceu. -Quem está falando, pode

³ O texto foi construído a partir do diálogo com os interlocutores da pesquisa e utilizamos os recursos da história oral enquanto uma metodologia. Ver: THONSON, Alistair. *Recompondo a Memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC/SP, n. 15, abril/1997.

aparecer? *Esperei um pouco. Quando apareceu, era um homem e ele disse: - Venha, o Rei quer falar com você! -Por onde eu vou? Perguntei. -Pode entrar na barreira do poço. Quando me abaixei para entrar, pisei na janela de um palácio, aí ele tava deitado numa rede. Isso aconteceu há uns 50 anos atrás. Aí ele me chamou, pediu para ir ao escritório dele que ficava de banda: -Puxe esta cadeira! Puxei e me assentei. Ai ele me disse que ele tinha fugido. Que ele era o Rei Sebastião. Ele tava guerreando. Ele via que perdia a guerra. Pegou o povo dele e fugiu sem saber para onde ia. Quando chega aqui, ele mandou ancorar, pertinho. Aí ele convidou Manoel Luís e botaram escalé dentro d'água aí eles encostaram lá na croa. Na hora que eles encostaram a maresia passou e foi encobrindo. Aí ele saltou e pegou a espada e espetou no meio da croa. Nesse momento, ele foi pro fundo com o navio e tudo para o fundo. Aí não tinha praia, não tinha nada, só aquele tampinho de croa que secava. Aí quando ele se encantou foram construindo a cidade no fundo e a croa foi se alteando formando a ilha. Então a essa hora, ele mandou que Manoel Luís tomasse conta do arrecife. Aí ele se levantou e foi lá em cima da mesa e pegou um espelho redondo. E mandou que eu mirasse no espelho. Aí ele disse que esse espelho mostrava o Manoel Luís. Aí*

eu disse: -Mas os pajés disseram que o senhor não morava mais aqui. Ele disse: - Eu saio, mas eu moro aqui. Aqui eu não deixo. Você não quer ver um casal de filho meu? -Eu quero. Aí ele me mostrou um moço e uma moça, filhos dele. Nesse momento, o moço que me trouxe perguntou quem ia me deixar, se era ele, ou se era o Rei. Aí o Rei disse: -Não, quem vai deixar ele sou eu mesmo! Aí eu olhava, não tinha água nenhuma. Quando saímos, ele disse: -Aqui não tem água. A água é por riba. Tinha umas estradas mas não enxergava o fim delas. E quando chego na ponta onde eu morava, aí ele mandou que eu subisse. Quando eu subi a terra tava levantada, uns 10 metros. -Agora tu vais que eu fico aqui na ponta! Nessa hora eu peguei o pessoal para ver o Rei que tava na ponta. Nesse momento que o povo veio ver ele, a terra baixou. E nessa hora eu contei pro povo que tava na casa. Aconteceu que eu levei oito dias na terra quente, quase morro. Dentro desses oito dias não comia, não bebia, de noite me botavam na cama, de dia me botavam de fora. A minha mãe pega uma camisa minha e levou para uma senhora no Bate Vento. Minha mãe foi chegando na casa, a mulher disse: -Assim se encontrou a vontade e o desejo! Ela queria dizer que o Rei tinha vontade de me encontrar e eu tinha vontade de encontrar ele também. Ela pegou uma água, deu um banho nela para

ficar bom. Ela chegou e me mandou banhar com essa água benzida da pajoa Constância”(Seu Chico, julho de 2000)⁴

Senhor Francisco, ou Chico como é conhecido, e outros moradores da ilha dos Lençóis compõem um imaginário histórico marcado pela presença do Rei Sebastião, talvez o Dom Sebastião, rei de Portugal, desaparecido na Batalha de Alcácer Quibir, Marrocos, em 1578, quando seu país perdera para os mouros, a guerra, e, para a Espanha, a independência⁵. Dom Sebastião, também conhecido como o Desejado, era a grande esperança de Portugal. Sua morte trágica, aos 24 anos, fez com que suscitassem interpretações das Trovas (1530-1540?) compostas por Gonçalo Eanes, o Bandarra, que baseadas no Antigo Testamento continham uma índole profética sobre o cotidiano e o destino de Portugal⁶. Essas leituras reforçaram o mito sebastianista caracterizado pela crença na volta de Dom Sebastião.

⁴ Narrativa do Senhor Chico Rabelo, gravada em julho de 2000.

⁵ ANDRADE, Joel Carlos de Souza. Sonhos de Um Homem, Projetos de Herói: cartografias sebastianistas em Portugal e no Brasil. In: DANTAS, Eugênia; BURITI, Iranilson (orgs.). *Cidade e Região: múltiplas histórias*. João Pessoa: Idéia, 2005. p. 211-255.

⁶ AZEVEDO, João Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 3ª edição, Lisboa: Presença, 1984. Esta obra trás como apêndice uma versão das Trovas de Bandarra.



ATLAS Geográfico Escolar. 2ª edição, São Paulo: Ciranda Cultural, 2002. p.29. Destaque sobre a Baixada Maranhense, onde se localiza a Ilha dos Lençóis.

De acordo com a leitura mítica feita na ilha, durante a batalha, quando percebeu que seu exército sairia perdedor, o Rei teria tomado um navio na direção do Atlântico Sul chegando ao litoral brasileiro, precisamente no local onde se situa a ilha dos Lençóis. Ao se deparar com uma pequena ponta de areia no mar, o Rei teria decidido se instalar por lá com seus seguidores. Assim descera do navio, espetara a espada na areia e naquele momento todos foram para o fundo, alteando-se a terra e formando-se a ilha.

Esta história fora contada pelo próprio Rei ao senhor Chico naquele encontro no “fundo da ilha”. Ali, no seu palácio, sentado numa rede, o Rei lhe falava da importância dos habitantes do “fundo”, o rei e seus seguidores, para os habitantes de “riba”, o senhor Chico e os demais. As histórias da presença do Rei constituíram-se numa referência para a comunidade que associa as suas origens àquele monarca que não mais se chamava Dom Sebastião, mas Rei Sebastião.

É provável que no período colonial a ilha que atualmente tem uma extensão aproximada de 15km² tenha servido de abrigo para naufragos e referência para navios que chegavam a costa brasileira dada à clareza das dunas principalmente nas noites de lua. Também seria um espaço frequentado pelos pescadores para salga dos peixes. Em fins da década passada, segundo o trabalho de dissertação *O Imaginário Fantástico da Ilha dos Lençóis: estudo sobre a construção da identidade Albina numa ilha maranhense* da antropóloga Madian Pereira (2000), existem 90 casas ocupadas por cerca de 500 pessoas cujos descendentes são originários do continente e de ilhas próximas.⁷

Desde os primeiros habitantes do final do século XIX, conta-se que a ilha estava envolta a um mistério. Aparecia um touro encantado nas noites de lua e que assustava muita gente. Conta-se histórias que se um homem fosse corajoso o suficiente para matar o touro iria acabar com o encanto que mantém o Rei Sebastião como prisioneiro na ilha.⁸

⁷ PEREIRA, Madian de Jesus Frazão. *O Imaginário Fantástico da Ilha dos Lençóis: estudo sobre a construção da identidade albina numa ilha maranhense*. Belém: Dissertação de Mestrado em Antropologia/UFPB, 2000.

⁸ BRAGA, Pedro. *O Touro Encantado na Ilha dos Lençóis – o sebastianismo no Maranhão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

No Brasil, o sebastianismo ganhou diferentes dimensões e personagens. O padre Antonio Vieira, embora falasse de D. João IV, era um autêntico sebastianista que tivera sua atuação missionária no Maranhão⁹. Entretanto, é difícil descobrir um fio condutor do sebastianismo, pois é moldado a partir de diferentes fluxos, experiências e leituras anônimas difundidas e incorporadas às práticas culturais locais, principalmente pela oralidade. Esta fluidez se apresenta na singularidade do sebastianismo no Maranhão: ele tem como referência uma região insular e não o semi-árido nordestino como nos movimentos da Serra do Rodeador (1817-1820) e da Pedra do Reino Encantado (1836-1838) em Pernambuco e de Canudos (1893-1897) na Bahia, embora se aproximem pela leitura de inversão do mundo. Em Canudos, Conselheiro dizia: “O sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão” e em Lençóis diziam os mais antigos: “Rei, Rei, Rei Sebastião, quem desencantar Lençóis vai abaixo o Maranhão (São Luis)”.¹⁰

No Maranhão o Rei Sebastião, diferente dos demais lugares, não é espera, mas presença, ele está associado ao mundo da Encantaria (dimensão composta pelas entidades encantadas) e nesse imaginário ele não está isolado. Existe uma cartografia do sagrado representada por diferentes reinos encantados onde diversos monarcas, fidalgos e outras figuras importantes na história ocidental se configuram como soberanos de determinadas áreas do território maranhense: o reino de Sebastião cuja sede é a Ilha dos Lençóis; o reino de Dom Luís, rei de França com sede em São Luís; o reino de Dom Manoel de Portugal, com sede na Baía de São Marcos; e, Dom Pedro de Angarço, com sede no município de Codó.

⁹ VIEIRA, Padre Antônio. *De Profecia e Inquisição*. Brasília: Senado Federal, 1998.

¹⁰ ANDRADE, Joel Carlos de Souza. *Op. cit.*

O pai-de-santo Carlos do Portinho, do terreiro de Tambor de Mina Casa de São Sebastião, em Serrano do Maranhão, afirma em entrevista a mim concedida que “o Maranhão por determinação divina se destacou no Brasil como berço da encantaria, sendo o celeiro de moradia de muitas entidades espirituais” (23/09/2001).

Todavia, o mundo da encantaria é de difícil sistematização, pois nunca se tem um domínio completo das entidades envolvidas nos rituais da pajelança e do tambor de mina que em Lençóis se mesclam. A pajelança consiste num complexo ritualístico que contempla dança, sonhos e visões durante o qual o pajé ou curador é possuído por um espírito, ou caboclo, que ganha vida em seu corpo. Esta prática foi historicamente utilizada para diversos fins, entre eles, a “cura” que substituíu o médico e que no início do século XX fora perseguida pela polícia. Já o tambor de mina, consiste numa prática religiosa vinda com os afros-descendentes que nos rituais incorporam entidades de origens africanas, os “caboclos” – personagens como índios e caçadores brasileiros – e os “voduns gentis” – europeus, reis e fidalgos que tiveram alguma relação com a história do Brasil.¹¹

Rei Sebastião foi incorporado aos cultos da pajelança e dos vários terreiros de mina se constituindo numa das entidades mais conhecidas no Maranhão. Entretanto, é da Ilha dos Lençóis, sua morada, seu lugar de interação com uma comunidade que continua nossa história. Na “cidade do fundo” está situado o Reino Encantado. Este espaço é visto de “cima” apenas como um monte de areia, mas para o Rei Sebastião e seus encantados é uma capital semelhante a São Luís e aqueles que a vêem a descrevem como a cidade mais linda do mundo.

¹¹ Para uma discussão mais aprofunda ver: FERRETTI, Mundicarmo. *Desceu na Guma- o caboclo do tambor de Mina em um Terreiro de São Luís*. 2ª edição. São Luís: EDUFMA, 2000; FERRETTI, Mundicarmo. *Terra de Caboclo*. São Luís: Plano Editorial SECMA, 1994.

Esta representação em torno de uma fabulosa “cidade do fundo” reforça a noção de realeza e de pertencimento a uma figura soberana na ilha. Uma tradição que se constrói a partir de várias narrativas baseadas nas experiências cotidianas como o sonhar, o ver, o trabalhar, o mundo em volta, as dificuldades do dia-a-dia, as tristezas e esperanças, enfim, tecem uma complexa rede que objetiva uma concepção de mundo, transformando a Ilha dos Lençóis num espaço sagrado.

O imaginário que se construiu em torno do mundo da encantaria em Lençóis criou um espaço marcado pelo maravilhoso. Do “fundo”, a ilha descrita nos sonhos, nas visagens e nos tranSES dos moradores como uma cidade bonita e cujas imagens projetadas misturam vidência e realidade. Nesse mundo apenas alguns “escolhidos” transitam e suas narrativas possibilitam a representação de dois mundos e desejos:

“Pra aqui a gente é fechado, mas na vidência é aberto. Nós moramos junto com eles aí. Só que é invisível num sabe. E tudo é casa, mas, pra nós é uma morraria não é. É uma montanha de areia. Mas que é muito bonita, tem casa, tem riqueza...”.(Senhor José Mario, 29/09/2001).

Outro mistério de Lençóis é a alta taxa de albinismo na comunidade, chegando a 3% da população quando a média mundial é de 0,0005%. Tudo teria começado com os descendentes de dona Sebastiana, filha de um português e que chegara na ilha por volta de 1920 e tivera quatro filhas de nomes Alzira, Basília,

Raimunda Amada e Vicência¹². A partir daí o albinismo se ampliara pelas relações de consangüinidade. Portanto, uma parte da população sofre com a falta de melanina no corpo, tornando-a frágil para enfrentar o sol. O albinismo singulariza-se por uma dupla leitura: por um lado, os albinos sofrem o preconceito da sociedade que os estereotipa como pessoas estranhas cujas marcas de uma velhice precoce é visualizada nas primeiras décadas de vida e muitos são acometidos de câncer (a exemplo de dona Romana que faleceu em 1996) – apenas nos últimos anos é que foram articuladas políticas públicas para a comunidade; por outro lado, reforça a idéia de mistério e da presença do Rei Sebastião dado às marcas da brancura em seus corpos.

Na década de 1940, o senhor Saturnino Oliveira considerado como um patriarca da comunidade teria se deparado com um português chamado Manoel que o questionara várias vezes sobre a presença de pessoas muito brancas na ilha, mais brancas que em Portugal. Respondendo ao curioso Manoel, o senhor Saturnino teria dito que as mulheres grávidas saíam para passear sob as dunas nas noites de lua cujo clarão deixava as crianças muito brancas. O português teria levado a história a sério e divulgado por onde passara. A interpretação que se fez desta e outras histórias ajudaram a construir um olhar sobre a população albina de Lençóis. Um olhar que é marcado pelo medo e preconceito, mas também pela curiosidade e excentricidade. Paradoxalmente, o Rei não é branco, é moreno, usa roupas brancas e sempre quem o acompanha no reino do fundo é um “pretinho” como revelam alguns narradores.

¹² MIRANDA, Renan. “Os Albinos da Ilha dos Lençóis”. *Revista Veja*. Rio de Janeiro: Editora Abril, n. 183, 08/03/1972.

Esses albinos começaram a ser nomeados “filhos da lua” a partir de 1972 quando a imprensa acompanhando uma expedição da Organização Mundial de Saúde (OMS), coordenada pelo geneticista Newton-Freyre Maia, começou a divulgar uma série de matérias sobre a excentricidade da comunidade. Embora a expedição chamasse a atenção para os problemas sociais da comunidade, a grande ênfase foi no albinismo.¹³

Nas histórias o Rei Sebastião e seus encantados apareciam de diversos modos: boi, cachorro, cavalo e um cavaleiro misterioso ornamentado com um “capacete”, para uns, com um “penacho”, para outros, no meio das dunas. Este é mais um mistério da ilha tendo em vista que lá não há criação de eqüinos. Portanto, só poderia ser um cavaleiro misterioso, um habitante do fundo que saia para passear no mundo de cima principalmente em noites de luar.

Para os pajés, o Rei Sebastião se manifesta através dos encantados visualizados por pessoas que tem o dom da vidência e na prática da cura. Historicamente a prática da pajelança está presente em Lençóis desde os primeiros moradores, em fins do século XIX, por isso, mesmo os pais-de-santo da ilha também são pajés. A pajelança se configura como um espaço mais aberto, menos hierárquico e propício ao compartilhamento das narrativas com a comunidade. No tambor de mina, existe um código de condutas mais reservado exigindo inclusive um espaço demarcado para manifestação, o terreiro.

Numa longa tradição que remonta ao período colonial as práticas da pajelança e da Mina sempre foram perseguidas, principalmente na virada do século XIX para o século XX pautadas

¹³ MIRANDA, Renan. “Entrevista Dr. Newton Freyre-Maia”. *Revista Veja*, Rio de Janeiro: Editora Abril, n. 187, 05/04/1972

pelo preconceito, pelo discurso médico, autoridades policiais e pela Igreja. Com isso vários pajés começaram a realizar seus cultos escondidos, principalmente na região conhecida como Baixada Maranhense onde está situado o município de Cururupu. No caso de Lençóis, embora tenha suas ligações com o catolicismo - a presença de imagens de santos em todas as residências é visível -, não existe um espaço específico para o culto como capela ou igreja. Revertendo todas as imposições e perseguições, a comunidade criou para si um espaço de liberdade.

O Rei Sebastião e os demais encantados representam uma proteção para os nascidos na Ilha, seus “filhos”, quando se deparam com as intempéries do mundo. Essa crença é um caminho que delimita ações e cria um campo de sociabilidade entre os membros da comunidade. Portanto, o ato de crer em Rei Sebastião é projetar e atuar no mundo e não deve ser visto como superstição e devaneio. Ao contrário, é uma esperança possível de melhoria dos problemas enfrentados no cotidiano pelo excluído que usa de suas “astúcias”, invocando uma força superior, e de outro mundo, que possa atenuar suas inquietações.

Todavia, uma das principais inquietações atuais daqueles que tem envolvimento com a crença em Rei Sebastião e seus encantados na Ilha dos Lençóis é com a possível mudança dessas entidades para outra ilha. Estariam descontentes com a descrença dos mais jovens e principalmente com o aumento do fluxo de pessoas vindas de outros lugares nas duas últimas décadas fazendo com que a ilha fosse perdendo seus “encantos”. Os principais sinais apresentados pelos narradores são a diminuição das visões e do pescado na ilha.

Entretanto, algumas histórias de encantos ainda reforçam o credo sebastianista na Ilha dos Lençóis. “Contanto que quem nasceu aqui no Lençol a ele pertence. Aqui é o pivô da Encantaria.

Vem pai-de-santo do Portinho, de Belém, vem para aqui. Como é que o Rei Sebastião vai embora? A ilha é dele, a cidade é dele, ele (o Rei) se preparou para morar aqui, como é que ele vai embora, ele vai pra lá, passa um mês ou dois, mas volta”, afirma o senhor Chico (27/09/2001).

Há um temor a respeito das mudanças que poderão advir quando da quebra da relação harmoniosa que se construiu entre os encantados e os moradores de Lençóis. Medo que gira em torno da possível escassez da fonte maior de subsistência da comunidade, a pesca realizada próximo à ilha ou em alto mar. Os ilhéus atribuem à fartura e à proteção ao Rei como relata o senhor José Mário: “A fartura era por ele. Ele quem protegia aqui. Ele sempre dizia, ele sempre diz: - Enquanto eu existir e vida vocês tiver, aqui os meus filhos que nasceram na terra daqui dos Lençóis não vão ficar abandonados” (26/09/2001).

Enquanto um personagem intrinsecamente ligado à história da ilha, o Rei sempre voltará, seja assumindo uma multiplicidade de formas ou ainda marcando sua presença nos corpos de alguns dos seus “filhos” - como os albinos. Concluindo o diálogo do senhor Chico pode-se afirmar que, enquanto o Rei estiver presente no imaginário da comunidade, sempre haverá o momento de encontro entre “a vontade e o desejo, a vontade que ele tinha de me encontrar e a vontade que eu tinha de encontrar ele” (Senhor Chico, 19/01/2001).

Nas veredas do Sertão de Piranhas (século XVIII)

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes*

O Alto Sertão Paraibano durante o século XVIII também era conhecido como o Sertão de Piranhas ou o Sertão de Piancó. Sobre ele, os historiadores ainda têm muito a pesquisar e descobrir. E acerca dele procuraremos tecer algumas considerações envolvendo disputas e vivências nesse espaço que estava em permanente transformação, já que a dinamicidade era uma marca dos diferentes lugares da América Portuguesa, onde nos quais a mobilidade da população durante o período colonial era imensa. Dado que em todo o Brasil, durante a época colonial, “a população refluía de um para outro ponto, adensando nalguns, reduzindo-se em outros” (PRADO JR., 1981: 71), onde a remota esperança de uma situação melhor já incentivava as pessoas a procurarem novos lugares.

A busca pelo poder sobre um pedaço de terras devolutas, os choques contra o índio “bravio” ou a intenção de autonomia de um arrendatário em relação aos donos de terras eram constantes que podemos perceber através de uma multiplicidade de documentos como requerimentos, inventários e pedidos de sesmarias. Esses indícios, mesmo não quantitativamente reunidos, nos podem revelar de maneira qualitativa esse interior do Brasil, mais especificamente, a Ribeira do Rio Piranhas localizada no sertão da Paraíba, onde habitavam milhares de pessoas que viveram experiências intensas durante o período colonial, seja nos momentos de confrontos ou nos momentos de outorgar seus últimos desejos antes da morte.

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, PB.

Os agentes sociais a partir dos usos que faziam sobre o lugar, transformavam o sertão para si de acordo com as suas necessidades. Assim, o sertão era um lugar de sobrevivência, de enriquecimento ou mesmo um lugar de refúgio dos olhares do Estado ou das grandes aglomerações demográficas dos centros maiores.

Pensar a constituição do sertão do Rio Piranhas implica não só levar em consideração seus aspectos naturais, o bioma da caatinga, mas também atentar para as funções sociais as quais o seu espaço físico se submeteu. Ora, os leitos dos rios secos apresentavam alternativas de fornecimento de água através das cacimbas, enquanto os largos campos dos vales e serrotes eram ideais para criação do gado solto. Destarte, o sertão que de maneira abrupta nos faz lembrar um espaço físico-natural, pode, além disso, nos despertar para a sociedade que nele viveu e como ela experienciou aquele lugar em um determinado tempo, as tramas que construíram, as teias de comércio que fiaram com outros centros, etc.

Da mesma forma, o alto sertão paraibano e sua sociedade, durante o período colonial, não podem ser pensados anacronicamente, ou seja, partindo de preocupações pertencentes aos dias de hoje. Nossa tecnologia e nossa forma de nos relacionarmos com a natureza são diferentes. Logo, o significado do sertão do Rio Piranhas para o homem do século XVIII era bem diferente. O sertão colonial era um espaço de cultura, política e economia bem peculiar e com um tempo próprio.

Inclusive, a seletividade do espaço sertanejo colonial estava ligada a interesses bem particulares dos homens sertanejos, visto que os rios no Alto Sertão são intermitentes e havia escassez de reservatórios de água, portanto, morar nas ribeiras dos rios ou possuir terras de ribeiras era interessante para a criação do gado

e para a permanência mais praticável das pessoas. Tornaram-se então, essas ribeiras – depressões que formavam linhas ou trilhas fluviais que facilitavam a interiorização e fixação de colonos nos interiores da capitania – em espaços de disputas e contendias. Conseqüentemente, era inerente a essas terras que abeiravam os rios, os seus usos políticos, onde a coroa portuguesa, através de aparatos burocráticos do estado, procurava fazer-se presente, mediando rivalidades entre os colonos, concedendo terras e legislando sobre eles.

O sertão de ribeira submetia o homem e se submetia a ele ao mesmo tempo. A existência de terras não ocupadas, as distâncias em relação aos centros de emanção de poder administrativo, a construção de hábitos que podiam se afastar do que o processo civilizacional europeu demandava, podiam ter desenvolvido no Alto Sertão Paraibano um ritmo social que lhe era particular. Além de ter uma cultura econômica baseada na criação de gados, o sertão de Piranhas também podia ter se tornado um lugar de fuga, de desejos, de confrontos, de arranjos e rearranjos políticos e econômicos.

Naquela temporalidade, os sertões distantes, enquanto lugares ermos, poderiam ser visto por muitos como o lugar não civilizado, o bruto. Todavia, as ribeiras do Rio Piranhas têm muito a nos mostrar sobre o período colonial paraibano, afinal “foi nos espaços abertos e nas zonas distantes que se passou boa parte da história da colonização lusitana na América” (SOUZA, 1997: 42).

Ao nos debruçarmos sobre esse espaço em pleno século XVIII, nos deparamos com sujeitos conhecidos como Teodósio de Oliveira Ledo e novos personagens até agora “anônimos” como a negra Joanna e seus filhos, Manoel Ferreira Velho, o índio Cavalcanti, Vicente Ferreira Coelho e tantos outros. Para tal intento

utilizamos, especialmente, registros cartorários e documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa que trazem à tona pessoas que vivenciaram suas experiências de relações de poder e cultura em pleno sertão colonial.

Sertão, um espaço de andarilhos

Acreditamos que o sertão da Paraíba nos tempos iniciais do século XVIII, assim como outros sertões do Nordeste, não era densamente povoado. Até porque a própria ocupação do Brasil até fins do século XVII foi marcada pela concentração populacional na zona litorânea e por adentramentos aos sertões não muito estáveis, sem a fundação de vilas e cidades. Iniciando o século XVIII, novos caminhos se abrem, agora também em direção ao centro das minas, e as fazendas de gado no nordeste se desenvolviam e realizavam mais ocupações para dar suporte às demandas da população do ouro.

De qualquer forma, a ocupação do sertão da Paraíba e por consequência do sertão do Rio Piranhas, não foi distribuída uniformemente. Os locais que se abeiravam aos rios, cacimbas e fontes de água eram mais avolumados de gente e também mais disputados. As fazendas de gado, principais estabelecimentos, não possuíam muitos moradores, mas serviam para o acolhimento a viajantes e para dar apoio às boiadas que transitavam com seus vaqueiros (PRADO JR., 1981: 63).

Evidente que os caminhos do sertão não eram como os de hoje, mas envolviam pequenas veredas que muitas vezes só permitia a passagem de um transeunte sobre seu cavalo e em outros momentos, nem isso. Os morros testemunhas e cabeças de pedra que existiam e que persistem até os dias de hoje serviam

de guia para dar a direção à caminhada dos viajantes e vaqueiros que transportavam o bem (as boiadas) a eles confiado (AB'SABER, 2003).

Essas viagens poderiam correr até ao anoitecer, quando acontecia de alguns fazendeiros ou pessoas sertanejas mais humildes se mostrarem acolhedoras. Koster (2003) em suas andanças pelos sertões do Nordeste nos finzinhos do período colonial, lá pela primeira década do século XIX, dá algumas impressões da recepção dada aos viajantes nesses lugares ermos do “sertão bravo” quando viajava na direção do Ceará: “Perto das cinco horas, parei junto a uma choupana onde encontrei dois meninos, de aparência lastimosa, mas parecendo contentes em poder oferecer-me abrigo para a noite” (KOSTER, 2003: 193). Em outro momento, também em viagem pelo sertão, escreveu:

“O dono da fazenda Ilha mandou dizer-me que desejava que me hospedasse em sua residência, deixando a casa arredada onde me abrigava para passar a noite. Aceitei o convite. Era uma casa de taipa, coberta de telhas e o material de construção fora retirado das margens de uma lagoa salgada nas vizinhanças. Deu-nos grande quantidade de leite e de carne-seca. Havia escassez de farinha, mas era esperada abundante colheita esse ano. Imediatamente após minha entrada em sua casa, ofereceu-me, a rede em que estava, mas fiz armar a minha e, sentando-me, passamos muito tempo fumando e conversando” (KOSTER, 2003: 197).

Assim percebemos que com simplicidade tanto entre os mais ricos que oferecem a rede, objeto de descanso e que aconchegava as conversas, como entre os mais pobres que acabavam comendo da comida do viajante, um ritual de acolhimento acontecia no oferecimento de refúgio aos andarilhos. Nessa intromissão consentida do forasteiro ao espaço privado doméstico do hospedador observamos um conjunto de “ritos de civilidade” que faziam parte do pernoite: oferecer a própria rede, o não aceitar da mesma para armar a sua, sentar-se nelas para conversar e fumar, oferecer da comida que tinha na casa. Tudo isso poderia fazer parte desse universo de movimento de viajantes e aventureiros que adentravam pelos sertões do Norte e Nordeste, do mesmo modo que fazia parte dos caminhantes que percorriam os espaços do Brasil Centro-Sul (SOUZA, 1997: 65-67).

Todavia em um tempo muito mais recuado que o da experiência de Koster pelos sertões do Nordeste, vemos outros andarilhos. Estes procuravam expandir seus domínios sobre vastas terras. Entre eles destacavam-se os desbravadores da Casa da Torre que atingiram o sertão de que tratamos, o sertão de Piranhas, em fins do século XVII, seguindo as trilhas do gado que se difundiam a partir do Rio São Francisco. “[...] a Casa da Torre, que sempre funcionara como bastião militar, possuía 28 propriedades arrendadas, só no vale do Piancó, Piranhas de Cima e Rio de Peixe, na Paraíba, além de dominar uma extensão de 260 léguas de testada na Capitania de Pernambuco” (BANDEIRA, 2000: 197).

O sertão possuía largas terras e o melhor, apropriadas para a criação do gado, assim atraía muitos outros devassadores que nem sempre alcançavam o mesmo poderio econômico e militar e, conseqüentemente, poder político que os D’Ávila da Casa da Torre possuíam. Ora, para senhorear tantas terras, os D’Ávila barganhavam favores com a Coroa. Para que seus pedidos de

sesmarias fossem atendidos pelo Estado Português, os Garcia D'Ávila e tantos outros senhores tiveram de derramar muito sangue e promover combates militares em favor de Portugal, como na participação da resistência a invasão holandesa. Assim, tendo em vista a obtenção de mercês, as gerações dos D'Ávila se empenharam em conquistas e ocupações do território que acabaram impulsionando o processo de colonização a serviço de Portugal em terras muito distantes do litoral (BANDEIRA, 2000: 199).

Se considerarmos a intenção do Estado Português em expandir a influência sobre os espaços do sertão, uma comparação tênue pode ser realizada entre esse intento e a refortificação do poder central inglês sobre os seus lugares ermos da Inglaterra como a Floresta de Windsor. Nesse país, as áreas florestais durante a Restauração¹¹⁸ sofreram várias práticas de controle impostas pela contra-revolução. “Charles II expulsou os novos agricultores, ampliou os parques e abasteceu-os com cervos, e ressuscitou a legislação florestal” (THOMPSON, 1987: 46, grifo nosso). Do mesmo modo, a expansão do gado sobre os sertões nordestinos engendrou o envolvimento do sertão com um aparato administrativo expedido pelo Império Português para o controle, ora intenso, ora frágil, sobre aquelas áreas antes desconectadas do poder central português.

Por conseguinte, a Coroa Portuguesa fez o possível para manter o controle político e administrativo sobre a periferia, fosse ela grandes povoações do litoral da colônia ou povoações dos

¹¹⁸ A Restauração foi uma das fases da Revolução Inglesa de 1640 que engendrou um processo contra-revolucionário, onde o rei Carlos II procurou impor o poder absolutista real dentro da Inglaterra. As idéias radicais que impulsionavam a Revolução visavam, entre outras questões, os limites desse poder. Para aprofundar este tema cf. HILL, 1981.

sertões, utilizando-se de setores importantes de seu corpo de poderes como a justiça, a fazenda, o oficialato régio e por último, formando um grupo de oficiais locais constituído pelos oficiais militares como os capitães-mores, os alferes e sargentos. Em suma, esse corpo de ordenanças, oficiais e burocratas do governo procurava manter e fortalecer o poder central da coroa (SUBTIL, 1994: 182-183) nos lugares mais distantes como que tentáculos do poder estatal que tocavam o sertão.

Uma vez que o gado se expandia para o interior, mais a coroa também expandia seu poder. Os conquistadores que adentravam esses espaços recorriam ao corpo administrativo do estado para legitimar o que haviam subjugado. É o que mostra um pedido de sesmaria feito em 05 de agosto de 1700 onde o

“Sargento-mór Gonçalo de Oliveira Ledo, Matheos Pereira de Oliveira, Capitão Francisco Pereira de Oliveira, Capitão Bento Correia de Lima Sargento-mór João de Andrade, Licenciado Luiz Mendonça Bezerra, Tenente Francisco Fernandes, Capitão José Fernandes, diz[iam] que elles suplicantes têm gados no sertão para povoar terras, das quaes estavam faltas, e alguns havião feito serviços a Sua Magestade na defença do Tapuia,[...]” (TAVARES, 1982: 41, grifo do autor).

Ou seja, recorriam à coroa e argumentavam para persuadi-la a conceder-lhes benefícios. As terras devolutas e as ações militares em favor da coroa eram como que moedas de barganha. Os suplicantes alegavam terem “feito serviços a Sua Magestade na defença de Tapuia”, da mesma forma poderia acontecer de outros

membros da nobreza local alegarem outras iniciativas e assim se dignarem a receber terras.

Porém o fato de estes terem seu poder legitimado pela coroa, não significava que eram dóceis a mesma, pois, eram os sesmeiros que “representando o próprio Estado, com patentes militares e atendo à própria custa tropas de mamelucos e índios aculturados, exerciam o poder colonial nos sertões do Nordeste” dado que o poder central do estado dependia deles para controlar os lugares distantes por meio de delegações de poderes de defesa e controle para esses homens desbravadores (BANDEIRA, 2000: 200).

Embates pelo poder: imposições e estratégias

Através desse caminhar na penetração do sertão da Paraíba, os confrontos eram impossíveis de ser evitados, tanto entre os próprios colonizadores, como entre os colonizadores e os índios habitantes da terra. No sertão, a água era um elemento importante, dado que as técnicas de armazenamento de água não eram avançadas como as de hoje. Assim, as ribeiras eram lugares almejados pelos sesmeiros, mas também eram lócus importante para os indígenas que acabaram por oferecer resistência para defender “seus espaços ecológicos de sobrevivência física e cultural” (AB’SÁBER, 2003: 96).

Em 1699, chegou uma carta do Capitão Mor da Paraíba, Manuel Soarez Albergaria, à coroa, comentando que o “Capitã¹¹⁹ Mor das Piranhas e Pinhanco Theodozio de Oliveira Ledo” havia

¹¹⁹ Procuramos transcrever os registros documentais mantendo a ortografia original na íntegra, dessa forma nos depararemos com palavras escritas de maneira diferente da escrita portuguesa vigente hoje.

visitado o mesmo para informar o “estado em que se achavão os sertões daquelle districto”. Segundo o dito capitão mor estavam os sertões despovoados e que “o gentio barbaro tapuya” havia feito “invasões e estragos” naquela espacialidade “annos paçados” e, portanto, defendia que “hera muy conveniente que estes se tornassem a povoar com os gados e corraes” para assim resultar em utilidade para a “Real Força de Vossa Magestade” através do crescimento dos dízimos e “pella conveniencia de toda esta Capitania” por haver muito abundância de pastos¹²⁰ (OLIVEIRA; MENEZES; LIMA, 2002).

Antes de mencionar o retorno econômico da ocupação, “Theodozio” enfatizou uma percepção negativa do índio como aquele que invade, que causa estragos ao povoamento do sertão, ou seja, que causa insegurança (SOUZA, 1986: 56). Além disso, o denomina de “bárbaro”, uma maneira de denegrir o homem da terra para justificar a ação violenta do colonizador. Desse modo, ao mesmo tempo em que Oliveira Ledo elevava positivamente a natureza física do lugar falando em “largos pastos” que eram ideais para criação de gado, ele desconsiderava o homem, aviltava o índio (SOUZA, 1986: 36) e assim tecia a sua argumentação para pedir ajuda militar em homens e armamento ao Capitão Mor da Paraíba para que ele pudesse “fazer arrayal” nas “diças Piranhas”¹²¹ (OLIVEIRA; MENEZES; LIMA, 2002).

¹²¹ Ver. CONSULTA do Conselho Ultramarino, [...], AHU, Paraíba, Cx. 3, D. 226.

¹²⁰ Ver. CONSULTA do Conselho Ultramarino, ao rei D. Pedro II, sobre a carta do capitão-mor da Paraíba, Manuel Soares de Albergaria, acerca da gente e munições que deu ao capitão-mor dos Sertões das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, para entrar no sertão contra o gentio tapuia. AHU, Paraíba, Cx. 3, D. 226.

Como faziam também os bandeirantes paulistas e entradistas, Theodozio para tomar posse do sertão, recebeu a ajuda de outros índios que levava consigo, chamados Ariús, vindos da região de Campina Grande. Segundo o próprio, eles eram fiéis a coroa e a “sancta fé católica” e entre eles se destacava um de “muita boa praça e muito fiel” chamado Cavalcanti. Além da companhia de índios, o Capitão Mor de Piranhas e Piancó levou consigo, em janeiro de 1698, “hum religioso de Santo Antonio” a quem Manoel Soares de Albergaria havia encomendado “muito particularmente a conversão daquelle gentio”, ou seja, que o religioso deveria empregar esforços em “ganhar aquellas almas”¹²². Não podemos esquecer que “as bandeiras não deixavam de levar capelães, mesmo porque morria muita gente” (SOUZA, 1997: 54), deste modo essa presença de religiosos poderia não ser incomum em entradas no sertão da Paraíba. De qualquer maneira, na própria colonização do Brasil “a fé não se apresentava isolada da empresa ultramarina” (SOUZA, 1986: 33) e assim, a colonização do sertão também era acompanhada pela propagação da fé. Destarte, ao mesmo tempo que se angariavam súditos para a coroa, traziam “ovelhas” para a “Santa Fé”.

Podemos considerar, a partir de alguns indícios contidos na própria carta citada acima, que Teodósio usou de forte violência, pois, “severamente” matou “a sangue frio muitos dos Indios [sic] que domou na guerra”. Estes embates, provavelmente não ocorreram apenas com Teodósio, mas também com outros colonizadores que procuravam impor seu poder sobre os espaços territoriais e culturais, fossem eles advindos das rotas do “sertão de fora” como das “rotas do sertão de dentro”, trajetórias de povoamento do interior do Nordeste que se entrecruzam na região do Rio Piranhas, segundo Capistrano de Abreu (1998: 135).

¹²² Ver. CONSULTA do Conselho Ultramarino, [...], AHU, Paraíba, Cx. 3, D. 226.

Em 1753, o Capitão Mor Índio da Aldeia Panaty quando preso foi morto cruelmente por um morador do Alto Sertão. Soubemos disso através de uma carta de Vicente Ferreira Coelho enviada ao Rei D. José I. Ele inicia escrevendo: “No destrito da Capitania da Parayba estavam os Indios Panaty aldeados e tiverão os moradores do Sertão do Pianco principalmente o Cappitam Alferes José Gomes de Sá poderes e autoridades” e “[...] os fazerem despejar com o pretexto de que comião e furtavão lhes os gados”. Então os índios despejados não eram aceitos nem pelos moradores do Piancó e “menos os quizerão no Sertão das Piranhas, aonde forão, e [também] correrão os moradores come elles” e o seu missionário “Padre Costódio de Oliveira”¹²³.

Todavia, a discórdia entre os moradores do Alto Sertão e os índios Panatis não concluiu por aí. Os índios recorrem ao Governador da Paraíba que os remeteu ao general do Pernambuco que decidiu deixá-los em sua aldeia sob a fiscalização do Capitão Mor Índio que, por sua vez, deveria prender qualquer índio que cometesse furto. Então foi afixada na Matriz de Piancó e na aldeia dos índios uma ordem dada “a todos os moradores em geral que sabendo ou axando [sic] qualquer Índio a furtar [que] o prendecem, ou deçem parte” ao Capitão Mor¹²⁴ (OLIVEIRA; MENEZES; LIMA, 2002).

Os moradores não ficaram satisfeitos principalmente com o Capitão Mor Índio que conseguiu a “restituição da sua aldeia a qual querião os ditos moradores para fazendas de gados e por eça cauza, irado, Theodozio Alz’ [sic] de proposito foi implicar com

¹²³ Ver. CARTA de Vicente Ferreira Coelho, ao rei [D. José I], sobre o que se praticou com os índios da nação Panatis, que, estando aldeados, foram despejados pelos moradores do sertão do Piancó, sob o pretexto de que lhes furtavam os gados; e conseguindo os índios a restituição de sua aldeia, houve tamanha violência que culminou com a morte de um índio da mesma nação e de seu capitão-mor; e solicitando, em nome dos Panatis, justiça e protecção real. AHU, Paraíba, Cx. 18, D. 1435.

¹²⁴ Ver. CARTA de Vicente Ferreira Coelho, [...]. AHU, Paraíba, Cx. 18, D. 1435.

o dito Cappitam Mor Índio”. Nesta litiga, prenderam o Capitão Mor Índio e na prisão “foy dar no dito Índio um Manoel da Silva muitas cutiladas” e tamanha violência não teve justiça. Ainda ataram-lhe uma corda no pescoço para fingirem para as autoridades que o índio havia se enforcado¹²⁵ (OLIVEIRA; MENEZES; LIMA, 2002).

Vicente escreveu a carta a pedido dos Panatis, pois, diziam não saber escrever. Assim percebemos o indígena tecendo suas estratégias de defesa, utilizando os próprios meios típicos e legais da cultura do colonizador. Segundo o escritor da carta, os índios eram tão miseráveis que não tinham o que vestir e diante de tanta violência se diziam fiéis a coroa e, por isso, eram merecedores da proteção de Vossa Majestade, já que outra morte ocorrera em 1755, onde um índio chamado Antônio Dias sofreu um tiro de um filho de um homem chamado Antônio Alz´. Os índios se diziam perseguidos e desgraçados sem proteção e se valiam da coroa¹²⁶ (OLIVEIRA; MENEZES; LIMA, 2002).

A coroa é requisitada a intervir no sertão, onde esses confrontos inter-étnicos aconteciam pela disputa de espaços economicamente viáveis. Sendo as ribeiras, pontos estratégicos de sobrevivência em um bioma que era típico de caatinga, já que nestes pontos a baixa precipitação de chuvas torna a água um elemento crucial para ocupação dos brancos e permanência dos índios.

As atitudes de extrema violência por parte dos colonizadores despertaram no poder central administrativo, a partir da figura do rei e do Conselho Ultramarino, uma preocupação, não tanto, acreditamos nós, com o bem estar dos índios “rebeldes”, mas com as conseqüências que adviriam sobre a convivência com os

¹²⁵ Ver. CARTA de Vicente Ferreira Coelho, [...]. AHU, Paraíba, Cx. 18, D. 1435.

¹²⁶ Ver. CARTA de Vicente Ferreira Coelho, [...]. AHU, Paraíba, Cx. 18, D. 1435.

próprios índios. De todo modo, observamos que a coroa procurava interferir no poder daqueles homens colonizadores quando em 1755, o rei se manifestou escrevendo: “Attendendo ao que se representa na carta”, “[ordeno] severamente castigar aos excessos que nella se referem sendo certos; e dar a conhecer a estes [Panati], e aos mais Índios do Brazil, que devem viver seguros na minha Real proteção”. Além disso, ordenava a visita do “Ouvidor da Parahiba” ao distrito do Sertão de Piancó e Piranhas, onde haviam acontecido os delitos. O rei continuou: “[...] e achando ser verdade a maior parte do que se dis na dita carta tire devassa¹²⁷ de todos elles” e que os culpados fossem presos.

Em seguida ordena ao Governador da Paraíba que “[tivesse] especial cuidado em que estes Índios se conservem na sua Aldea Livres de toda a violência e opreção, fazendo entender aos mesmos Índios esta minha Real ordem, e aos povos circunvizinhos [...]”. Quem insultasse ou inquietasse os índios deveriam ser castigados com todo o rigor “por não attenderem à particular proteção, com que favor[ecia] aos Indios do Brazil”. E finalizou chamando a atenção ao Conselho Ultramarino que repassasse essas ordens. Obviamente, quando o rei se refere aos índios “do Brazil” enquanto tratava de um problema local do sertão do Rio Piranhas, era porque os confrontos entre aqueles que avançavam sobre as fronteiras e aqueles que lá estavam e resistiam era comum, logo, percebemos que a coroa tentava manter o poder sobre os dois tipos de sujeitos, o colonizador e o colonizado.

¹²⁷ Devassa significa uma “apuração minuciosa de ato criminoso” através de registro de provas e inquirição de testemunhas (Ver. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa).

Fendas: pequenos traços de vida material

Os confrontos e disputas pelo sertão e a busca do poder central em se impor através do corpo de ordenanças como o governador da capitania, de capitães-mores, ouvidores e corregedores demonstram a importância do lugar, pois, esse não era de todo isolado. Muito pelo contrário, estava envolvido em uma rede comercial que colocava em contato o sertão de Piranhas com outros lugares.

Só para ter uma idéia, em setembro de 1738, Sebastião Dantas Correa, morador da Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, outorgou em uma só procuração¹²⁸ poderes para homens que atuariam em diferentes lugares como a cidade de “Salvador Bahia de Todos os Santos”, a cidade de Olinda, a Vila de Santo Antônio do Recife de Pernambuco, o sertão do Pajeú e o Rio São Francisco. Estas localidades, na época, se revelavam estratégicas para a economia sertaneja, pois eram também importantes praças do trato do gado. Entre os outorgados procuradores estavam Sargentos-Mores, Capitães-Mores, Licenciados e Tenentes-Coronéis. Ou seja, a rede de contatos de Sebastião Dantas envolvia pessoas que gozavam de influência social e política e quiçá, o próprio poderia nutrir um forte sentimento de fidalguia¹²⁹.

É bom lembrar que até 1727, todo o gado que chegava a Capitania das Gerais era proveniente dos espaços sertanejos, de modo que Muniz Bandeira (2000: 202) afirmou que “[...] todo o gado nas Minas Gerais, antes da abertura em 1727 do caminho para o

¹²⁸ Ver. Livro de Nota 1738 – 1740: “Procuração bastante que faz Sebastião Dantas Correa”. Cartório 1^o Ofício de Notas e Registro de Imóveis “Coronel João Queiroga”, Pombal – PB.

¹²⁹ Sobre fidalguia e nobreza na colônia cf. SILVA, 2005.

Rio Grande de São Pedro, no sul da colônia, provinha dos campos do Piauí, bem como da Paraíba, de onde percorriam uma distância de 400 léguas até os centros de consumo”. Assim sendo, deixamos claro que as áreas sertanejas tinham importância material para a coroa portuguesa, uma vez que elas se intercambiavam com outras áreas de produção da colônia como a Capitania das Gerais. Nesses termos, fica compreensível a preocupação tanto dos colonizadores em garantir a posse da terra, como dos centros de administração estatal em emanar seu poder sobre o sertão.

Quando alguém desejava adquirir terras sertanejas, geralmente alegava, além da lealdade no serviço a coroa, ter “gados no sertão para povoar terras” e que “no sertão das Piranhas” existiam “terras devolutas que nunca [havia] sido dadas” e que “se o foram não povoaram e conforme [uma ordem do ditto Senhor se podião tornar a dar a pessoa que as povoassem para aumento dos dízimos Reais” (TAVARES, 1982: 41, grifo do autor). De qualquer forma, em muitos casos, a coroa quando requisitada a fazer uma doação oficial de uma sesmaria acabava apenas legitimando uma posse da terra que já acontecia de fato.

Dito isso, percebemos que o sertão e o trato de gado que lhe era típico, no decorrer do século XVIII, levaram muitas pessoas a embrenhar-se nas ribeiras do Rio Piranhas e junto com elas, novos problemas se avolumavam como a vinda de “vadios”¹³⁰ que os moradores do lugar costumavam logo dispersar. Destarte, passava pelas idéias de diferentes corregedores a fundação de uma vila na Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso. De tal modo, poderia ser implantado, através de um aparato administrativo e

¹³⁰ Ver. CARTA do ouvidor-geral da Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, ao rei [D. João V], sobre as correições que fez nas Ribeiras do Branco e Piranhas e a solicitação de várias pessoas para se erigir uma vila no sítio da matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso.

judiciário mais efetivo, um reforço à manutenção da ordem sobre esse lugar perpassado por diversos tipos de movimentos, sejam culturais ou materiais. Isto veio acontecer em 1772 com a fundação da Vila de Pombal. E sob sua influência, em 1774, estavam “uma igreja, quatorze capellas; uma villa; quinhentos e sessenta fazendas; dois mil quatrocentos e trinta e um fogos¹³¹; e cinco mil quatrocentas e duas pessoas” (JOFFILY, [s.d]: 321-324).

O que vemos é que a busca pelo Sertão poderia trazer habitantes de diferentes lugares para essa espacialidade. Em meio a estes milhares de moradores, encontramos um habitante da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó de nome Manoel Ferreira Velho¹³² que declarava em seu inventário ser natural da Freguesia de Santiago de Carvalhosa, Termo do Porto, Arcebispado de Braga, Portugal. Ainda não sabemos muito sobre o mesmo e até nos perguntaríamos sobre que motivações mais específicas impulsionaram Manoel a vir habitar e morrer no sertão. Era um homem de posses, pois, tinha bens suficientes para justificar a abertura de um inventário, no entanto, ainda “anônimo” para nós, já que não circulava entre os “grandes” nomes da ocupação do sertão paraibano.

Suas últimas vontades demonstravam a forte preocupação de um homem, sem herdeiros, com a vida após a morte. Enquanto pedia rogo “a gloriosa virgem Maria Senhora Nossa Madre de Deos e a todos os Sanctos da corte celestial particularmente ao [seo] anjo da Guarda e ao sancto Antonio São Bento São Miguel o anjo Nossa Senhora dos Milagres a Nossa Senhora do Ó” para intercederem por sua alma, esperava que como fiel à fé católica fosse salva a sua alma “não pellos [seos] mercimentos mas pellos

¹³¹ Termo arcaico que significa “casa” ou “residência”.

¹³² Ver. Cx. Inventários 1734-1781: Inventário de Manoel Ferreira Velho. Fórum Promotor Francisco Nelson da Nóbrega, Pombal – PB.

da Santíssima Paixão do Unnigenito filho de Deos Nosso Senhor”. É como se ele tivesse claramente a consciência de não ser digno de salvação prometida pela sua fé por se considerar pecador, então como alternativa, procurava transferir as atenções do julgamento celestial para a “Paixão do Unnigenito filho de Deus”. Além disso, chamava como advogados todo um corpo de personagens divinos por ele considerados capazes de defendê-lo na sua passagem para a vida imaterial.

Através do inventário, Manoel procura se redimir e agradar a seu Deus distribuindo a partir de suas fazendas (conjunto de haveres) quantias em dinheiro para diferentes santos, capelas, missas e “nossas senhoras” como Nossa Senhora do Bom Sucesso e Nossa Senhora dos Prazeres e até “hum órfão pobre” foi beneficiado com “quarenta mil réis”. Dava a entender que ele não media esforços para garantir um lugar no céu, tomando atitudes de benevolência através de bens tangíveis para com a “madre de Deos” e irmandades. Segundo João José Reis (1991: 49-53), as irmandades “eram associações corporativas” onde no seu interior eram tecidas “solidariedades fundadas nas hierarquias sociais”. Eram formadas, sobretudo, por leigos e promoviam ações de caridade para com os seus associados e pessoas carentes não associadas. Entre os benefícios estava a assistência a um enterro digno acompanhados pelos irmãos e irmãs de confraria.

Manoel Ferreira Velho considerava sua alma tão preciosa que ele encomendou a companhia da “Irmandade das Almas” durante o seu enterro. Mas o seu corpo físico também foi contemplado quando ordenou: “[...] e me amortalharão no abito de São Francisco”. Manoel narrou todo o rito fúnebre do seu corpo mortal para o seu inventariante – e curador do seu corpo depois de morto –, Manoel Pinto da Sylva, visando o benefício, obviamente, de sua alma: “[...] deixo [...] pella minha alma trinta missas de corpo presente”. E ele ainda insistiu dizendo que alguém acompanhasse

o seu corpo a sua tumba com “a bandeira de Sancta Casa da Misericórdia do districto” onde morresse e encomendou até missas para as almas de seus avôs, de seu pai e sua mãe, quem sabe preocupado com a interferência dos pecados de seus antecessores sobre a sorte da sua vida espiritual. Dito isto, percebemos alguns traços das manifestações externas da fé que faziam parte das concepções religiosas sobre a morte dos homens sertanejos¹³³.

Circulavam entre os seus devedores o Alferes Francisco Leite em Pernambuco na “Matta de Santo Antão” e “Virissimo de Sá de Meneses” morador no “Piauhý”. Também possuía cem cabeças de gado “mais ou menos”, seis potros e sete escravos “do gentio da Guiné”. Fora desta conta, ele deixou liberta uma negra chamada Joanna e seus três filhos Manoel, Josefa e Macimianna e também o escravo Caetano, a quem deixou liberto (em condição).

Quanto a Joanna e seus filhos, Ferreira Velho demonstrou cuidados especiais quando declarou ao seu testamenteiro: “[...] para alimento desta dita negra lhe deixo cabras e ovelhas que se acharem serem minhas [e] os moveis todos que se acharem [...]”. É possível que entre Manoel e Joanna tenham existido algum tipo de relação de afetividade, pois, ele não deixou claro os motivos de sua ação de alforriá-la com seus filhos, mas foi bem categórico quando mandou escrever: “Declaro mais que [é] minha livre vontade que esta negra Joanna com seos filhos fiquem forros e libertos sem obrigação alguá [...]”. E ele continuou: “[...] declaro mais que esta negra hé possuhidora de tres egoas paredeiras sem divisa alguá [...] e tão bem mais possui a dita negra huas cabessinhas de gado [...] sem divisa alguá”. Ele estava procurando garantir que seus testamenteiros não impedissem que Joanna tomasse posse

¹³³ Sobre o tema “ritos fúnebres”, cf. REIS, 1991.

dos bens que havia ganho em testamento e que ela mantivesse a posse dos bens que já possuía antes da liberdade, além de ordenar que registrassem a sua carta de alforria e de seus filhos.

Já a experiência do escravo Caetano, nos permitiu ver o quão complexa poderia ser a relação entre senhores e escravos no sertão de Piranhas. Caetano, gentio da Guiné, foi deixado em testamento como liberto sob a condição de o mesmo pagar em três anos a quantia de 30\$000 (trinta mil réis). Apesar de não haver uma lei positiva¹⁷ que permitisse a acúmulo de pecúlio por parte do escravo, acertos próprios e privados, construídos social e culturalmente, foram tecidos entre Manoel e Caetano, que possibilitava ao próprio Caetano comprar a sua liberdade e assim gozar de nova condição social, a de liberto, podendo ir e vir aonde desejasse sem que colocassem em risco a sua liberdade.

Entreabrindo portas

O espaço sertanejo colonial das ribeiras do Rio Piranhas possui diversas experiências do vivido que ainda temos a conhecer. No presente texto procuramos apenas relatar algumas desses momentos como os embates pelo poder sobre a terra que aconteceram entre colonizadores e índios; a busca de efetivar o controle estatal sobre os sertanejos através de Capitães-Mores e Corregedores e das ordens régias a população (nem sempre bem atendidas); atitudes de propagação da fé católica e mobilidade territorial.

Os homens e mulheres que habitavam o sertão ou que apenas estavam de passagem em suas veredas em pleno século XVIII, possuíam suas preocupações materiais, como vimos, mas também

imateriais, a exemplo das preocupações com a demonstração da fé e com a salvação da alma após a morte, encomendando missas para auxiliá-la em uma jornada desconhecida em direção ao encontro com o “Nosso Senhor”. Esses homens e mulheres possuíam sentimentos e desejos como Caetano, que utilizando de arranjos e rearranjos com o seu senhor, estrategicamente se comprometia a pagar por sua liberdade e desse modo, procurava realizar seu desejo de ter poder sobre seu próprio corpo.

Algumas de nossas compreensões, ora mais, ora menos afortunadas, expuseram elementos da história do sertão. Estas exposições fazem parte dos nossos primeiros passos na busca de contribuir com uma construção de um conhecimento histórico mais consistente sobre o Alto Sertão da Paraíba que muito ainda tem a nos fazer vislumbrar sobre o passado colonial, como as relações entre senhores e escravos; o lugar da sua economia criatória dentro do circuito comercial do gado; a composição e os significados do espaço sertanejo pelo e para sua sociedade colonial; as experiências de fé, de vida e morte; a compreensão da intensidade da influencia estatal sobre o interior da Paraíba, etc. De modo que esse alto sertão em movimento se mostra revelador da vida colonial da Paraíba e do Nordeste.

Referências

AB’SÁBER , Aziz Nacib. Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BANDEIRA, Luiz Alberto Muniz. O feudo: a Casa da Torre de Garcia D’Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.

- HILL, Christopher. A revolução inglesa de 1640. Lisboa: Presença, 1981.
- JOFFILY, Irenêo. Notas sobre a Parahyba. Brasília: Thesaurus, [1927].
- KOSTER, Herry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Trad. Câmara Cascudo. 12. ed. Rio, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003. v. 1.
- OLIVEIRA, Elza Regis de; MENEZES, Mozart V. de; LIMA, Maria da Vitória B. Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. João Pessoa: UFPB, 2002.
- PRADO JR., Caio. A formação do Brasil Contemporâneo. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- REIS, João José. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Ser nobre na colônia. São Paulo: Unesp, 2005.
- SOUZA, Laura Mello e (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (História da vida privada no Brasil; 1).
- SOUZA, Laura Mello e. O diabo e a terra de santa cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: MATTOSO, José (dir.). História de Portugal: o antigo regime: 1620-1807. Lisboa: Estampa, 1994. v. 4. p. 157-271.

TAVARES, João de Lyra. Apontamentos para a História Territorial da Parahyba. Fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1982. (Coleção Mossoroense).

THOMPSON, E. P. Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.